

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Roni Petterson de Miranda Pacheco**

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO INDÍGENA NOS JORNAIS IMPRESSOS DA  
AMAZÔNIA LEGAL**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2019**

**Roni Petterson de Miranda Pacheco**

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO INDÍGENA  
NOS JORNAIS IMPRESSOS DA AMAZÔNIA LEGAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Comunicação**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rosane Rosa  
Co-orientador: Prof. Dr. Reges Toni Schwaab

Santa Maria, RS

2019

Pacheco, Roni Petterson de Miranda  
A discursivização do indígena nos jornais impressos da  
Amazônia Legal / Roni Petterson de Miranda Pacheco.- 2019.  
226 p.; 30 cm

Orientadora: Rosane Rosa  
Coorientadora: Reges Toni Schwaab  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2019

1. Jornalismo impresso 2. Discurso jornalístico 3.  
Indígenas 4. Amazônia Legal 5. Análise do Discurso I.  
Rosa, Rosane II. Schwaab, Reges Toni III. Título.

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Tese de Doutorado**

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO INDÍGENA NOS JORNAIS  
IMPRESSOS DA AMAZÔNIA LEGAL**

elaborada por  
**RONI PETTERSON DE MIRANDA PACHECO**

**Aprovada em 26 de março de 2019.**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
**Doutor em Comunicação**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**



---

**Rosane Rosa, Dra. (UFSM)**  
Presidente/Orientador



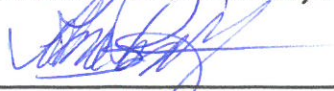
---

**Reges Toni Schwaab, Dr. (UFSM)**  
Co-orientador



---

**Cláudia Herte de Moraes, Dra. (UFSM)**

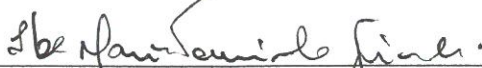


---

**Filomena Maria Avelina Bomfim, Dra. (UFSJ)**

---

**Gersem José dos Santos Luciano, Dr. (UFAM) –  
Participação por parecer**



---

**Ilza Maria Tourinho Girardi, Dra. (UFRGS) –  
Participação por vídeo**

**Santa Maria, 26 de março de 2019.**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

Aos meus pais e aos meus irmãos, pelo amor, pela convivência e amizade  
e - sobretudo - por terem sempre me mostrado caminhos que fazem a diferença e  
tornam a vida digna e prazerosa;

À Monalisa, pela maravilhosa vida conjunta de mais de 14 anos de companheirismo  
e amor;

À nossa amada filha Lavínia, que nasceu junto com a tese, renovando a esperança  
em um mundo melhor;

A todos os povos indígenas no Brasil que não se cansam de lutar e resistir pelos  
seus direitos.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus dedicados e competentes orientadores Profa. Dra. Rosane Rosa e Prof. Dr. Reges Toni Schwaab, que me ensinaram a procurar meus próprios caminhos com serenidade, apesar de minhas ansiedades.

Aos professores das nove universidades federais (em especial Dra. Juliana Lofêgo e Dra. Franciele Mendes da Universidade Federal do Acre – (UFAC), localizadas na Amazônia Legal pela cooperação na identificação dos jornais impressos a serem pesquisados.

Aos professores Dra. Filomena Maria Avelina Bomfim, Dr. Gersem José dos Santos Luciano, Dra. Márcia Franz Amaral e Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi, pelas colaborações no Exame de Qualificação. E também as professoras Dra. Aline Roes Dalmolin e Dra. Laura Strelow Storch pelo aceite do convite para suplência.

Aos meus colegas do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Roraima, pela oportunidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), por viabilizar parte desta jornada.

À indígena Tupinambá, Renata Machado pelas generosas contribuições ao longo do trabalho.

Ao servidor do IBGE Acre, Reginaldo Silva por ensinar o caminho para encontrar o emaranhado de dados disponíveis nas bases do IBGE.

A Carolina Cruz e Aruana Brianezi por possibilitar a pesquisa gratuitamente nos acervos digitais dos jornais *Folha de Boa Vista* e *A Crítica*, respectivamente.

A todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram na construção desse caminho: Leandro Stevens, Tamara Keller, Fernanda Patrocínio e Lauren Steffen.

## Epígrafe

*[...] A arma de fogo superou minha flecha,  
Minha nudez se tornou escandalização,  
Minha língua foi mantida no anonimato,  
Mudaram minha vida, destruíram o meu chão.*

*Antes todos viviam unidos,  
Hoje, se vive separado.  
Antes se fazia o Ajuri,  
Hoje, é cada um para o seu lado.*

*Antes a terra era nossa casa,  
Hoje, se vive oprimido.  
Antes era só chegar e morar,  
Hoje, nosso território está dividido.*

*Antes para celebrar uma graça,  
Fazia um grande ritual.  
Hoje, expulso da minha aldeia,  
Não consigo entender tanto mal.*

*Como estratégia de sobrevivência,  
Em silêncio decidimos ficar.  
Hoje nos vem a força,  
De nosso direito reclamar.  
Assegurando aos tanutyura,  
A herança do conhecimento milenar*

*Mesmo vivendo na cidade,  
Nos unimos por um único ideal,  
Na busca pelo direito,  
De ter o nosso território ancestral [...]*

**Márcia Kambeba**

## RESUMO

### A DISCURSIVIZAÇÃO DO INDÍGENA NOS JORNAIS IMPRESSOS DA AMAZÔNIA LEGAL

AUTOR: Roni Petterson de Miranda Pacheco  
ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>, Dr<sup>a</sup>. Rosane Rosa  
CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. Reges Toni Schwaab

O contexto indígena no Brasil é marcado — desde 1500 — por luta, resistência em defesa da vida, cultura e dos direitos. É uma minoria pouco compreendida e vivente as margens da sociedade que, como outros brasileiros, deveriam ter o conjunto de direitos atendidos pelas políticas públicas direcionados a eles funcionando de forma menos precária. A Amazônia Legal é a região brasileira onde vive a maior parte das populações indígenas (56%) e concentra 98,3% dos Territórios Indígenas no Brasil, além de corresponder a 59% do território nacional. É composta pelos estados: Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Nesta tese, analisaremos os discursos construídos sobre os povos indígenas em nove jornais impressos da Amazônia Legal (AL), um de cada estado. São eles: *A Tribuna do Acre* (Acre), *Diário do Amapá* (Amapá), *A Crítica* (Amazonas), *O Estado do Maranhão* (Maranhão), *A Gazeta de Cuiabá* (Mato Grosso), *Diário do Pará* (Pará), *Diário da Amazônia* (Rondônia), *Folha de Boa Vista* (Roraima) e *Jornal do Tocantins* (Tocantins). O estudo investigou como o jornalismo impresso da Amazônia Legal constrói — discursivamente — os povos indígenas, por meio do material jornalístico informativo e opinativo publicado durante a semana em que se comemora o Dia do Índio (19 de abril), de 2015, 2016 e 2017. Para interpretar os sentidos sobre os povos indígenas nos jornais impressos da Amazônia Legal, apropriamo-nos da Análise do Discurso de linha francesa (AD). O corpus desta pesquisa é constituído por 359 sequências discursivas recortadas de 138 textos, e que se inserem em dez posições-sujeito. Tais posições estão englobadas em cinco Formações Discursivas que nos possibilitaram compreender a teia discursiva sobre os povos indígenas, a partir de domínios específicos, que são: (FD1) Terras Indígenas são problemas; (FD2) Indígenas têm seus direitos descumpridos; (FD3) Indígenas sofrem violência e são violentos; (FD4) Cultura Indígena é problema. A escuta discursiva sinaliza a predominância significativa do (FD1); em seguida, do (FD2), o que evidencia que os sentidos mais reiterados pelos jornais impressos dizem respeito ao problema da terra e aos direitos indígenas serem descumpridos.

**Palavras-chave:** Direitos Indígenas. Discurso jornalístico. Indígenas. Amazônia Legal. Jornalismo impresso. Análise do Discurso.



## ABSTRACT

### THE DISCOURSIVIZATION OF THE INDIGENOUS PERSON IN PRINTED NEWSPAPERS FROM AMAZÔNIA LEGAL

AUTHOR: Roni Petterson de Miranda Pacheco

ADVISOR: Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Rosane Rosa

CO-ADVISOR: Prof. Dr. Reges Toni Schwaab

The context of Indigenous peoples in Brazil is marked, since 1500, by their resistance, their fight for their lives, culture and rights. They are a minority that is little understood and lives on the margins of society. As Brazilians, they should have their rights attended to by public policies in a less precarious way. Amazônia Legal is the region of Brazil where the majority of Indigenous populations live (56%), and it contains 98.3% of the Indigenous Territories in Brazil, in addition to representing 59% of national territory. Several states integrate it: Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima and Tocantins. In this doctoral thesis, we analyze the discourses about Indigenous peoples in nine printed newspapers from Amazônia Legal (AL), one from each state. They are: *A Tribuna do Acre* (Acre), *Diário do Amapá* (Amapá), *A Crítica* (Amazonas), *O Estado do Maranhão* (Maranhão), *A Gazeta de Cuiabá* (Mato Grosso), *Diário do Pará* (Pará), *Diário da Amazônia* (Rondônia), *Folha de Boa Vista* (Roraima) and *Jornal do Tocantins* (Tocantins). This study investigates how printed journalism in Amazônia Legal builds discourses on Indigenous peoples, by means of informative material and opinion pieces published during the week in which Brazil commemorates the Indigenous Peoples' Day (April 19), in 2015, 2016 and 2017. In order to interpret the meanings conveyed by Amazônia Legal newspapers on Indigenous peoples, we use the methodology of Discourse Analysis (DA), under its French school. The corpus of this study consists of 359 discursive sequences extracted from 138 texts, and which are inserted in ten subject positions. Said positions are gathered in five Discursive Formations that allow us to comprehend the discursive web regarding Indigenous peoples, based on specific domains, which are: (DF1) Indigenous Lands are an issue; (DF2) Indigenous persons have their rights violated; (DF3) Indigenous persons are victims of violence and are themselves violent; (DF4) Indigenous Culture is an issue. The discursive listening demonstrates a significant predominance of (DF1) and, secondarily, of (DF2), which shows that the meanings most reiterated by printed newspapers pertain to land issues and violations of Indigenous rights.

**Keywords:** Indigenous Rights. Journalistic discourse. Indigenous peoples. Amazônia Legal. Printed journalism. Discourse Analysis.

## RESUMEN

### LA DISCURSIVIZACIÓN DEL INDÍGENA EN LOS PERIÓDICOS IMPRESOS DE LA AMAZONIA LEGAL

AUTOR: Roni Petterson de Miranda Pacheco  
ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Rosa  
CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. Reges Toni Schwaab

El contexto indígena en el Brasil es marcado, desde 1500, por lucha, resistencia en defensa de la vida, cultura y de los derechos. Es una minoría poco comprendida y que vive en los márgenes de la sociedad que, como otros brasileños, deberían tener el conjunto de derechos atendidos por las políticas públicas direccionadas a ellos funcionando de manera menos precaria. La Amazonia legal es una región brasileña en donde vive la mayor parte de las poblaciones indígenas (56%) y concentra 98,3% de los Territorios Indígenas en Brasil, más allá de corresponder el 59% del territorio nacional. Es compuesta por los estados Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia y Tocantins. En esta tesis, analizaremos los discursos construidos sobre los pueblos indígenas en nueve periódicos impresos de la Amazonia Legal (AL), uno de cada estado. Son ellos: *A Tribuna do Acre* (Acre), *Diário do Amapá* (Amapá), *A Crítica* (Amazonas), *O Estado do Maranhão* (Maranhão), *A Gazeta de Cuiabá* (Mato Grosso), *Diário do Pará* (Pará), *Diário da Amazônia* (Rondônia), *Folha de Boa Vista* (Roraima) y *Jornal do Tocantins* (Tocantins). El estudio investigó como el periodismo impreso de la Amazonia Legal construyó, discursivamente, los pueblos indígenas, por medio de materiales periodísticos informativo y de opinión publicados durante la semana en que se conmemoró la semana del Día del Indio (19 de abril), de 2015, 2016 y 2017. Para interpretar los sentidos sobre los pueblos indígenas en los periódicos impresos de la Amazonia Legal, utilizamos el Análisis del Discurso de línea francesa (AD). El corpus de esta investigación es constituido por 359 secuencias discursivas recortadas de 138 textos, y que se insertan en diez posiciones-sujeto. Tales posiciones están englobadas en cinco Formaciones Discursivas que nos posibilitaron comprender la tela discursiva sobre los pueblos indígenas, a partir de dominios específicos, cuáles sean: (FD1) Tierras Indígenas son problemas; (FD2) Indígenas no tienen sus derechos cumplidos; (FD3) Indígenas sufren violencia y son violentos; (FD4) Cultura Indígenas es problema. La escucha discursiva señala la predominancia significativa del (FD1) y, en seguida, del (FD2), lo que evidencia que los sentidos más reiterados por los periódicos impresos dicen respecto al problema de la tierra y a los derechos indígenas que no son cumplidos.

**Palabras clave:** Derechos Indígenas. Discurso periodístico. Indígenas. Amazonia Legal. Periodismo impreso. Análisis del Discurso.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. POPULAÇÃO INDÍGENA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO.....	78
QUADRO 2. TERRAS INDÍGENAS E SUPERFÍCIE, SEGUNDO A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA .....	79
QUADRO 3. PERFIL DOS INDÍGENAS NO ACRE.....	81
QUADRO4. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO ACRE .....	81
QUADRO5. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO ACRE .....	83
QUADRO6. PERFIL DOS INDÍGENAS NO AMAPÁ.....	84
QUADRO 7. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO AMAPÁ.....	84
QUADRO8. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO AMAPÁ .....	85
QUADRO 9. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO AMAZONAS	86
QUADRO10. PERFIL DOS INDÍGENAS NO AMAZONAS .....	88
QUADRO11. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO AMAZONAS.....	88
QUADRO12. PERFIL DOS INDÍGENAS NO MARANHÃO.....	89
QUADRO 13. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO MARANHÃO .....	90
QUADRO 14. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO MARANHÃO .....	91
QUADRO 15. PERFIL DOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO.....	92
QUADRO 16. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO MATO GROSSO .....	92
QUADRO 17. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO MATO GROSSO .....	93
QUADRO 18. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO PARÁ.....	95
QUADRO 19. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO PARÁ .....	96
QUADRO20. PERFIL DOS INDÍGENAS EM RONDÔNIA .....	97
QUADRO 21. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS EM RONDÔNIA	97
QUADRO22. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA.....	98
QUADRO23. PERFIL DOS INDÍGENAS EM RORAIMA.....	99
QUADRO 24. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS EM RORAIMA .....	100
QUADRO25. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA EM RORAIMA .....	101
QUADRO26. PERFIL DOS INDÍGENAS NO TOCANTINS .....	102
QUADRO 27. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO TOCANTINS .....	102

<b>QUADRO 28. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO TOCANTINS .....</b>	<b>103</b>
<b>QUADRO 29. ABREVIATURAS UTILIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS JORNAIS NAS SDS .....</b>	<b>113</b>
<b>QUADRO 30. RELAÇÃO DE TEXTOS SELECIONADAS PARA A AMOSTRA POR ANO .....</b>	<b>114</b>
<b>QUADRO 31. SENTIDOS SOBRE OS INDÍGENAS NOS JORNAIS IMPRESSOS DA AL .....</b>	<b>124</b>

141

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1. MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA QUE OS ÍNDIOS MANTENHAM SEUS MODOS DE VIDA.....</b>	<b>66</b>
<b>FIGURA 2. FD1 E SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES-SUJEITO .....</b>	<b>126</b>
<b>FIGURA 4. FD3 E SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES-SUJEITO .....</b>	<b>147</b>
<b>FIGURA 5. FD4 E SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES-SUJEITO .....</b>	<b>152</b>

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO: ABRINDO O PERCURSO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Jornalismo e Minorias .....	25
1.2 Discurso e jornalismo.....	34
<b>CAPÍTULO 2 – DISCURSO E IDENTIDADES CULTURAIS</b> .....	<b>46</b>
2.1 IDENTIDADE E IDENTIDADE INDÍGENA.....	47
2.2 O <i>OUTRO</i> DA SOCIEDADE: IDENTIDADE ATRIBUÍDA .....	56
2.3 POVOS INDÍGENAS E A IDENTIDADE NACIONAL.....	68
<b>CAPÍTULO 3 – “TUDO ÍNDIO, TUDO PARENTE”: A DIVERSIDADE ÉTNICA NA AMAZÔNIA LEGAL</b> .....	<b>75</b>
3.2 AMAPÁ .....	83
3.3 AMAZONAS.....	85
3.4 MARANHÃO .....	89
3.5 MATO GROSSO.....	91
3.6 PARÁ.....	94
3.7 RONDÔNIA .....	96
3.8 RORAIMA.....	99
3.9 TOCANTINS.....	101
<b>CAPÍTULO 4 – MAPA DE SENTIDOS</b> .....	<b>104</b>
4.1 A articulação da Análise do Discurso e Procedimentos.....	106
4.2 Gesto de leitura .....	121
4.2.1 FD1 – TERRAS INDÍGENAS SÃO PROBLEMA.....	125
4.2.1.1 PS1 – Demarcação de terras indígenas é imprescindível .....	127
4.2.1.2 PS2 – Terras indígenas são invadidas .....	134
4.2.1.3 PS3 – Indígenas Invadem terras .....	137
4.2.2 FD2 – INDÍGENAS TÊM SEUS DIREITOS DESCUMPRIDOS .....	140
4.2.2.1 PS4 – Saúde indígena está desassistida .....	141
4.2.2.2 PS5 – Educação Escolar Indígena têm sido implementada .....	143
4.2.2.3 PS6 – Educação Escolar Indígena precisar ser implementada .....	145
4.2.3 FD3 – INDÍGENAS SOFREM VIOLÊNCIA E SÃO VIOLENTOS .....	147
4.2.3.1 PS7 – Indígenas são vítimas de violência .....	147
4.2.3.2 PS8 – Indígenas são violentos .....	149
4.2.4 FD4 – CULTURA INDÍGENA É PROBLEMA.....	152
.....	152
4.2.4.1 PS9 – Desconhecimento gera preconceito.....	153
4.2.4.2 PS10 – Cultura Indígena deve ser valorizada .....	154
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESFECHO DE UMA TRAVESSIA</b> .....	<b>162</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>173</b>

## **1 - INTRODUÇÃO: ABRINDO O PERCURSO**

*Na cultura indígena, que é rica e sagrada,  
encontra-se a beleza que o branco cobiçou  
na cura de muitas feridas  
o preconceito ainda quer ser nosso opressor*  
**Márcia Kambeba**

“Terra indígena é problema”, “Direito Indígena é problema”, “O indígena e a violência são problemas” e a “Cultura Indígena é problema”. Estes são os sentidos discursivizados sobre os povos indígenas nos jornais impressos da Amazônia Legal; cujo território concentra 98,3% das áreas ocupadas pelas Terras Indígenas (TIs) e 56% da população indígena no Brasil. Soma-se a este paradoxo, a presença destes povos nos jornais analisados marcada pelo silêncio: fala-se pelos indígenas, fala-se deles, mas eles não são ouvidos.

São mais de 457 mil nativos pertencentes a 209 etnias – representa 86% de todas as etnias brasileiras – que têm sua luta, resistência, busca pelos direitos e valorização da cultura sendo discursivizados pelos jornais da Amazônia Legal ancorados a uma memória tecida desde 1500, com a chegada do navegador português Pedro Álvares Cabral. São discursos que nos indicam reforço de estigmas e estereótipos tais como o índio selvagem, o índio ecologista, o índio marginal. Essas denominações – mesmo nos dias atuais – ainda se filiam e reproduzem sentidos sócio-historicamente relacionados a uma fala colonialista de séculos passados.

Se olharmos pelo viés dos povos indígenas, no papel, são cidadãos brasileiros, notamos que – na prática – uma minoria pouco compreendida e vivente às margens da indignidade na sociedade. Prova disso é que foi preciso institucionalizar a necessidade e o direito do cidadão brasileiro em aprender sobre os indígenas e sobre outros povos originários que compõem a nossa cultura.<sup>1</sup>

A Amazônia Legal (AML) – espaço correspondente a 59% do território nacional – engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão (a Oeste do meridiano de 44°W), perfaz cinco milhões de km<sup>2</sup>. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região/ por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território

---

<sup>1</sup> Referimo-nos à Lei no 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados.



de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes, em consequência de mudanças na divisão política do país (IPEA, 2008).

Ao considerarmos uma ótica numérica, a Amazônia Legal poderia ser o 7º maior país do mundo em extensão territorial, incluindo 775 municípios. São 308 TIs homologadas que abrangem pouco mais de 1.023.215 km<sup>2</sup>. Além das TIs homologadas e em processo de reconhecimento, existe uma série de terras que várias comunidades indígenas reivindicam para serem reconhecidas pelo Estado brasileiro.

Embora os indígenas e a alguns jornais aqui estudados já tenham sido estudados em outras áreas como Antropologia, Educação, Linguística, História entre outras, em nosso Estado da Arte encontramos menos de 20 teses sobre os indígenas e sua relação com o jornalismo na área Comunicação Social, um número que consideramos baixo diante da relevância da temática, bem como em relação ao número de pesquisas desenvolvidas em outras áreas do conhecimento.

A partir do recorte realizado, foram encontrados 37 trabalhos distribuídos entre as seguintes áreas: Comunicação (14), Educação (3), História (3), Antropologia (3), Psicologia (3), Letras (3), Mídias (2), Linguística (2) e Estudos da Linguagem (4). Ao iniciar o doutorado em Comunicação Midiática na Universidade Federal de Santa Maria, houve a preocupação com o conhecimento e os desdobramentos das pesquisas anteriores sobre a temática indígena. Assim, o primeiro passo foi realizar o Estado da Arte. Procuramos, por intermédio das palavras-chaves do nosso estudo (representação indígena; índio; indígena; mídia; mídia impressa; Jornalismo e Jornalismo impresso), fazer um levantamento das pesquisas realizadas no Brasil, por intermédio de uma leitura exploratória. Foram utilizadas quatro bases de dados para o presente levantamento: Biblioteca de Teses e Dissertações da Capes, Portal de Periódicos da Capes, Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação (Portcom), FUNAI e ONU.

Neste recorte, encontramos pesquisas que examinaram a representação social do indígena em trabalhos cinematográficos, documentos históricos e materiais didáticos (ensino da Literatura e da Matemática), caracterizados com estudos realizados *in loco*, envolvendo comunidades indígenas de diferentes etnias e localidades. Assim, focamos somente nos 19 estudos que trataram da representação social do indígena na mídia.

A dissertação intitulada *Sujeitos sem voz: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco*, da pesquisadora Patrícia de Melo – de 2003 – analisa o

discurso e a representação social do indígena em dois jornais do estado de Pernambuco (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Comércio*). Depois de 127 matérias analisadas, a pesquisadora, por meio da análise do discurso e da teoria do agendamento, concluiu que os indígenas ocupam a posição de fonte passiva do discurso jornalístico, promovendo o silenciamento destes povos originários. Assim, a posição social do indígena na esfera pública é a de submisso, subalterno, silenciado, aparecendo na mídia a partir de um senso comum que ou os mantém à margem do discurso dominante, ou reforça a condição de subalternidade. A pesquisa evidenciou também forte vinculação temática entre a violência e os indígenas, predominando a versão do indígena como autor da violência, o que contribui para o silenciamento dos mesmos.

A pesquisadora Moema Urquiza, na dissertação *Identidades Indígenas na Mídia: um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação*, realizada em 2013, buscou investigar a percepção que professores indígenas têm das representações dos seus povos na narrativa midiática no Mato Grosso do Sul. Para isso, analisou matérias publicadas nos jornais eletrônicos sul-mato-grossense; posteriormente, entrevistou professores indígenas sobre a percepção deles acerca das notícias publicadas. Para a autora, os indígenas figuram como vilões e protagonistas dos dramas urbanos vivenciados no local. Para exemplificar, Urquiza cita notícias sobre tráfico de drogas em aldeias e a superpopulação em certas comunidades, o que intensificaria a violência entre esses povos. Estes também aparecem como sujeitos vulneráveis, vítimas de agressões e da omissão do poder público (notícias sobre desnutrição, assassinatos, suicídios, invasão das terras, discriminação, entre outras). O estudo aponta o trágico como principal valor-notícia adotado pelos veículos estudados. Além disso, a pesquisadora identificou – em algumas notícias – critérios europeus para classificar quem é mais ou menos indígena, quando se noticia as disputas por recursos, lutas para demarcação dos territórios ou políticas públicas. Pode-se verificar o estranhamento quanto à presença dessas populações nas cidades (e não nas florestas) e quanto à posse de artefatos tecnológicos e ao uso de roupas – estes seriam sinais de perda de uma suposta pureza identitária.

Já Verônica Figueiredo (2014) tenta entender – na tese *Hegemonia e contra-hegemonia nas ordens discursivas sobre a questão indígena no Brasil: silenciamento e ativismo* – como a imprensa cobre os temas Educação, Saúde, Direitos Humanos e

direito a terra, por parte dos povos indígenas. Ela o faz comparando a cobertura jornalística veiculada por *blogs* e *sites* de organizações indígenas. Este conjunto de direitos e políticas públicas direcionados aos povos indígenas foi denominado, pela pesquisadora, como “a questão indígena”. Verônica analisou os jornais *Correio Braziliense*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, assim como as postagens e os comentários feitos por quatro perfis das organizações indígenas no Facebook. No trabalho, verificou a existência de duas ordens discursivas: uma hegemônica, presente na mídia tradicional ou grande imprensa, cuja principal marca é o silenciamento da voz indígena, por meio da ausência ou da baixa presença das fontes de informação de representantes indígenas nas notícias publicadas; outra contra-hegemônica, presente nas mídias participativas, particularmente nas postagens do Facebook das organizações indígenas. A característica desta ordem contra-hegemônica foi a circulação da voz dos povos indígenas de forma plural, articulada e mobilizada.

Já a dissertação de Juliana Amorim, *O indígena Guarani de Dourados (MS): mídia, representação e discurso* (2011), problematiza os discursos midiáticos sobre a desnutrição nas aldeias indígenas de Dourados (MS), de forma a conhecer as representações do indígena sul-mato-grossense construídas pelo discurso da mídia. A pesquisadora selecionou dez excertos do jornal *O Progresso*, de distribuição regional, e nove excertos da *Folha On-line* (nacional), nos quais fez análise do discurso, a fim de obter pistas que levem à representação midiática do índio guarani. As representações encontradas nos jornais foram: o índio abandonado pelos órgãos públicos, subalterno, miserável e selvagem, sendo visto como aquele que não tem direito à voz, a qual é silenciada pela presença do discurso de autoridades.

Trabalho de pesquisa semelhante foi realizado na tese *Processos identitários indígenas em Dourados: leitura dos discursos midiáticos e escolares em uma perspectiva semiótica*, de Eliane Miqueletti (2015). Nele, buscou-se investigar os regimes de interação e os processos identitários construídos entre os indígenas e não-indígenas, na cidade de Dourados (MS), a partir dos discursos proferidos pela mídia e pela escola. A pesquisa apontou que a mídia propaga o clima de conflito entre indígenas e não-indígenas. O ser indígena foi colocado em questionamento e a tendência foi sua segregação e/ou assimilação. Já nos discursos coletados nas escolas, o mesmo questionamento também esteve presente: o indígena colocou-se na posição para ser visto, na tentativa participar das relações de poder com o não-

indígena, como forma de sobrevivência de sua identidade culturalmente fundada. Evidenciou-se que na escola não-indígena, há um forte distanciamento do outro. Alunos e professores emitem estereótipos do indígena marginalizado socialmente, não visibilizando sua participação.

Orlando Carneiro (2013) analisou, em sua dissertação, *O discurso sobre criminalização indígena no jornal Folha de Boa Vista (2000-2005)*, o discurso sobre criminalização indígena no jornal impresso Folha de Boa Vista, a partir da perspectiva textual e imagética. Valendo-se da análise do discurso, o autor interpretou textos jornalísticos (manchetes, chamadas, editoriais, fotorreportagens, matérias e notícias) e imagéticos (charges), divulgados no período de 2000 (contexto das comemorações dos 500 anos de colonização no Brasil) a 2005 (época de intensa luta indígena pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol). A pesquisa evidenciou que o jornal fez uso do discurso criminalizador dos índios e negou as diferenças étnicas em nome de uma homogeneidade falseada.

Na dissertação *Diálogo parcial – uma análise da cobertura da imprensa para a questão indígena brasileira* (2004), o autor Maurício Bittencout analisou 364 edições dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. A pesquisa evidenciou que o Jornalismo praticado pela chamada grande imprensa é parcial e não contribui para o diálogo entre os povos indígenas e demais partes da sociedade. Isso fica evidente quando o autor cita as fontes referidas nos textos publicados: somente 34% indicam as fontes como sendo os indígenas e os outros 66% possuem fontes não-indígenas. O pesquisador também entrevistou profissionais que trabalham com a comunicação entre indígenas e não-indígenas, denominados "comunicadores interculturais", e, a partir desses depoimentos, confirmou uma das hipóteses da pesquisa: a opção dos jornais em noticiar os povos indígenas apenas quando estes estão envolvidos em situações de conflito.

Priscila Viudes (2009) – na obra *Os índios nas páginas d'O Progresso: representações da desnutrição indígena no jornal* – analisou, por meio da historiografia, as representações sobre os casos de desnutrição indígena publicados no jornal *O Progresso*, em 2005. A pesquisa identificou que o discurso jornalístico representou o indígena enquanto ser primitivo e fossilizado no tempo. Já os especialistas da questão indígena tiveram espaço mínimo nas matérias analisadas.

Outra dissertação relevante é *Uma leitura discursiva do falar sobre o índio na mídia impressa contemporânea de Mato Grosso*, de 2008. O trabalho é de autoria de

Cristiane Miranda e discute quando e por quem é dada a voz indígena nos jornais *A Folha do Estado*; *O Circuito MT*, e também na revista *RDM*. Com base na análise do discurso, o estudo evidenciou que as narrativas sobre a temática indígena se filiam e reproduzem dizeres sócio historicamente relacionados à uma fala colonialista dos séculos XII e XVIII.

Na dissertação *A questão indígena Raposa Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo*, de Elisângela Barbosa (2010), buscou-se investigar como os povos indígenas da Raposa Serra do Sol foram representados nas matérias jornalísticas veiculadas no jornal *Folha de Boa Vista*. A autora fez uso das contribuições de Patrick Charaudeau para análise do discurso midiático e constatou que a mídia noticiosa tende a excluir a fala das minorias, alimentando estereótipos e reproduzindo racismos.

Já no artigo *A Folha de Boa Vista e a desintrusão, na terra indígena Raposa Serra do Sol*, Barbara Heller e Wenya Alecrim analisam as maneiras pelas quais a mídia local noticiou o processo final da retirada dos não-índios, as mediações e as representações dos grupos sociais envolvidos diretamente, no caso, indígenas, arroteiros e políticos. A pesquisa evidencia que a *Folha de Boa Vista* representou os índios como sujeitos agressivos e lutadores, enquanto a representação dos rizicultores foi a de homens injustiçados, que precisavam da visibilidade jornalística para expressar suas opiniões. Assim, as autoras detectaram que o jornal foi parcial apoiando os rizicultores.

Maria Lima (2001) – em sua dissertação *O índio na mídia impressa em Roraima* – aborda a construção da imagem do indígena por meio do uso de representações iconográficas, como forma de entender a contribuição da imprensa para a constituição da imagem do índio no imaginário da sociedade roraimense. A partir da análise das fotografias e charges nos jornais *Folha de Boa Vista*, *O Diário* e *A Gazeta de Roraima*, a pesquisadora constatou três imagens representadas dos indígenas: a primeira mostra um conceito antigo de silvícola e aponta uma visão estereotipada, preconceituosa e discriminatória; a segunda, do índio reivindicador, lutando por sua autonomia e direitos de sobrevivência e de posse da terra; a última, de um índio subversivo, desumano, manipulado pela igreja, incapaz de pensar e produzir.

Claudomilson Braga – na tese *Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e conflito: o caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (2005-2009)* – analisou as representações sociais dos indígenas na mídia

imprensa, com base na situação de conflito de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol no jornal *Folha de S. Paulo*. A pesquisa constatou que a mídia agendou o discurso hegemônico, no qual o índio permanecia tutelado e sem opinião própria. Assim, no momento do conflito, discutiram-se mais os interesses dos não-índigenas e do restante do país do que os interesses das etnias. Para o pesquisador, o fato de o indígena não se submeter ao modo de vida ocidental/eurocêntrico, fez com que fosse colocado em uma posição oposta, quase divergente, cuja resistência foi entendida como rebeldia. Como consequência, o preconceito contra os indígenas foi expresso de forma institucionalizada, por meio da invisibilidade e do silenciamento, negando-lhe o direito à autorrepresentação.

Maria Freire (2000), em seu artigo *A representação do índio na imprensa brasileira – o caso Payakã*, analisa o tratamento dado pela imprensa brasileira ao índio Paulinho Payakã, da etnia Caiapó, acusado de estupro, em junho de 1992. Foram analisados os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e as revistas *Veja* e *Istoé*, no período de junho a dezembro de 1992. De acordo com a autora, os jornais e revistas analisados apresentam o respectivo índio como culpado. Algumas vezes, os veículos o representam como rico, por possuir um extenso território. Além disso, evidenciam que as imagens que aparecem na mídia provêm da sociedade, da Literatura, do Cinema, além das práticas da Igreja e do Estado.

A dissertação de Inesita Araújo (2000) – *Reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social* – evidencia como a mídia tem contribuído com a construção do imaginário social reverberando e ampliando imagens sobre os índios. O “índio primitivo” é a imagem de maior recorrência na pesquisa, especialmente na televisão, no Cinema e Literatura. As outras imagens publicizadas foram: “índio ecologista”, “índio falsificado” “índio transgressor” e “índio em perigo”.

André Martins – no artigo *Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica*, de 2005 – destaca exemplos de textos dos jornais, de acordo com os princípios da análise de discurso crítica, e identifica como os grupos minoritários (índigenas, quilombolas e meninos de rua) são representados – preconceituosamente – nas reportagens. O autor analisa seis textos dos jornais *Correio Braziliense*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, tendo sido retiradas duas matérias por cada segmento. Nos textos, os costumes e modo de vestir indígenas foram tratados como algo cômico; além disso,

os índios sofreram preconceitos ao reivindicarem o direito à Educação, como se – no passado – eles somente quisessem apitos. Já os negros tiveram o reconhecimento do direito natural a terra suprimido, e no trabalho, este direito, que trata de uma reparação, foi ressignificado como uma concessão do opressor para o oprimido. Os meninos de rua, por sua vez, foram construídos no discurso como sujeitos fora da sociedade e apresentados de modo a despertar sentimentos de piedade. Aparecem como alvos da ação beneficente, paternalista ou de olhar caridoso.

Já no artigo de Elton Rivas (2010) – *Os bons e maus selvagens da imprensa* – encontram-se abordadas as representações e o discurso sobre os povos indígenas brasileiros na revista *Veja* e nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, além dos desdobramentos na construção de uma identidade dos povos citados perante o restante da sociedade. Para Rivas, as representações se operaram mediante a difusão de imagens clichês, generalizações e estereótipos, que alargaram a fenda entre o real e o idealizado. Houve a redução descritiva e analítica do conteúdo publicado confinando os povos indígenas em – basicamente – duas concepções: bons e maus selvagens. A questão indígena teve visibilidade com base na noção de um “índio genérico”, ignorando a diversidade que constitui os povos indígenas.

Os pesquisadores Carolina Costa e Antônio da Silva (2015) – no artigo *Mídia e Cultura: uma narrativa da revista Veja sobre o indígena brasileiro* – analisaram a construção de narrativa na formação de identidade cultural dos indígenas, tendo como amostragem uma reportagem publicada na edição 2.163, do dia 05 de maio de 2010. Pela narratologia, os autores evidenciam que os índios, como personagens da narrativa de *Veja*, são aculturados, inseridos na sociedade e com desejo de acesso às tecnologias, integrando-se ao sistema capitalista. As instituições estatais designam o índio de forma estereotipada, como seres primitivos. O discurso midiático classificou o índio como antagonista na narrativa publicada pela revista *Veja*.

Otávio Klein – na tese *A midiáticação no telejornalismo em rede: as reportagens da Rede Brasil Sul de Televisão sobre os indígenas caingangues no Rio Grande do Sul*, de 2008 – a partir da análise de conteúdo das matérias veiculadas em dois telejornais da RBS, afirma que os caingangues se tornaram temática no noticiário da RBS somente por representarem o primitivo e o exótico, além dos momentos de conflitos, ações, tragédias ou omissões do Estado com relação aos indígenas. Entretanto, assuntos como luta pela terra, defesa de cultura e idioma, preconceitos e violências físicas, poucas vezes faziam parte do noticiário.

As pesquisas científicas acima relatadas evidenciam o tratamento dado pelo jornalismo impresso, telejornalismo, literatura e cinema às questões étnicas e interétnicas. Os jornais estudados figuram os indígenas como se estivéssemos na época de 1500, início da colonização. Ou como se o fato de posse e interação com as tecnologias da comunicação e o uso de roupas os destituísse de sua raça sendo considerados como “falsificados”. Evidencia-se também a preferência destes jornais por temáticas que envolvam os indígenas em questões negativas, tanto no embate desses com os setores públicos e tragédias, quanto em confrontos com outros povos. Outra constatação é a ausência da voz indígena nos materiais informativos sobre eles, além da discriminação racial.

Estas comprovações nos são caras, porque permitem que nos aproximemos do interdiscurso a respeito dos indígenas. Ou seja, a articulação da linguagem com a ideologia e o político. As narrativas sobre os povos indígenas nas pesquisas científicas mencionadas nos remetem a uma memória discursiva colonialista, arcaica, impregnada de arquétipos e estereótipos (índio primitivo). Como as pesquisas foram – em sua maioria – desenvolvidas nos ou sobre os estados e os indígenas que compõem a Amazônia Legal, facultou-nos compreender mais uma condição de produção do discurso.

Com o recorte adotado para esta tese (os Indígenas nos jornais impressos da Amazônia Legal), nossa proposição se credencia à linha de pesquisa Mídias e Identidades Contemporâneas, proposta pelo Programa de Comunicação Social (Poscom) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Há de se ressaltar – também – o status dessa temática no universo acadêmico. As questões étnica-jornalística-discursiva são recorrentes como em análises de fenômenos ou casos específicos, como o desta tese, ao fazer trabalhar os discursos sobre os povos indígenas nos jornais da Amazônia Legal.

A justificativa da relevância desta tese reside no caráter de ineditismo da proposta, como também de nossa experiência pessoal: “Meu trabalho é indissociável de minhas tomadas de posição, e isso sempre vou reivindicar” (MATTELART, 2002). Faço nossas as palavras do sociólogo Armand Mattelart, dentro da nossa vida acadêmica e profissional sempre houve a opção pelo lado social e humanístico. Esta inclinação vem da vivência de uma pessoa negra, de classe pobre e do interior de Minas Gerais que – para chegar até este texto – teve de superar preconceitos, dificuldades financeiras e da própria formação. Não menciono estas dificuldades para



causar comoção ou como forma de lamentação, mas para mostrar o caminho trilhado e o porquê da escolha dos povos indígenas e dos jornais da Amazônia Legal para desenvolver minha tese doutoral, na qual me empenho nos últimos quatro anos.

O interesse pelo Jornalismo começou em 2000, com o início do curso de graduação na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Desde então, faço do Jornalismo meu ofício: até 2009 como profissional; nos últimos oito anos, como professor em universidades em Roraima. Já o interesse pelos indígenas se iniciou com minha chegada a Roraima, também em 2009, porque tomei consciência de que – no estado – as típicas e veladas ações discriminatórias, como piadas e xingamentos, em sua maioria, não eram dirigidas aos negros, mulheres e/ou aos homossexuais como ocorre em outros estados, sim, aos povos indígenas. Mais tarde – em 2011 – como professor efetivo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), comecei a ter contato mais próximo com os alunos indígenas deste estado e de outros da região Norte que lá estudavam – o que me oportunizou mais bem compreender suas dificuldades, suas potencialidades, sua cultura e seus modos de vida. Foi quando decidi direcionar meu olhar, como pesquisador, para os povos indígenas, porque, pela minha consciência, caso existisse uma fila discriminatória imaginária, tenho a certeza de que nesse estado os indígenas estavam, e estão, em primeiro lugar. Pelo meu entendimento, o conjunto de direitos e de políticas públicas direcionados aos povos indígenas, como os Direitos Humanos, Educação, Saúde, entre outros, ainda estão em estágios de resolução mais precários do que as demais minorias.

Outro fator que me chamou a atenção foi a iniciativa da Universidade Federal de Roraima em propiciar Educação continuada aos povos indígenas. Isso se deu pela criação do Instituto Inskiran<sup>2</sup>. O Instituto foi criado para atender às demandas dos indígenas de Roraima para a realização de uma educação continuada – anterior à criação do Insikiran, os indígenas do estado terminavam o Ensino Médio e retornavam às suas comunidades sem poder prosseguir nos estudos. Como afirma Moretti (1999, p. 60), "A escola, além de dedicar-se a ensinar os saberes científicos e a habilitar pessoas para a vida profissional, deve ter um objetivo maior, o de preparar as pessoas

---

<sup>2</sup> O significado de Insikiran é originário da mitologia dos povos indígenas que habitam o Monte Roraima, sendo para os índios Macuxi, um dos filhos guerreiros de Makunaimî, irmão de Anikê, integrando toda a cosmologia de criação dos indígenas dessa região, segundo a tradição e a cultura desses índios (FREITAS, 2014, p. 605).

para o exercício de seus direitos. Dos direitos humanos, direitos de cidadão, ou seja, direitos civis, sociais e políticos".

A UFRR é a primeira instituição federal de Ensino Superior a implantar cursos específicos de graduação para a formação de indígenas no Brasil. Como também é a primeira universidade federal do Brasil a ter um indígena como reitor: trata-se de fatos pioneiros na História do país, como também demonstra respeito a esta minoria.

Para a execução da pesquisa, elegemos nove jornais da AML (um de cada estado) para a nossa investigação. *A priori*, como aproximação do nosso objeto empírico, nos concentramos em momentos específicos da cobertura, a seguir explicitados, realizando um movimento interpretativo<sup>3</sup> acerca de temas; especialmente, de fontes presentes em textos informativos dos jornais *A Tribuna* (Acre), *Diário do Amapá* (Amapá), *A Crítica* (Amazonas), *O Estado do Maranhão* (Maranhão), *A Gazeta de Cuiabá* (Mato Grosso), *Diário do Pará* (Pará), *Diário da Amazônia* (Rondônia), *Folha de Boa Vista* (Roraima) e *Jornal do Tocantins* (Tocantins), ou seja, um periódico impresso de circulação regular em cada estado e escolhido pelo critério de tiragem. Dos nove jornais mencionados, entretanto, apenas o *Diário da Amazônia* é auditado pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC); desta forma, foram consideradas as tiragens indicadas em cada jornal e por uma consulta com professores de Jornalismo das universidades federais dos estados mencionados – como também, a preferência de leitura pelos moradores das cidades onde estão as sedes dos jornais pesquisados.

Para análise, consideramos a cópia fac-símile das edições disponibilizadas nos sites dos jornais e, também, enviadas por e-mail a nós enviadas pela professora Dra. Francielle Maria Modesto Mendes, do curso Comunicação Social/Jornalismo, da Universidade Federal do Acre. A amostra soma 138 textos jornalísticos entre informativos e opinativos dos nove jornais especificados anteriormente; deste quantitativo, foram extraídas 359 sequências discursivas.

Apresentamos a seguir a relação do Jornalismo como mediador e potencializador na estratégia de luta dos grupos minoritários contra os hegemônicos.

<sup>3</sup> Como forma de aproximação do nosso objeto empírico, realizamos Análise de Conteúdo dos textos jornalísticos publicados na semana do Dia do Índio de 2017 (16 a 22 de abril), o que nos propiciou subsídio para a caracterização dos jornais impressos estudados. Parte dos achados desta análise foram publicados na *Revista Observatório*, do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) sob o título *Indígenas nos jornais da Amazônia Legal: breve leitura a partir da análise de conteúdo*. Outras informações em: <<http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p544>>.

Com o movimento de empoderamento e descontentamento das minorias com a ordem hegemônica, juntamente com o novo processo de mediação assumido pelo Jornalismo, estes grupos têm incorporado à luta tradicional novas tecnologias, na qual as formas de atuação estão pautadas em acordo com o ambiente midiático.

### 1.1 JORNALISMO E MINORIAS

Para Raquel Paiva (2005), o maior desafio contemporâneo das mediações sociais está na aceitação radical do outro, no estabelecimento de regras, afetos, normas e padrões. Para ela é necessário criar uma cartografia das relações sociais na qual o jornalismo tem papel central e responsabilidade pelas mediações sociais, inclusive com envergadura para até mesmo substituí-las ou redefini-las. Contudo, o aumento da espetacularização tem afastado o Jornalismo do papel de mediador, privilegiando mais um número pequeno de indivíduos na sociedade em detrimento de outros, como nos aponta.

[...] a nova ordem cada vez mais privilegia um número diminuto de povos e indivíduos, capazes de experimentar continuamente todas as novas proposições midiáticas, e coloca de lado um número cada vez maior de indivíduos e populações excluídas dos procedimentos velozes dos bens de consumo (PAIVA, 2005, p.16).

Nessas permanentes mediações sociais que ocorrem entre grupos minoritários e hegemônicos, começa a surgir uma nova forma social, regulada pela violência – física e simbólica – e crueldade (PAIVA, 2005, p.17). Essas novas formas sociais têm impulsionado minorias a reivindicar o *status quo*, tentando quebrar os sistemas de manutenção da ordem e o “entendimento comum”. Podemos citar as minorias sexuais, religiosas e étnicas, como os povos indígenas no Brasil que – desde 2013 – sofrem retrocessos nas políticas indigenistas realizados pelo próprio Estado brasileiro; como exemplo, o baixo número de regularizações fundiárias, o aumento do número de mortes ocasionadas pelos conflitos nas terras de direito ancestral entre outros (ISA, 2018).

O movimento de empoderamento das minorias surgiu a partir de 1950, quando elas passaram a ocupar espaços importantes e pautaram novas temáticas, além das tradicionais política e economia, reivindicando não somente por melhores serviços públicos, assistência social e aposentadoria ao Estado. Elas exigiam também o

reconhecimento das suas diferenças e particularidades que compõem suas identidades. Com isso, o Estado passou a ter a necessidade de elaborar não somente políticas de diferença, como também políticas de cultura que possibilitem às minorias afirmarem suas diferenças e exercer suas singularidades sem que elas impliquem em desigualdades (BARBALHO, 2005, p.30).

Sodré ressalta quatro marcas constituintes das minorias: vulnerabilidade jurídico-social; identidade *in statu nascendi*, luta contra-hegemônica e estratégias discursivas; portanto, são reconhecidas como uma fusão gregária mobilizadora possuidora de um dispositivo simbólico com intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica (SODRÉ, 2005, p.12-13). Os povos indígenas viventes na Amazônia Legal se enquadram nas características propostas por Sodré e destarte se caracterizam como uma minoria.

A partir do descontentamento destas minorias com a ordem hegemônica, juntamente com o novo processo de mediação assumido pelo Jornalismo, surge o que Paiva (2005, p. 17) chama de *minoría flutuante*. Este grupo difere suas ações dos movimentos sociais “tradicionais” que assumem a militância ao sistema hegemônico, pois passam a ser mais fluídos, utilizando estratégias de luta tradicionais, como também incorporam novas tecnologias. Sua principal característica é pautar as formas de atuação em consonância com o ambiente midiático:

Alguns movimentos podem tanto possuir uma militância organizacional e partidária ativa, com estrutura de um movimento social, como, ao mesmo tempo, conseguir viver ao sabor de alguns acontecimentos, “flutuando ativamente” por entre assuntos do cotidiano. Comporta, por essa razão, uma forma de movimento que pode ser definida por “minorias passionais”, capazes de comprometer a governabilidade democrática, e sua presença caracteriza definitivamente o perfil dos movimentos atuais no momento em que vigora a “era das turbulências” (PAIVA, 2005, p.18).

Nessa esteira, esta nova forma de mobilização reivindicatória pode – ocasionalmente – adotar posturas radicais, inclusive violentas; entretanto, suas radicalizações não vão além do discurso e duram apenas o tempo do evento jornalístico. Com relação ao alcance destes movimentos como forma de alterar a ordem vigente, Paiva (2005, p.19) destaca que “o fato de serem flutuantes não significa de forma alguma que sejam inconsistentes ou ainda que não possam vir a ter uma presença efetiva como força contra-hegemônica”.

Nesse sentido evidencia-se que a tônica jornalística está cada vez mais presente nas ações destes grupos flutuantes, o que tem ocasionado protestos cada vez mais violentos. O ato violência – critério noticiável no jornalismo – torna-se linguagem social, alimentando manifestações cada vez mais espetaculares em que lutas sociais são norteadas pelas premissas da aparição midiática. Dessa forma, esvazia-se o propósito dos movimentos minoritários tradicionais que era a alteração da estrutura social vigente.

Recobrando Sodré (2005), a respeito das quatro características básicas das minorias, nos chama a atenção à quarta – estratégias discursivas, a qual inclui o contato com revistas, jornais, programas de televisão e campanhas pela internet. Este reconhecimento da importância da articulação dos movimentos sociais com os veículos de comunicação também é lembrado por Barbalho (2005, p.36) quando afirma não ser possível descartar o espaço do jornalismo no fazer político. Não é de estranhar – portanto – que um dos pré-requisitos para que as discussões encontre ressonância a favor do reconhecimento; sem dúvida, é a sua presença nas estruturas de comunicação (BARBALHO, 2005, p.35).

Ainda para Barbalho, o Jornalismo desempenha um papel que vai além de ser um espaço onde se trava a luta política e retoma a característica dialógica da identidade e o contato intersubjetivo, na qual os meios de comunicação ajudam a constituir e a reconhecer as diferenças minoritárias. Neste aspecto, resgatamos Muniz Sodré (2005) – em sua explicação sobre como os alemães entendem “maioridade” e “menoridade” – para evidenciar, ainda mais, a importância dos meios de comunicação:

Em kant, “maioridade” (*Mündigkeit*) significa “possibilidade de falar”. O seu oposto, “menoridade” (*Unmündigkeit*), a “impossibilidade de falar”. Ou seja, a “menoridade” relaciona-se àquele que não tem voz, que não tem direito à plena fala. A “maioridade” marca a conquista de ser ouvido, ou, em outras palavras, de ser cidadão. Daí que a noção contemporânea de “minorias” implicar sua luta para alcançar o poder da fala (SODRÉ, 2005, p.12).

Vale destacar que, para Barbalho (2005, p. 36), o Jornalismo detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos. Ele deve ser entendido como condição básica para o exercício da política da diferença, possibilitando que as minorias possam falar e sejam ouvidas. Com base nestas afirmações, admite-se que o acesso democrático aos meios de comunicação é uma das principais formas de possibilitar cidadania às minorias, no sentido de dar voz a estes grupos

marginalizados, ajudando-os a contrariar uma agenda hegemônica e as hierarquias sociais.

Gregolin (2007) corrobora a ideia de Barbalho ao afirmar que na contemporaneidade, os meios de comunicação de massa são um dos principais dispositivos discursivos pelo qual uma “história do presente” é construída. Para ela, o Jornalismo faz um papel de mediação entre as construções simbólicas de representação da realidade com os seus leitores. Ele se configura como agente de educação e socialização, uma vez que participa da construção da realidade social, ofertando pautas e temáticas que fazem parte da vivência cotidiana das sociedades modernas. Segundo Martín-Barbero (2008), os meios de comunicação são “matrizes de cultura”, pois produzem efeitos de sentido, partilham símbolos e imagens da cultura, além de suscitar – no leitor – sentimento de pertencimento à determinada coletividade. Trata-se não só de um sistema de produção cultural, mas também de um exercício de poder simbólico por meio da própria linguagem e da força de representação da realidade.

Constatamos que – atualmente – este poder está distante da sua responsabilidade democrática e de ser uma peça principal, como foi pensado na constituição do espaço na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados, ajuizada por Habermas (2014). Segundo o filósofo, a mídia seria o local destinado para a construção e a circulação de sentidos, moldando o modo de dizer sobre si e sobre os grupos sociais aos quais as pessoas pertencem. Desta forma, a mídia atuaria como uma mediadora entre o Estado, nomeada pelo autor como esfera política, e os indivíduos, classificados como a esfera civil (HABERMAS, 2014). Este processo de mediação culmina na formação da opinião pública em uma sociedade democrática e deveria dar condições de visibilidade total à discussão pública para que todos os extratos sociais pudessem influenciar as decisões do sistema político: uma participação política ativa, plural e cidadã. Para o sociólogo, os interesses e vontades dos cidadãos somente seriam considerados após ganharem expressão em discursos e proposições por meio da palavra e da comunicação. Como reforça Gomes (1998, p.155):

A esfera pública seria o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões, que comportam consequências concernentes a uma coletividade, apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional.

O modelo deste espaço de discussão pública concebido por Habermas sofreu revisões pelo próprio autor, atualizando-se com o tempo. O fato ocorreu com a publicação da obra *O espaço público 30 anos depois* (1990), que acrescentou novos processos de organização e participação pública dos cidadãos, especialmente pela primeira publicação não incluir os movimentos populares ocorridos no final do século XVIII na Inglaterra, França e Alemanha. O autor também reconheceu a existência de uma pluralidade de dimensões públicas não limitadas aos espaços institucionalizados de participação pública, como a imprensa, associações, parlamento, entre outros.

A revisão do sociólogo foi fortemente marcada pela multiplicação de espaços de interação e argumentação públicas, ocasionados pelas mudanças sociais, organização, distribuição, consumo e produção de informação. Além disso, considerase também o surgimento de novos jornais e revistas, que mudaram seus conteúdos para atender ao novo perfil de consumidor:

Ela [Esfera Pública], de novo, se transformou com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de massa, com a importância recente da publicidade, a assimilação crescente da informação a centralização reforçada em todos os domínios, o declínio da vida associativa liberal, dos espaços públicos locais, etc. [...]. Disso resultou uma nova categoria de influência, o poder midiático, que, utilizado de maneira manipuladora, roubou a inocência do princípio de publicidade. O espaço público, que é, ao mesmo tempo, pré-estruturado e dominado pela mídia de massa, tornou-se uma verdadeira arena vassalizada pelo poder, no seio da qual se luta por temas, por contribuições, não somente para a influência, como também para um controle dos fluxos de comunicação eficazes (HABERMAS, 1990, p.16).

Com as mudanças ocorridas com a modernidade e a recharacterização dos perfis da população, a proposta de esfera pública de Habermas se torna o foro ideal para que o jornalismo pudesse realizar mudanças profundas na sociedade, supostamente municiando o público com boa qualidade informacional, o que propiciaria – consequentemente – pessoas mais conscientes, éticas, solidárias e participativas.

Os meios de comunicação de massa sofrem ainda mudanças estruturais por causa de melhorias nas redes de comunicação global e serviços *on-demand*, o que tem levado o seu público para a internet, seja por informação escritas, em áudio ou vídeo, e também, por entretenimento. Por isso o forte número de aquisições e fusões nas últimas décadas, evidencia um setor cada vez mais concentrado e menos democrático, como é o caso da Amazônia Legal. Todos os nove jornais pesquisados

fazem partes de grupos de comunicação, que ainda detém emissoras de rádio e TV, sites de notícias e outros produtos impressos. A concentração de mídia reflete diretamente na pouca diversidade dos discursos reverberados pelos meios de comunicação. “Os proprietários dos meios de comunicação são suporte do capital” (CHAUÍ, 2006, p.74). O que fica claro é o interesse mercadológico das empresas de mídia, ponto que está intimamente ligado ao interesse dos financiadores das mesmas, pois, como toda corporação, as empresas do setor de comunicação também precisam obter lucro. Se a notícia é versada somente como moeda para a lucratividade empresarial, esvai-se toda a sua função social, cultural, política e ética.

Claude-Jean Bertrand, na obra *Deontologia das mídias* (1999), propõe um novo caminho para que os conglomerados de mídia continuem exercendo atividade lucrativa, mas sem se furtarem da sua missão ética-informativa na produção e na veiculação de notícias. Este caminho se chama deontologia<sup>4</sup>, no qual o principal objetivo é servir bem a população com informação ética, de qualidade e plural, na qual a diversidade da população deve estar representada nas publicações.

Acreditamos que a imprensa brasileira ainda deve avançar muito para se aproximar da deontologia proposta por Bertrand. Uma das causas é atinente à pouca diversidade dos discursos. Entendemos que as realidades das minorias e grupos excluídos são alijadas nos e pelos meios de comunicação, como foi demonstrado no silenciamento dos indígenas nos dizer dos nove jornais pesquisados na Amazônia Legal. Mesmo sendo alvo dos discursos e no período de maior destaque dos povos indígenas, esses atores não tiveram legitimidade atribuída pelos jornais para falar sobre assuntos relativos a eles. Chauí (2006) nos diz que o discurso legítimo seria aquele pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido, apoiado sobre suporte institucional; neste caso, um representante institucional do indígena, algum jornalista ou outro.

Como explica Chauí (2006, p.76):

Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer.

---

<sup>4</sup>Conjunto de princípios e de regras, estabelecido pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos da população (BERTRAND, 1999, p. 48).



Em uma palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem.

Tal perspectiva se coaduna com a noção discursiva de “posição de sujeito”. Trata-se de um lugar de enunciação, que é construído socialmente, em que indivíduos diferentes ocupam-no de modo sucessivo ou até mesmo simultâneo. O exemplo de Benetti (2016, p.237) traz clareza ao conceito mencionado:

A “posição mãe”, mais particularmente, mãe em uma cultura e em uma época, é uma posição de sujeito já um tanto estruturada que uma mulher específica vem ocupar para enunciar, e quando enuncia já não o faz de modo totalmente livre, mas de um modo transformado pela representação daquele lugar no processo discursivo. Esse modo transformado ocorre porque ela, que enuncia, incorpora algo (quase tudo, muito, pouco, quase nada?) daquele lugar, onde se posiciona para enunciar, mas também porque seu discurso é uma potência que se concretiza quando o interlocutor recria seus sentidos. E não podemos esquecer que o interlocutor – também ele – se posiciona para interpretar, e quando o faz ocupa certa posição de sujeito, não sendo também totalmente livre.

No campo jornalístico se apreende como competentes os repórteres e os especialistas, que – juntamente – com as empresas de comunicação, são responsáveis pela oferta dos discursos veiculados. “É aquele que interpreta as notícias e os acontecimentos econômicos, políticos, culturais, religiosos e esportivos, aquele que explica e rebaixa entrevistados, zomba, premia e pune calouros” (CHAUÍ, 2006, p. 77).

São estes atores que – na prática noticiosa, seguindo os princípios jornalísticos da corporação na qual trabalham, bem como suas subjetividades – incidem diretamente na construção do discurso jornalístico. “Os meios de comunicação têm, indiscutivelmente, um efeito considerável fornecendo informações, escolhendo que acontecimentos e que pessoas são importantes”, (BERTRAND, 1999, p.50). Ainda segundo Bertrand (*Ibid*), a influência da mídia ocorre também por outra via: a da omissão. O que ocorreu na análise dos jornais, em 2017, quando dois periódicos nada publicaram sobre os povos indígenas na semana de comemoração ao Dia do Índio: o que dela não se diz significa tanto quanto o que é dito.

Complementarmente a Bertrand, Navarro (2010, p.86) explica:

O jornal coloca à disposição do seu público um conjunto desconexo de fatos que desorganiza qualquer estrutura racional presente no real; o que haveria de organizado no jornalismo é que tais fatos “são submetidos a normas mercadológicas através da generalização, padronização, simplificação e negação da subjetividade”.

São enfoques, número de linhas, tempo, seleção dos fatos e ordem de apresentação destes, em que os sujeitos – jornalista e editor – têm à disposição para criar o efeito do “real” e a credibilidade do veículo de comunicação em que trabalham. Neste sentido, para Gadini (1999, p.04), os meios de comunicação desempenham papel fundamental na constituição dos universos simbólicos; são indispensáveis para apreensão, compreensão e identificação das relações sociais dos indivíduos. Por isso, "Falar em jornalismo é, então, falar em fragmentos de realidade, resultante de um jogo de fatores e códigos de produção discursiva", (GADINI, 1999, p. 14).

Encontra-se – assim – uma das formas do poder midiático: o de ofertar sentidos sobre a realidade a partir de fragmentos dela, ou seja, os simulacros (CHAUÍ, 2006). O conceito, cunhado por Jean Baudrillard (1981), defende que vivemos em uma sociedade na qual símbolos têm mais peso e força do que a própria realidade. Por esse fenômeno, surgem os simulacros: simulações do real e que – contraditoriamente – são mais atraentes ao espectador do que o próprio objeto reproduzido, via de regra.

Ao eleger pedaços desse caleidoscópio de informações diárias, outros são rechaçados, deixando que eles ganhem visibilidade somente por meio de concessões, como datas comemorativas, protestos, o inusitado, o exótico ou também como parte de uma pauta maior – esta já incorporada à rotina jornalística.

A instantaneidade midiática produz o efeito de “*história ao vivo*” interpelando o leitor por textos verbais e não-verbais, elaborando a historicidade por meio de ressignificações de palavras e imagens presentes no passado. O movimento de lembrar e esquecer advindo do passado é o que possibilita a interpretação do hoje. Figuras são recolocadas em movimento e possibilitam outros descolamentos de sentidos; decorrente destes movimentos, surgem as identidades, aponta Gregolin (2007, p.16). Este é mais um motivo que justifica o tema desta pesquisa, pois desvelar a teia de sentidos manifesta nos discursos jornalísticos nos jornais impressos da Amazônia Legal sobre os povos indígenas nos possibilita entender como o jornalismo interfere tanto nos direitos destes indivíduos como – também – na formação das suas identidades. Para Michel Foucault (1978), as identidades são construções discursivas, o que nos leva a questionar: qual seria a identidade dos indígenas já que estes sujeitos estão nos jornais impressos somente em momentos de concessões?

Se as políticas da visibilidade, nas quais as mídias são um dos atores principais, adquirem um estatuto central, isso se deve à linha demarcatória que é estabelecida

entre os modos e estilos validados de vida (que ganham visibilidade) e aqueles que são relegados a uma existência tida como menos qualificada. É dessa forma que os meios de comunicação se constituem como um dos lugares a partir dos quais “Certas pessoas são postas como invisíveis na cena social, podendo ser destituídas de seu lugar de sujeito. Quando por alguma razão se tornam visíveis, é iniciada uma ação de expulsão ou recusa”, segundo Prado (2013, p. 25).

Foucault (2012) – em *Arqueologia do saber* – evidencia que, a depender das condições, alguns enunciados podem ser ditos enquanto outros são proibidos. Isto nos mostra que os momentos históricos são determinantes para que algumas ideias sejam caladas enquanto outras enunciadas. São essas condições de possibilidades que estão detidas no discurso; são delineadas no discurso pelas formações discursivas na qual os saberes de terminada época são sustentados, (GREGOLIN, 2007). Eles foram evidenciados em nossa análise, como exemplo, podemos citar o estereótipo do “índio violento”, “índio preguiçoso – daí surge iniciativas de não demarcar e rever demarcações de terras indígenas, pois, para que “dar” terra para alguém improdutivo? – entre muitos outros.

Nesse mesmo sentido, Gomes (1998, p. 156) complementa:

A imprensa, entretanto, ao tratar de minorias ou de grupos excluídos, tem reservado um espaço/tempo determinado pela predominância discursiva da classe dominante. O discurso midiático – que deveria ser o terreno da crítica à ordem vigente para romper com o consenso que não seja resultado de debate público – se transformou em um reforço da ideologia dominante e, assim, da permanência da exclusão de minorias.

Já Luciano afirma que os indígenas – desde 1970 – têm realizado um esforço articulado de lideranças, povos e organizações para criar uma agenda de luta comum por educação escolar, terra, saúde diferenciada, entre outros (LUCIANO, 2006, p.49). Este conjunto de direitos e as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas são reconhecidos – segundo o autor – como “A questão indígena”.

As reflexões teóricas antecedentes são importantes para despertar a noção de “condições de produção” do discurso<sup>5</sup>. Estas condições “constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente” (BRANDÃO, 2004, p.105).

<sup>5</sup>O discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semionarrativas, (GREGOLIN, 1995, p.5).

Com base na conceituação teórica sobre as condições de produção discursiva, entendemos a Amazônia Legal e suas especificidades, a diversidade de povos indígenas e territórios de direito ancestral, condições de produção, porque ela é o local em que os jornais impressos analisados ocupam lugar dentro do grande campo discursivo em torno da questão indígena. Os jornais impressos também se colocam nessa arena do discurso quando fazem suas opções: quando o discurso é posto de uma determinada forma e não de outra. Ou seja, eles são agentes discursivos nessa esfera pública e provocam agitações nas filiações dos sentidos que se materializam nos textos que circulam em uma sociedade.

Essas condições de produção são percebidas no contexto da formação social a que chamamos de sociedade brasileira; em aspectos específicos, explicitada de diferentes modos, nos capítulos dois (*Discurso e Identidades Culturais*) e três (*Tudo Índio, Tudo Parente: a diversidade étnica na Amazônia Legal*), dedicados aos temas Identidade e diversidade indígena na Amazônia Legal e, no que se refere ao entorno mais imediato do processo discursivo dos jornais, explicado no item 1.1 *Jornalismo e Minorias* e 1.2 *Discurso e Jornalismo* da Introdução; no capítulo quatro *Mapas de Sentido* ao tratar especificamente do discurso jornalístico. Assim, estabelecemos que articulação de toda tese é uma visada discursiva, em trabalho no entremeio da memória e da atualidade e em esforço por alcançar o processo discursivo em torno dos indígenas ditos nos jornais.

## 1.2 DISCURSO E JORNALISMO

O manejo do conteúdo dos jornais é pensado a partir da ótica dos processos de seleção escolha do que vira notícia (BERGER, 1998), tomando forma a partir do paradigma construcionista do jornalismo: de entender as notícias como participantes da construção social da realidade (TRAQUINA, 2012), no mesmo passo que são afetadas por ela. São – desse modo – discursos marcados pela cultura jornalística e cultura em geral; no momento de produzi-las, o repórter constitui seu dizer por relações com outros profissionais, a sociedade e suas fontes de informação (SCHWAAB, 2007). Embora imparcialidade e objetividade sejam ainda valores históricos acionados para denominar o campo jornalístico, inúmeros estudos já debateram o papel dos diferentes profissionais e das fontes na modelagem do discurso jornalístico, fruto do manejo da linguagem, nunca neutra, e das técnicas por

meio das quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos, tal como se desenvolve o processo de edição de um jornal, por exemplo. Novamente acionando Traquina (2012), podemos lembrar que essas escolhas não são aleatórias, mas fruto da “aparência que a ‘realidade’ assume para os jornalistas, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (p. 87). Critérios e estratégias para seleção do que será – ou não – notícia baseiam-se em procedimentos convencionados também pela rotina diária.

Na temática aqui estudada, lembramos que minorias ou grupos excluídos socialmente (GOMES, 1998) ganham espaço discursivo nos produtos jornalísticos a partir de tendências hegemônicas e que uma leitura mais aproximada dos jornais permite discutir as filiações ideológicas e perspectivas adotadas e, ademais, modos de nomear, dar ou não espaço ao que caracteriza essas minorias, o que movimenta o pano de fundo de todo o trabalho investigativo do qual o presente texto se origina, ou seja, como os indígenas são abordados discursivamente pelos jornais da Amazônia Legal.

Diante da questão, elaboramos o seguinte objetivo geral: investigar como o jornalismo impresso da Amazônia Legal constrói, discursivamente, os povos indígenas. A partir dele articulamos os objetivos específicos: (a) mapear os efeitos de sentidos que circulam no jornalismo impresso da Amazônia Legal sobre a temática indígena; (b) compreender como são construídas, discursivamente, as identidades indígenas pelos jornais da Amazônia Legal; e (c) contribuir academicamente para o debate sobre Jornalismo e minorias, sobretudo, os povos indígenas.

Esta tese contou com dois movimentos metodológicos: o primeiro, denominado Gesto Interpretativo, foi realizado com base na Análise de Conteúdo (AC). Foram analisados os textos informativos e opinativos sobre os povos indígenas publicados nos nove jornais impressos pesquisados, em 2017. Por meio deste procedimento quantitativo, nos aproximamos do objeto e compreendemos quais temáticas eram mais recorrentes, quais os tipos de fontes acionados, o número de matérias assinadas e não assinadas, e também a nomenclatura atribuída aos povos indígenas nos textos publicados na semana de comemoração ao Dia do Índio. O segundo movimento foi realizado a partir do aporte-teórico metodológico da Análise do Discurso Francesa (AD). A AD nos possibilitou entender o funcionamento discursivo dos jornais

impressos da AML na semana em comemoração ao Dia do Índio (19 de abril) de 2015, 2016 e 2017.

A partir deste primeiro movimento metodológico, aprofundamos o conhecimento de que os jornais impresso da AML são publicações hegemônicas em seu espaço de atuação, pois pertencem a grandes grupos de comunicação, detentores de rádios, portais de notícia, impressos e alguns deles com emissoras de TV, o que demonstra uma concentração midiática na região, similar ao sistema midiático nacional. Os diários circulam em aproximadamente 90% nos municípios dos estados de origem, com tiragem entre 2,5 a 36 mil exemplares. Aos domingos, podem chegar a 55 mil exemplares e estão sediados nas capitais de cada estado.

Pelos textos jornalísticos analisados constatamos pouca diversidade de opiniões ou de vozes presentes, isto é, um baixo número de fontes de informação contidas nas notícias. Soma-se ao fato, 61% delas serem classificadas como fontes oficiais<sup>6</sup>; 25% como fontes primárias; 8,3% são fontes independentes e 5,5%, fontes documentais. A partir destes dados, observamos um paradoxo, pois as matérias sobre temáticas indígenas possuem poucos deles como fontes. Outra constatação foi a produção do Jornalismo somente a partir de uma fonte ou documento.

Outra constatação foi na forma de nominar os povos indígenas. Em apenas 50% do material jornalístico analisado a etnia dos indígenas foi mencionada, nas demais, o nome para identificá-los foi índio e/ou indígena. Ao se fazer referência à uma identidade indígena genérica, ocorre a transformação de diferentes especificidades em uma única categoria “índios”. Essa redução contribui para o apagamento das diferenças, das especificidades, da pluralidade linguística e da identidade indígena (LUCIANO, 2006, p.40).

As pautas relacionadas ao conjunto de direitos e as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas estão presentes nos periódicos estudados; contudo, por meio de notas – em sua maioria – o que demonstra pouco aprofundamento na temática ao contrastá-las ao gênero jornalístico reportagem. Também há poucas matérias assinadas por jornalistas (42,5%), o que demonstra que menos da metade das matérias foi assinada, o que nos leva a inferir que a voz mais presente nos textos foi a do jornalista-instituição e não a do jornalista-indivíduo (BENETTI, 2006).

---

<sup>6</sup> Utilizamos os critérios de classificações das fontes definidos por Lage (2011, p. 62-68), que são: a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias; c) profissionais e experts.

Para dar conta da nossa problematização e objetivos, avançamos no segundo movimento metodológico, a partir da Análise do Discurso Francesa (AD). É pela AD que expomos quais são os discursos que o jornalismo impresso da Amazônia Legal aciona e oferta em suas publicações considerado o recorte temporal da tese. O método, como nos afirma Benetti (2006, p.2), é adequado ao estudo de textos jornalísticos no escopo da intencionalidade de fundo de nossa pesquisa.

Manejamos os conceitos centrais da AD conforme o problema de pesquisa e nos filiamos exclusivamente ao ferramental da AD denominada de linha francesa. As noções Formação Discursiva e Posições-Sujeito surgem como principais operadores que nos permitem ler mais de perto as diferentes situações que envolveram o dizer jornalístico dos jornais impressos da AML, apresentadas adiante.

Orlandi (1999) explica que a Análise do Discurso Francesa se fundamenta na intersecção de três regiões de conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A Linguística tem como objeto a língua, observa-se que não há uma relação direta entre linguagem/pensamento/mundo; do materialismo histórico surge a noção ideologia; e da Psicanálise, a contribuição do inconsciente, trabalhando com a ideia do sujeito descentrado. A AD trabalha com os sentidos produzidos por um texto, para o qual é fundamental a sua historicidade. Isto é, “[...] a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 1999, p. 19). Essa disciplina tem como um dos seus principais objetivos a compreensão de que maneira os signos produzem sentidos.

Entendemos o discurso segundo a definição dada por Schwaan e Zamin (2014, p. 50), que o caracterizam como:

Uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir um espaço de regularidades enunciativas. Estas regularidades, por sua vez, são tramadas por um conjunto de regras sempre determinadas no tempo e no espaço, efetivamente influenciadas pelo contexto histórico, ou seja, pelas condições de produção deste mesmo discurso.

É por meio do discurso – objetivo primordial da AD – que se torna possível entender o homem, a realidade natural e social em que ele vive, permitindo compreender também as diversas formas de significar, ressignificar e produzir os sentidos utilizados pelas pessoas na sociedade. É no discurso que se pode analisar a

relação entre língua e ideologia, além dos efeitos e sentidos produzidos por ele (ORLANDI, 1999, p. 16).

O conceito de discurso envolve duas noções: *enunciado* e *enunciação*. O primeiro corresponde ao que é dito; o segundo, a maneira de dizer o que é dito. Em outras palavras, o *enunciado* é a história contada; a *enunciação*, a forma de contar a história (BENVENISTE, 1974). Os dois conceitos estão relacionados profundamente e não podem ser trabalhados de forma desconexa, um não existe sem o outro: se há enunciado é porque existem também enunciador e enunciatário. O enunciador é o autor do enunciado, aquele que fala; logo, o enunciatário é aquele para o qual o enunciado é direcionado. A AD trabalha com as relações entre enunciado-enunciação e também na relação enunciador-enunciatário: as figuras do discurso (RINGOOT, 2006)

O discurso trata-se de enunciado concreto, realizado no dia a dia das pessoas enquanto membros de uma sociedade, portanto está intimamente ligado à exterioridade, isto é, considera os sujeitos do discurso na sua historicidade<sup>7</sup>, os processos e as condições de produção da linguagem. Esta característica discursiva permite ao analista do discurso encontrar regularidades da linguagem no seu momento de produção (MARIANE, 1996, p.22). No discurso que se dá o encontro entre língua e ideologia; nele a ideologia se materializa.

De acordo com Benetti (2007, p.107), o Jornalismo é um tipo de discurso com características específicas, porque é constituído entre sujeitos, com muitas vozes envolvidas, permeado de sentidos (nem sempre manifestos), que podem ser construídos ou ganhar trânsito por ele e elaborado segundo a prática jornalística, ou seja, em condições de produção e tempo determinadas. Nessa direção, Ringoot (2006, p.135) acrescenta que a análise do discurso jornalístico investiga aquilo que conta o jornal, mas também analisa como são posicionados os que o escrevem e os que o leem ao trabalhar os dispositivos enunciativos (jornais, revistas e outros) e as formas como a informação é disponibilizada.

A multiplicidade de vozes interessa ao jornalismo por duas formas: pela relação entre os discursos – a interdiscursividade relacionada aos efeitos de sentido; pela subjetividade: pela relação entre sujeitos.

---

<sup>7</sup> Produção simbólica ininterrupta que organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas no dizer (MARIANE, 1996, p.22).



O interdiscurso é uma característica recorrente do campo jornalístico, pois o jornalismo precisa dos discursos de outras áreas para elaborar e dar efeitos de verdade ao seu. A forma como estes outros discursos são absorvidos pelo discurso jornalístico é tratado por Authier-Revuz (1990), que aborda o discurso como produto do interdiscurso, considerando-o como heterogêneo. Esta heterogeneidade se manifesta a partir de duas conformações, a heterogeneidade constitutiva, na qual temos o sujeito e seu discurso constituído pelo outro; a heterogeneidade mostrada, na qual o outro é entremeado ao discurso pelas aspas, discurso direto ou indireto livre.

Quanto à intersubjetividade, implica dizer que o jornalismo é produzido pelo sujeito que fala, mas também pelo sujeito que lê; conseqüentemente, o discurso jornalístico é opaco, uma vez que abre para diversas possibilidades de interpretação. Esta produção de sentido para os fatos diários é construída a partir das interações entre distintos indivíduos (posicionados enquanto sujeitos) em processos discursivos sempre complexos, pois a formação de sentidos envolve a prática jornalística (apuração, produção e edição do texto), as impressões dos leitores e a formação ideológica de ambos. Nesta tese, consideramos como sujeitos discursivos os nove jornais impressos escolhidos na Amazônia Legal.

O discurso jornalístico tenta dar ordem, forma e entendimento ao “caos” informacional diário, organizando os acontecimentos com filiações de sentidos possíveis, sendo essas filiações tanto atreladas a uma memória, como também, conformando entendimentos futuros – sobre o imprevisível e o que ainda não há memória. Tentam oferecer uma compreensão do mundo para os seus leitores a partir do encadeamento dos acontecimentos e sua relevância pública.

Como nos fala Orlandi (1999, p.10), saber como os discursos funcionam é colocar-se na dualidade da memória. A memória é outra noção da AD crucial em nossa análise, principalmente pelo nosso estudo ter como objeto os povos indígenas. Dualidade porque a autora caracteriza a memória de duas formas, a memória institucional, que estabiliza e cristaliza os sentidos (paráfrase), e a memória que se constitui pelo esquecimento, a qual torna possível o outro, o diferente a ruptura (polissemia). “A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos”, nos assegura Mariani (1996). Nesse sentido, Orlandi (1993) também vai nos dizer que os sujeitos dos discursos, ao dizerem, “pegam emprestado” uma voz desconhecida no

interdiscurso, a qual se manifestará em outros dizeres pela ação da memória. A noção memória está sendo abordado a partir de características relativas ao discurso, e por este aspecto, pode ser tratada como interdiscurso, que em resumo, é descrito como “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 1999, p.31)

Em nosso processo de análise, consideramos a dinâmica da interferência da memória no domínio da atualidade enquanto reorganização das filiações de sentidos bem como sua intervenção na atualidade enquanto antecipação. E por meio da memória que os sentidos viajam e perpassam o tempo reverberando filiações esquecidas e revelando uma história que se faz linear, por conta das características dos jornais de narrar as coisas acontecidas. São sentidos de todos os lados, do enunciador e do enunciatário, do predominante e do silenciado. É a memória que dá ao sujeito do discurso a ilusão de que o seu dizer é único, estável, homogêneo. Esta noção, juntamente com as outras, nos possibilitou entender nos discursos dos jornais paráfrases que remontam ao período colonial sobre os primeiros povos do que viria a ser o Brasil. Sentidos construídos por uma memória que ainda hoje continua em cena. Esta noção nos possibilitou entender como o imaginário atual ainda está ligado à memória construída pela historicidade contada pelo colonizador, na língua do colonizador, na qual o indígena é apagado e/ou silenciado. No imaginário do branco, os indígenas permanecem no lugar aonde foram colocados na história contada por eles próprios. As noções memória e interdiscurso trabalham juntas, porque é pela memória que o já-dito se constitui, isto é, o interdiscurso, ou a memória do dizer.

Aprofundando as noções referentes aos sujeitos do discurso, os jornais, no caso desta tese, três delas estão articuladas e não se desmembram em nenhum momento, sendo necessárias para o entendimento mais completo do nosso objeto: as Formações Imaginárias, as Formações Ideológicas e as Formações Discursivas. Começamos pela Formação Discursiva (FD), as quais são definidas como "aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada" (Haroche, Henry, Pêcheux, 1971). Em outras palavras, é a perspectiva da qual se fala em determinada condição de produção do discurso. Trata-se de uma noção basilar na Análise do Discurso, porque ela permite compreender o processo de formação de sentidos por meio da ideologia e viabiliza, por meio das regularidades enunciativas, entender como o discurso funciona.

Pêcheux (2014) sugere uma das principais propriedades da formação discursiva no que tange a produção dos sentidos:

É próprio de toda formação discursiva o de dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que 'isso fala' [...]

É no interior das FD que os discursos são tidos como evidentes, adquirirão efeito de literalidade, do nunca dito antes (também um efeito da Formação Ideológica), contudo todo sentido nasce em outro e aponta para alguma direção. Por isso se diz que as formações discursivas são heterogêneas, com fronteiras porosas, opacas, porque os sentidos migram entre as fronteiras que as constituem (MARIANI, 1996, p.33). Elas são regiões do interdiscurso que, articuladas com os dizeres atuais, se associam com outras FDs, conformando sentidos.

Para entender a noção Formação Discursiva é necessário considerar o trabalho de outras duas formações pela ótica da língua e do discurso. Como nos conta Orlandi (1999, p.43), as Formações Discursivas representam no discurso as Formações Ideológicas. Segundo a autora, portanto, os sentidos são determinados pela ideologia<sup>8</sup>, não existe sujeito sem ideologia, e ele é continuamente interpelado por ela. Não há como existir sentido sem ideologia, porque o homem nos seu dia-a-dia e sempre levado a interpretar o que as coisas significam, o que elas querem dizer (ORLANDI, 1999).

Neste movimento de interpretação é a ideologia que traz os sentidos para nosso entendimento, contudo, neste mesmo momento, existe uma negação ou podemos dizer também, esquecimento, porque a inscrição ideológica está tão presente em nós que não a percebemos: "Este é o trabalho da ideologia, produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência", conta Orlandi (1999, p.46). Os sujeitos acreditam ter domínio sobre aquilo que dizem, e a ilusão de que o sentido já existe como tal são efeitos ideológicos. É esta ilusão que traz o sentido de literalidade ao discurso do sujeito.

Nessa direção, Pêcheux (2014, grifo do autor) exemplifica como ocorre processo pelo qual se dá o apagamento do mecanismo ideológico da interpelação para o sujeito.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que jazem com que uma palavra ou enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram. assim, sob a 'transparência da

<sup>8</sup> A noção de ideologia é abordada a partir da linguagem, então trata-se de uma definição discursiva.

linguagem', aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados

Trazendo essa compreensão para as práticas jornalísticas, percebemos a integração da inscrição ideológica o lingüareiro (manual de redação, princípios editoriais) e a historicidade. O discurso jornalístico, pela própria historicidade da sua constituição, já é marcado por uma relação com a “verdade da informação”, por isso, já existe uma memória do próprio campo e como ele significa o mundo a partir dos seus sistemas de exclusões e limites do fazer, porém com uma autoridade social partilhada para poder dizer, dada sua qualidade de campo mediador de discursos no social e como fazer reconhecido.

Mariani (1996, p.72) nos alerta que para entender os sentidos do dizer dos discursos institucionais – em nosso caso dos jornais impressos – é necessário considerar o processo de produção da instituição, a rotina jornalística e também a sua historicidade. A partir da proposição de Mariani, nos debruçamos sobre obras que tratam do surgimento do Jornalismo na região estudada. O trabalho *Rio de Palavras: a imprensa na periferia na Amazônia*, trata da constituição dos jornais impressos na região e também traz indicativos importantes sobre o funcionamento das sociedades nos séculos XIX e XX. A obra evidencia uma história peculiar em relação ao jornalismo. “Os jornais impressos surgem de forma quase concomitante ao município, constituindo-se em imprensa oficial e fazendo eco às necessidades políticas dos aqui genericamente chamados coronéis” (LEAL, 2012). Com o tempo, ganhando maior nível de complexidade, ou seja, maior número de anunciantes, leitores, políticos e jornalistas, desenvolveu-se estratégias particulares de manipulação e publicação das informações (MUNARO, 2017, p.9). Este cenário foi o terreno para que, a partir dos séculos XIX e XX, a mídia impressa pudesse, ao lado da burguesia, sofrer as transformações necessárias (SODRÉ, 1966).

A noção de ideologia também é muito cara para AD, pois o fato de não haver sentidos em interpretação dá testemunho da presença da ideologia em todo e qualquer processo discursivo: “podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2013, p.46). De acordo com Orlandi (1999, p.46), partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas, Pêcheux assinala que a característica da ideologia é dissimular sua existência no interior de seu funcionamento, “produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, entendendo-se ‘subjetivas’ não como ‘que afetam

ao sujeito' mas, mais fortemente, como 'nas quais o sujeito se constitui'". O sujeito é interpelado pela ideologia.

No que tange as Formações Imaginárias, Pêcheux (1995) afirma que elas são sempre resultado de processos discursivos anteriores. Enunciador e enunciatário atribuem, a si e ao outro, imagens, e elas são pautadas pela formação social em que estão inseridos e por esse jogo reflexivo de autoprojeção e projeção. É um processo que acontece por antecipação, e a partir do trabalho das formações imaginárias o sujeito elabora suas estratégias discursivas em cada situação discursiva. Grigoletto (2007, p.126) explicita como a noção pode ser trabalhada no campo jornalístico:

[...] podemos dizer que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social. Assim, a imagem do jornalista, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social

Por meio da operação das Formações Imaginárias os jornais impressos traçam um perfil do seu público-alvo, um leitor imaginado que o autoriza à determinados dizeres. Pelo jogo das imagens dos sujeitos entre si, o leitor também tem um perfil imaginado da publicação, de quem espera determinados dizeres ou posicionamentos. Grigoletto explica que, na análise do discurso, todo sujeito ocupa uma posição. Essa posição está atrelada à situação ou lugar que o sujeito ocupa no mundo, ao seu lugar de dizer. É ela que determina as relações de força no discurso, é pela posição social ou empírica do enunciador ou enunciatário que os dizeres são assujeitados, pelo motivo de inexistir enunciador sem enunciatário e vice-versa, quando tratamos de processo discursivo. As posições-sujeito sofrem influência também do interdiscurso. Este mecanismo de funcionamento discursivo ocorre no imaginário, pelas imagens resultantes das projeções de cada um e não fisicamente.

A noção de paráfrase possibilita, no percurso da tese, identificar no fio discursivo dos jornais impressos quais eram os sentidos discursivos predominantes e o acionamento da memória discursiva na atualidade. Trata-se de um processo de efeitos de sentido que toma forma no interdiscurso, um retorno ao já-dito, aos mesmos espaços do dizer, mas em diferente situação. Ao analista do discurso cabe identificar o retorno dos dizeres que estavam na memória em uma família parafrástica (ORLANDI, 1999, p.80). Para Ferreira (2001, p.20) a paráfrase ocorre quando um

sujeito, ao proferir um discurso, recupera um dizer que já está estabelecido e o reformula, abrindo espaço para o novo.

Existe uma tensão textual entre a paráfrase a polissemia, pois a primeira estabiliza, é o mesmo; já a segunda e a ruptura, o deslocamento dos processos de significação, isto é, ela trabalha com o equívoco. Por isso o sujeito está sempre ocupando diferentes posições-sujeito, a sua identidade é afetada por uma multiplicidade de sentidos. A prática discursiva do sujeito é dupla e contraditória, porque afetada pela ideologia, o conduz a ocupar uma posição enunciativa (quando o sujeito identifica-se com uma FD), podendo, assim, retomar ou resistir ao interdiscurso (MARIANI, 1996, p.34). Foi pelo processo parafrástico que conseguimos identificar as quatro formações discursivas e dez posições-sujeitos nesta pesquisa.

Tendo todo este pano de fundo que a mirada discursiva proporciona, o texto da tese está estruturado em cinco capítulos, porém interligadas. Nesta primeira, abordamos o caminho de estudos, destacando linhas de pensamento articuladas para cercar a temática central, a saber, as relações entre o Jornalismo e Minorias, as questões norteadoras da pesquisa e também a construção dos procedimentos e do dispositivo. Como foi evidenciado, são cruciais as noções-conceito de Formação Discursiva, Interdiscurso e Condições de Produção, trabalhadas também em atenção aos movimentos de paráfrase e polissemia nos discursos. O aporte teórico principal vem do retrabalho de autores como Foucault (1978), Bardin (1977), Pêcheux (1971, 1975, 1995), Orlandi (1993, 1999), Machado (2006, 2007, 2008, 2016), Mariane (1996), entre outros

A seguir, o segundo capítulo, *Discurso e Identidades Culturais*, convida a refletir sobre as questões identitárias indígenas, o resgate histórico destes povos no Brasil. Para tal, destacamos características da herança cultural, a relevância dos povos indígenas para a formação da sociedade brasileira, bem como atentamos sobre os discursos sobre os indígenas pertencentes ao imaginário social brasileiro na atualidade, além das políticas para estes povos na atualidade. Parece-nos ímpar acolher a voz do indígena e seu gesto de autorepresentação, em um esforço para a descolonização, ou seja, que a tese possa reverberar, ao final, na prática. Autores como o antropólogo e indígena *Baniwa* Gersem Luciano (2006, 2010, 2012), professor da Universidade Federal do Amazonas, Stuart Hall (2010, 2013) nos dão suporte sobre as questões identitárias. Homi K. Bhabha (2010) nos auxilia acerca da questão

dos estereótipos e do entre-lugar dos sujeitos, além das contribuições dos estudos do Instituto Socioambiental (ISA, 2011).

O capítulo *Tudo Índio, Tudo Parente: a diversidade étnica na Amazônia Legal*, o terceiro capítulo, aborda a diversidade destes povos e línguas, além de demonstrar um pouco da situação das etnias em cada estado da Amazônia Legal. Procuramos contextualizar dados sobre Educação, nível de rendimento, escolaridade, Registro de Nascimento e as configurações particulares da relação dos povos indígenas com o Estado brasileiro. Também há informações sobre as terras indígenas de condição *sine qua non* para a sobrevivência destes povos. Este capítulo foi elaborado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010, 2017) e ISA (2010, 2016, 2017). Ambos os capítulos são importantes para alcançar meandros das condições de produção e contextos das práticas discursivas.

No *Mapa de Sentidos*, quarto capítulo da tese, problematizamos mais detalhadamente o discurso jornalístico, partindo dos textos selecionados para, em movimento mais vertical, ler de perto o corpus discursivo selecionado. Identificamos em quais momentos os povos indígenas habitantes da Amazônia Legal são notícia e sob que circunstâncias isso se deu. O funcionamento discursivo sobre a temática na imprensa é, desse modo, o foco da reflexão do capítulo, em debate sobre os discursos e suas características, os efeitos de sentido que emergem no dizer dos jornais impressos de maior tiragem dos estados que compõem a região Amazônia Legal. Ao final, cotejamos os resultados obtidos no processo analítico e encaminhamos o trabalho para as considerações finais.

Direcionamos as considerações finais como um fechamento apreciativo de todo percurso, com o resgate dos temas debatidos, propondo ainda caminhos para trabalhos futuros que são suscitados pelo que a presente pesquisa vem demonstrar.

## **CAPÍTULO 2 – DISCURSO E IDENTIDADES CULTURAIS**



*“Por isso que os nossos velhos dizem: “Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai”. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo”*

**Ailton Krenak**

Neste capítulo, revisitamos a formação histórica do Brasil, com destaque à presença indígena para a construção da identidade brasileira. Utilizamos os aportes de Hall (2006) para entendermos como os povos indígenas sofreram e sofrem os deslocamentos das suas identidades. Buscamos desconstruir a personificação do indígena genérico e fossilizado, e, explicitar a Indianidade com base em Vaz Filho (s.d) – indígena Maytapu e doutor em Antropologia. Vaz Filho – juntamente com Luciano (2006) e Brum (2013) – auxiliam-nos a evidenciar os processos de violência física e simbólica sofridas pelas sociedades indígenas na historicidade desta nação. Luciano (2006) também contribui acerca do processo de reafirmação identitária dos indígenas.

Bhabha (2010) nos apoia na questão dos estereótipos e nos ajuda a entender como estas formações imaginárias são uma das principais estratégias do discurso colonizador. Ele nos ampara também no entendimento do entre-lugar dos sujeitos. Já Santilli (2000) demonstra pelo seu estudo, como os estereótipos ainda permanecem presentes na atualidade, atravancando o imaginário coletivo a uma história das sociedades indígenas contada pelo branco europeu há 518 anos. Por este motivo, trazemos os subsídios de Orlandi (2008) para nos ajudar a desatar os sentidos contidos no discurso da descoberta – colonialista – e da ocorrida tentativa de apagamento do indígena da identidade nacional.

## 2.1 IDENTIDADE E IDENTIDADE INDÍGENA

Definir a indianidade nos dias atuais é um procedimento de nítida complexidade, dado que, desde a colonização, os povos indígenas sofrem deslocamentos em suas identidades em virtude do contato com diferentes povos, da perda de seus territórios, migração para cidades e apropriação das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC's).

Essas mudanças identitárias recorrentemente geram contestação pelos não aborígenes ao alegarem o desaparecimento de certa pureza “original” a qual os povos

indígenas – supostamente – deveriam ter. Quando se referem aos índios, percebem que esses são a diferença, o outro da sociedade; vivem culturas, hábitos e têm valores diferentes das demais coletividades. Eles são a alteridade não reconhecida, o “estranho”. Tal fato nos leva à reflexão: se tudo mudou desde 1500 e nós continuamos “homem branco”, “negro”, “oriental” entre outras raças que constituem este país, porque os indígenas não podem mudar e continuar sendo índios?

É importante esclarecer que o acesso à terra de direito ancestral é parte da constituição da identidade indígena. É inconcebível pensar em uma identidade indígena sem que estes indivíduos tenham posse, controle efetivo e usufruto de suas terras de direito ancestral. Trata-se de uma condição fundamental para sobrevivência dos povos indígenas, e tem – reconhecidamente – enormes impactos sobre o cotidiano das sociedades indígenas, afetando não somente sua identidade, também dimensões de caráter simbólico no plano da etnicidade.

Definir quem é ou não indígena tem sido – nas últimas décadas – preocupação recorrente de autoridades do Governo Federal<sup>9</sup>, antropólogos, indigenistas e os próprios indígenas; contudo, durante séculos, o imaginário coletivo sobre o indígena evocava – imediatamente – a natureza: seres humanos exóticos nus, com os corpos pintados e adornos de plumas, parâmetros que não correspondem à identidade de todas as etnias indígenas nos dias atuais.

As alterações no paradigma identitário ocorrem tanto em razão da velocidade e permanência em que as mudanças sobrevêm, como também pela sua abrangência (HALL, 2006, p.12). Nesse sentido, Hall delinea o caráter multidisciplinar da identidade, afastando-a de uma noção de originalidade e integralidade, dado que “a identidade plenamente unificada, completa e segura é uma fantasia” (HALL, 2006, p.13).

Com isto, não somente os sujeitos, como também processos centrais das sociedades e estruturas se movimentam causando, de certa forma, uma crise identitária, na qual se perde a referência e a sustentação no mundo social. O indivíduo da atualidade vive em um processo de constituição e desconstituição de várias identidades, que podem ser harmônicas e/ou conflituosas, sem espaço para estabilidade e unidade identitária.

---

<sup>9</sup> Como exceção do que assumiu em 2019, cuja preocupação é a negação do direito à igualdade e à diferença.

Estas mudanças não fazem mais parte somente de algo local/nacional, dado que atingem o mundo, ficando mais difícil separar o que pertence a quem: quais mudanças e relações sociais pertencem a quais contextos, à medida que, “áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (HALL, 2006, p.15).<sup>10</sup>

Outra idiossincrasia desta sociedade retratada por Hall (2006), acerca do que se pode definir sobre identidade, trata da multiplicidade delas e da criação de novas posições de sujeitos, também da criação de sujeitos que antes eram inexistentes nas sociedades pós-coloniais. Na obra *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2006), o pesquisador jamaicano busca entender o que caracteriza o indivíduo e sua identidade. Para isso demonstra que o sujeito vem mudando desde o Iluminismo; à época, o indivíduo era centrado na razão, tendo-a como uma das características manifestas; posteriormente, apresenta o sujeito sociológico presente no mundo moderno, que se estabelece pela relação com o outro: um ser dependente; o sujeito pós-moderno – por seu lado, diferentemente dos que o antecederam – não possui identidade fixa.

Para exemplificar, Hall critica o modo de perceber as identidades culturais nacionais, porque elas são apresentadas como formas naturais e neutras. Existe um impulso de unificação uma vez que, “não importa o quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2006, p. 59). Trata-se de uma crítica pertinente, visto que as mudanças nas dimensões humanas, éticas, econômicas e tecnológicas ocorridas, a partir da década de 1970, trouxeram deslocamentos no interior das identidades culturais nacionais e uma valorização/proeminência para as identidades locais e regionais, como também pelo hibridismo promovido pela migração, encontros e desencontros dos povos.

Hall (2006) é categórico ao afirmar que nenhuma pessoa pode ter apenas uma identidade e, mesmo que as pessoas sintam que tenham uma identidade unificada ao longo das suas vidas, trata-se de um cômodo discurso – história que elas contam de si mesmas –, uma narrativa confortante do “eu”. Por outra forma, admite que somos dotados de uma identificação que pode ser mudada. Com base nestes argumentos, o

---

<sup>10</sup> O livro **Redes de Indignação e Esperança**, do sociólogo Manuel Castells, traz exemplos e detalha com muita precisão como alguns processos de transformação social ocorreram recentemente em países da Europa e Ásia.

pesquisador sustenta que a identidade é um conceito que “funciona no intervalo entre a inversão e a emergência; uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2006, p. 14).

Em outra abordagem conceitual, Hall retoma Foucault ao destacar problemas que permeiam o enunciador – como o lugar de fala – e trata de questões de agência e política para justificar a necessidade de uma teoria do sujeito cognoscente – de modo a não ser uma teoria da prática discursiva.

Quando falo de política, me refiro à significação do significante identidade nas formas modernas de mobilização política, sua relação axial com uma política de situação [política vigente], mas também as dificuldades e instabilidades notórias, que afetaram, de modo característico, todas as formas contemporâneas de política identitária. Ao mencionar a agência, não me refiro a desejo algum de voltar a uma noção mediada e transparente do sujeito ou da identidade como autores centrais da prática social, ou de restaurar um enfoque que coloca seu próprio ponto de vista na origem de toda historicidade, na qual, em síntese, conduz a uma consciência transcendental (HALL, 2006, p. 14, grifos no original).

Neste sentido, considerando o enfoque discursivo, a identificação do sujeito está sempre em processo e não se acaba. Ela pode ser comparada a uma sutura, um processo de articulação sujeito ao jogo da diferença – nunca existe uma quantidade exata, porque há sempre mais de um elemento. Essa prática é permeada por limites simbólicos, produção de efeitos de fronteira e trabalho discursivo (HALL, 2006, p.15-16). Significa dizer que elas – as identidades – não são processos naturais ou elementos biológicos, mas sim produtos do mundo cultural e social.

Quando Hall faz referência aos limites simbólicos, efeitos de fronteira e o trabalho discursivo, ele trata da questão da diferenciação. Para ele, a afirmação de uma identidade e a marcação da diferença são processos que envolvem a inclusão de alguns e exclusão de outras pessoas; classifica quem está dentro e quem está de fora, quem são identificados como “normais” e aqueles que são “anormais”. Portanto, é um conjunto de procedimentos que afirma e reafirma relações de poder (HALL, 2006, p.15).

As ações de inclusão e exclusão, anteriormente referidas, ocorrem nos momentos em que as pessoas declaram o que são e o que não são; quem está fora ou dentro, e quem pertence ou não pertence. Até porque, demarcar a diferença é o mesmo que dividir, separar, distinguir o “nós” e o “eles”.

A ação de classificar algo consiste em dar ordem às classes, aos grupos, ao mundo social, é um método de hierarquização. Para Silva (2000, p. 82) “deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados”. É costumaz que as classificações sejam polarizadas, binárias, tais como “eu” em relação ao “outro”; “nós” em relação a “eles”, no qual um dos polos sempre tem prerrogativa, de forma assertiva, o “eu” e “nós,” evidentemente. Isto posto, para se pensar a constituição da identidade, deve-se entender que o “outro” é constituinte do “eu”; o “ele” é integrante do “nós” e parte necessária.

O indígena Maytapu Florêncio Almeida Vaz Filho – doutor em antropologia – corrobora os argumentos de Hall ao afirmar que, para os indígenas, a construção de sua identidade “é o produto, na maioria das vezes, de um 'discurso construído' pelas elites intelectuais emergentes dos próprios povos indígenas e seus simpatizantes entre outros setores da população” (VAZ FILHO, s.d, p. 2, tradução nossa).<sup>11</sup>

A palavra índio não é uma definição originalmente vinculada ao Brasil, afinal o termo “índio” no continente americano foi usado, *a priori*, para designar o nativo com relação ao europeu; depois dos descobrimentos, o termo permaneceu sendo usado. De acordo com antropólogos (LUCIANO, 2006), a continuidade histórica entre a população originária e a que se identifica como indígena na atualidade é um critério para definir suas identidades. Outros critérios são continuidade histórica com sociedades pré-coloniais; estreita vinculação com o território; sistemas sociais, econômicos e políticos bem definidos; língua, cultura e crenças definidas; identificar-se como diferente da sociedade nacional e vinculação ou articulação com a rede global dos povos indígenas. Estes são critérios de autodefinição mais aceitos, sem – necessariamente – serem excludentes.

Destarte, com os deslocamentos advindos do processo internacional de integração econômica, social, cultural e política – ocorridos no final do século XX e início do século XXI e os possíveis hibridismos – a continuidade histórica se apresenta como um critério frágil por causa das mesclas genéticas, culturais e outras que ocorreram ao longo de séculos. O que acontece, a rigor, é o Estado estabelecer políticas governamentais indicando quem preenche critérios para ser indígena (VAZ FILHO, s,d, p. 2).

---

<sup>11</sup> No original: “és el producto, las más de las veces, de un 'discurso construído' por las emergentes élites intelectuales de los propios pueblos indígenas y sus simpatizantes entre otros sectores de la población”, (VAZ FILHO, s.d, p. 2).

Recorrentes neste discurso são as denúncias de injustiças contra estas populações pela desatenção ao conjunto de direitos relacionados à garantia de uma vida digna, especificamente, para as suas condições de vida indígena. Isto ocorre parte pelos Estados Nacionais – limitando muito a definição e impondo por lei os critérios de indianidade –, parte por empresas e pessoas não indígenas com interesses capitalistas que ocupam terras reivindicadas pelos nativos.

Vaz Filho traz exemplos de como este fato ocorreu em dois países latino-americanos:

No México pós-revolucionário havia dificuldade em saber quem era o indígena e quem era o mestiço. Enquanto alguns antropólogos colocaram critérios subjetivos, afirmando que era índio quem se sentisse índio, a ideologia do Estado apresentou critérios mais étnicos, onde o aspecto linguístico era decisivo: é índio quem fala uma língua indígena. O Chile, após a volta da democracia em 1989, experimentou uma revitalização das identidades indígenas, com muitas demandas de índios nas áreas rurais e urbanas, e o “reaparecimento” de cinco dos oito povos atualmente reconhecidos. A categoria “indígena”, antes discriminatória e racista, passou a ter uma grande força de mobilização social. Porém a Lei Indígena de 1993 define objetivamente quem pode ser considerado indígena, a saber: filhos de pais indígenas originários das terras indígenas; descendentes que possuem ao menos um sobrenome indígena e pessoas que mantêm traços culturais de alguma etnia indígena (VAZ FILHO, s.d, p. 2).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 deixa em aberto critérios para identificação dos autóctones; o Estatuto do Índio (1973) informa que o indígena é: “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”; dezesseis anos depois, o Brasil oficializa a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>12</sup> que confere como critério fundante para ser indígena a consciência da identidade tribal.

Por um período, no Brasil considerou-se a indianidade uma categoria transitória que, em mais ou menos tempo, iria desfazer-se perante a sociedade nacional, isto é, hegemônica, na qual os aculturados, já sem sua indianidade, se tornariam camponeses (VAZ FILHO, s.d, p. 3). Este pensamento vai de encontro às ideias de Hall, visto que a identidade indígena, como as demais, não é estática, e no estabelecimento e negociação com outras identidades – no seu caráter dialógico – se transforma. Este processo se dá entre comunidades, poderíamos dizer também

<sup>12</sup> Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

culturas. Habermas nos lembra que as identidades étnicas são concebidas intersubjetivamente, e a individualidade se dá mediante um processo de socialização (HABERMAS, 1998, p.131). Novamente o pensamento de Vaz Filho nos parece apropriado:

[...] são índios aqueles que se consideram e são considerados índios. Os grupos étnicos só podem ser caracterizados pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem (VAZ FILHO, s.d, p. 4).

Contudo, antes da organização dos movimentos indígenas na década de 1970, suas identificações étnicas eram negadas pelas próprias sociedades tribais como forma de sobrevivência diante de perseguições, assim como para driblar o preconceito e a discriminação. Na Amazônia, Marquês de Pombal<sup>13</sup> – forçosamente – induziu casamentos de índias com brancos, proibiu o nu, obrigou o uso do Português e negou a língua *Nheegatu* para incluir as populações indígenas a uma suposta vida civilizada. O diaspórico “caboclo” é resultado desse processo de negação étnica, porque, mesmo com fenótipos indígenas, não se diz mais “índio”, e nem pode se dizer “branco” ou “negro”; portanto, vivenciava uma incerteza racial que pode atrapalhar sobremaneira em futuro processo de etnogenese.<sup>14</sup> O indígena Baniwa, doutor em antropologia Gersem Luciano, detalha este momento de negação das identidades:

Antes da década de 1970, chamar alguém de índio, fosse ele nativo ou não, era uma ofensa. E como a denominação estava associada aos povos nativos, conseqüentemente as denominações e as autodenominações étnicas eram igualmente indesejáveis. Por isso, muitos índios negavam suas identidades e suas origens [...] (LUCIANO, 2006, p.31).

As gerações indígenas mais antigas sentem de forma muito viva as sequelas do período repressivo, por serem forçados a abdicar de tradições, valores, culturas e a sobreviver perante uma sociedade que lhes negava a possibilidade de vida própria e todos os tipos de direitos. Aqueles que resistiram aos ataques físicos deveriam

<sup>13</sup> Marquês de Pombal é o nome pelo qual ficou conhecido o ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, responsável por implementar a lei portuguesa conhecida como *Diretório dos Índios*, em 1758. Tal legislação pretendia regular a liberdade indígena de modo a garantir os interesses do estado (como a ocupação do território e a exploração dos gêneros nativos) sem deixar de satisfazer as expectativas dos colonos (como o acesso à força de trabalho indígena). O Diretório compreendeu, ainda, parte importante da política metropolitana para o “vale amazônico” – a categoria “Amazônia” surge na documentação e na historiografia no século XIX. A legislação aliava projetos políticos, econômicos e sociais, de modo a renovar o processo de **assimilação** e integração das populações indígenas à sociedade colonial (COELHO, 2016, grifo nosso).

<sup>14</sup> Também pode ser entendido como reetnização.

também suportar ao processo de assimilação e não abdicar dos seus modos de vida. Explica-nos Luciano que o objetivo não era cultural ou racial, mas sim, econômico; assim sendo, com o argumento de abrir expansão das fronteiras agrícolas, exigia-se dos índios o abandono das terras de direito ancestral (2006, p.41).

Decorrente disto, alguns ainda oferecem maior resistência à reafirmação das identidades étnicas. Luciano (2006, p. 40, acréscimo nosso), ratifica que “eles [os indígenas] foram obrigados a acreditar que a única saída possível para o futuro de seus filhos era esquecer suas tradições e mergulhar no mundo não-indígena sem olhar para trás”.

Ele aponta que – ao falar de identidade indígena – refere-se a uma identidade política simbólica que acentua e dá visibilidade às identidades étnicas, como a Baniwa, a Guarani, a Terena, a Yanomami. A questão é que, ao se falar de identidade indígena, não se deve entendê-la como sinônimo de uma identidade genérica (LUCIANO, 2006, p.40). A imagem de que “índio é tudo igual” permanece viva no inconsciente coletivo brasileiro. Os povos indígenas, contudo, são diversos.<sup>15</sup> Neste sentido, o exemplo dado por Luciano é esclarecedor:

Os povos indígenas são grupos étnicos diversos e diferenciados, da mesma forma que os povos europeus (alemão, italiano, francês, holandês) são diferentes entre si. Seria ofensa dizer que o alemão é igual ao português, da mesma maneira que é ofensa dizer que o povo Yanomami é igual ao Guarani (2006, p.41).

Como podemos observar, depois do movimento de negação das suas identidades tribais pelos motivos precedentes, inicia-se um processo de etnogênese – a partir da constituição de organizações indígenas formais para representação dos interesses deles – na qual estes povos estão reassumindo, recriando as suas tradições indígenas, recuperando o orgulho, a autoestima identitária e a dignidade histórica, isto é, o orgulho de ser índio.

Com a reetnização, entretanto, novas pessoas têm reivindicado seus Direitos Originários sobre terras tradicionalmente ocupadas. Esta questão tem gerado mais uma dificuldade às sociedades indígenas, que é a comprovação do direito à terra aos Estados Nacionais. O fato é tão grave que muitos processos de demarcação de terras

---

<sup>15</sup> A diversidade indígena será mais bem trabalhada no Capítulo 3.



estão paralisados.<sup>16</sup> A Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>17</sup> segue planos de atuação muito divergentes a depender do grupo político que assume o Poder Executivo, como explica Vaz Filho:

Um presidente do órgão durante os anos 1990 chegou a dizer: ‘não é possível que comunidades pobres do Nordeste pintem a cara e simulem rituais só para serem considerados índios’. E o atual presidente da FUNAI, Mércio Gomes<sup>18</sup>, seguiu o mesmo raciocínio: ‘há organizações que estimulam comunidades de algumas áreas a reivindicar a posse de terras sob a alegação de que são Índios’. Em outra ocasião, Mércio Gomes demonstrou de novo sua contrariedade com o aumento do número de índios e das suas exigências por demarcação de terras: ‘É terra demais. Até agora, não há limites para suas reivindicações fundiárias, mas estamos chegando a um ponto em que o Supremo Tribunal Federal terá de definir um limite’ (VAZ FILHO, s.d, p.6).

Este tipo de ação da FUNAI compromete outro órgão indigenista – a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)<sup>19</sup> – dado que, sem o processo de delimitação das terras e identificação indígena realizada pela FUNAI, a SESAI, não se pode iniciar o atendimento a estas comunidades porque ainda não foram “reconhecidas”, mais um empecilho no processo de recuperação identitária e de exercício dos seus direitos – como exemplo, o direito à saúde – das sociedades indígenas

Hall (2006), em sua abordagem, destaca que não existem identidades fixas, seguras e imutáveis. Todas as identidades sofrem em maior ou menor grau mudanças, e elas somente são percebidas no olhar para o “outro”, para o diferente, para a alteridade.

O que vai ao encontro da perspectiva de Jesus Martin-Barbero e Corona Berkin na obra, *Ver com los otros: comunicación intercultural* (2017), na qual os autores preconizam que, para a realização de uma comunicação multicultural, ela deve ser construída a partir do reconhecimento, respeito igualitário a diferença do outro.

Os autores observam – de forma recorrente – uma relação díspar na qual os “subalternos” têm uma imagem apresentada como uma forma de concessão, deixando que os traços visualizados sejam apenas aqueles considerados positivos no contexto hegemônico e não permitem enxergar os conceitos culturais que se repelem

<sup>16</sup> A Constituição de 1988 estipulou prazo de cinco anos para demarcação de todas as terras indígenas do país.

<sup>17</sup> Órgão federal criado em 1967 para coordenar a política indigenista do Estado brasileiro.

<sup>18</sup> O antropólogo Mércio Gomes foi presidente da FUNAI entre setembro de 2003 e março de 2007.

<sup>19</sup> Órgão vinculado atualmente ao Ministério da Saúde e, desde 2011, responsável pela assistência à saúde das populações indígenas. Até 2010 a FUNASA era encarregada deste papel. É importante mencionar que a FUNAI, a partir de 2019, está vinculada ao Ministério da Agricultura.

Portanto a de se considerar que as etnias indígenas também mudaram suas identidades ao longo de décadas e as causas destas mudanças já foram explicitadas: certas comunidades não andam nuas, não vivem isoladas, estão conectados à internet pelo smartphone, computadores entre outros dispositivos; usam chapéu, boné, boina e não somente cocar; comem em pratos, usam talheres e não somente as mãos; cortam cabelo de muitas formas diferentes e nem sempre iguais; têm religião, outras não; praticam futebol, vôlei, basquete e não somente caçam; vivem nos seus territórios de direito ancestral, em cidades, na zona rural e – mesmo assim – continuam sendo indígenas.

Identidades indígenas são plurais, diversas e continuam se movendo como as identidades do branco, do negro e de outros povos. Têm sido confundidas, e até mesmo silenciadas; todavia, por discursos adscritos em formações imaginárias que conformam um senso comum assim definido pela ausência de conhecimento sobre estes povos, com o apagamento de sua diversidade de línguas e historicidades. Daí emergem discursos ancorados nos imaginários de que “índio é tudo igual”, são “traíçoeiros e violentos”, “preguiçosos e não gostam de trabalhar”, entre tantos outros dizeres inscritos historicamente no complexo enredo de possíveis modos de discursivização. Culturalmente, materializam-se preconceito e outros tipos de violências, físicas e simbólicas e que afetam e interpelam os discursos histórico, jornalístico e dos não-indígenas.

## 2.2 O OUTRO DA SOCIEDADE: IDENTIDADE ATRIBUÍDA

A seguir, abordamos a identidade indígena pelo viés discursivo, ao qual esta tese se filia. A partir do gesto interpretativo exploratório, usando como aporte metodológico a Análise de Conteúdo, realizamos uma aproximação quantitativa em relação ao objeto de estudo. Com base nas matérias publicadas na semana do Dia do Índio<sup>20</sup> de 2017 (16 a 22 de abril) pelos jornais que originam a amostra com a qual trabalhamos, constatamos que os povos indígenas foram discursivizados pelo silêncio nos jornais impressos da Amazônia Legal. Em outras palavras, o indígena é falado pelos jornalistas e colaboradores envolvidos na rotina jornalística; desse modo, não estão legitimados a dizer como sujeitos nesse lugar. Berger (2003) assegura que o

---

<sup>20</sup> O Dia do Índio é comemorado em 19 de abril.

discurso jornalístico se ampara na credibilidade dos sujeitos envolvidos no processo: fontes, jornalistas e veículos. Por isso, a relevância de se verificar as fontes que compõem a notícia.

Dos 38 textos informativos e dois editoriais avaliados no período, 50% tinham somente uma fonte de informação; 41,6% continham duas fontes; matérias com três fontes de informação alcançaram 5,5% do total; notícias com mais de três fontes de informação alcançaram apenas 2,77%. Utilizamos os critérios de Lage (2011) para a identificação das fontes, quais sejam: a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias e c) profissionais e experts. Evidentemente, a notícia pode conter mais de um tipo de fonte; contudo, nesta pesquisa, enquadrámos cada notícia em apenas uma categoria, utilizando o critério do maior destaque da fonte dentro do texto.

De acordo com a classificação de Lage (2011, p. 62-68), as *fontes oficiais* são as instituições que preservam algum poder de Estado, já as *oficiosas* são as que não estão autorizadas a falar em nome de uma organização ou personalidade e as *independentes* são as organizações não governamentais. Já sobre as fontes *primárias* e *secundárias*, ele as aponta na perspectiva da sua relação direta e indireta com os fatos, respectivamente. As *testemunhas*, por sua vez, são as que presenciam os fatos; os *experts* – os especialistas em determinados assuntos – interpretam os eventos.

No conjunto de matérias observadas, 61% das fontes foram classificadas como fontes oficiais; 25% são como fontes primárias; 8,3% são fontes independentes e 5,5%, fontes documentais. A partir destes dados, identificamos um paradoxo, pois as matérias sobre temáticas indígenas possuem poucos índios como fontes. Em algumas delas, como “Escrita fortalece tradições”, publicada no *Jornal do Tocantins*, em 19 de abril de 2017, a única fonte é o professor Francisco Edviges Albuquerque, da Universidade Federal do Tocantins, não identificado como indígena no texto. O mesmo ocorre na matéria “Dificuldades para garantir demarcação de terras”, do jornal *A Tribuna*, publicada em 19 de abril de 2017. O texto – que trata dos problemas enfrentados pelos indígenas para efetivar a regularização fundiária, de invasões nas terras indígenas e sobre a melhoria da Saúde e da Educação nas áreas indígenas – tem como única fonte a coordenadora regional da FUNAI, Maria Evanizia.

No material noticioso “Roraima apresenta a maior população indígena do Brasil: quase 56 mil pessoas”, publicada pelo jornal *Folha de Boa Vista*, em 19 de abril de 2017, há como única fonte os dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE. Não existe

– na matéria – nenhuma fonte indígena ou órgão representativo desses povos, bem como não foram consultados especialistas, como antropólogos.

O exemplo de Lage (2011, p. 66) nos auxilia na demonstração de incoerência:

Suponhamos que se quer escrever uma reportagem sobre um assunto específico – por exemplo, o plantio dos cafezais nos terrenos montanhosos de uma região, com inclinação superior a 35 graus. As fontes primárias serão, naturalmente, os plantadores e seus agrônomos do campo.

Parte-se do pressuposto de que os discursos que circulam nos jornais constituem um falar “sobre” sempre direcionado e calcado em sentidos dados pelo contexto sócio-histórico já naturalizados, legitimados. Como afirma Authier-Revuz (1990), o que determina os sentidos dos acontecimentos discursivos é o “de fora”; neste caso, os sentidos são constituídos no exterior do sujeito e não nele, como demonstrado no gesto interpretativo exploratório. Acerca da construção de sentidos fora do sujeito, Mariani (1998, p.71) assevera que estas práticas discursivas são fruto de longos processos históricos, nos quais determinados sentidos são sedimentados organizando as formas de agir do todo social.

As afirmações ganham sentido na fala de Orlandi (2008, p. 59) dado que – em parte dos textos<sup>21</sup> analisados – começam a se desvelar núcleos de sentidos nos discursos dos jornais impressos da Amazônia Legal que se filiam a uma memória do colonizador na qual os dizeres são “sobre” os índios e não deles próprios:

[...] o Índio não fala (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala, mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos [...]. Eles falam do Índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o Índio não conta.

A imagem do índio nos jornais impressos está registrada em um interdiscurso já legitimado pela história e vinculado – especificamente – a um discurso colonialista. Mariani (2004) evidencia a constatação de Orlandi na obra *Colonização Linguística* na

<sup>21</sup>Cabe destacar a diferenciação entre texto e discurso, proposta por Orlandi (2007), a ser considerada durante este trabalho. Texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte; diante de um texto, o analista o remete a um discurso que “se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura” (p. 63). Assim, texto é uma peça do processo discursivo, o qual, então, é muito mais amplo (ORLANDI, 2007).

qual a pesquisadora analisa a forma de organização política linguística implantada do século XV ao XVIII.

É sabido que as narrativas oriundas do período de colonização do Brasil foram idealizadas a partir de uma perspectiva portuguesa, conforme propósitos e interesses nomearam os povos e coisas do “Novo Mundo”; desta forma, houve a configuração do que era o Brasil na época. Os indígenas foram mantidos como povos marginais na construção da historicidade nacional sendo postos como estereótipos folclóricos para manter tudo em seu lugar; evidentemente, o lugar do “branco”. (MARTIN-BARBERO; BERKIN, 2017). As próprias línguas indígenas, *a priori*, foram significadas a partir da memória dos colonizadores e sucumbiram ao domínio da língua portuguesa.

Isto pode ser confirmado quando a autora toma – como exemplo – a carta de Pero Vaz de Caminha (1500),<sup>22</sup> uma narrativa elaborada pela perspectiva do colonizador na qual estratégias discursivas “dão sentido”, segundo o entendimento eurocêntrico do interlocutor, à fala indígena:

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. [...] Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, **como que nos dizendo** que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal **como se** lá também houvesse prata (CAMINHA, 1500, p. 3, grifo nosso).

Outros exemplos têm continuidade nos trechos que se seguem:

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, **como quem diz** que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, **como dizendo que dariam ouro por aquilo** (CAMINHA, 1500, p. 3, grifo nosso).

<sup>22</sup> A "Carta do Achamento do Brasil" foi escrita ao rei D. Manuel I por Pero Vaz de Caminha, em Porto Seguro – BA, entre 26 de abril e 2 de maio de 1500. O escrivão só interrompeu o trabalho no dia 29, quando ajudou o capitão-mor a reorganizar os suprimentos da frota. Outras informações em: <<http://bit.ly/2rZKSaJ>>.

Os recursos linguísticos *como que nos dizendo, como se, como quem diz, como dizendo que dariam* tornam o discurso colonial, “suposto” uma estratégia em quem confere sentido a fala indígena é o emissor do discurso da Carta (Caminha). Esta ação demonstra como os indígenas foram discursivizados pelos interesses do branco europeu. Ao utilizar um recurso que denota uma intenção implícita do enunciado, o autor da carta transforma a linguagem do índio em uma pressuposição, na qual um significante não pressupõe – necessariamente – um significado, ficando a cargo dos portugueses o preenchimento dessa lacuna e conferir a outra fala um sentido não próprio – mas apropriado – conforme intenções, necessidades e interesses portugueses, sendo estes econômicos, religiosos, políticos entre outros.

Como nos afirma Mariani (2004, p. 2), a relação de colonização é própria da ordem de um acontecimento discursivo, dado que se trata de um ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. É um acontecimento porque produz sentidos e, ao mesmo tempo, provoca rupturas em sentidos já estabilizados.

Orlandi (2008) – na obra *Terra à Vista* –, verificou os sentidos atestados na produção da linguagem sobre o Brasil no qual fica evidente que, em uma relação colonizador e colonizado, o último não tem voz, é sempre falado, dito pelo colonizador, como nos mostra abaixo:

No caso do discurso da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (como seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador (ORLANDI, 2008, p. 52).

Estima-se que – no Brasil do século XVI – cerca de 1800 línguas indígenas eram faladas, mas, mesmo diante desta diversidade linguística, os documentos que tratam deste período da história demonstram uma realidade na qual a língua portuguesa e seus falantes eram os únicos a contar a história, a instituir sentidos. As demais línguas eram consideradas arcaicas e sem significância, incapazes de serem ouvidas.

Nos dias atuais, ainda sim se evidencia a dificuldade de parte considerável das pessoas em reconhecer a diferença cultural. Ceres Karam Brum (2013) entende isso como invisibilidade. Para ela, no aspecto social, a invisibilidade acarreta exclusão ou discriminação conduzindo a interpretações negativas da diferença cultural. Dessa forma, é importante mencionar que a relação entre imagem e representação é

diferente da relação imagem e referência. Como exemplo, citamos a atuação de índios em espetáculos musicais, teatros, novelas realizando papéis de indígenas. Neste caso trata-se da relação entre imagem e representação. Já no que tange à relação imagem e referência é quando, para papéis de indígenas, são cotados atores brancos, cuja a pele é pintada e/ ou são utilizados adornos. O último exemplo está relacionado ao racismo e ao estereótipo.

Um caso como este tipo de deturpação interpretativa ocorreu na telenovela *Alma Gêmea*, exibida pela Rede Globo de televisão. No folhetim, a personagem denominada *Serena* interpretada pela atriz (com fenótipos de uma pessoa branca e com olhos azuis) Priscila Fantin atua como uma indígena inocente, pura, e – após ter sua comunidade invadida – vai para a cidade grande (São Paulo). Lá chegando, é tratada como exótica e selvagem pelos seus costumes. Sobre a personagem, a nota de repúdio de uma entidade de defesa do índio afirma:

[...] A índia na caricatura da novela, está condenada ao estrato mais subalterno da sociedade, quase como se fosse um animal exótico, divertido, digno de riso. Uma imagem que não é totalmente alheia à nossa realidade, onde o preconceito legitima a exploração, a expropriação e o abandono do poder público. Cabe à televisão brasileira o importante papel de educar, todos sabemos. [...] esperamos mais do que a confirmação de ideias e valores que os povos indígenas lutam tanto para superar, nas suas mais variadas formas de discriminação das diferenças (MUSEU RONDON, 2005, s/p.).

Evidencia-se um discurso de dominação e colonização baseado na desqualificação da cultura alheia e do outro. Nota-se que, aquilo que referencia, não apresenta a cultura dos povos indígenas. A imagem montada de maneira deturpada reforça a invisibilidade da cultura e identidade indígena (BRUM, 2003).

Assim a reflexão de Homi K. Bhabha se torna importante. Ela destaca a má apropriação dos elementos culturais, da interação cultural e de sua relação com a diferença cultural:

Isto porque todos eles reconhecem que o problema da interação cultural só emerge nas fronteiras significatórias das culturas, onde significados e valores são (mal) lidos ou signos são apropriados de maneira equivocada. A cultura só emerge como um problema ou como uma problemática, no ponto em que há perda de significado na contestação e na articulação da vida cotidiana entre classes, gêneros e nações (BHABHA, 2010, p. 65).

A apropriação desacertada resulta em uma ressignificação inadequada, com a interação dura entre sujeitos e culturas. Entendemos que o Brasil é um país mestiço;

contudo, no exemplo acima, ocorreu constrangimento na representação, com a escolha da atriz que tem fenótipos de uma pessoa branca e com olhos azuis, como também pela característica exótica e selvagem da personagem indígena. Homi K. Bhabha – em sua obra *O local da Cultura* – chama-nos atenção quando se refere às relações entre sujeitos de culturas diferentes, mas não às trocas culturais, o que não significa abertura para troca simbólica entre indivíduos e culturas distintas.

Outro exemplo que podemos citar – desta vez para evidenciar os constrangimentos e a violência que podem acontecer como consequência da interação dura entre culturas e a má interpretação dos elementos culturais – é o caso do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro de 2017. Na transmissão do programa *Sucesso do Campo*, exibido na Rede Goiás, afiliada do grupo Record, a apresentadora Fabélia Oliveira fez comentários atacando os índios ao falar sobre o samba-enredo da escola carioca Imperatriz Leopoldinense que escolheu cantar a cultura indígena da região do Xingu.

Seguem os comentários da jornalista:

Os compositores do samba mancharam sua história. Que conhecimento o tradicional malandro carioca tem para falar do homem do campo, para falar do índio, da floresta, para dizer que está certo ou errado e para dizer que alguém pede socorro. Eles falam que a floresta está pedindo socorro, mas não abrem mão da tecnologia do dia a dia, eles não abrem mão do veículo que eles andam. Ah, mas o Xingu está pedindo socorro, por quê? Alguém foi lá? Alguma coisa contra os índios? Não. Eles [índios] querem preservar a cultura e estão corretos, sou a favor dessa preservação se **for o índio original** [grifo nosso], agora deixar a mata preservada para comer comida de geladeira não é cultura indígena, não (ESTADÃO, 2017, s.p., grifo nosso).

A fala agressiva e preconceituosa da jornalista continuou

A minha opinião pode chocar muitos brasileiros. Eu sinto muito. Se ele quer preservar a cultura ele não pode ter acesso à tecnologia que nós temos. Ele não pode comer de geladeira, tomar banho de chuveiro e tomar remédios químicos. Porque há um controle populacional natural. **Ele vai ter que morrer de malária, de tétano, do parto** [grifo nosso]. É a natureza. Se quer lá, ele vai comer, ele vai tratar da medicina do pajé, do cacique, que eles tinham antigamente, aí justifica". [...] Já passei em aldeias indígenas que tivemos que pagar o maior pedágio, que era cinco vezes superior ao tradicional e com estradas horríveis, e estava lá o índio de óculos de sol, aparelho nos dentes, antena parabólica e caminhonete. Isso não é heroísmo, heroísmo é o produtor que trabalha sol a sol dia a dia (ESTADÃO, 2017, s.p., grifo nosso)<sup>23</sup>

<sup>23</sup> O vídeo com os comentários da apresentadora pode ser visto aqui <<http://bit.ly/2IkUwOA>>.



A agressão, mais uma vez, ocorre no campo simbólico. O discurso colonialista se mostra presente quando a jornalista tenta sobrepor sua cultura a cultura indígena. Percebemos a perda da consciência de quem é o outro, já que ele é visto como inferior. Comentários como os da apresentadora alimentam estereótipos sobre os povos indígenas como primitivos e atrasados, porque possuem modos de vida e culturas diferentes. A violência simbólica ocorrida neste caso é a mesma daquelas que ocorriam na colonização deste país, quando indígenas e negros foram catequizados por portugueses e espanhóis – em busca da padronização de costumes, do reforço da monocultura europeia como forma de dominação sob a desculpa do ensino da civilidade

Neste aspecto, voltamos a Brum (2013), que atenta para o perigo da invisibilidade, que também pode ser notada neste caso de intolerância cultural. Quantas vezes, no cotidiano, vemos os modos de vida, hábitos e culturas indígenas, quando não colocadas como exóticas? Tal problema de representação pode gerar a perda da consciência dos sujeitos e a inexistência de reciprocidade visual, a cegueira que pode gerar a violência simbólica e até mesmo física. O que não é visto como comum, neste caso, é inferiorizado e digno de humilhação, sendo desrespeitado o Art.5º da Constituição Brasileira, que afirma sermos todos iguais perante nossas diferenças étnicas, de gênero e religiosa, por exemplo.

Ao considerar a experiência colonizadora, destacamos o conceito de estereótipo, segundo Bhabha (2010). Para ele este é um aspecto importante do discurso colonial. Ele afirma que a principal estratégia do discurso colonialista é o estereótipo, pois se trata de um modo paradoxal de representação: “Conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca” (2010, p. 117).

Considerando a força da ambivalência do discurso colonial, Bhabha aponta que:

[...] É a força da ambivalência que dá ao estereótipo colonial sua validade: ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individualização e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente. Todavia, a função da ambivalência como uma das estratégias discursivas e psíquicas mais significativas do poder discriminatório – seja racista ou sexista, periférico ou metropolitano – está ainda por ser mapeada (2010, p. 118).

Acerca de como os estereótipos sobre as sociedades indígenas permanecem sendo reiterados, a pesquisa realizada por Márcio Santilli (2000) nos parece apropriada. O autor mapeou o que os brasileiros pensam dos índios e constatou resquícios discriminatórios ambivalentes do Brasil colonial ainda presentes por meio dos estereótipos. Eles permanecem na ideologia dos brasileiros não aborígenes, na literatura e no Jornalismo<sup>24</sup> sem que alguns nem mesmo tenham a percepção deles.

A ideia da pesquisa<sup>25</sup> surgiu com o aniversário de 500 anos de colonização do Brasil, em 2000. A partir da efeméride, veículos de comunicação deram ênfase às questões indígenas após marchas de protestos para marcar uma posição crítica frente à brutalidade do processo colonial e sinalizando a esperança de um futuro diferente entre as diferenças.

Em referência ao problema dos estereótipos, Santilli (2000) identifica que os “silvícolas”<sup>26</sup> frequentemente são alocadas em três dicotomias: bons e violentos; atrasados ou diferentes; explorados ou privilegiados. Com relação ao primeiro, existe a vertente do bom selvagem. Esta figura foi criada especificamente na literatura iniciada no século XV. Refere-se ao indígena sem a maldade europeia, vivendo em perfeita sintonia com a natureza. Seu outro papel – segundo os brancos – é a do indígena traiçoeiro, violento; sobretudo na sua versão antropofágica<sup>27</sup>. Santilli (2000, p. 44) ressalta que essa vertente justificou as mais violentas políticas de extermínio físico dos indígenas. Essas representações vêm à tona em momentos que o indígena comete algum ato violento – seja por defesa da sua identidade e/ou moradia. Por outro lado, quando é assassinado também se torna o candidato a mártir.

Quando perguntados se “os índios conservam a natureza e vivem em harmonia com ela”, 88% responderam positivamente, associando os índios à conservação da natureza. Neste caso, figura-se – implicitamente – a imagem do bom selvagem.

---

<sup>24</sup>Jornalismo aparecerá com inicial maiúscula quando em referência ao Campo Jornalístico. Em minúscula, indicando sua dimensão prática, seu fazer, de forma genérica, ou especificamente nos jornais.

<sup>25</sup> A pesquisa foi encomendada pelo Instituto Socioambiental – ONG dedicada aos temas e conflitos que envolvem a interface entre as questões ambientais e sociais – ao IBOPE, em 2010. Resumidamente buscou saber, em âmbito nacional, o que os brasileiros pensam a respeito dos índios no momento em que se comemorava os 500 anos de colonização. Foram entrevistadas pessoas com diferenças de sexo, idade, renda, grau de instrução, região e tamanho do município de residência, para mostrar o espectro da opinião nacional.

<sup>26</sup> Nome dado aos indígenas no Código Civil brasileiro.

<sup>27</sup> O autor afirma que este costume tradicional não é mais realizado por algumas etnias; contudo em outros ainda permanece, como a escarificação – o autoflagelo usado para criar coragem.

Outra questão que nos remete ao bom selvagem foi a de que “os índios são bons, mas aprendem muitas coisas ruins com os brancos”. Com este questionamento, a figura do bom selvagem está explícita, e 78% dos entrevistados concordam com a afirmação. Demonstra-se – assim – que os 78% da última pergunta parecem confirmar também que os 88% da questão anterior conheciam mais que o mero estereótipo. Santilli (2000, p.57) nos alerta que “estereótipos cruzados podem levar a conclusões que os transcendem”. Os 15% que discordam parecem não concordar com o mito do bom selvagem; os 7% restantes – não sabem/não opinaram – que na pergunta anterior concordavam, agora discordam e evidenciaram não achar a natureza coisa muito boa, porque a associaram aos indígenas, mas não associaram os indígenas a algo bom. E 2% dos entrevistados não sabem ou não opinaram.

A outra dicotomia se refere à oposição entre indígenas atrasados aos brancos adiantados. Neste momento, ressurgiu o discurso do colonizador em que sociedades diferentes são consideradas primitivas – a partir do entendimento eurocêntrico. A ideia de primitividade pesa negativamente sobre os indígenas de duas formas, primeiro pelo não reconhecimento da diferença e segundo por querer colocá-los no passado. Como se os atuais indígenas para serem “originais” deveriam viver como seus ancestrais – na floresta, sem uso da tecnologia e vestimentas.

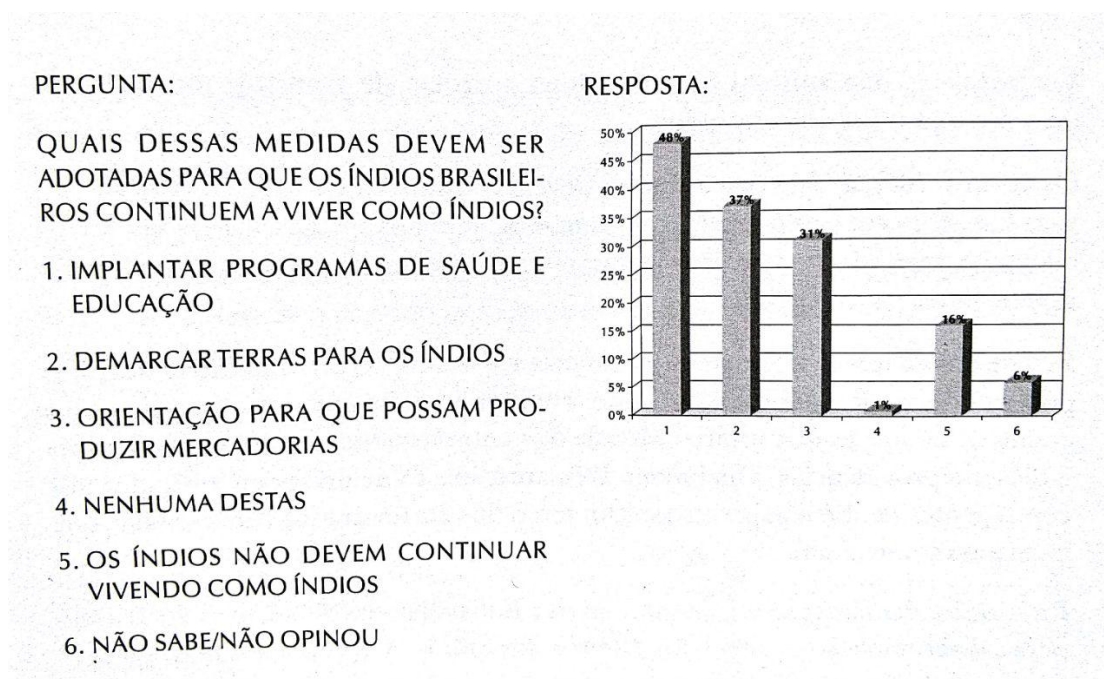
Relacionados à dicotomia *atrasados ou diferentes*, apresentamos duas perguntas da pesquisa. Quando os entrevistados foram questionados se “os índios devem ser educados de acordo com a nossa cultura” 52% concordaram e 45% discordaram. Os dados demonstram que a maior parte dos brancos se acham superiores em sua educação e que os índios devem ser escolarizados por ela. Já no que trata do reconhecimento à diferença, a pergunta “você acha que a Educação dada aos índios deve respeitar seus valores e sua cultura” trouxe 93% de concordância com a afirmação. Estabelece-se então um paradoxo, dado que ao mesmo tempo em que parte os entrevistados (52%) acreditam que o ensino escolar do branco deve ser estendido aos indígenas, outro percentual (93%) entende que seus valores e culturas devem ser preservados. Contudo, como fazê-los sem a aculturação, respeitando línguas e tradições? Três por cento dos entrevistados não sabem ou não opinaram

Com relação à dicotomia *explorados ou privilegiados*, parte-se do pressuposto que povos dominados na relação colonial foram explorados; portanto, não se deve considerá-los privilegiados. Entretanto, essa aparente pergunta retórica da pesquisa se torna pertinente no sentido de implementar políticas compensatórias, como as

demarcações de terras, o acesso à educação escolar indígena – respeitando os processos próprios de aprendizagem e a língua materna – e saúde, como exemplo.

Com relação a esta questão, os entrevistados ao responderem à pergunta “quais dessas medidas devem ser adotadas para que os índios brasileiros continuem a viver como índios” responderam da seguinte forma: a maioria (48%) optaram pela resposta 1 – implantar programas de saúde e educação; 37% concordaram com a opção 2 – demarcar terras para índio e na terceira escolha mais votada está a “orientação para que possam produzir mercadorias”. Entende-se que as alternativas podem ser cumulativas e não se excluem. A não ser o caso das pessoas com o entendimento de que indígenas não devem continuar vivendo como seus pares e, sendo assim, não teriam sugestões de políticas indigenistas a serem feitas. Observe-se que todos os temas relacionados à assistência dos povos indígenas se reunidos assumem condição de opção majoritária. São metade dos entrevistados e dois terços dos que indicaram providências, como demonstrado no próximo gráfico.

**FIGURA 1. MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA QUE OS ÍNDIOS MANTENHAM SEUS MODOS DE VIDA**



Fonte: Santilli (2000, p.79).

Nesta pergunta, os resultados trouxeram o reconhecimento dos entrevistados aos direitos indígenas, como provimento de saúde, educação, demarcação de

territórios e fomento à produção<sup>28</sup>, contudo, fora deste contexto, ainda existem no imaginário do sujeito discursos sobre privilégios indígenas, como aponta Santilli:

[...] Há pessoa que acreditam que os índios não são punidos, ou puníveis, quando praticam crimes. Claro que não é bem assim, pois há muitos índios nas cadeias e vários condenados pela Justiça. Quando se afere que um índio que pratica um crime não tinha consciência da ilicitude do ato que praticou, a lei permite que o juiz lhe atenua a pena. Assim, como há atenuantes penais em casos de crimes passionais, ou praticados sem consciência, ou por pessoas excepcionais (2000, p.49).

Ainda com relação aos problemas da discriminação demonstrados nos dados da pesquisa, Bhabha (2010, p. 135) os destaca como efeito político do discurso estereotipado – sendo relacionado às questões “étnicas”, e de “pele”. Considerando o fetichismo e seus usos, para a compreensão do discurso racista, Bhabha retoma Franz Fanon e o esquema epidérmico.

Ou seja:

A pele, como significante chave da diferença cultural e racial no estereótipo, é o mais visível dos fetiches, reconhecido como “conhecimento geral” em uma série de discursos culturais, políticos e históricos e representa um papel público no drama racial que é encenado todos os dias nas sociedades coloniais. Em segundo lugar, pode-se dizer que o fetiche sexual está intimamente ligado ao “objeto bom”; é ele o elemento do cenário que torna o objeto todo desejável e passível de ser amado, o que facilita as relações sexuais e pode até promover uma forma de felicidade. O estereótipo também pode ser visto como aquela forma particular, “fixada”, do sujeito colonial que facilita as relações coloniais e estabelece uma forma discursiva de oposição racial e cultural em termos da qual é exercido o poder colonial (BHABHA, 2010, p. 135).

Ao refletir sobre identidade e identidade indígena, Brum (2013) – mais uma vez – nos traz uma reflexão interessante ao destacar que o imaginário nacional brasileiro ainda está em formação. Ao considerarmos os dados até aqui levantados, verificamos a tentativa de inferiorizar o outro – no caso os indígenas – por intermédio de um discurso travestido de multicultural, mas que, na verdade, não possibilita a negociação entre diferentes: a interculturalidade.

É premente a necessidade do engajamento de mão dupla entre o sujeito e o ambiente, mencionado por Brum (2013, p. 03), lançar o olhar não exótico aos sujeitos e suas diferenças. Assim, aquilo que não é visto sob a luz, para então ter sua imagem

<sup>28</sup> Essas três linhas básicas de atuação do estado são reconhecidas por Santilli como “discriminação positiva” (SANTILLI, 2008, p. 80).

formada, é encarado como trevas. Entende-se, pelos próprios termos antagônicos, o preconceito. Com o exemplo da intolerância cultural, questiona-se qual é a imagem dos indígenas nesta identidade nacional?

### 2.3 POVOS INDÍGENAS E A IDENTIDADE NACIONAL

A troca cultural entre identidades pode incorrer em desordem e hibridizações; entretanto, não em um apagamento. Ao analisarmos a história do Brasil, o primeiro fato a que somos remetidos é que os portugueses descobriram o Brasil, daí infere-se que os nossos antepassados são os portugueses, e que nada existia nessa terra a não ser a própria terra (ORLANDI, 2008, p.66). A reflexão é importante porque nos traz o entendimento da ocorrência de mais uma violência simbólica: a tentativa de apagar os povos indígenas da identidade cultural nacional, o que ocorre – segundo Orlandi (2008, p.66) – pela linguagem: um dos meios mais eficazes para esse apagamento.

Ainda, segundo a pesquisadora, o processo de apagamento dos indígenas na história do Brasil ocorre – via de regra – por três campos diferentes: ciência, política social e religião. A primeira permite conhecer os povos indígenas; a segunda realiza uma espécie de mediação, isto é, o faz administrável; a última o assimila ao que se entende como o mundo do homem branco, deixando-o com o “espírito amansado”. As três instâncias de domesticação acabam por impedir o funcionamento da identidade indígena na constituição da consciência nacional, mas também podem ser permeadas por outras instâncias. Uma delas é a tentativa de unicidade cultural, porque – ao tentar construir uma identidade nacional – acaba-se por apagar as diferenças. Sabemos que a identidade é construída de forma relacional: eu me reconheço pela diferença que existe entre mim e o outro.

Acerca disto, Orlandi afirma:

O outro que elegemos como contraponto de nossa identidade é o europeu: como nosso antepassado e como imigrante. Há mais um outro, de outra história que, como diz o senso comum, ‘entrou pela porta da cozinha’: o negro, no processo de escravidão. Quando falamos do Brasil como cadinho de raças, excluimos o índio; além dos negros, são os europeus e, em menor grau, os orientais que contam na mistura que resulta em nossa morenidade matreira (ORLANDI, 2008, p.67-68).

Nessa relação entre os povos indígenas e o Estado, há diferentes facetas discursivas que tentam não simplesmente apagar as diferenças, mas a própria existência do índio como índio. O discurso liberal do Estado se apresenta por meio dos discursos religioso, científico e político. O discurso liberal se funda na igualdade jurídica de direitos e deveres; para Orlandi (2008), esta forma de discurso já é um mecanismo de apagamento, porque tratar os povos indígenas como iguais é uma forma de apagar a sua diferença. “Esse discurso traz o índio para o interior das categorias de igualdade estabelecidas pelo branco, e pelas quais o índio passa a ser visto pelas qualidades que não são suas” (ORLANDI, 2008, p.68).

O que a autora também nos diz é que os povos indígenas existem no discurso do antropólogo (discurso científico), do indigenista (política social) e do missionário (religioso), porém não existe o próprio discurso indígena. Dessa forma, esse deixa de existir na constituição da história da nacionalidade, como constatamos em nosso gesto de interpretação realizado para o Exame de Qualificação, que teve como base a análise dos textos jornalísticos (informativo e opinativo) da semana do índio, de 2017, pela Análise de Conteúdo. A problemática será retomada nos capítulos finais deste estudo. A ação de apagamento acontece no campo ideológico e seu funcionamento ocorre pelo silêncio, por isso é tão eficaz, como nos explica Orlandi:

Existir em nível da consciência nacional – tal como esta existe no cidadão geral – significa, para esse apagamento, funcionar como pressuposto em qualquer (e todo) discurso. O pressuposto, em linguística, é aquilo que não é dito, mas que acompanha necessariamente o que é dito. É aquilo que no dizer já está sempre lá, implícito e inegável. Por exemplo, a necessidade de dizer ‘índio é gente’ pressupõe a possibilidade de dizer que ‘índio não é gente’. Quando afirmamos que o apagamento do índio existe como pressuposto na ‘consciência nacional’, estamos dizendo que qualquer discurso que se refira à identidade da cultura nacional já tem inscrita a exclusão do índio, necessariamente como um princípio (ORLANDI, 2008, p.69).

Apesar de esta manifestação ocorrer no campo ideológico, ela se materializa por diversas formas de violência, como o extermínio. Como exemplo, podemos lembrar a morte do indígena pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por jovens da classe média em uma parada de ônibus em Brasília, um dia após a comemoração do Dia do Índio, em 1997. Outra forma de supressão é deixar os indígenas fora de discussões que os afetam diretamente, o que ocorreu com aos povos da etnia Juruna com a instalação da Usina Hidrelétrica em Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. A construção de Belo Monte e a alteração do rio provocaram uma

repentina desorganização no modo de vida ancestral dos indígenas; como consequência, uma situação de insegurança alimentar.<sup>29</sup> Estes são dois exemplos – entre muitos outros – de fatos que ocorrem rotineiramente.

Orlandi identifica historicamente momentos em que os três discursos (político, religioso e científico) estiveram em evidência. O primeiro deles é recorrente até os dias atuais e trata da terra e da sua propriedade. Neste momento, situa-se na passagem do império para a república. Com o advento da república, o contato entre brancos e os povos indígenas se intensificaram devido ao estímulo dado para o avanço das fronteiras. Era necessário ocupar para não entregar as terras da recém fundada república aos países vizinhos. Com isso, expedições tanto etnológicas quanto geográficas foram organizadas, e comissões formadas para instalação de linhas férreas e telegráficas (ORLANDI, 2008, p. 70).

Destaca-se – neste período – a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que fez vir à tona discussões políticas (centralizar ou descentralizar as ações de governo), comercial (venda de terras de direito ancestral e o aproveitamento da mão de obra indígena), religiosa (supervisão e controle da cultura ‘primitiva’<sup>30</sup>, como também a discussões etnográficas (pacificar ou exterminar a suposta cultura inferior?).

Constatamos que o SPI – ao contrário do que o nome expressa – não era um órgão favorável e de defesa dos povos indígenas, mas sim um serviço de proteção do branco, de intermediação entre o branco e o índio, e para controlar o indígena. O avanço do homem branco para o Oeste do país trouxe a resistência dos indígenas para a manutenção das terras de direito ancestral. Os conflitos ganharam visibilidade, inclusive internacional, pois grande parte dos cientistas que pesquisam indígenas no Brasil era composta de alemães.

A denúncia feita por Fric no XVI Congresso de Viena, em 1908, de que se processava um extermínio deliberado dos índios no Brasil, entre outras coisas, suscita a explicitação de várias posições dos cientistas e indigenistas em seus conflitos (ORLANDI, 2008, p.72).

Como forma de apagar a emergente visibilidade indígena, o SPI agiu evitando que a invasão do branco em terras indígenas e a resistência deles não ganhassem

---

<sup>29</sup> Texto publicado por Eliana Brum no jornal *El País* intitulado “No fim do mundo de Alice Juruna tem PeppaPig”.

<sup>30</sup> Aqui se entende o termo ‘primitiva’ como selvagem e não como primeira, (ORLANDI, 2018, p. 70).



visibilidade e, por outra forma, afirmando que o fim dessa resistência seria uma questão de tempo com a extinção dos povos indígenas. Outra estratégia de apagamento foi dividir os indígenas entre bons e maus, entre “civilizado” e “selvagem”. Segundo Orlandi, esta é uma forma de racionalizar o apagamento. “[...] A sociedade sempre encontrou formas de categorizações ‘legítimas’ para poder exercer seu poder de exclusão” (ORLANDI, 2008, p.72).

Fica evidente – a partir das condições de criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – que o órgão serviu a um propósito de governo expansionista em que a ida ao oeste do território, também conhecida como “regiões desabitadas” foi realizada a ferro, fogo e pólvora. Uma iniciativa de apagamento pela ação violenta. Transmutando um discurso de resistência em crime, o índio em ‘selvagem’ e, portanto, não ‘tratável’. Desta forma, resistência e selvageria passam a ter o mesmo sentido; pelo discurso do branco, a identidade cultural indígena passa a ser vista como exótica e, partir deste ‘choque’, deve ser moldada aos padrões do branco. Como podemos evidenciar na relação entre o índio e o branco, o último tem sempre o poder de controle, seja na dimensão efetiva seja no discurso: é ele quem dá o sentido aos conflitos. (*op. cit.*).

Outra tentativa de apagamento dos povos indígenas pelo Estado ocorreu entre 1905 e 1910 com os indígenas da etnia Parintintins, no Amazonas; na investida de fazê-los aceitar a invasão das terras indígenas, passou-se, em vez de realizar expedições pacíficas às moradias indígenas, os brancos se estabeleceram permanentemente em comunidades indígenas. Desta forma, ‘pacificar’ ganha o efeito de sentido de intervir de forma permanente no ambiente indígena. O sentido produzido para pacificação é sempre o de colocar o branco entre o índio, mediando-o dentro da própria cultura indígena. “Pacificar é produzir o apagamento da cultura indígena, anular qualquer forma de resistência; e a imagem que se tem do índio é a daquele que deve submeter-se ao branco, que deve reconhecer a autoridade do branco” (ORLANDI, 2008, p.73).

O discurso da conversão também se mostra eficaz para o apagamento histórico dos indígenas. Ele se articula de duas formas: o primeiro modo de apagamento coloca palavras na fala do índio que ele – branco – precisa ouvir do indígena, isto é, o branco constrói a sua imagem para outro branco pelo indígena e, nessa posição, o anula. Desta forma, o indígena reconhece a superioridade do não índio (ORLANDI, 2008, p.74). Para Orlandi (2008, p.79), o funcionamento deste discurso acontece pelo

mecanismo de antecipação no qual o locutor se coloca no lugar do destinatário. O intuito é deslocar o destinatário se for um adversário ou reforçá-lo, caso seja cúmplice. “A fala é orientada para controlar o lugar em que seu destinatário o espera”, (ORLANDI, 2008, p.80). O segundo modo de apagamento do índio pelo discurso religioso é quando as falas dos indígenas são interpretadas pelo relator (missionário, padre ou outro). Sendo assim, ao indicar as palavras dos indígenas ao discurso religioso, o sentido é dado pelo intérprete, a partir desta ação a resistência cultural dos povos indígenas e ressignificada em pecado.

A partir destas reflexões a respeito dos discursos e das identidades, evidenciamos uma tentativa histórica do colonizador de apagar e/ou invisibilizar a identidade indígena, seja por meio da língua, por meio dos discursos ou pela ressignificação deturpada da alteridade destes povos. Os números demonstram que esta ação quase se efetivou na prática, visto que de 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos.<sup>31</sup> Mais uma vez os sentidos dos discursos hegemônicos apontam o fato a uma “contingência histórica”, algo a ser lamentado, porém inevitável. Entretanto devido ao processo de etnogênese – recuperação do orgulho, autoestima identitária e dignidade histórica de ser indígena – da constituição de organizações indígenas formais, e a iniciativas de resistência, empoderamento e postura emancipadora, estas sociedades têm trazido dissenso à harmonia do *status quo*.

Neste momento como minoria – representam 0,8% da população brasileira – têm tentado romper com os lugares minoritários, nos quais estes sujeitos não possuem reconhecimento e possibilidade de uso da palavra, para serem porta vozes dos próprios discursos, exercerem sua cidadania e pluralidade. Evidenciamos pelas reflexões até aqui apresentadas que o primeiro passo se deu pelo reconhecimento das próprias identidades. O movimento de reetnização tem possibilitado a formação de identidades indígenas mais questionadoras.

Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells (1999), a construção das identidades deve considerar também a resistência para interpretar o poder e as relações sociais. Ele destaca ainda três formas distintas de construção de identidades: a legitimadora, a de resistência e a de projeto. Para essa tese, vamos nos ater

---

<sup>31</sup> Estima-se que viviam mais detrés milhões de indígenas no início da colonização portuguesa e, em 1957, as populações indígenas somavam apenas 70 mil pessoas. Isto representava somente 0,1% do número de habitantes indígenas de 1500.

somente às duas primeiras formas. Como identidade legitimadora, entende-se que é aquela “Introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (1999, p. 24). Já a identidade de resistência é aquela “Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo – assim – trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade” (1999, p. 24). Esta última pode ser exemplificada utilizando-se a situação do índio no Brasil. Para Stuart Hall *et al* (2010), a resistência não transforma o sistema, mas negocia com o mesmo. A resistência é, partindo de atos de emancipação e cidadania, propiciar aos povos indígenas mais esclarecidos e autônomos, compreender as complexidades do país sob uma ótica maior. A partir de tais práticas sociais, busca-se amenizar erros cometidos desde os tempos da colonização. Projeta-se que a autonomia provinda de tais iniciativas possa descolonizar mentes; neste caso, comece o desvencilhamento da experiência colonizadora.

O dinamismo intenso e articulado propiciado pela reetnização, a formação de novas identidades indígenas e a complexidade das sociedades globalizadas atuais têm trazido crise à identidade legitimadora. Para Castells (1999, p. 86), outros motivos também se somam às mudanças citadas, como a “rápida desintegração da sociedade civil herdada da era industrial e do desaparecimento gradativo do Estado-Nação: a principal fonte de legitimidade.

Uma conquista neste sentido e que contribui para afirmação e legitimação desta parcela da população é a aprovação da lei 10.645, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira", cuja aprovação ocorreu somente em 2008.

Contudo movimentos contra o reconhecimento dos direitos indígenas e do exercício de suas cidadanias ainda ocorrem, sejam por interesses financeiros ligados à questão das terras indígenas ou ainda a serem demarcadas, seja por movimentos contrários a uma educação escolar indígena ensinada na língua materna e de qualidade, ou pelo não reconhecimento da diferença e pluralidade indígena. Por esses motivos ainda é recorrente discursos estereotipados sobre estes povos; sobretudo em relação ao entendimento sobre a existência de uma identidade “original”, o que não existe segundo as palavras de Hall (2006). Os comentários da jornalista Fabélia

Oliveira<sup>32</sup> sobre o samba-enredo da escola de samba Imperatriz Leopoldinense demonstram preconceito, especialmente por ligar o índio ao passado.

Nosso gesto de interpretação também nos chama a atenção para o discurso jornalístico sobre os povos indígenas na Amazônia Legal, que, no período estudado, reproduziu o discurso colonial ao silenciar a voz indígena de assuntos que dizem respeito aos próprios interesses.

No próximo capítulo, trabalhamos a diversidade destes povos e suas línguas, além de demonstrar aspectos da situação das etnias em cada estado da Amazônia Legal. Dados sobre Educação, nível de rendimento, escolaridade, Registro de Nascimento e as configurações particulares da relação dos povos indígenas com o Estado brasileiro são articulados com a problemática das terras indígenas, condição *sine qua non* para a sobrevivência destes povos.

---

<sup>32</sup> ESTADÃO, 2007, p.1

**CAPÍTULO 3 – “TUDO ÍNDIO, TUDO  
PARENTE”: A DIVERSIDADE  
ÉTNICA NA AMAZÔNIA LEGAL**

*“Pela defesa do que é nosso  
Todos os povos devem se unir,  
Relembrando a bravura  
Dos Kambeba, dos Macuxi,  
Dos Tembê e dos Kocama  
Dos valentes Tupi Guarani”  
Márcia Kambeba*

Apresentamos a diversidade indígena existente na Amazônia Legal – local que congrega mais da metade dos povos originários existentes no Brasil. Além disso, o intuito é também contribuir para a desconstrução do velho estereótipo do índio genérico. Entendemos que, ao fazê-lo, podemos cooperar sobremaneira para o conhecimento dos diversos povos, línguas e culturas existentes. Acreditamos também que – pela historicidade brasileira a nós apresentada, constituída por séculos de dominação e escravidão colonial destes povos – o ato de dar visibilidade às suas ancestralidades, em particular, é uma forma de valorizá-las.

Os dados apresentados abaixo são referentes ao último Censo Demográfico (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como das estimativas realizadas pelo mesmo órgão em 2016, com as características gerais dos indígenas. As etnias apresentadas podem receber diferentes nomenclaturas de acordo com sua relação com outros povos indígenas, como explica Luciano (2006, p.32):

[...] Cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami, etc. Mas também muitos povos recebem nomes vindos de outros povos, como se fosse um apelido, geralmente expressando a característica principal daquele povo do ponto de vista do outro. Ex.: Kulina ou Madjá. Os Kanamari se autodenominam Madjá, mas os outros povos da região do Alto Juruá os chamam de Kanamari.

Os povos indígenas apresentam modos de vida muito particulares e diferenciados dos demais povos no Brasil. Isto significa práticas de rituais, de contar histórias de vida, de educação da família e filhos, formas de organizar trabalhos e divisão de bens, como também, pelo histórico de interação com o homem branco/colonizador e com o Estado brasileiro, suas línguas, crenças e a relação com o meio ambiente.

De acordo com a Constituição Brasileira<sup>33</sup>, “O reconhecimento étnico se pauta na conjugação de critérios definidos pela consciência da identidade indígena e de pertencimento a um grupo diferenciado dos demais segmentos populacionais brasileiros e pelo reconhecimento por parte dos membros do próprio grupo”.

Para Luciano (2006, p.27), os indígenas são:

[...] aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos.

Estima-se que no Brasil – em 1500 – habitavam a região cerca de 5 milhões de índios (*Ibid*); atualmente, este número é de 896 mil pessoas entre os que se autodeclaravam ou se consideravam indígenas<sup>34</sup>, segundo o Censo (IBGE, 2010). A maior parte se encontra em área rural (63,8%) enquanto 57,7% vivem nas áreas urbanas. Entretanto, ao analisar e comparar os dados de 1991, quando os índios começaram a ser recenseados, com os de 2010, observa-se que a população indígena cresceu de 294 mil para 896 mil pessoas, ou seja, mais que triplicou. Ainda é pouco perto da estimativa de 1500, antes da colonização, mas é um fato positivo. Segundo o IBGE (2010), o aumento expressivo se deve à conscientização das pessoas que se reconheceram como indígenas e não por efeitos demográficos, como migração, mortalidade e natalidade.

Com 342 mil indígenas, a região Norte é a mais populosa do Brasil, representa 48,7% dos índios em todo o território nacional e, dos 14 estados de maior concentração indígena, sete pertencem a esta região do país. Somadas as populações de índios do Maranhão (38.831) e Mato Grosso (77.025), residem na Amazônia Legal mais de 457 mil nativos, 65,2% da população aborígene nacional.

<sup>33</sup> PLANALTO. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

<sup>34</sup> A pessoa residente em terras indígenas foi classificada quanto à condição de indígena, em: *Declarou-se indígena* – para a pessoa que se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça; *Não se declarou, mas se considerava indígena* – para a pessoa que não se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça, mas se considerava indígena, de acordo com as tradições, costumes, cultura, antepassados, entre outros aspectos. (IBGE, 2010).

Com relação à composição por sexo e idade, há um equilíbrio entre mulheres e homens, condição que se repetiu desde o ano 2000. São 444.747 mulheres declaradas e que se consideram aborígenes; destas, 222.663 (49,7%), quase metade das mulheres indígenas em território nacional, vivem na AL. Já os indígenas homens representam 50,3% da população e somam 451.253 pessoas, destes 223.510 (50,6%) residem na mesma região.

O percentual de adultos<sup>35</sup>, em 2000, era de 61,6% e passou para 58,2% em 2016; já para crianças e adolescentes<sup>36</sup> era de 36,2% em 2010 e 32,6% em 2000. Na região Norte, que corresponde a 77,7% da Amazônia Legal, existe o predomínio da população masculina, enquanto nas regiões Sul e Centro-Oeste do país existe equilíbrio entre o número de mulheres e homens, como demonstrado no quadro abaixo.

**QUADRO 1. POPULAÇÃO INDÍGENA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO**

<b>Características Demográficas</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
<b>População residente</b>	817.963	315.192	502.771
<b>Grupos de idade (%)</b>			
0 a 14 anos	36,2	22,1	45
15 a 30 anos	28,6	28,6	28,6
31 a 64 anos	29,5	41,5	22
65 anos ou mais	5,6	7,7	4,3

Fonte: IBGE, 2010.

O direito a terra e ao controle efetivo dela são condições básicas para a sobrevivência dos povos indígenas. A falta deste direito ancestral, garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto do Índio<sup>37</sup>, tem impactos profundos sobre o cotidiano destas sociedades, afetando não somente a subsistência, mas também o plano étnico, pelo caráter simbólico das terras. Para salvaguardar este direito

<sup>35</sup> Para o IBGE, os adultos são considerados pessoas entre 15 e 64 anos de idade.

<sup>36</sup> Para o IBGE, crianças e adolescentes são considerados pessoas entre zero e 14 anos de idade.

<sup>37</sup> PLANALTO. **Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2017.



indígena, o processo de demarcação é o meio administrativo adotado pelo Governo Federal para explicitar os limites do território tradicional ocupado (IBGE, 2010).

Segundo as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), as fases do procedimento demarcatório são definidas por ato do Presidente da República e – atualmente – consistem nas seguintes situações fundiárias: Em estudos<sup>38</sup>, Delimitadas<sup>39</sup>, Declaradas<sup>40</sup>, Homologadas<sup>41</sup>, Regularizadas<sup>42</sup> e Reservas indígenas<sup>43</sup>.

No Brasil havia – em 2010 – 704 terras indígenas (TI) reconhecidas em situação fundiária em alguns dos estágios mencionados acima e representavam 13,8% do território nacional reservado aos indígenas. A maior parte das TIs se concentra na Amazônia Legal: são 419 áreas, 115.342.101 hectares, representando 23% do território amazônico e 98.33% da extensão de todas as TIs do país. O restante, 1,67%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. O quadro a seguir detalha melhor os dados mencionados.

#### QUADRO 2. TERRAS INDÍGENAS E SUPERFÍCIE, SEGUNDO A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Situação fundiária	Terras Indígenas	
	Número	Superfície (há)
<b>Total<sup>44</sup></b>	505	106.739.926
Declarada	49	2.689.068
Homologada	27	4.761.768
Regularizada	405	99.240.743
Em processo de aquisição como Reserva Indígena	24	48.347

Fonte: IBGE, 2010.

<sup>38</sup> Realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena.

<sup>39</sup> Terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no *Diário Oficial da União* pela FUNAI e se encontram em análise pelo Ministério da Justiça para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena.

<sup>40</sup> Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas.

<sup>41</sup> Terras que foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pela Presidência da República.

<sup>42</sup> Terras que – após a homologação de seus limites – foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União.

<sup>43</sup> Terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que não se confundem com as de posse tradicional; por esse motivo, não se submetem aos procedimentos anteriormente descritos.

<sup>44</sup> Contabilizando as terras em estudo e as delimitadas, as terras indígenas passam para 687, com superfície total de 108.629,852 hectares.

### 3.1 ACRE

O Acre tornou-se território brasileiro em 1904 e foi declarado estado somente 58 anos depois, em 1962. Antes, o território foi motivo de disputa entre o Brasil e a Bolívia. Pelo Tratado de Tordesilhas – realizado em 1494 – o território era de domínio espanhol, porém muitos seringueiros povoaram aquela região durante o Ciclo da Borracha e iniciaram sua colonização. O espanhol Luis Gálvez proclamou a República do Acre – em 1898 – após uma missão de ocupação do governo boliviano. Para resolver a querela, em 1900 foram enviadas tropas brasileiras para acabar com a República do Acre; dois anos depois, o Barão do Rio Branco e Plácido de Castro iniciaram a Revolução Acreana, reavendo o Acre para o Brasil. Para evitar novos conflitos, o Brasil pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas, cedeu parte do Mato Grosso e assumiu o compromisso de construir a ferrovia Madeira-Mamoré (JACKS; TOALDO, 2014).

A partir dos dados do Censo (IBGE, 2010), o estado possuía 733.559 habitantes; em 2016, o mesmo instituto contabilizou 816.687 pessoas. O Acre possui 22 municípios e superfície terrestre de 164.123,712 hectares. Possui, ainda, população indígena diversa – são 17.578 indígenas vivendo em 200 aldeias, distribuídas em 30 áreas indígenas. As etnias viventes no Acre são compostas por dois troncos linguísticos: Aruák e Arawá, tradicional da região amazônica; Pano, originário da região andina. Depois de muitos confrontos com invasores espanhóis, os autóctones do tronco linguístico Pano migraram para a bacia amazônica (ISA, 2017).

Dos mais de 17 mil indígenas, 8.976 (51,1%) são homens; destes, 6.830 moram em terras de situação fundiária definida e 2.146 fora delas. O número de mulheres indígenas soma 8.602 (48,9%), nas terras indígenas 6.478 pessoas e 2.124 fora delas, como demonstrado no próximo quadro, segundo dados do IBGE (2010).

**QUADRO 3. PERFIL DOS INDÍGENAS NO ACRE<sup>45</sup>**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas
Total	17578	13308	4270
Declararam-se indígenas	15921	11651	4270
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	1657	1657	-

Fonte: IBGE, 2010

Esses grupos são representados pelos povos Apurinã, Arara, Ashaninka, Jaminawa, Katukina, Kaxarari, Kaxinawá, Kuntanawa, Kulina, Manchineri, Nukini, Poyanawa, Yawanawá, índios isolados e outros que vivem e transitam pela região de fronteira com o Peru.

Abaixo segue o quadro especificando as famílias linguísticas, às quais os povos indígenas no Acre pertencem.

**QUADRO 4. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO ACRE**

POVOS	FAMÍLIA LINGUÍSTICA
Apurinã, Kulina (Madija), Ashaninka, Manchineri	Aruak
Arara, Jaminawa, Katukina, Kaxarari, Kaxinawá, Kuntanawa, Nawa, Nukini, Puyanawa, Shanenawa, Shawãdawa, Yawanawa	Pano

Fonte: CPI-ACRE, 2016.

Eles representam somente 2,3% dos moradores do Acre. A distribuição percentual da população indígena do estado se configura em 78% vivendo nas terras indígenas e 22% fora delas, seguindo uma tendência da região. Destes, 87,5% declararam-se índios e 12,5% não se declararam, mas se consideram indígenas. Nas terras indígenas, o estado do Acre possui a taxa de analfabetismo mais elevada, são 41,5% de analfabetos e 34,5% fora das TIs (*Ibidem*).

<sup>45</sup> Estes dados foram coletados apenas para os residentes em áreas indígenas. Seriam são válidos? Do jeito que está parece que fizeste um serviço para os residentes...

As terras indígenas como maior número populacional são: Kaxinawá do Rio Jordão (1.471 habitantes), Katukina/Kaxinawá (1.260), Mamoadate (776), Campinas/Katukina (613) e Poyanawa (558). As áreas indígenas equivalem a 16% da extensão do estado e, agregadas, somam aproximadamente 2.439.982 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Já os dados do Registro de Nascimento possibilitam a criação de políticas públicas voltadas para as crianças, além de garantir cidadania; por isso o IBGE contabiliza – nestes dados – somente crianças de até cinco anos de idade. Com relação ao Registro de Nascimento dos Indígenas (RANI), ele é equivalente ao Registro de Cartório utilizado pelos não indígenas. Por causa de resultados desagregados das Unidades da Federação, uma correlação importante é corroborada: os estados que apresentam frequências baixas de registros de cartório são aqueles com proporções significativas do registro realizado pela FUNAI, por meio do RANI<sup>46</sup> (IBGE, 2010, p.82).

Nas terras indígenas, 91,2% têm Registro de Cartório e 1,5%, RANI; fora delas, 93,5% têm Registro de Cartório e 1,1%, Registro Administrativo de Nascimento Indígena. Há também crianças de até 10 anos que não possuem qualquer tipo de registro e a proporção delas no estado é de 6,5% fora das TIs, já dentro delas equivale a 3,1% (IBGE, 2010).

No quesito renda<sup>47</sup>, o Acre vai na contramão da tendência nacional. Isso acontece porque os moradores fora das terras percebem rendimento inferior aos que moram nela. Os dados estaduais apontam mais de 75% dos indígenas sem rendimento e 20% recebendo até um salário mínimo<sup>48</sup> dentro das terras. Fora delas, 80% não têm renda e 15% ganham até um salário mínimo (*Ibidem*).

O ganho dos indígenas nem se aproxima da realidade da população autodeclarada branca. Os dados nacionais apontam que, na área rural, 65,7% não tem rendimento e, nas urbanas, o número cai para 52,9% (*Ibidem*).

<sup>46</sup> O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é um documento administrativo fornecido pela FUNAI, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Com o documento, pode-se solicitar o registro civil. Ele é um documento administrativo e não substitui a certidão de nascimento (FUNAI, 2017).

<sup>47</sup> Os rendimentos considerados podem ser provenientes de trabalho, aposentadoria, pensão, aluguel, doação de não morador, seguro-desemprego, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC), além de outros programas sociais.

<sup>48</sup> O salário mínimo, em 2010, equivalia a R\$ 510.

Com relação à alfabetização dos indígenas no Acre, 47,3% são analfabetos e 88,5% deles se encontram em área rural. A maior parte dos alfabetizados (77,3%) também residem em área rural. Constatamos um número pequeno de indígenas viventes no Acre residindo em área urbana. O percentual é de apenas 17,4%, como exemplificado no quadro abaixo.

**QUADRO5. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO ACRE**

Situação do domicílio	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	12.688	6.685	6.003
Urbana	2.208	1.516	692
Rural	10.480	5.169	5.311

Fonte: IBGE, 2010.

### 3.2 AMAPÁ

Amapá e Roraima foram os últimos territórios federais a se elevarem à categoria de estados, com a Constituição de 1988. Em 1494, a região pertencia à Espanha, devido ao Tratado de Tordesilhas. Durante os séculos seguintes, ocorreram sucessivas disputas da região com franceses, holandeses e ingleses; em 1973 – no Tratado de Utrecht –, definiram-se os limites entre o futuro Amapá e a Guiana Francesa. A França, insatisfeita, continuou lutando pelo território até 1900, quando o Conselho Federal Suíço estabeleceu posse brasileira, e o espaço foi incorporado ao estado do Pará do qual se separou em 1943, passando a se chamar Território Federal do Amapá e, 45 anos depois, se tornou o estado do Amapá (JACKS; TOALDO, 2014).

O Amapá é o segundo menor estado do país e tem população de 669.526 habitantes. Em 2016, o IBGE<sup>49</sup> contabilizou população de aproximadamente 782.295 pessoas. Macapá, a capital, no último Censo, tinha 398.204 indivíduos e, na estimativa do IBGE, o número subiu para 465.495 – quase 60% da população estadual residem na capital (IBGE, 2016).

O número de indígenas no Amapá é o menor dos estados da região em estudo. São 7.411 aborígenes; destes, 5.956 (80,3%) estão nas suas terras e 1.445 (19,7%) vivem fora delas. Em terras próprias, somente três indígenas não se declararam, mas

<sup>49</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3IL>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

se consideravam indígenas. Os índios no Acre representam 1,1% do total da população estadual (*Ibidem*).

**QUADRO6. PERFIL DOS INDÍGENAS NO AMAPÁ**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas <sup>50</sup>	Fora de terras indígenas
Total	7411	5956	1455
Declararam-se indígenas	7408	5953	1455
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	3	3	-

Fonte: IBGE, 2010.

Com relação ao gênero, os homens são maioria dentro e fora das terras indígenas, o que representa – respectivamente – 3.770 e 729 indivíduos. Já as mulheres enumeram 2.915 pessoas nas suas terras e 726, fora delas. Os alfabetizados contabilizam 4.399, mais de 59% do total de indígenas, em detrimento das 832 (22%) pessoas indígenas que alegaram serem analfabetas.

As etnias presentes no estado são cinco e estão mencionadas no quadro 2, localizado abaixo. Elas estão distribuídas nas terras Uaçá, Juminã, Galibi do Oiapoque Waiãpi e Parque indígena do Tumucumaque (Amapá e Pará) e atingem pouco mais de quatro milhões de km<sup>2</sup>, o que equivale a 2,9% da área total do Amapá.

**QUADRO 7. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO AMAPÁ**

POVOS	FAMÍLIA LINGUÍSTICA
Palikur	Aruak
Galibi-Marworno, Karipuna do Amapá	Creoulo
Galibi do Oiapoque	Karib
Wajãpi	Tupi-Guarani

Fonte: ISA, 2017

A taxa de analfabetismo das pessoas indígenas acima de cinco anos de idade no Amapá é de 19,4%. Destes, 90,4% residem em área rural. Os alfabetizados estão

<sup>50</sup> Vale destacar que 99,9% da população indígena do Amapá se declararam indígena.

em 80,6% e 77,3% deles residem na área rural. A taxa de analfabetismo no Amapá é alta; entretanto, ao compararmos com os índices de analfabetismo do Acre, o Amapá encontra-se em situação menos pior.

**QUADRO8. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO AMAPÁ**

Situação do domicílio	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	6.324	5.097	1.225
Urbana	1.270	1.153	117
Rural	5.054	3.944	1.108

Fonte: IBGE, 2010.

Na distribuição percentual das pessoas indígenas de até 10 anos de idade com Registro de Nascimento no estado, em TIs, 78,2 têm registro em cartório e 19,6%, o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI). Fora das terras nativas, 92,7% têm Registro de Cartório e 3,8%, o RANI. A proporção das pessoas indígenas de até 10 anos de idade que não tinham nenhum tipo de Registro de Nascimento foi de 0,9% e 1,5%, respectivamente, nas TIs e fora delas.

Já a proporção das pessoas indígenas com dez anos de idade, ou acima dela, que recebem até um salário mínimo é de 15%, enquanto 80% não têm rendimento nas TIs. Para as terras não indígenas, os percentuais são: 30% recebem até um salário mínimo e 40% estão sem rendimento.

### 3.3 AMAZONAS

O que viria a ser o estado do Amazonas, em 1889, também era região da Espanha, em 1494, conforme o Tratado de Tordesilhas. Inicialmente, era conhecida como a Capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755, e abrigava os territórios do Amazonas e Roraima. Estava ligada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão; com a ascensão do Pará à província – em 1821 – houve uma revolta exigindo autonomia do Amazonas do Pará. Somente em 1850 o Amazonas passou à condição de província e – após a Programação da República (1889) – tornou-se estado (JACKS; TOALDO, 2014).

Segundo o Censo de 2010, naquele ano viviam 3.483.985 pessoas no estado; a população estimada, para 2016, era de mais de quatro milhões de indivíduos.

Destaca-se aqui a grande evolução populacional que, em menos de 10 anos, já cresceu para quase um milhão de cidadãos. Em Manaus, habitavam pouco mais de 1,8 milhão de pessoas, em 2010, e a expectativa populacional, em 2016, chegou aos 2.094.391 – isto representa, 60,1% de toda a população estadual (IBGE, 2017). O Amazonas é o maior ente federativo em extensão territorial do país, assim sendo tem 1.559.149,074 km<sup>2</sup> e pode ser comparado à Mongólia (1.566.000 km<sup>2</sup>) pelas áreas dos respectivos territórios.

Com relação aos números indígenas, o estado do Amazonas é recordista em vários quesitos: possui o município com o maior número de indígenas; o maior número de terras indígenas; a etnia com o maior número populacional do país e a maior diversidade étnica.

São Gabriel da Cachoeira (AM) é o município com a maior população indígena do país. São 29.107 indígenas em uma cidade que tem 37,7 mil habitantes. A localidade tem área de 109.184,896 km<sup>2</sup>, sendo maior do que alguns estados do Brasil, tais como Santa Catarina e Pernambuco (IBGE, 2010).

O quadro abaixo apresenta a diversidade étnica do estado e as famílias linguísticas.

**QUADRO 9. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO AMAZONAS**

<b>POVOS</b>	<b>FAMÍLIA LINGUÍSTICA</b>
Banawá, Deni, Jamamadi, Jarawara, Kulina, Paumari	Arawá
Baniwa, Baré, Tariana, Warekena	Aruak
Apurinã	Aruak-maipure
Miranha	Bora
Hi-Merimã	Hi-Merimã
Hixkaryanas	Hixkaryanas
Kaixana	Kaixana
Katuena, Waimiri-Atroari, Wai-Wai	Karib
Katukiana	Katukiana
Tsohom, Djapá	Katukina
Katurina	Katurina
Kuripaco	Kuripaco
Madiha-Kulina	Madiha-Kulina
Maku	Makú



Mawyana	Mawyana
Miriti-Tapuya	Miriti-Tapuya
Munduruku	Munduruku
Mura	Mura
Mura-Pirahã	Mura-Pirahã
Pano, Kaxarari, Kaxinawá, Korubo, Marubo, Matis, Matsé	Pano
Saterê-Mawé	Saterê-Mawé
Tenharin	Tenharin
Tikuna	Tikuna
Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kubeo, Makuna, Pira-Tapuya, Siriano, Tuyuka, Ye'Pãmahsa-Tukano	Tukano
Jiahui, Juma, Kambeba, Kokama	Tupi-Guarani
Torá	Txapakura
Wanano	Wanano
Witoto	Witoto
Yanomami	Yanomami
Zuruaha	Zuruaha

Fonte: ISA, 2017.

O Amazonas possui 183.514 indígenas e 70,6% da população residem nas suas terras. A população de homens alcança 95.215 indivíduos e 88.299 são mulheres – respectivamente; representam 51,9% e 48,1% dos indígenas morando no Amazonas. Aqueles que se autodeclararam indígenas, no quesito cor/raça, representam 88,5%, enquanto que 11,5% se consideram indígenas, de acordo com suas tradições, costumes, cultura e antepassados. Os Tikúna são – em número – a maior etnia do Brasil, com 53.544 pessoas (ISA, 2017)<sup>51</sup>. Entre os homens, 80% deles vivem em terras aborígenes, já o percentual de mulheres vivendo nas próprias terras é menor: 71%.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna/1349>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

**QUADRO10. PERFIL DOS INDÍGENAS NO AMAZONAS**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas
Total	183.514	129.529	53.985
Declararam-se indígenas	168.680	114.695	53.985
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	14.834	14.834	-

Fonte: IBGE, 2010.

No Amazonas há mais de 110 TIs; as maiores – em número de moradores – são Yanomami (2), com 14.272 índios, Vale do Javari, com 6.978, Évare I, com 16.890, Alto Rio Negro, com 15.313, e Andirá/ Marau, com 9.780. Em extensão, as terras indígenas representam 28,54% do território amazonense.

No estado, 52.285 indígenas acima de cinco anos de idade são analfabetos e 89.435 possuem alfabetização – este dado é já contabilizando dentro e fora das terras indígenas. Ou seja, 36,8% dos indígenas no Amazonas são analfabetos.

**QUADRO11. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO AMAZONAS**

Situação do domicílio	Alfabetização <sup>52</sup>		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	141.752	89.435	52.285
Urbana	30.063	24.801	5.257
Rural	111.689	64.634	47.028

Fonte: IBGE, 2010.

Com relação ao Registro de Nascimento dos que residem nas terras indígenas, 64,7% tem Registro de Cartório e 20,9%, o RANI. Já em áreas não indígenas, o percentual de pessoas com Registro de Cartório é de 77,8%, e 15,9% têm o Registro Administrativo de Nascimento Indígena. Outro ponto que merece destaque trata da proporção de crianças, de até dez anos de idade, que não possuem Registro de Cartório ou qualquer outro tipo de registro. São: 11,5% em terras não indígenas e 4,3% nas terras indígenas.

No quesito renda, os indígenas do Amazonas amargam um dos piores números. A proporção das pessoas indígenas (de dez anos ou mais de idade com até

<sup>52</sup> População acima de cinco anos de idade.

um salário mínimo e sem rendimento nominal mensal) ultrapassa os 90% nas TIs. Fora delas, a situação é menos pior, com 30% alcançando até um salário mínimo.

### 3.4 MARANHÃO

A capitania do Maranhão surgiu em 1535 e – quase um século depois, em 1621 – o estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado. Em 1751, o nome do estado foi mudado para estado do Grão-Pará e Maranhão e as sedes se alternaram de São Luís para Belém. Outra divisão ocorreu em 1772 com o surgimento dos Estados Maranhã e Piauí e Grão-Pará e Rio Negro e, em 1821, o Maranhão tornou-se uma província. Com a Constituição de 1891, tornou-se estado (JACKS; TOALDO, 2014).

A população estadual apresenta 6.574.789 pessoas contabilizadas no Censo de 2010 (IBGE, 2010). Dados de 2016 indicam uma população de 6.954.036: um crescimento populacional de 5,7% em seis anos. O Maranhã tem uma área de 331.983 km<sup>2</sup> – o equivalente em extensão territorial ao Vietnã (331.210 km<sup>2</sup>), representando 3,9% do território brasileiro.

Comparando os dados mais recentes do IBGE (2016), São Luís, capital do maranhense, tem 1.082.935 de moradores, o que representa 15,7% da população do estado.

Os indígenas no Maranhão somam 38.831 indivíduos e representam apenas 0,6% da população estadual. Quase 80% deles residem em terras próprias. No quesito cor e raça, 80% se declaram indígenas e 12% se consideram indígenas pelas suas tradições (*Ibidem*).

**QUADRO12. PERFIL DOS INDÍGENAS NO MARANHÃO**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas
Total	38831	29621	9210
Declararam-se indígenas	35272	26062	9210
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	3559	3559	-

Fonte: IBGE, 2010.

Na categoria sexo, 19.594 são homens e 19.237, mulheres; percebemos – portanto – um equilíbrio entre homens e mulheres indígenas no estado. Comparada a situação de moradia de mulheres ao dos homens, há mais mulheres indígenas vivendo fora das TIs (25,4%), para 22% deles. Considerando a população indígena acima de dez anos, 40,3% dos analfabetos estão nas TIs e 19,7%, fora delas, somando um total de mais de 41 mil aborígenes sem saber ler ou escrever (*Ibidem*).

Oito etnias estão presentes no Maranhão. São elas: Gavião Kykatejê, Gavião Pykopjê, Guajá, Guajajara, Ka'apor, Krenyê, Krikatí, Tembê.

### QUADRO 13. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO MARANHÃO

POVOS	FAMÍLIA LINGUÍSTICA
Gavião Kykatejê, Gavião Pykopjê, Krenyê	Jê
Guajá, Guajajara, Ka'apor, Tembê	Tupi-Guarani

Fonte: ISA, 2017.

Estas etnias se subdividem em 16 terras indígenas, com extensão territorial total de 2.285.329 km<sup>2</sup>: 8,63% das terras do estado (ISA, 2017). As maiores, em número de indígenas, são: Alto Turiaçu, com 1.929, Arariboia, com 7.329, Bacurizinho, com 2.973, Cana Brava/Guajajara, com 7.158, Kanela, com 1.865 (IBGE, 2010).

Nas Tis, 80,9% das crianças indígenas, de até dez anos de idade, possuem Registro de Cartório e 12,9% têm o RANI; fora das terras, 81% têm o Registro de Cartório e 10,3%, o RANI. A proporção de crianças, de até dez anos de idade e que não possuíam nenhum tipo de Registro de Nascimento, era de 3,3% nas TIs e 3,2% fora delas (IBGE, 2010).

Dos residentes nas terras indígenas, no Maranhão, acima de dez anos de idade, 22% recebem até um salário mínimo como rendimento e 78% não possuíam nenhum rendimento. Os não residentes nas terras têm situação menos ruim: 40% recebem até um salário mínimo e 42% não tem rendimento, enquanto que 18% não souberam responder<sup>53</sup> (*Ibidem*).

<sup>53</sup> O Censo Demográfico investiga as características do trabalho de forma individual, enquanto que para os indígenas muitos trabalhos são realizados de forma coletiva. Além disso, para as sociedades indígenas, lazer e trabalho não são facilmente separáveis, e a relação com a terra tem um enorme significado, não existindo a noção de propriedade privada da terra (IBGE, 2010).

A taxa de analfabetismo no Maranhão é alarmante. Quase metade da população indígena (40,7%) é analfabeta, quantia que se aproxima da do Acre, que contém o pior índice de analfabetismo indígena do país – 47,3%. Tantos os alfabetizados como os analfabetos moram, em sua maioria, na zona rural.

**QUADRO 14. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO MARANHÃO**

Situação do domicílio	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	29.652	17.577	12.074
Urbana	6.379	5.185	1.194
Rural	23.273	12.392	10.880

Fonte: IBGE, 2010.

### 3.5 MATO GROSSO

O Mato Grosso veio a ser um estado com a Proclamação da República e, em 1943, sofreu divisão, dando origem ao Território Federal de Guaporé – posteriormente conhecido como o estado de Rondônia. O Mato Grosso passou a ser um território espanhol, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), e suas fronteiras foram objeto de disputa entre portugueses, espanhóis e indígenas. A descoberta do ouro, no século XVII, levou muitos aventureiros àquelas terras, o que alterou os limites entre as duas coroas, assim como levou jesuítas também a iniciar a ocupação e a catequização dos índios. Em 1748, a Capitania de Mato Grosso foi criada e desmembrada da Capitania de São Paulo, para conter o avanço espanhol. Em 1821 – às vésperas da Independência do Brasil – Mato Grosso tornou-se província; com a Proclamação da República, foi elevado a estado (JACKS; TOALDO, 2014).

Segundo o IBGE, a população de Mato Grosso contabilizou 3.305.531 habitantes, em 2016. No último Censo (IBGE, 2010), a população estadual estava em 3.035.122 pessoas. Ou seja, um crescimento de 8,9%, em seis anos. O estado possui uma área de 903.198,091 km<sup>2</sup>, sendo o terceiro maior ente federativo em extensão territorial, comparando-se à Venezuela (916.445 km<sup>2</sup>) pelas suas áreas. A cidade de Cuiabá – capital do estado – tem 585.367 residentes, segundo dados do IBGE de 2016<sup>54</sup>. Pelo último Censo (IBGE, 2010), habitam na capital 551.098 indivíduos; sendo assim, apresenta um crescimento populacional de 6,1%, em seis anos.

<sup>54</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3WR>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

A população indígena no estado é de 51.696 pessoas e – nas terras indígenas – 33.367 – fatia que representa 64,5%. Este percentual ainda se declara indígena no quesito cor/raça e 9.158 (17,7%) indivíduos se consideravam índios. O total de indígenas vivendo fora das suas terras chega a 9.171 pessoas. Do total de índios vivendo em solo mato-grossense, 26.513 (51,3%) são homens e 25.183 (48,7%), mulheres – e existem mais mulheres indígenas fora das TIs do que os homens. São, respectivamente, 18% versus 17,4% (*Ibidem*).

**QUADRO 15. PERFIL DOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas
Total	51696	42525	9171
Declararam-se indígenas	42538	33367	9171
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	9158	9158	-

Fonte: IBGE, 2010.

No quadro a seguir, estão detalhadas as etnias e as famílias linguísticas dos povos indígenas no Mato Grosso.

**QUADRO 16. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO MATO GROSSO**

POVOS	FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS
Chiquitano, Eawenê-Nawê, Mehinako, Paresi, Terena, Wauja, Yawalapiti	Aruak
Apurinã	Aruak-maipure
Guató	Guató
Menky	Iranxe
Trumai	Isolada
Kayapó (Mebengôkre), Kisêdjê	Jê
Iny	Karajá
Bakairi, Ikpeng, Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Naruvotu, Nahukuá	Karib
Krenak	Krenák
IranxeManoki	Língua isolada
Bororo, Karajá, Panará, Rikbaktsa, Tapayuna, Umutina, Xavante	Macro-Jê
Nambikwara	Nambikwára

Apiaká, Kawaiwete, Tapirapé, Kamayurá	Tupi Guarani
SuruiPainter, Cinta-Larga, Zoró	Tupi Mondé
Arara do Rio Branco, Aweti	Tupi-Rama-Rama
Yudjá (Juruna)	Tupi

Fonte: ISA, 2017<sup>55</sup>.

No Mato Grosso há 64 áreas indígenas com extensão total de 15.022.842 km<sup>2</sup>, o que representa 16,5% das terras estaduais. As cinco maiores, em número de pessoas, são: Parabubure, com 8.578 pessoas, Parque do Xingu, com 4.840, São Marcos, com 3.138, Vale do Guaporé, com 2.991 e Maraiwatsede, com 2.427. Nas terras indígenas, 29,4% das pessoas acima de dez anos são analfabetas, ao passo que 16,5%, das que estão fora das TIs, também não sabem ler e escrever.

Os analfabetos no estado somam 36% do total de indígenas; a maioria em área rural 94,6%. Com relação à população de índios alfabetizadas, 78,6% residem em área urbana. O quadro abaixo especifica os números com relação à alfabetização indígena no Mato Grosso.

#### QUADRO 17. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO MATO GROSSO

Situação do domicílio	Alfabetização <sup>56</sup>		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	34906	22333	12573
Urbana	5448	4769	679
Rural	29458	17564	11894

Fonte: IBGE, 2010.

O percentual de indígenas com idade superior a dez anos com Registro de Cartório nas TIs chega a 78% e 18,1% têm o RANI. Dos não residentes em terras indígenas, 78,3% têm registro em cartório e 16,8% possui o Registro Administrativo de Nascimento Indígena. No Mato Grosso, 4% das crianças indígenas de até dez anos de idade residentes em TIs não possuíam nenhum tipo de Registro de Nascimento. Fora destas terras, 2% não tinham qualquer tipo de Registro de Nascimento.

<sup>55</sup>Instituto Socioambiental. **Quadro geral dos povos.** Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

<sup>56</sup> Pessoas com cinco anos de idade ou mais.

No quesito renda, entre os autóctones das terras indígenas, pouco mais de 20% recebem até um salário mínimo e 85% não têm rendimento. Fora dos territórios de direito ancestral, 30% recebem até um salário mínimo e 75% não possuem rendimento. Somente 324 índios recebem mais de dois salários mínimos.

### 3.6 PARÁ

O Pará é mais um dos estados brasileiros que – na sua origem – pertencia à Espanha, como consequência do Tratado de Tordesilhas (1494). Em 1616 fez-se a fundação, onde hoje é a capital do estado, com o intuito de evitar a invasão francesa. O estado do Maranhão e Grão-Pará passou a intitular-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, em 1751. Em 1772, outra divisão ocorreu e foi criado o Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Em 1821, o Pará tornou-se província. Entre 1835 e 1840, ocorreu a Cabanagem, cujos revoltosos lutavam contra a baixa importância do Estado para a coroa central brasileira, pela nomeação dos presidentes da província e as péssimas condições de vida da população. Com a proclamação da República, em 1889, o Pará tornou-se estado (JACKS; TOALDO, 2014).

No estado residem 8.272.724 de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE para 2016. A população, no último Censo realizado, era de 7.581.051 moradores – o que representa um crescimento populacional de 9,1%, em seis anos. Em Belém, na capital do estado, vivem 1.446.042 habitantes e, em 2010, sua população era de 1.393.399 indivíduos. O crescimento populacional da capital foi de 3,7%, desde o último Censo. O Pará é o segundo maior ente federativo em extensão territorial, ficando apenas atrás do Amazonas. São 1.247.954,666 km<sup>2</sup>, o equivalente à área territorial da Angola (1.247.000 km<sup>2</sup>), e representa 14,6% do território brasileiro.

Vivem na unidade federativa 51.217 índios. Os moradores das terras indígenas somam 35.816 pessoas e 15.401 estão fora das terras próprias. Os homens alcançam o número de 26.789 indivíduos e, destes, 71,2% estão em terras indígenas. Os demais homens (28,8%) residem fora das TIs. A população indígena feminina no Pará contabiliza 24.428 mulheres: sendo que 68,5% residem dentro das terras dos índios e 31,5% estão fora destas terras. Evidenciamos novamente a tendência de mais mulheres índias viverem fora das TIs em alguns estados que compõem a Amazônia Legal, comparada à população estadual, os nativos representam 0,6% dela. Dentro das suas terras, 34,6% da população acima de dez anos de idade é analfabeta e fora delas o percentual é de 14%.



Em extensão territorial, as TIs no Pará (somadas) atingem 28.687.362km<sup>2</sup>, isto é, 22,9% das terras paraenses. São 44 terras indígenas existentes no Pará, sendo as maiores em número populacional: Alto Rio Guamá (4.168), Apyterewa (4225), Cachoeira Seca (2.763), Kayapó (4166), Munduruku (4.566). Nas 44 TIs convivem 24 etnias, conforme descrito a seguir.

**QUADRO 18. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO PARÁ**

<b>POVOS</b>	<b>FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS</b>
Arapium	Arapium
Arara da Volta Grande do Xingu	Arara da Volta Grande do Xingu
Jaraqui	Jaraqui
Gavião Parkatêjê, MebêngôkreKayapó, Panará	Jê
Xipayá	Juruna
InyKarajá	Karajá
Anambé, Aparai, Arara, Hixkaryana, Katuenayana, Katxuyana, Tiriyo, Tunayana, Waiwai, Wayana	Karib
Arara Vermelha	Arara Vermelha
Borari	Borari
Cara Preta	Cara Preta
Xipáia-Kuruáia, Kuruáia, Munduruku	Munduruku
Tapajó	Tapajó
Tupaiú	Tupaiú
Aikewara, Amanayé, Apiaká, Araweté, Asurini do Xingu, Guarani, Parakanã, Zo'é	Tupi-Guarani
Turiwara	Turiwara

Fonte: ISA, 2017.

Quanto ao Registro de Nascimento dos Indígenas no estado, dentro das TIs, 37,6% têm Registro de Cartório e 51,2%, o RANI. Destaque para o Pará, onde número do RANI é superior ao de registros realizados em cartório nas terras indígenas (IBGE, 2010).

A situação fora das terras indígenas se configura com grande número de Registro de Cartório, 81,3%, - e crianças, de até cinco anos, com RANI somam 12,1%. A proporção das pessoas indígenas de até dez anos de idade que não tinham nenhum

tipo de Registro de Nascimento foi de 3% nas terras indígenas e 7,1%, fora das terras indígenas (*Ibidem*).

Na questão renda, os dados do Censo de 2010 abarcaram todas as pessoas acima de dez anos de idade. Nas terras nativas, 20% auferem até um salário mínimo e 70% não têm rendimento. Entre os indígenas moradores fora das terras nativas, 37% ganhavam até um salário mínimo e 50% não tinham rendimentos (*Ibidem*).

Quando se trata do quesito alfabetização, o Pará apresenta 33,6% de analfabetos, com 88,1% concentrados na área rural. Os alfabetizados em área rural chegam a 63,8%, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**QUADRO 19. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO PARÁ**

Situação do domicílio	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	33133	22005	11128
Urbana	9292	7969	1323
Rural	23841	14036	9805

Fonte: IBGE, 2010.

### 3.7 RONDÔNIA

A região, que hoje compreende Rondônia, também fazia parte da Coroa Espanhola, conforme o Tratado de Tordesilhas (1494). Com o Tratado de Madri (1750), houve forte colonização jesuítica espanhola, que fundou povoadamentos de indígenas e de outras raças, no século XVII; com a descoberta do ouro, no século XVIII, mais povoadamentos se adensaram. O nome do estado (Rondônia) se deve a Cândido Rondon, chefe da expedição para implantar linhas telegráficas e abrir estradas do Mato Grosso ao Amazonas, com finalidade de integrar ao Brasil àquela região isolada, entre 1907 e 1915. Em 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, com as divisões do Amazonas e do Mato Grosso do Sul. Já em 1956, o Território Federal do Guaporé passou a ser Território Federal de Rondônia. A descoberta de ouro – nas décadas de 1970 e 1980 – atraiu para Rondônia milhares de trabalhadores. O estado de Rondônia foi instalado em 1982 (JACKS; TOALDO, 2014).

Rondônia possuía 1.562.409 habitantes no último Censo. A população para 2016 foi estimada em 1.787.279, segundo o IBGE, apresentando um crescimento alto de 14,4%. O estado possui área territorial de 237.765,376 km<sup>2</sup>, tamanho aproximado da Romênia (238.397 km<sup>2</sup>), e representa 2,79% do território brasileiro (IBGE, 2010).

Em Porto Velho – a capital – residem cerca de 428.527 habitantes, de acordo com os dados do Censo de 2010. A estimativa da população, em 2016, foi de 511.219 moradores, o que representa crescimento populacional de 19,3%, um número acima do crescimento do estado. Segundo as estimativas de 2016, os moradores da capital representam 28,6% de todos os residentes de Rondônia (*Ibidem*).

Os indígenas no estado somam 13.078 pessoas, sendo que 9.217 índios moram em terras próprias, enquanto 3.859 cidadãos indígenas residem fora delas. Declararam-se indígenas 8.156 autóctones e se consideravam índios 1.061 pessoas. O total de indígenas homens no estado é de 6.707 aborígenes: 4.762 deles estão em TIs e 1.945 estão em terras não íncolas. As mulheres índias somam 6.369 pessoas: 4.445 moram em terras próprias e 1.914 em terras não-indígenas (*Ibidem*). O quadro a seguir peculiariza os povos indígenas viventes de Rondônia.

**QUADRO20. PERFIL DOS INDÍGENAS EM RONDÔNIA**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total (%)	Em terras indígenas (%)	Fora de terras indígenas (%)
Total	100	70,49	29,51
Declararam-se indígenas	91,89	62,37	29,51
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	8,11	8,11	-

Fonte: IBGE, 2010.

Rondônia tem 27 etnias vivendo no estado e que usam 14 grupos linguísticos para se comunicar, conforme identificado a seguir.

**QUADRO 21. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS EM RONDÔNIA**

POVOS	FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS
Aikanã, Kassupá	Aikaná
Apurinã	Aruak-maipure
Arikapú, Djeoromitxí	Jabuti
Kanoê	Kanoê
Kwazá	Koazá
Aruá, Cinta-Larga, Ikolen, SuruiPaiter	Mondé
Nambikwara	Nambikwára

Kaxarari	Pano
Puruborá	Puruborá
Karo	Ramarama
Akuntsu, Makurap, Sakurabiat, Tupari, Wajuru	Tupari
Uru-Eu-Wau-Wau, Amondawa, Guarasugwe, Karipuna de Rondônia	Tupi Kawahib
Kujubim, Oro Win, Wari'	Txapakura

Fonte: ISA, 2017.

Os povos indígenas de Rondônia habitam uma área de 5.022.789 km<sup>2</sup>, 21% da área total do estado. A área total se subdivide em 20 áreas indígenas e – em termos populacionais – as cinco maiores são: Roosevelt (2), com 1.456 indígenas, Pacaás Novas, com 1.322, Sete de Setembro 2, com 1023, Igarapé Lourdes, com 918, e Rio Guaporé, com 913. A taxa de indígenas analfabetos nestas terras chega a 18,9% e fora delas, 12,6%.

Dos indígenas com até dez anos de idade residentes em terras incólas, 46,7% contam com registro em cartório e 50,7% possuem o RANI. Fora das terras deles, 84,5% têm registro em cartório e 12% têm Registro Administrativo de Nascimento Indígena. Destacamos que – neste estado – o RANI é superior ao registro realizado em cartório. O número de pessoas aborígenes sem nenhum tipo de Registro de Nascimento alcança 2,2% nas terras de direito ancestral e fora delas, 2,1%.

Ainda dentro das terras indígenas, somente 30% deles conseguem ter como rendimento pelo menos um salário mínimo; enquanto que 65% estão sem rendimento. Já fora dos territórios de direito ancestral, 38% estão sem rendimento e 33% recebem até um salário mínimo.

Rondônia tem o menor índice de analfabetismo dos estados pertencentes à Amazônia Legal: 19,9%. Destes, 389 índios estão na área urbana, ou seja, 3,81% do total de indígenas acima de cinco anos de idade. Mais números sobre analfabetismo em Rondônia estão no quadro a seguir.

#### QUADRO22. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA

Situação do domicílio	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Nãoalfabetizadas
Total	10.196	8.165	2.031
Urbana	2.662	2.273	389
Rural	7.534	5.892	1.642

Fonte: IBGE, 2010.

### 3.8 RORAIMA

O estado de Roraima surge – formalmente– a partir de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, e deixa de ser o antigo Território Federal do Rio Branco, status que possuía desde 1943. Sua população é de 450.479 habitantes, de acordo com o Censo de 2010. Ainda segundo o IBGE (2010), a população em 2016 se aproximou dos 515 mil habitantes. Com 15 municípios, é considerado o menor estado do país, em termos populacionais, e possui área com mais 224 mil km<sup>2</sup>, maior do que o Paraná (199.315 km<sup>2</sup>). A capital, Boa Vista, abriga mais de 60% da população da unidade federativa

Existem no estado 34 terras indígenas, que ultrapassam 3.500 hectares de extensão em estágios de situações fundiária diferentes. As cinco áreas indígenas com maior número de habitantes são: Raposa Serra do Sol<sup>57</sup> (17.750), Yanomami (2) (11.700), São Marcos (7.948) e Manoa/Pium (2.009) por motivos de espaço. Juntas, as TIs ocupam mais de 46% de todo o território do estado, um recorde para Roraima.

A população supera os 55 mil indígenas e, destes, 9.417 (16,8%) são habitantes que estão fora das terras indígenas. A partir dos dados, observa-se que a maior parte do contingente populacional autóctone vive em terras indígenas (46.505). Proporcionalmente à sua população, Roraima é o ente federativo com a maior população indígena do país (12,4%). Oquadro a seguir pormenoriza informações sobre os autóctones no Estado.

**QUADRO23. PERFIL DOS INDÍGENAS EM RORAIMA**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas
Total	55.922 (100%)	46.505 (83,1%)	9.417 (16,8%)
Declararam-se indígenas	49637 (88,7%)	40.220 (71,9)	9.417 (16,8%)
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	6.285 (11,2%)	6.285 (11,2%)	-

Fonte: IBGE, 2010.

<sup>57</sup> A demarcação da área Raposa Serra do Sol se tornou assunto nacional quando o pedido de homologação foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, em 2009, para analisar o mérito da constitucionalidade do processo.

As etnias presentes em Roraima são Macuxi, WaiWai, Taurepang, Patamona, WaimiriAtroari, Ingaricó e Ye'kuana, Wapichana, Yanomami e osSapará<sup>58</sup>. Estes povos indígenas pertencem a três troncos linguísticos: o grupo Aruák (Wapichana), Karib (Macuxi, WaiWai, Taurepang, Patamona, WaimiriAtroari, Ingaricó e Ye'kuana) e Yanomámi. Nas terras indígenas, em Roraima, a taxa de analfabetismo chega a 34,3%, sendo que 13,3% deles não estão em TIs (IBGE, 2010).

#### QUADRO 24. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS EM RORAIMA

POVOS	FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS
Wapichana	Aruák
Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, WaiWai, Ingaricó, Ye'kuana	Karib
Yanomami	Yanomami

Fonte:Freitas, 2011, p. 602.

Nas TIs do estado de Roraima, 55,3% dos moradores indígenas de até 10 anos de idade têm Registro de Cartório e 14,8% tem o RANI. Já em terras não-indígenas, o percentual é 84,5% com Registro de Cartório e 7,6%, com o RANI. O percentual de índios crianças sem nenhum tipo de registro alcança 28,2% fora das terras indígenas, o maior percentual do Brasil, e configura situação preocupante. Nas TIs, 4% não possuem Registro de Nascimento.

A situação de renda dos índios no estado apresenta-se com 18% auferindo até um salário mínimo, enquanto que 77% não tem rendimentos, nas terras deles; fora delas, 35% recebe até um salário mínimo e 50% não tem rendimento mensal.

Em Roraima, no item alfabetização, 37% são analfabetos, sendo 14.107 indígenas acima de cinco anos de idade, em área rural, e 1.016 deles, no espaço urbano. A população alfabetizada estava em 25.698 pessoas, sendo 19.444, na área rural, e 6.254, em área urbana. Outros números se encontram no quadro a seguir.

<sup>58</sup> Em Roraima ainda existe o povo Sapará, com um número aproximado de 28 pessoas. Eles estão nem um processo de autoidentificação. Localizam-se nas regiões do Taiano e Amajari, contudo ainda não aparecem quantificados em documentos oficiais(FREITAS, 2011, p.601).

**QUADRO25. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA EM RORAIMA**

Situação do domicílio	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	40.821	25.698	15.123
Urbana	7.270	6.254	1.016
Rural	33.551	19.444	14.107

Fonte: IBGE, 2010.

### 3.9 TOCANTINS

Tocantins é a mais nova unidade federativa do país e sua história está profundamente vinculada à de Goiás. Pela Constituição de 1988, tornou-se estado, porém, sempre houve divergências entre sua parte Sul, colonizada por paulistas, e sua porção Norte, colonizada por nordestinos. O desejo separatista se energizou, a partir do século XIX, pela pouca importância dada à região Norte pelos governos goianos. Em 1985, o, então, Presidente José Sarney vetou o projeto de criação do estado do Tocantins, o que levou a bancada goiana de políticos a fazer greve de fome. Em 1987, foi encaminhada à Assembleia Constituinte emenda popular pedindo novamente a separação do Norte do estado de Goiás. O estado do Tocantins foi, então, criado e sua capital provisória foi Miracema – Palmas tornou-se a capital oficial em 1990 (JACKS; TOALDO, 2014).

Em 2010, moravam no Tocantins 1.383.445 pessoas (IBGE, 2010). A população estimada para 2016 era de 1.532.902 habitantes, o que representa um crescimento de 10,8%, em seis anos. As terras do estado somam 277.720,567 km<sup>2</sup> e representam 3,26% do território brasileiro, podendo ser comparadas, em extensão, ao país Burkina Faso (274.200 km<sup>2</sup>). Palmas, a capital, é responsável por 18,25% de toda as pessoas que moram na unidade federativa, de acordo com as estimativas populacionais para 2016 do IBGE.

A população indígena no Tocantins soma 14.118 pessoas e, destes, 11.560 estão em terras indígenas e 2.558 moram em terras não-indígenas. Na questão cor/raça, 10.573 se autodeclararam indígenas e 987, apenas se consideravam. A distribuição de gênero entre os indígenas fica com seguintes números: 7.244 homens e 6.874 mulheres. Cerca de 18,9% das mulheres moram fora das terras indígenas, enquanto que 17,3% dos homens são residentes fora das terras de direito ancestral. Dos indígenas acima de 10 anos de idade, 29,7% são analfabetos, vivendo nas terras

de direito ancestral e 13,9% dos analfabetos indígenas estão fora destas terras (*Ibidem*).

**QUADRO26. PERFIL DOS INDÍGENAS NO TOCANTINS**

Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas
Total	14118	11560	2558
Declararam-se indígenas	13131	10573	2558
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	987	987	-

Fonte: IBGE, 2010.

Vivem no Tocantins aborígenes de dez etnias e três famílias linguísticas como demonstra o seguinte quadro (ISA, 2017). As áreas indígenas atingem 2.597.580 km<sup>2</sup> de extensão, isto é, 9,33% das terras dentro do estado. As comunidades indígenas com maior número de moradores são: Parque do Araguaia (3.320 moradores), Kraolandia (2.555), Xerente (2.361), Apinayé (1.885) e Krahó-Kanela (741).

**QUADRO 27. POVOS INDÍGENAS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS NO TOCANTINS**

POVOS	FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS
Apinayé, Krahô, Krahô-Kanela, Xerente	Jê
InyKarajá, Javaé, Karajá do Norte	Karajá
Asurini do Tocantins, Avá-Canoeiro, Tapirapé	Tupi-Guarani

Fonte: ISA, 2017.

Com relação aos registros de nascimentos dos nativos residentes em terras de propriedade indígenas, 83,9% têm registro em cartório e 13,4%, o RANI. Os não residentes nas terras dos índios representam o percentual de 94,1% dos que têm Registro de Cartório e 4,4%, daqueles que possuem o Registro Administrativo de Nascimento Indígena. Não tinham nenhum Registro de Nascimento cerca de 1,3% dos moradores das terras indígenas e 1,8% fora delas.

Com relação à renda, 35% dos indígenas que vivem dentro de suas terras recebem até um salário mínimo e 60% estão sem rendimento. Fora das terras



indígenas, o percentual de sem rendimento cai para 40%, sendo que 35% deles ganham até um salário mínimo.

No quesito alfabetização, 33% dos indígenas viventes no Tocantins são analfabetos. Como nos demais estados que compõem a Amazônia Legal, a maioria deles está na zona rural e somam 3.313 índios. Em área urbana, 299 indígenas são analfabetos, como exemplificado no quadro a seguir.

**QUADRO28. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NO TOCANTINS**

Situação do domicílio	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	10.953	7.341	3.612
Urbana	2.020	1.721	299
Rural	8.933	5.620	3.313

Fonte: IBGE, 2010.

Assim posto, investigamos, neste capítulo, quem são os povos indígenas que habitam a Amazônia Legal e apresentamos suas particularidades, como dados sobre seus territórios, etnias e línguas faladas na região, além de dados sobre renda e analfabetismo na região.

## **CAPÍTULO 4 – MAPA DE SENTIDOS**

*A linguagem é mais poderosa como experiência das coisas do que a experiência das coisas. Os signos são experiências mais potentes do que tudo o mais e, por isso, quando se lida com as coisas que realmente importam, então se lida com palavras. Elas têm uma realidade que excede, em muito, as coisas a que designam.*  
**William Glass**

Sobre a Análise do Discurso de origem francesa, Orlandi (2013) nos afirma que a AD pretende ser reconhecida como disciplina de interpretação e, por isso, faz atuar em conjunto tanto fases de descrição como de interpretação. A partir desta premissa, utilizamos esse dispositivo teórico-analítico para compreender os movimentos discursivos sobre os indígenas na Amazônia Legal em nove jornais impressos da região. O objetivo da AD é entender a produção social de sentidos, realizado por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens (GREGOLIN, 2007, p.1). Para isso é necessário realizar a leitura da segunda camada do texto<sup>59</sup>, que é a ideológica (BENETTI, 2007).

Mobilizamos noções e ferramental metodológico da AD para responder à proposta de tese que é compreender como os indígenas são abordados discursivamente nos jornais impressos da Amazônia Legal na semana de comemoração ao Dia do Índio em 2015, 2016 e 2017. Acompanha-nos em todo percurso o questionamento de pesquisa traduzido na seguinte dúvida: como os indígenas são abordados discursivamente pelos jornais da Amazônia Legal?

Com base nesta questão, o objetivo geral é investigar como o jornalismo impresso da Amazônia Legal constrói discursivamente os povos indígenas, o que se materializa pela busca articulada de elementos que contemplem as linhas indicadas pelos objetivos específicos: mapear os efeitos de sentidos, que circulam no jornalismo impresso da Amazônia Legal sobre a temática indígena; compreender como são construídas, discursivamente, as identidades indígenas pelos jornais da Amazônia Legal; contribuir, academicamente, para o debate sobre jornalismo e minorias, sobretudo, os povos indígenas.

Rumo à interpretação necessária para enfrentar tais questões, entendemos o manejo do conteúdo dos jornais a partir da ótica dos processos de seleção do que vira notícia (BERGER, 1998), tomando forma a partir do paradigma construcionista do

<sup>59</sup> Benetti afirma que o texto sempre possui duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica.

jornalismo, ou seja, de entender as notícias como participantes da construção social da realidade (TRAQUINA, 2012). São – desse modo – discursos marcados pela cultura jornalística e pela cultura em geral e, no momento de produzi-las, o repórter constitui seu dizer por relações com outros profissionais, com a sociedade e suas fontes de informação (SCHWAAB, 2007). Embora imparcialidade e objetividade sejam ainda valores históricos acionados para denominar o campo jornalístico, inúmeros estudos já debateram o papel dos diferentes profissionais e das fontes na modelagem do discurso jornalístico, fruto do manejo da linguagem, nunca neutra, e das técnicas por meio das quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos, tal como se desenvolve o processo de edição de um jornal, por exemplo. Novamente acionando Traquina (2012, p.87), podemos lembrar que essas escolhas não são aleatórias, mas fruto da “aparência que a ‘realidade’ assume para os jornalistas, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas”. Critérios e estratégias para seleção do que será ou não notícia se baseiam em procedimentos convencionados também pela rotina diária.

Na temática aqui estudada, relembramos que minorias ou grupos excluídos socialmente (GOMES, 1998) ganham espaço discursivo nos produtos jornalísticos a partir de tendências hegemônicas e que uma leitura mais aproximada dos jornais permite discutir as filiações ideológicas e perspectivas adotadas; ademais, modos de nomear, dar ou não espaço ao que caracteriza essas minorias, o que movimenta o pano de fundo de todo o trabalho investigativo do qual a tese se origina.

#### 4.1 A articulação da Análise do Discurso e Procedimentos

Para realizar a análise do dizer dos jornais impressos da Amazônia Legal (AML) sobre os povos indígenas dentro do recorte desta tese, apresentamos o aporte teórico-metodológico utilizado, a Análise do Discurso Francesa. O capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente, será apresentado um dos principais conceitos da análise do discurso, isto é, o discurso. Posteriormente, será feita reflexão sobre o discurso jornalístico e suas articulações com a análise do discurso, suas características e especificidades. Finalmente, será feita análise sobre a paráfrase, uma das noções básicas para este trabalho.

Como conceituado anteriormente, o discurso é caracterizado por regularidades enunciativas que se inscrevem na história, influenciado sempre pelas condições de produção discursivas tramadas por regras determinadas no tempo e espaço (SCHWAAB, ZAMIN, 2014, p.50).

É por meio do discurso – objetivo primordial da AD – que se torna possível entender o ser humano em seu trabalho sobre a realidade natural e social em que ele vive, permitindo compreender também as diversas formas de significar, ressignificar e produzir os sentidos em sociedade. É no discurso que se pode analisar a relação entre sujeito, língua e ideologia (ORLANDI, 1999, p. 16).

O discurso jornalístico é polifônico, atravessado por muitos sentidos – manifestos ou não – que ganham visibilidade por ele ou, até mesmo, são construídos pelas rotinas jornalísticas, em condições de produção determinadas (BENETTI, 2007, p. 107).

Segundo Traquina (2012), a notícia é uma construção social cujas condições de produção têm relação com o contexto histórico, os princípios editoriais de cada veículo de comunicação, as fontes de informação e os outros profissionais que colaboram para que o jornalista elabore suas narrativas. A seleção das possíveis notícias é baseada em critérios e estratégias já incorporadas à rotina do jornalista. São escolhas que evidenciam ações convencionadas, que fazem parte do dia a dia do profissional (SCHWAAB, 2007, p.13).

A burocratização do fazer jornalístico pode ser danosa à profissão, à democracia e à sociedade, como nos alerta Sousa (2005, p.51): “As rotinas seriam um poderoso inimigo da abertura democrática e polifônica dos órgãos jornalísticos ao público em geral” – considerando-se que o fazer do jornalismo é uma atividade meramente democrática e que utiliza fontes oficiais em seu cotidiano.

Compreendemos que – no Jornalismo – existe um ideal de pluralidade das fontes e de sentido democrático; entretanto, há nuances às quais o Jornalismo está submetido ao considerarmos a linguagem. É por meio da linguagem que o Jornalismo ganha materialidade; ela nunca é neutra, transparente e completa. A instância da linguagem é o discurso, e ela sempre é afetada – ideologicamente – e filiada a uma formação discursiva, no qual o sentido se completa na recepção, no caso desta tese, no leitor.

Tal afirmação sobre a prática jornalística nos leva ao pensamento de Miguel (1999) onde o Jornalismo é visto como Sistema Perito ao analisar o campo com base

em categorias extraídas da obra *As consequências da modernidade* do sociólogo Anthony Giddens (1991). Os sistemas peritos são sistemas de excelência técnica cuja efetividade repousa na confiança depositada por seus consumidores (*Ibid*). O consumidor de notícias mantém uma atitude de confiança em relação ao jornalismo, seja pela convicção na veracidade das informações; confiabilidade na justeza da seleção e hierarquização dos elementos importantes da notícia, como também, credibilidade na apuração e ordenação das notícias mais importante diante dos fatos relevantes disponíveis.

Berger (1998) afirma que um dos grandes pilares do jornalismo refere-se à credibilidade junto ao público. O jornalismo é um dos principais sistemas de informação e reflexão na esfera pública (HABERMAS, 2014). Eduardo Meditsch (1992) ratifica a ideia de Habermas ao imputar aos produtos jornalísticos a responsabilidade pelos processos de cognição social.

Os jornais e os noticiários de internet, rádio e TV selecionam os assuntos em voga, apresentam os fatos relevantes para a compreensão de tais temas e ainda – a longo prazo – ajudam a estabelecer os valores que dirigirão a apreciação desta realidade construída. É evidente que o jornalismo não tem o controle absoluto sobre a construção da realidade, valores e agenda. Destarte, é inegável que o campo está habilitado a desempenhar um papel chave pela sua posição estrutural de agregador e difusor de informações. Como nos diz Hall (1993, p.226), “o jornalismo lança mão de mapas culturais de significado que existem na sociedade e ajudar a reforçá-los ou apagá-los, contribuindo para o estabelecimento de ‘consensos’ a respeito de valores e atitudes”.

Por estes motivos, o jornalismo é lugar de construção de um acervo de conhecimentos (cognição social, mapas culturais de significado, reflexividade) ideologicamente marcado, a partir da seleção e hierarquização dos que merece ser noticiado. No jornalismo impresso, em específico, a materialização do discurso ofertada para o público se dá pelo texto. O analista do discurso se empenha sobre essa materialidade considerando as características do processo jornalístico. Porque ao não o fazer, Benetti (2007, p. 2) destaca que os resultados são “[...] equivocados, distorcidos ou mesmo totalmente inválidos”.

Já sobre a linguagem, o discurso jornalístico abrange dois planos distintos: o da interdiscursividade e o da intersubjetividade. O primeiro focaliza a relação entre discursos, que podem ser caracterizados por uma sociedade, uma cultura e/ou uma

comunidade; o segundo se dá na relação entre sujeitos, entre o eu e outro, no entremeio destas duas figuras.

O foco – nesta tese – está no conceito da FD e PS, os quais têm fundamental relação com o conceito de interdiscurso ou interdiscursividade, em razão de estar relacionado à criação de sentidos. Orlandi (2007) entende as FDs como diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas e a forma como as posições dos sujeitos e seus lugares sociais estão representados. Entendemos como interdiscurso e interdiscursividade as formulações feitas e já esquecidas, que fundamentam o que dizemos. Para que as palavras façam sentido no presente, algum sujeito retomou sentidos preexistentes, que já foram esquecidos e estão no anonimato, mas que, ao dizê-las no presente, ainda fazem sentido (ORLANDI, 1999, p.34). Como os dizeres anteriores estão anônimos, temos a ideia de que o dito é o verdadeiro, e todos os sentidos estão enunciados. Esta literalidade “impressão de que algo é ‘natural, óbvio e que evidentemente só poderia significar isto’, como se o sentido existisse de forma independente [...]” (BENETTI, 2007, p. 108), o que proporciona o apagamento da ideologia. Para a autora, quanto mais cresce o efeito de literalidade, mais as marcas ideológicas se tornam apagadas e naturais às pessoas. É dela que derivam as formações discursivas, as quais apresentam sentidos aparentemente genuínos de significados (*Ibid*).

A ideologia ou as formações ideológicas – segundo Pêcheux e Fuchs(1995, p.166) – são reconhecidas como “conjunto complexo de atitudes e representações, que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam, mais ou menos, diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. Desta forma, apreende-se que a exterioridade é textualizada; por ser assim, produz a discursividade (MEDEIROS, 2008) – um exemplo disso são os produtos jornalísticos. A partir da afirmação de Medeiros, compreende-se que as formações ideológicas são sempre anteriores e exteriores a qualquer objeto de estudo. O que também é confirmado por Benetti (2007, p. 111), ao mencionar que o texto é a parte de um processo que se inicia em outro lugar, que pode ser no imaginário, na sociedade, na cultura ou na ideologia.

O jornalista – ao fazer as suas escolhas por determinado enquadramento ou tema, para a produção do noticiário – o faz de maneira pré-concebida e subjetiva, porque o discurso é o afeto pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo

imaginário(BENETTI, 2007, p. 109). É inconcebível – portanto – pensar no discurso jornalístico como algo objetivo e fiel à realidade dos fatos.

Para Gregolin (1995, p.17), a ideologia é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe social. Elas estão permanentemente em confronto porque a sociedade é composta de várias classes. Trata-se de uma visão de mundo de uma classe e como ela representa a ordem social. Em consequência disto, a ideologia determina a linguagem.

Pêcheux (1995, p.160) traz o entendimento da formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, [...] determina o que pode e deve ser dito”. Isto é, o que se pode e se deve dizer em determinada época, em determinada sociedade, (GREGOLIN, 1995).

Por isso a noção de FD está necessariamente amarrada à de formação ideológica, deduzindo que – em uma formação ideológica em particular – não poderia ser construído outro sentido que não aquele (BENETTI, 2007). As formações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e representações que se organizam no interior das classes sociais a partir de aparelhos ideológicos, como o religioso, político, escolar entre outros (ALTHUSSER,1978).

A formação discursiva é “uma espécie de região de sentidos”, no qual os sentidos nucleares ou as marcas formais relacionam-se ao ideológico. Elas se constituem como blocos únicos, com famílias discursivas, ou seja, pequenos significados, que consolidam os sentidos nucleares. Portanto, entende-se que “todo discurso é produzido mediante uma FD” (SCHWAAB, 2011, p.70). Por outra forma, é por meio do discurso que a ideologia se materializa. Ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente à determinada formação discursiva (PÊCHEUX, 1990, p.18).

A noção de formação discursiva foi formulada por Foucault, principalmente em sua obra *A Arqueologia do Saber*, na qual analisou os mecanismos do saber pelos quais são regidas a medicina e a loucura. A noção é ressignificada por Pêcheux (1998), que fez do entendimento a “unidade de base daquilo a que denominamos ‘Escola Francesa de Análise do Discurso’ em sentido restrito, ou seja, uma corrente que busca sua inspiração no marxismo althusseriano, na psicanálise lacaniana e na linguística estrutural” (MAINGUENEAU, 2011, p. 64).



Referindo-se à formação discursiva, Grigoletto (2005, p. 161) compreende-a como o espaço discursivo no qual o lugar discursivo se relaciona com a forma-sujeito, como também, com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso. Para Maingueneau (1993, p.115), “[...] toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”.

Para efeito desta tese, os sujeitos-discursivos são os nove jornais impressos selecionados para análise: *A Tribuna do Acre* (Acre), *Diário do Amapá* (Amapá)<sup>60</sup>, *A Crítica* (Amazonas), *O Estado do Maranhão* (Maranhão), *A Gazeta de Cuiabá* (Mato Grosso), *Diário do Pará* (Pará), *Diário da Amazônia* (Rondônia), *Folha de Boa Vista* (Roraima) e *Jornal do Tocantins* (Tocantins).

De forma geral, a AD “procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 1999, p. 15). Ainda segundo Orlandi (1999, p. 17), a AD procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: “Como este texto significa? Pois considera que a linguagem não é transparente”.

A partir de tais premissas, selecionamos uma ampla gama de textos: editoriais, artigos, colunas, textos de opinião e notícias relacionados aos povos indígenas durante a semana do Dia do Índio de 2015, 2016 e 2017, em nove jornais impressos, um de cada estado que compõe a Amazônia Legal. O critério para a seleção dos jornais foi os de maior tiragem diária com base em informações divulgadas e, também, uma consulta realizada com os professores de Comunicação das universidades federais de cada estado da região. Estabelecido o material para a análise representado pelas nove publicações foram selecionados os relatos jornalísticos<sup>61</sup> que foram objeto de sucessivas leituras, de modo a realizar a extração das sequências que originaram o *corpus* discursivo.

A constituição de um *corpus* discursivo congrega uma operação de realizar, por meio de um dispositivo material, as hipóteses que compõem os objetivos da pesquisa

<sup>60</sup> O jornal *Diário do Amapá* disponibilizou na sua página da internet, em 2015, as edições de janeiro, setembro, outubro, novembro e dezembro. Por este motivo, os textos jornalísticos referentes a fevereiro de 2015 não foram analisados.

<sup>61</sup> O termo relato jornalístico será aqui usado em sentido amplo, com vistas a incluir os gêneros jornalísticos como a notícia, as entrevistas, as reportagens, as notas, as colunas de opinião, as resenhas entre outros.

(COURTINE, 2006). Já Orlandi (1999, p. 63) coloca que – em Análise do Discurso – a construção do corpus já implica em decidir acerca de propriedades discursivas:

[...] a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam à demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos.

Mobilizamos o conceito de SD pelo pensamento de Courtine e Benetti. Para Courtine (2016), a sequência discursiva é como uma sequência linguística de dimensão sintagmática inferior ou superior a uma frase. Já Benetti (2016, p.248) conceitualiza SDs como:

[...] trecho arbitrariamente recortado pelo pesquisador, do texto em análise, pois contém elementos que respondem à questão de pesquisa. Seu início e seu final são definidos pela correspondência a essa questão. É habitual numerar cada SD, para facilitar a organização do corpus de pesquisa

Os dois conceitos se somam e não são antagônicos. Courtine nos orienta sobre como operacionalizar a análise:

[...] escolher uma sequência discursiva – enquanto manifestação da realização de um intradiscurso - como ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do corpus receberá sua organização; relacionar esta sequência discursiva a um sujeito e a uma situação de enunciação determinada; mostrar como o sujeito da enunciação e circunstâncias enunciativas são atribuíveis (referenciáveis) aos lugares dentro dos aparelhos ideológicos de uma determinada conjuntura histórica (2016, p. 25).

Para a seleção das SD's, recorreremos ao uso de palavras-chave. Elas foram definidas por meio de hipóteses formuladas a partir da importância desta ou daquela palavra no interior de um conjunto de discursos (COURTINE, 2016). Escolhemos como palavra-chave os termos *índio* e *indígena* e seus plurais fundamentado no problema de pesquisa e objetivos da tese. As SD foram extraídas da cópia *fac-símile* disponível na página na internet dos jornais dos nove jornais selecionados. Desta forma, os textos jornalísticos que continham as palavras-chave *índio* ou *indígena* foram eleitos para realização das leituras sucessivas para o recorte das sequências discursivas.

Norteamos a numeração das SD's iniciando com a abreviação do nome dos jornais com três letras. O jornal *O Estado do Maranhão* na identificação das SDs está abreviado como *OEM* – por exemplo (Quadro 10) –, após o nome do jornal, foi inserida a data do texto jornalístico de onde o excerto foi selecionado; posteriormente, o número de página separado pelo símbolo traço (-), e – por último e não menos importante – a classificação de gênero, informativo ou opinativo separado pelo símbolo barra (/), como no exemplo: (OEM, 22.15-7/l), o que significa *O Estado do Maranhão*, dia 22, ano 2015, página 7, gênero do texto: informativo<sup>62</sup>.

#### QUADRO 29. ABREVIATURAS UTILIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS JORNAIS NAS SDS

Nome do Jornal	Abreviação p/ identificação na SD
<i>A Tribuna do Acre</i>	ATA
<i>Diário do Amapá</i>	DAP
<i>A Crítica</i>	JAC
<i>O Estado do Maranhão</i>	OEM
<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	AGC
<i>Diário do Pará</i>	DPA
<i>Diário da Amazônia</i>	DDA
<i>Folha de Boa Vista</i>	FBV
<i>Jornal do Tocantins</i>	JTO

Fonte: próprio autor

Courtine (2016) nos atenta para a manutenção da análise linguística que permite que os usos de procedimentos sintáticos forneçam a descrição e a técnica da manipulação das SD, evitando a redução do discurso à análise da língua ou perspectiva histórica sobre a ideologia. Deste modo, a AD opera em um objeto que se encontra inscrito na relação da língua com a história e a ideologia. Foram 138 textos jornalísticos (Quadro20); destes, recortamos 359 SDs (ANEXO I), as quais foram

<sup>62</sup> Não inserimos o mês na identificação das sequências discursivas, porque todos os textos jornalísticos foram coletados em abril de 2015, 2016 e 2017, na semana em que se comemora o Dia do Índio – 19 de abril.

analisadas. Extraímos sequências que fazem alusão direta a *índio*, *índios*, *indígena*, *indígenas* e *povos indígenas*.

### QUADRO 30. RELAÇÃO DE TEXTOS SELECIONADAS PARA A AMOSTRA POR ANO

(Continua)

2015				
Data	Título	Jornal	Editoria	Página
19/abr.	Resgate da Cultura Indígena	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Vida - Nota	8E
19/abr.	Demarcação de Terra é luta constante	<i>Jornal do Tocantins</i>	Estado – Notícia	7
19/abr.	Educação ajuda a vencer barreiras fora das aldeias	<i>Jornal do Tocantins</i>	Educação – Notícia	7
19/abr.	Histórias da Aldeia	<i>Jornal do Tocantins</i>	Suplemento Almanaque – Notícia	4
19 e 20/abr.	Muitos motivos para não comemorar o Dia do Índio	<i>Diário do Amazônia</i>	Opinião – Editorial	A2
19 e 20/abr.	Senador destaca proximidade com comunidades e apoio às causas	<i>Diário do Amazônia</i>	Política – Notícia	A3
19 e 20/abr.	Indígenas conquistam mais educação	<i>Diário do Amazônia</i>	Capital – Notícia	C1
19 e 20/abr.	Índios	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
19 e 20/abr.	Pelos índios	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
19 e 20/abr.	Índios	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
19 e 20/abr.	Indígenas comemoram resistência	<i>A Tribuna</i>	Geral – Notícia	6
19/abr.	Livro chega para evitar extinção de língua	<i>A Crítica</i>	Caderno A – Notícia	A9
19/abr.	Júri inédito mobiliza indígenas	<i>A Crítica</i>	Caderno A – Nota	A8
20/abr.	Exército e Índio	<i>O Estado do Maranhão</i>	Coluna PH – Nota	11
20/abr.	1997 Crime	<i>O Estado do Maranhão</i>	Opinião – Nota	4
20/abr.	Abril Indígena aberto	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Nacional – Matéria	Capa

20/abr.	Duas estradas são bloqueadas pelos indígenas	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Polícia – Notícia	3B
20/abr.	Nada para comemorar	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Opinião – Editorial	2A
20/abr.	Xikrins tomaram ontem o bosque Rodrigues Alves	<i>Diário do Pará</i>	Notícia	A7
20/abr.	Instituto atende a mais de 600 acadêmicos indígenas na UFRR	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	8
20/abr.	Nenhum município roraimense prestou contas junto ao FNDE	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	5
20/abr.	É preciso diálogo	<i>A Crítica</i>	Editorial	A4
20/abr.	Índios em cargos do governo	<i>A Crítica</i>	Brasil – Notícia	A6
20/abr.	Acampados há cinco dias na frente da Prefeitura de Manaus, indígenas estão prestes a ser despejados de uma invasão	<i>A Crítica</i>	Cidades – Notícia	Capa do caderno (C1)/ Capa do Jornal
21/abr.	Awá-guajás recém-contatados estão gravemente doentes no MA	<i>O Estado do Maranhão</i>	Cidades - Notícia	3
21/abr.	Índios liberam BR-174 após 2 dias de pedágio	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Cidades	4B
21/abr.	Terras indígenas são homologadas	<i>Diário do Pará</i>	Notícia	A6
21/abr.	Brasil lidera ranking de mortes de ativistas que lutam por terra e meio ambiente	<i>Folha de Boa Vista</i>	Nacional – Notícia	1
21/abr.	Senador quer CPI para investigar mortes de índios em Roraima	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política – Notícia	4
21/abr.	Indígenas bloqueiam trecho norte da BR-174 em protesto à morte de criança	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	11 e Capa
21/abr.	Comunidades indígenas da zona rural recebem palestras sobre queimadas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	8
21/abr.	Séria ameaça aos índios	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
21/abr.	César Messias	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
21/abr.	Retrocesso na política	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2

21/abr.	Jorge Viana	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
21/abr.	16,5 mil índios	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
21/abr.	Índios isolados em risco	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral – Nota	2
21/abr.	UFA reitera ações em benefício dos indígenas	<i>A Tribuna</i>	Geral – Notícia	6
21/abr.	Casa de apoio indígena recebe atendimento em beleza do Senac	<i>A Tribuna</i>	Geral – Notícia	6
23/abr.	Julgamento	<i>Folha de Boa Vista</i>	Coluna Parabólica – Nota	4
23/abr.	Vontade	<i>Folha de Boa Vista</i>	Coluna Parabólica – Nota	4
23/abr.	Estudantes continuam cobrando melhorias nas escolas públicas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	7
23/abr.	Primeiro júri popular indígena será realizado hoje na Raposa Serra do Sol	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	11/ capa
24/abr.	Exposição retrata situação dos indígenas	<i>Diário do Pará</i>	Cultura – Notícia	8
24/abr.	Kaiapós comemoram o Dia do Índio na região	<i>Diário do Pará</i>	Cidades – Notícia	6
24/abr.	Aldeias participam de Mostra Cultural	<i>Diário do Pará</i>	Cidades – Notícia	7
24/abr.	Crianças têm encontro com índios	<i>Diário da Amazônia</i>	Notícia	B1
24/abr.	Carrasco critica ação de ONGs na Amazônia	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	7/Capa
24/abr.	Cultura indígena é tema de exposição	<i>A Crítica</i>	Cidades – Nota	C2
24/abr.	Índigenas sem luz: Polícia e concessionária de energia começaram ontem o processo para reintegrar posse da área, considerada verde pela prefeitura	<i>A Crítica</i>	Cidade – Notícia	Capa do Caderno (C1) e Capa do Jornal
25/abr.	Roraima realiza o primeiro júri indígena	<i>O Estado do Maranhão</i>	Geral – Notícia	5
25/abr.	Amastha diz que capital está de braços abertos para os jogos	<i>Jornal do Tocantins</i>	Esporte – Notícia	9

25/abr.	Ângela propõe criar Sistema Próprio da Educação Escolar Indígena em RR	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política – Notícia	4
25/abr.	Indígenas recebidos na prefeitura	<i>A Crítica</i>	Cidades – Notícia	C2
<b>2016</b>				
17/abr.	Código florestal segue cercado de incertezas	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Mais Vida – Notícia	6F
18/abr.	Aldeias das vivências celebra e valoriza os povos indígenas	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Vida – Notícia	1E (capa do caderno)
19/abr.	Índios cobra pedágio de até R\$50	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Caderno BNotícia	1B (capa do caderno)
19/abr.	Índios denunciam situação precária de abrigo em SL	<i>O Estado do Maranhão</i>	Cidades – Notícia	2 e Capa
19/abr.	Dia do Índio	<i>Folha de Boa Vista</i>	Opinião – Nota	3
19/abr.	UFRR tem 1.024 estudantes indígenas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	8
19/abr.	CIR diz que Estado tem 90 mil indígenas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Notícia	8 e Capa
19/abr.	em ALTA	<i>Folha de Boa Vista</i>	Social – Nota	9
19/abr.	Fotografias mostram costumes de indígenas de Roraima	<i>Folha de Boa Vista</i>	Caderno B – Notícia	4
19/abr.	Saúde ainda é precária nas aldeias do Estado	<i>Jornal do Tocantins</i>	Estado – Notícia	7
19/abr.	Indígenas participam de formatura	<i>Diário do Pará</i>	Cidade – Notícia	9 e capa
19/abr.	Aldeia urbana perde seus costumes	<i>Diário da Amazônia</i>	Geral–Notícia	C3
19/abr.	Apresentadas vulnerabilidades dos territórios indígenas	<i>Diário da Amazônia</i>	Política–Nota	A3
19/abr.	Garimpo prejudica índios Cinta-Larga	<i>Diário da Amazônia</i>	Capital–Notícia	C2 e Capa do Caderno
19/abr.	São aproximadamente 600 indígenas na região da capital	<i>Diário da Amazônia</i>	Capital – Notícia	Capa (C1)
19/abr.	Povos indígenas debatem território e desenvolvimento sustentável	<i>Diário da Amazônia</i>	Política – Notícia	A5
19/abr.	Oficinas de Comunicação para indígenas	<i>A Tribuna</i>	Geral - Notícia	6

19/abr.	Dia do Índio: conflitos de terras e saúde preocupam	<i>A Tribuna</i>	Arte final – Notícia	9, capa do caderno e Capa
19/abr.	Interior	<i>Diário do Amapá</i>	Opinião–Nota	4
19/abr.	Fortalecendo o ensino indígena	<i>A Crítica</i>	Cidades – Notícia	CD6
20/abr.	Cobranças chegam a RS 200	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Caderno B- Matéria	3B e Capa
20/abr.	Nossos irmãos índios	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Opinião – Artigo	2A
20/abr.	Novas amostras de sangue são repatriadas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Matéria	8 e Capa
20/abr.	Das Cotas II	<i>Folha de Boa Vista</i>	Social – Nota	9
20/abr.	Exposição	<i>Folha de Boa Vista</i>	Social – Nota	9
20/abr.	em ALTA	<i>Folha de Boa Vista</i>	Social – Nota	9
20/abr.	Coluna Parabólica – Números	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política – Nota	4
20/abr.	Agulha Oficial vai vacinar 50 mil cabeças de gado em áreas indígenas até fim de abril	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Matéria	6
20/abr.	Quatro assassinatos registrados em menos de 12 horas no estado	<i>O Estado do Maranhão</i>	Polícia – Notícia	5
20/abr.	Compromisso com indígenas é renovado	<i>Diário da Amazônia</i>	Geral – Notícia	A5
20/abr.	Justa homenagem	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral-Nota	2
20/abr.	Resistência	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral-Nota	2
20/abr.	Terra	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral-Nota	2
20/abr.	Flor da Pele	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral-Nota	2
20/abr.	Críticas	<i>A Tribuna</i>	Política/Geral-Nota	2
20/abr.	Aleac lembra o Dia do Índio com sessão especial	<i>A Tribuna</i>	Geral-Notícia	4
21/abr.	Fotografias com temática indígena	<i>Jornal do Tocantins</i>	Cinema – Nota	9
21/abr.	Coluna Parabólica	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política - Nota	4
21/abr.	Incrá encontra irregularidades em 30% dos assentados no PA Nova Amazônia	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Matéria	5
21/abr.	RR consegue mais prazo para vacinação	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade – Matéria	7



22/abr.	Telmário Mota defende cotas para os índios no Legislativo	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política – Notícia	2
22/abr.	Parlamento Brasil	<i>Folha de Boa Vista</i>	Social – Nota	9
23/abr.	Líder indígena é preso e dois estão foragidos	<i>A Gazeta de Cuiabá</i>	Caderno B-Notícia	3B e Capa
23/abr.	Funai abre concurso com vagas para Rondônia	<i>Diário da Amazônia</i>	Geral – Notícia	A4
<b>2017</b>				
16/abr	Funai proíbe agências de turismo de realizar passeios em cachoeiras	<i>Folha de Boa Vista</i>	Caderno A	A8
16/abr	Design tradicional indígena	<i>A Crítica</i>	Vida e Estilo	3
18/abr	Índios cobram pedágio na 070	<i>A Gazeta</i>	Caderno B	3B
18/abr	Lideranças querem trecho mais seguro	<i>A Gazeta</i>	Caderno B	3B
18/abr	Semana dos Povos Indígenas é destaque	<i>Diário do Pará</i>	Cidades	5
19/abr	Resistência garante sobrevivência	<i>A Gazeta</i>	Caderno B	2B
19/abr	Saúde está entre maiores desafios	<i>A Gazeta</i>	Caderno B	2B
19/abr	Nambiquara retorna com curso superior	<i>A Gazeta</i>	Caderno B	2B
19/abr	Um povo que continua sem ter vez e voz	<i>A Crítica</i>	Cidades	C5
19/abr	Índio sepulta feto no fundo do quintal em Sena Madureira	<i>A Tribuna</i>	Polícia	7
19/abr	Índia mata mulher durante bebedeira	<i>A Tribuna</i>	Polícia	7
19/abr	Indígenas pedem o cumprimento de seus direitos e garantias	<i>A Tribuna</i>	S/ identificação	9
19/abr	Índios de Roraima pleiteiam ampliação e demarcação de novas terras indígenas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	2
19/abr	Deputados estaduais repercutem criação e ampliação de áreas indígenas em Roraima	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	2
19/abr	Exoneração de Dilson Ingaricó é publicada no Diário Oficial	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	2
19/abr	Indígenas não aceitam marco temporal da Raposa Serra do Sol	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	2

19/abr	Governo do Estado vai contestar criação de novas Terras Indígenas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	2
19/abr	Roraima apresenta a maior população indígena do Brasil: quase 56 mil pessoas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade	12
19/abr	Escrita fortalece tradições	<i>Jornal do Tocantins</i>	1º Caderno	10
19/abr	Ensino superior ainda tem entraves pós-formatura	<i>Jornal do Tocantins</i>	1º Caderno	10
<u>20/abr</u>	Os povos indígenas no esquecimento	<i>Diário da Amazônia</i>	Editorial	02
<u>20/abr</u>	Indígenas lutam por representação política	<i>A Crítica</i>	Tema do Dia	A3
<u>20/abr</u>	"Dar terras não resolve", diz Plínio	<i>A Crítica</i>	Tema do Dia	A3
<u>20/abr</u>	Lideranças lamentam esvaziamento na ALE-AM	<i>A Crítica</i>	Tema do Dia	A3
<u>20/abr</u>	Marcha contra PEC 215	<i>A Crítica</i>	Política	A5
<u>20/abr</u>	Abril no Acre Indígena promove conhecimento de povos da floresta	<i>A Tribuna</i>	Geral	8
<u>20/abr</u>	Rondônia avança nas políticas educacionais para os indígenas	<i>Diário da Amazônia</i>	Geral	A9
20/abr	Rodovias federais podem ter cerca para evitar entrada em Terras Indígenas	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	02
<u>20/abr</u>	Mais de 3 mil famílias poderão ser prejudicadas com demarcação	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	02
<u>20/abr</u>	Insikiran promove feira de trocas intercultural	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade	7
21/abr	Chefe da Funai é demitido	<i>A Crítica</i>	Política	A6
21/abr	Ação por morte de índios no Compaj	<i>A Crítica</i>	Cidades	C6
21/abr	Indígenas participam de mostra cultural	<i>Diário do Pará</i>	Cultura	12
21/abr	Etnia vai participar de Jogos no Canadá:	<i>Diário do Pará</i>	Cidades	15
21/abr	Opiniões de parlamentares federais divergem sobre novas demarcações	<i>Folha de Boa Vista</i>	Política	2
21/abr	Adequação de agências é uma forma de organizar o turismo", diz líder indígena	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade	7

21/abr	Funai presta atendimento a indígenas acampados nas margens da BR-174, diz MPF	<i>Folha de Boa Vista</i>	Cidade	7
21/abr	Corpo de indígena é encontrado em área de buritizal em Alto Alegre	<i>Folha de Boa Vista</i>	Policial	10
22/abr	Receitas ancestrais ensinadas por uma jovem chef terena Editorial	<i>Folha de Boa Vista</i>	Caderno B	11
22/abr.	Editorial <sup>63</sup>	<i>Folha de Boa Vista</i>	Caderno B	11

Fonte: próprio autor

#### 4.2 GESTO DE LEITURA

A partir do discurso jornalístico analisamos e identificamos por meio das tensões e contradições que envolvem nossa temática, como os indígenas são discursivizados nos jornais da Amazônia Legal. “O Jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem, obedecendo a uma gramática de produção própria do contexto e da instituição, na qual ele (o discurso) é produzido” (BERGER, 1998, p.127). Ainda, segundo a autora, no discurso jornalístico, o texto e o contexto são tensionados com mais intensidade decorrente das condições de produção, circulação e reconhecimento, o que molda a produção de sentidos.

A partir dos textos, fizemos o recorte das 359 SDs; de posse desse material selecionado, mapeamos regularidades concernentes à temática indígena, tentando evidenciar os movimentos parafrásticos apropriados ao objetivo da pesquisa. Pela compreensão da análise do discurso francesa, o processo parafrástico permite a produção de efeitos de sentido de diferentes formas (ORLANDI, 1999). A partir da repetição dos enunciados, a paráfrase oferece uma possibilidade de estabilizar sentidos, construindo variações do já-dito a partir dos diversos posicionamentos dos sujeitos. Para Pêcheux (2014), o funcionamento destas redes é composto por expressões, proposições e repetições de palavras, que ganham sentido pelas formações discursivas à que se filiam.

Esse mapeamento das SDs resultou em quatro redes parafrásticas observadas. Essas nos remetem a temáticas relacionadas ao conjunto de direitos e políticas públicas direcionados aos povos indígenas: Terra, Violência, Direitos

<sup>63</sup> O texto publicado como editorial não possui título.

Indígenas e Cultura. Estes núcleos de sentidos, em um segundo movimento da análise, se constituíram em formações discursivas (FD).

Esse lugar discursivo não é sinônimo de posição, já que – em seu interior – pode abrigar diferentes e até contraditórias posições-sujeito. “Cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar” (GRIGOLETO, 2005, p.7).

Na passagem das redes parafrásticas para a construção das FDs, o processo de nomeá-las surge como terceiro procedimento, demarcando fronteiras entre perspectivas de discursivização dos indígenas pelos jornais, porém entendendo que em seu interior estas FDs abrigam diferentes posições e que coexistem no contexto do processo discursivo que movimenta a presente tese. A demarcação desse processo – conforme nossa observação – se dá ancorado; portanto, em quatro formações discursivas, assim nominadas:

- *FD1 – Terras indígenas são problema;*
- *FD2 – Indígenas sofrem violência e são violentos;*
- *FD3 – Indígenas têm os seus direitos descumpridos;*
- *FD4 – Cultura indígena é problema.*

A análise de cada formação discursiva com base nas respectivas posições-sujeito articuladas em seu interior. Para Orlandi (1999, p.21), “o discurso é feito de sentido entre locutores” – dialógico –, atravessado por outros dizeres, pela historicidade, pelas práticas sociais. Em outros termos, não existe discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia (PÊCHEUX, 1995). São as posições ideológicas que determinam os possíveis sentidos, marcando as posições-sujeito no discurso.

Portanto entendemos que o sujeito não se desvincula da ideologia, pois ele discursiviza de acordo com suas filiações ideológicas, do histórico e pela rotina de produção diária – no caso dos jornais impressos –; é assujeitado pelo inconsciente como interpelado pela ideologia que o domina. Orlandi (1999) apresenta a noção de “posição” que um sujeito discursivo tem em relação a outros, pois é o lugar que o sujeito do discurso ocupa que o coloca como sujeito de sua fala. As posições-sujeito representam no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social e relacionam-se com as Formações Discursivas e Ideológicas, portanto não existe um único sujeito, mas várias posições-sujeito. A

forma-sujeito é conhecida como “sujeito do saber”, sujeito histórico ou universal de uma Formação Discursiva. É responsável pela ilusão da unicidade do sujeito. O sujeito do discurso pode ocupar várias posições-sujeito em um contexto, ou seja, quando os jornais discursivizam, ocupam uma posição determinada, *desde onde* tomam o dizer.

Várias posições-sujeitos podem ser identificadas dentro de uma mesma FD por possuir uma característica desuniforme. Essas posições-sujeitos podem estar em consonância ou dissonância ao saber estabelecido pela forma-sujeito. Ferreira (2015, p.20) nos explica que “Uma posição-sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social”.

No que tange à forma-sujeito, Ferreira (2005) nos esclarece que ela é a configuração pela qual existe uma identificação do sujeito do discurso como a FD que o constitui. Ainda segundo a autora: “Esta identificação baseia-se no fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. [...] A forma-sujeito é responsável pela ilusão de unidade do sujeito” (FERREIRA, 2005, p.15).

A partir das quatro formações discursivas, identificamos dez posições-sujeito nos discursos dos nove jornais impressos analisados. Na FD1: *Terras Indígenas são problema* temos três posições-sujeito: *PS1: Demarcação de terras indígenas é imprescindível*, *PS2: Terras indígenas são invadidas* e *PS3: Indígenas invadem terras*; na FD2: *Indígenas sofrem violência e são violentos* encontramos duas posições-sujeito: *PS4: Indígenas são vítimas de violência* e *PS5: Indígenas são violentos*; na próxima FD, FD3: *Indígenas têm os seus direitos descumpridos*, reunimos três posições-sujeito: *PS6 Saúde indígena está desassistida*, *PS7 Educação Escolar Indígena têm sido implementada*, *PS8: Educação Escolar Indígena precisar ser implementada*; e na última FD, FD4: *Cultura indígena é problema* obtivemos *PS9: Desconhecimento gera preconceito* e *PS10: Cultura Indígena deve ser valorizada*. Detalhamos no quadro abaixo os sentidos sobre os indígenas nos jornais impressos na Amazônia Legal.

**QUADRO 31. SENTIDOS SOBRE OS INDÍGENAS NOS JORNAIS IMPRESSOS DA AL**

<b>Formação Discursiva (FD)</b>	<b>Posições-sujeito (PS)</b>	<b>Sequências Discursivas (SD) e percentual do <i>corpus</i></b>
FD1 – Terras Indígenas são problema	PS1: Demarcação de terras indígenas é imprescindível	129 (36%)
	PS2: Terras indígenas são invadidas	101 (28%)
	PS3: Indígenas invadem terras	61 (17%)
Subtotal: 291 sequências discursivas (81%)		
FD2 – Indígenas têm seus direitos descumpridos	PS4 – Saúde indígena está desassistida	36 (10%)
	PS5 – Educação Escolar Indígena têm sido implementada	29 (8%)
	PS6 – Educação Escolar Indígena precisar ser implementada	25 (7%)
Subtotal: 90 sequências discursivas (25%)		
FD3 – Indígenas sofrem violência e são violentos	PS7 – Indígenas são vítimas de violência	25 (7%)
	PS8 – Indígenas são violentos	50 (14%)
Subtotal: 75 sequências discursivas (21%)		
FD4 – Cultura indígena é problema	PS9 – Desconhecimento gera preconceito	18 (5%)

	PS10 – Cultura Indígena deve ser valorizada	14 (4%)
Subtotal: 32 sequências discursivas (9%)		
Total: 359 sequências discursivas (100%)		

Descrevemos as categorias de análise e apresentamos sequências discursivas exemplares (SDs), que exemplificam o mapeamento deste trabalho, acerca das posições sujeito sobre como os indígenas são discursivizados nos jornais impressos da Amazônia Legal. Trata-se de um tema complexo, conflituoso, marcado por disputas de sentido que afetam também o dizer jornalístico, mais fortemente depois de 2014 pelo retrocesso na política indigenista brasileira e aumento da violência cometida contra os povos indígenas, (CIMI, 2014). O Instituto Socioambiental (ISA) criticou o Governo Dilma por ser o que menos fez pelos assentamentos de reforma agrária e as áreas protegidas – Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas, nos últimos 30 anos, (ISA, 2016, s/p.)

Conforme orientação de Benetti (2016), os trechos das SDs – onde há marcas discursivas e que corroboram determinada construção de sentido de forma significativa – foram destacados em negrito.

#### 4.2.1 FD1 – TERRAS INDÍGENAS SÃO PROBLEMA

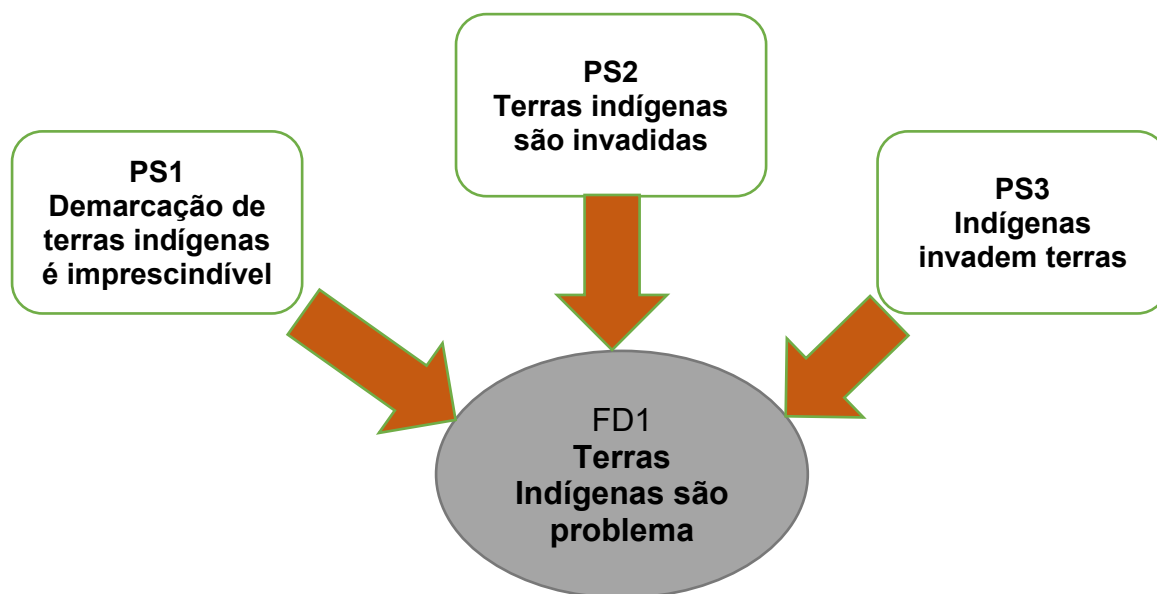
Tal formação discursiva é a primeira mais recorrente na discursivização dos jornais impressos da AML e se constitui por dizeres relacionados aos “problemas” decorridos da falta de reconhecimento, não homologação e demarcação de terras indígenas. Nossa análise evidenciou que 81% dos dizeres dos jornais acerca do tema estão inscritos e se originam nesta formação discursiva que – por sua vez – engloba três posições-sujeito.

As posições-sujeito pertencentes à FD1 são: *PS1: Demarcação de terras indígenas é imprescindível*; *PS2: Terras indígenas são invadidas* e; *PS3: Indígenas invadem terras*. A significativa presença dessas posições-sujeito evidencia a forma-

sujeito que se relaciona com estas posições, a qual é: *terras indígenas permanecem sendo motivo de disputa e conflitos entre indígenas e brancos*<sup>64</sup>.

A imagem (Figura 2, a seguir) ilustra a relação dessa formação discursiva com suas três posições-sujeito.

**FIGURA 2. FD1 E SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES-SUJEITO**



Fonte: próprio autor

Em seguida, passamos a analisar o funcionamento discursivo a partir das posições inscritas no domínio da *FD1: Demarcação de terras indígenas é imprescindível*, destacando seus elementos constituintes a partir de sequências discursivas exemplares.

De acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário<sup>65</sup> e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Os processos demarcatórios das terras tradicionalmente ocupadas seguem fases que são definidas por Decreto da Presidência da República. Elas consistem em seis fases<sup>66</sup>: *Em estudo, Delimitadas, Declaradas, Homologadas, Regularizadas e Interditadas* (FUNAI, 2018, s/p).

<sup>64</sup> São considerados brancos todos aquelas pessoas que não se identificam como indígenas.

<sup>65</sup> O Direito Originário reconhece a posse das terras anterior à criação do próprio estado, existindo independentemente de qualquer reconhecimento oficial, (FUNAI, 2018, s/p).

<sup>66</sup> *Em estudo*: realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena; *Delimitadas*: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional



#### 4.2.1.1PS1 – Demarcação de terras indígenas é imprescindível

A busca por entender a segunda camada do texto enquanto objeto linguístico-histórico e de como ele realiza a discursividade que o constitui, demanda-nos refletir sobre o trabalho da memória e também aos efeitos do interdiscurso<sup>67</sup> para que possamos nortear as análises dos dizeres sobre os discursos reverberados pelos indígenas nos jornais impressos da AML. O interdiscurso presente nesta posição-sujeito advém de conflitos ocasionados desde 1500. Os povos indígenas com mentalidade ecológico-cultural se desenvolveram no processo de sua atividade vital equilibrando cultura tradicional e ecossistemas naturais. Já os brancos – sob outra perspectiva – guiam-se pelos princípios capitalistas entendendo os territórios como propriedade e meio de riqueza, (LUCIANO, 2006, p.102). Ainda segundo o indígena da etnia Baniwa e antropólogo (2006, p. 103, grifo nosso):

Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. **Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. A terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas.** É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas, em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios.

Com a promulgação da Constituição 1988, os povos indígenas brasileiros deveriam ter demarcadas – permanentemente – as terras em que coletivamente vivem. O prazo dado legalmente pela Carta Magna para a homologação de todos os territórios ocupados por indígenas foi de cinco anos; contudo, esse processo perdura até os dias atuais.

Ao assumir a posição-sujeito 1, no interior da FD1, os jornais impressos enfatizam a importância das demarcações como forma de evitar conflitos entre indígenas e não indígenas, preservação dos ecossistemas naturais e a possibilidade

---

indígena; Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento; *Homologadas*: terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial; *Regularizadas*: terras que – após o decreto de homologação – foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União; *Interditadas*: áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

<sup>67</sup>“O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”, (ORLANDI, 2013, p. 33).

de subsistência destes povos. As publicações discursivizam os motivos pela necessidade de delimitar os territórios de direito ancestral, as reivindicações indígenas para que a legislação seja cumprida, as implicações da não delimitação das terras à natureza e também a omissão pública no cumprimento da legislação vigente. A seguir, destacamos sequências discursivas que exemplificam esse movimento de reiteração de sentidos:

(SD190) Mesmo com todas as dificuldades, o **povo ainda consegue sobreviver aos problemas e luta para que as terras sejam finalmente demarcadas.** (JTO, 19.16-7/I)

(SD108) Desses casos, 142 envolvem a **luta pelo direito à terra, 111 os direitos dos povos indígenas** e 50 a luta pela defesa do meio ambiente. (FBV, 21.15-1N/I)

(SD252) **Os índios esperam pelas demarcações, querem morar e cultivar suas terras.** Os produtores rurais querem expandir suas lavouras e suas pastagens. **Essa disputa, infelizmente ainda vai longe.** (AGC, 20.15-2A/O)

(SD187) Numa **luta que começou em 1970**, o povo Krahô-Kanela **ainda espera a demarcação de suas terras** localizadas no município de Lagoa da Confusão. Em 2007, sete mil hectares foram regularizados como terra indígena, **mas o povo ainda espera a demarcação de outros 24 mil hectares na região.** (JTO, 19.16-7/I)

(SD57) **A regularização fundiária é o maior problema enfrentado pelos indígenas no Brasil.** A demarcação das terras indígenas **é um grande problema**, porque **sem terra, o indígena fica em situação de insegurança cultural, material e alimentar.** Para os povos indígenas, **a vida está totalmente relacionada ao território.** (ATA, 19.15-6/I)

(SD191) De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), **estão nessa situação 3.473 índios**, dos povos Krahô-Kanela, Apinajê, Kaneja do Tocantins e Avá-Canoeiro, **num cenário em que 80% do território indígena no Tocantins estão demarcados.** (JTO, 19.16-7/I)

(SD188) Eles se distribuem em mais de 82 aldeias, localizadas em todas as regiões do Estado, mas **cerca de 25 ainda lutam pela propriedade de suas terras.** (JTO, 19.16-7/I)

(SD246) **Demarcações das terras indígenas** e reconhecimento dos brasileiros sobre a importância dos índios para o país **ainda continuam sendo os desafios** principais do Dia do Índio, isso é evidente. (AGC, 20.15-2A/O)

O gesto de leitura também permitiu observar que se existem problemas na realização das demarcações e homologações nos territórios de direito ancestral dos povos indígenas brasileiros e, se existem problemas, também há responsáveis. Ao buscar regularidades enunciativas, percebemos que os principais responsáveis evidenciados a partir das sequências discursivas são a Fundação Nacional do Índio – órgão oficial indigenista do Estado Brasileiro – o poder legislativo e Executivo.

(SD13) Foi assim. Na quinta-feira (16/4), a índia **Eliane Guajajara cobrou no Senado: "Dona Dilma, torne-se uma mulher de palavra e cumpra com o que prometeu para os povos indígenas"**. No sábado (18/4), o Planalto anunciou que, na segunda-feira, **seriam homologadas três terras indígenas (no AM e no PA)**. E assim foi feito. (OEM, 22.15-2/l)

(SD81) **Terras indígenas** em Sena Madureira, Feijó e Cruzeiro do Sul **precisam com urgência de regularização**. "Quanto **maior a demora** desta solução, **mais conflitos de terra vão ocorrer**", afirma Apurinã. Assim, cresce a violência dentro do campo e coloca vidas em risco. O que ocorre por **demora dos órgãos do Governo Federal em regularizar estas áreas**. (ATA, 19.16-9/l)

(SD80) Ainda assim, Apurinã diz que a **falta da regularização latifundiária está causando muitos problemas** nos últimos anos, para os indígenas no Estado do Acre. **A defasagem no número de servidores da Funai e também de recursos financeiros**, contribui para que o órgão não realize estudos das terras em conflito para buscar soluções para os impasses. (ATA, 19.16-9/l)

(SD182) Sara acredita que para a **situação do índio**, não só no Tocantins, mas em todo o Brasil **se resolver**, é preciso que seja **vista em conjunto com as políticas de direitos indígenas**. (JTO, 19.16-7/l)

(SD328) Temos observado que os processos de demarcações de terra estão estagnados, e **a gente como Funai tem sido cobrado**. (ATA, 19.17-9/l)

(SD272) Esses **decretos de homologação são importantes para garantir a territorialidade das comunidades diretamente interessadas e demonstram que o governo federal está empenhado na efetivação dos direitos dos povos indígenas**. Nesse sentido, outras áreas poderão ser declaradas e homologadas ainda este ano. **A realização de concurso, por sua vez, contribuirá significativamente para o fortalecimento da Funai** no exercício de sua missão", disse o presidente da instituição, Fábio Chiarelli. (DPA, 21.15-A6/l)

Em 2015 – ano de início da pesquisa – o poder Legislativo federal aprovou em primeira votação Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000) que transfere do governo federal para o Congresso Nacional a competência para fazer a demarcação de terras indígenas. Por um lado, para os indígenas, a proposta poderia trazer mais demora e dificuldades aos processos demarcatórios; por outro lado, o Executivo Federal – sobretudo a bancada Ruralista – era a maior interessada, porque a PEC 215 passaria a prever indenização dos proprietários de terras nas áreas demarcadas em todos os casos. Atualmente, há apenas a indenização das benfeitorias realizadas a partir da ocupação de boa-fé do terreno, mas o pagamento pela terra não está previsto em lei. A Proposta de Emenda à Constituição também permite ao congresso ratificar terrenos já aprovados. Outra medida pró-ruralistas foi a

criação do marco-temporal<sup>68</sup> que contraria a Constituição de 1988 no que diz respeito aos direitos territoriais indígenas. Os discursos sobre esta disputa estiveram presentes na efeméride estudada – semana em que se comemora o Dia do Índio – em 2015 e 2016. As sequências discursivas demonstram o tom da cobertura dos jornais impressos da AML nas quais os dizeres confirmam consequências negativas aos povos tradicionais.

(SD28) A PEC **condenada pelo deputado do PSB transfere para o Congresso Nacional a incumbência da demarcação das terras indígenas** no país que atualmente pertence à União. Para Messias, se aprovada, a PEC 215 poderá representar uma **séria ameaça aos povos indígenas**. (ATA, 21.15-2/O)

(SD186) A coordenadora do Cimi no Estado, Eliane Franco, explica que, além da **paralisação dos processos demarcatórios, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215**, que transfere do poder Executivo para o legislativo a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas e quilombolas, **dificulta a resolução para os problemas fundiários**. Com a aprovação da PEC, **as terras já demarcadas poderão ser revistas**. (JTO, 21.16-9/I)

(SD244) Durante toda semana, índios de diferentes regiões do país **protestaram em Brasília pedindo imediata demarcação de suas terras e o arquivamento da proposta dando poder ao Congresso Nacional de decidir pelas demarcações**. (AGC, 20.15-2A/O)

(SD164) A informação foi divulgada depois de denúncias de famílias de agricultores que foram assentadas no PA Nova Amazônia por conta da **desintrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sole que ainda não receberam os títulos definitivos da propriedade**. (FBV, 21.16-5/I)

O conflito sobre a Terra discursivizado nos jornais indica também a importância e necessidade da demarcação de terras indígenas. Os efeitos de sentido das próximas SD's mobilizam os benefícios não somente para os indígenas como para os não-indígenas, como exemplo a manutenção de florestas que beneficiam o clima em todo o país. Os sentidos podem ser evidenciados pelos exemplos (SDs) a seguir:

(SD251) A demarcação é importante não só para os índios, como para todos os setores. Os índios conhecem a floresta muito bem. **Ela é uma espécie de filtro, tem oxigênio, muitas ervas medicinais**. Hoje, **os produtores não estão mais respeitando a nascente**. O desmatamento chega até lá. **Quando seca, começa a faltar água**. Os próprios índios, em Brasília, pedem que produtores façam reflorestamento no lugar que houve desmatamento. (AGC, 20.15-2A/O)

<sup>68</sup> A medida fixa o dia 5 de outubro de 1988, data em que a Constituição foi promulgada, como "marco temporal" para definir o que são as terras permanentemente ocupadas por indígenas e quilombolas. Não leva em conta grupos indígenas que foram expulsos de suas terras tradicionais e que, devido a conflitos fundiários ou por ações da ditadura, não conseguiram voltar a ocupar estas áreas.

(SD183) **"Não se pode falar de índio sem falar da terra, da cultura, de seus ritos que fazem parte de suas vidas. Se os povos indígenas não tiverem a terra demarcada e a garantia de proteção dos seus territórios, não vai ter saúde indígena nem outras políticas públicas que os povos têm direito.** O Dia do Índio deveria ser uma data para se comemorar e a maior homenagem que poderiam fazer a eles e **devolver as terras que estão nas mãos de terceiros.** Um índio com saúde e um índio com terra.", afirmou. (JTO, 19.16-7/I)

(SD 78) **Conflitos de terra e a saúde são os maiores problemas** enfrentados pelos **povos indígenas**, segundo Apurinã. A demarcação das terras indígenas é um grande problema, porque **sem terra o indígena fica em situação de insegurança cultural, material e alimentar.** (ATA, 19.16-9/I)

(SD252) **As terras indígenas, ou de toda a Amazônia, é que produzem evaporação, que distribuem água por todo Brasil e a América do Sul. Por isso é importante demarcar, homologar,** combater a violência que tanto afeta o povo indígena, como acontece em Mato Grosso do Sul por exemplo. (AGC, 20.15-2A/O)

(SD107) De acordo com o relatório, em 2014, foram **mortos** no Brasil 29 ativistas. Deste total, **quatro são indígenas.** A maioria dos assassinatos estaria relacionada a **conflito por posse de terra.** A Colômbia aparece como o segundo país com maior número de mortes de ativistas (**25 assassinatos**), **sendo mais da metade indígenas.** Em seguida estão Filipinas (15), Honduras (12) e Peru (9). (FBV, 21.15-1N/I)

A disputa pelo território entre indígenas e não indígenas decorre do entendimento sobre a terra. Para o índio, a terra como espaço geográfico de seu território faz referência à sua ancestralidade e a um espaço cosmos do universo e da humanidade, onde se encontram os heróis indígenas, vivos e mortos. Luciano (2006, p.102) nos explica que "o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. [...] uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada". Entendemos que existe um modo diverso de determinar a terra por parte dos "brancos", dado que para eles o significado é de propriedade e para os índios de indissolubilidade, o elo visceral, a ancestralidade. É por isso que em relação à posse da terra os jornais impressos manifestam também outra posição-sujeito, na qual a posse indígena da terra é deslocada e significada no âmbito jurídico.

Recobramos algumas noções caras à Análise do Discurso. Essas noções não se encontram isoladas, estão imbricadas entre si e a existência de cada uma garante a existência da outra. Para a AD, não existe discurso sem sujeito e não existe sujeito sem ideologia. O sujeito, afetado pelo esquecimento, apropria-se de saberes estabelecidos, acreditando ser a origem desses saberes. Esses saberes, como já

mencionado, estão pré-estabelecidos pelas FDs e a sede delas são os interdiscursos. Como nos diz (ORLANDI, 1999, p.31), “aquilo que fala antes, em outro lugar”. Já para Maingueneau (1989, p.115), “toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”.

A partir do pensamento de Maingueneau, entendemos que toda formação discursiva é heterogênea, com fronteiras porosas onde há espaço para o contraditório e o diferente. Por natureza se organizam blocos discursivos, como famílias possibilitando diferentes efeitos de sentido. Os choques ou deslizamentos de sentidos constituem o que Pêcheux designou de acontecimento discursivo. Um acontecimento discursivo causa tensão na ordem da repetibilidade, permitindo a instauração de novos sentidos, o que implica uma tomada de novas posições-sujeitos dentro de uma mesma FD. Amaral relata que,

A AD reflete sobre as posições-de-sujeito, que representam no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social e relacionam-se com as Formações Discursivas e Ideológicas. Desse modo, não há um sujeito único, mas diversas posições-de-sujeito. A posição-de-sujeito resulta da relação que se estabelece entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma Formação Discursiva (AMARAL, 2004, p. 79).

Neste sentido, outra posição-sujeito na FD1 – *Terras Indígenas são problema* está relacionada aos sentidos construídos sobre o posicionamento de ilegalidade da posse da terra indígena e também de que elas impedem o progresso de Roraima (SD125), (SD336) entre outras. Com isto, avultam dois grandes esquecimentos: a vitória dos índios – em um processo de mais de trinta anos – e sua legalidade. Legalidade, diga-se, já tardia, se considerarmos que as terras indígenas deveriam ter sido homologadas até cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988.

(SD339) O líder do Governo na Assembleia, deputado Brito Bezerra (PP), manifestou indignação com a atual situação. Já conversei com o procurador geral e o **Estado vai intervir nesta situação, pois trata-se de um novo atentado para tirar terras do povo de Roraima.** (FBV, 19.17-2/I)

(SD125) Carrasco lembrou que o **maior empecilho para a interligação de Roraima ao sistema nacional é a reserva indígena Waimiri-Atroari**, pois recentemente foi descoberto um povo isolado na altura do Município de Rorainópolis, Sul do Estado, os Pirititi. "Eles **sempre irão encontrar algo que impeça a conclusão desta obra**, pois uma vez interligado ao sistema, Roraima tem grandes chances de **desenvolver-se**", frisou (FBV, 24.15-7/I)

(SD165) **Pois não é** que os agentes do **ambientalismo/indigenismo** **arranjaram um jeito de travar, mais uma vez, a transferência das terras.**

Agora, o que os órgãos federais na Câmara de Destinação de Terras Públicas na Amazônia exigem, para dar continuidade no processo de transferência das terras para o Estado, é uma declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai) atestando que a autarquia **não tem interesse em expandir as terras indígenas em Roraima. Evidentemente, não será fácil conseguir isto. É o fim da picada.** (FBV, 21.16-4/O)

(SD332) O próximo passo é uma audiência pública para desenvolver políticas embasadas nas necessidades dos índios. **“Dar terra não resolve, tem que vir acompanhada de serviços”.** (JAC, 20.17-A3/I)

(SD333) Do nada, apareceram esses **índios vindos da cidade, que são professores, enfermeiros, têm carros** e vinham passar o fim de semana, dizendo que **são donos da terra.** (FBV, 20.17-2/I)

(SD335) Somos pioneiros na região. Em todo esse período, nunca tivemos questionamentos quanto as **nossas terras virarem áreas indígenas.** (FBV, 20.17-2/I)

(SD336) Eles afirmam que mais de três mil famílias – que moram ali há mais de cem anos, que têm títulos e documentos da área – **poderão ser prejudicadas se a demarcação da Terra Indígena for concretizada.** (FBV, 20.17-2/I)

(SD204) A **luta dos indígenas brasileiros pela manutenção das ancestrais terras** deles é digna de respeito e a polo, **mas fenômenos recentes comprometem a justeza dessa luta em face de outros direitos** que são igualmente dignos de respeito por parte da sociedade. (JAC, 20.15-4/O)

(SD334) Nunca pensamos que isto viesse a ocorrer, **pois pensávamos que a situação das terras indígenas estivesse encerrada.** Todo mundo tem terra suficiente para produzir. (FBV, 20.17-2/I)

(SD337) O Governo de Roraima informou à Folha que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) vai ingressar no processo, analisar o caso e **contestar a criação e novas terras indígenas em Roraima.** (FBV, 19.17-2/I)

(SD338) Chagas finalizou seu discurso citando que existe uma recomendação do Supremo Tribunal Federal (STF), para que **não sejam mais realizadas demarcações em Roraima. Na minha análise, existe um equívoco muito grande por parte da decisão da Justiça Federal.** (FBV, 19.17-2/I)

(SD340) Nós já temos 33 reservas demarcadas, se somarmos a isso a questão ambiental, **eleva de 49% da área territorial para 88%. Teríamos uma sobra de 12% das terras, para serem distribuídas ao setor produtivo e centros urbanos, e ainda temos que preservar em torno de 80% dentro deste percentual que sobra, ou seja, restaria pouco mais de 3% para produzir e gerar renda ao Estado.** (FBV, 19.17-2/I)

Destacamos o funcionamento discursivo contra a delimitação das terras dos povos indígenas realizado pelo jornal *Folha de Vista* de Roraima com oito sequências discursivas reforçando sentidos da ilegalidade e dos prejuízos, dos efeitos péssimos para a agricultura causados pelas homologações. Outros dois jornais demonstram

também que o quesito terra é sempre considerado como problema, sejam elas a serem demarcadas seja já demarcadas. O jornal *Folha BV* é enfático ao afirmar que a demarcação de mais terras no estado inviabilizará o crescimento econômico de Roraima (SD339). Em uma das sequências discursivas (SD338), os indígenas residentes no estado são considerados como estrangeiros em seus próprios territórios, desconhecendo suas importantes contribuições nas relações sociais e econômicas no estado e nos municípios: “Trata-se de um novo atentado para tirar terras do povo de Roraima” (FBV, 19.17-2/l).

Compreendemos a memória discursiva advinda desde a chegada dos europeus no Brasil, com a disputa pelo território entre índios e não índios; mais recentemente, a última demarcação ocorrida em Roraima, a da Terra Indígena Raposa Serra do Sol<sup>69</sup>. Na época, argumentou-se que os indígenas já possuíam muitas terras, e que os rizicultores moradores na TI perderiam todos os investimentos já realizados naquelas terras. Este discurso é novamente reverberado pelo jornal *Folha BV*: “Há uma série de atividades que ficarão inviabilizadas nesta área” (SD35) e “Pensávamos que a situação das terras indígenas estivesse encerrada. Todo mundo tem terra suficiente para produzir” (SD334).

A discursivização do jornal *A Crítica* também inclui elementos que propiciam o sentido de que garantir o direito dos indígenas à terra é desnecessário. Na (SD331), este direito não é nem mesmo considerado um direito garantido pelo Art. 231 da Constituição, mas sim, uma concessão do estado aos indígenas.

#### **4.2.1.2PS2 – Terras indígenas são invadidas**

Tal posição-sujeito trabalha com os principais motivos de conflito entre os povos indígenas e os não-indígenas e aponta os principais impactos sobre os povos ancestrais e as terras. A constituição 1988, no Art. 231, §7º rege que: “Não se aplica às Terras Indígenas o disposto no Art. 174, §3º e §4º”. Este – por sua vez – dispõe sobre as atividades das cooperativas de garimpeiros e não permite o garimpo legal. Pelo parágrafo 2º do mesmo artigo, a esses povos cabe ainda o “usufruto exclusivo” das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas suas terras. Com reforço de dispositivo do Código Civil, essa regra serve de apoio ao entendimento vigente de que

<sup>69</sup> A demarcação da área Raposa Serra do Sol se tornou assunto nacional quando o pedido de homologação foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, em 2009, para analisar o mérito da constitucionalidade do processo.



os índios podem usar livremente os recursos florestais de suas terras em atividades tradicionais voltadas à sua sobrevivência física e cultural.

Logo, na PS2, fatos comprovam como é recorrente nos Estados que compõem a Amazônia Legal as invasões de terras indígenas, como também são construídos efeitos de sentido de modo a evidenciar que o problema não é recente:

(SD4) A floresta dos awá foi **invadida por madeireiros, fazendeiros e colonos na década de 1980**, (OEM, 21.15-3/I).

(SD8) O Estado brasileiro reconhece as terras indígenas awá-guajás há décadas. Mesmo assim, **a extração ilegal de madeira continua e é objeto constante das denúncias de organizações ambientalistas e indigenistas e pelo Ministério Público (MP)**. (OEM, 21.15-3/I)

Os periódicos analisados fornecem uma imagem dos problemas tais como os ocasionados decorrentes da usurpação das terras alheias, como na (SD7), na (SD30) e também na (SD6):

(SD7) Carlos Travassos, coordenador geral de **Índios Isolados**, da Fundação Nacional do Índio (Funai) destacou na TV Globo: "[...] o povo awá-guajá estaria no **grau de alta vulnerabilidade**, ou seja, **ameaçado** realmente de um **crime de genocídio**, que está sendo perpetrado por essas **atividades ilícitas, de exploração de madeira**". (OEM, 21.15-3/I);

(SD30) Além disso, são 15 povos conhecidos e três isolados. "Lamentavelmente, a **pressão por exploração de madeira e petróleo**, no lado peruano, **põe em risco esses índios não contatados**, porque eles não reconhecem fronteiras, eles não sabem onde começa o Brasil e onde terminam os países Bolívia e Peru" assinalou. (ATA, 21.15-2/O);

(SD6) Após uma campanha de dois anos da Survival International, o movimento global pelo direito dos povos indígenas e autoridades brasileiras **removeram invasores ilegais de um dos territórios da última tribo nômade e sem agricultura do Brasil**, em janeiro de 2014, (OEM, 21.15-3/I).

A continuação, outras sequências discursivas exemplificam as ameaças ocasionadas pela posse das TI pelos invasores:

(SD189) Para o Cimi, o avanço do agronegócio, os projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico, como a hidrovía no rio Tocantins, a interligação do pátio multimodal da Ferrovia Norte-Sul e a construção de barragens **são ameaças para os territórios indígenas**. "**Além das enormes extensões de terra desmatadas, a poluição dos rios com o altíssimo uso de agrotóxicos, a retirada de água para os projetos de irrigação e a transposição das águas dos rios Formoso e Javaé estão trazendo consequências, como a diminuição e desaparecimento de animais silvestres e a seca de rios e lagos importantes do Cerrado, provocando impactos para os Karajá, Javaê, Krahô-Kanela e Avá-Canoeiro**", destaca Eliane. (JTO, 19.16-7/I)

(SD138) Para Nicácio, a **intervenção dos não índios nas terras indígenas** é outro ponto que precisa ser visto com mais atenção. "É necessário que **seja feita a retirada dos invasores**, que acaba atingindo diretamente os indígenas. Temos como exemplo os Yanomami, que **estão contaminados por mercúrio por conta da invasão de garimpeiros**", explicou. (FBV, 19.16-8/I)

Notamos – a partir dos dizeres congregados – mais um problema dos territórios indígenas, o Turismo ilegal. Construção de sentidos que concerne aos fatores de que o Roraima perderá mais uma atividade econômica por causa dos territórios indígenas. Novamente os jornais discursivizam que o desenvolvimento do Estado seja prejudicado pela regularização fundiária da terra indígena. Nesta visada discursiva, é demonstrado que agências de turismo, que já realizam a atividade nas cachoeiras do Estado, deverão parar de fazê-la, pois as mesmas estão dentro de terras indígenas; portanto, precisam do consentimento e planejamento das atividades turísticas, conjuntamente. Também é demonstrado o protagonismo dos indígenas na proposição das atividades turísticas e preservação ambiental.

(SD348) As agências de turismo de Roraima **estão proibidas de realizar passeios nas cachoeiras que ficam dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**, no município de Uiramutã, a cerca de 300 quilômetros de Boa Vista, região Nordeste do Estado. (FBV, 16.17-8/I)

(SD347) A proibição, feita pela Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Estado, **ocorreu em razão de diversas reclamações de indígenas**. Para entrar na região, **as agências precisam se adequar à Instrução Normativa 3/2015**. (FBV, 16.17-8/I)

(SD346) Para que as **atividades sejam realizadas legalmente**, é preciso que as comunidades elaborem um Plano de Visitação, **informando, entre outras coisas, a delimitação do roteiro, objeto das atividades de visitação, descrição das atividades propostas aos visitantes, tempo de duração da visita, parceiros envolvidos e responsabilidades e as atribuições de cada um**. (FBV, 16.17-8/I)

(SD341) 345 Conforme o órgão, a visitação com finalidade turística em terras indígenas deve ser de base comunitária, nos segmentos de Etnoturismo e Ecoturismo. De acordo com a norma, **as atividades devem ser propostas pelos próprios indígenas, suas comunidades ou suas organizações**. Em razão disso, **a realização de atividades de exploração turística ou pesca esportiva em terras indígenas, que não são propostas pelas comunidades indígenas, é ilegal**. (FBV, 16.17-8/I)

(SD344) Diante do caso, o líder indígena Dilson Ingaricó ressaltou que a adequação das agências é uma forma de organizar o turismo, tendo em vista que **algumas empresas decidem os pacotes por conta própria, sem qualquer participação das comunidades**. (FBV, 21.17-7/I)

(SD343) Ele destacou as pessoas que **se dirigem aos pontos turísticos que fazem parte de terras indígenas por conta própria e degradam o local. Levam bebidas e outros pertences e largam pelas serras e**

**cachoeiras. Tem motoqueiro que entra de qualquer jeito e arrebenta as terras para curtir.** (FBV, 21.17-7/I)

(SD342) O vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Edinho Batista, afirmou **ser contra qualquer tipo de envolvimento de interesse pessoal de empresas que não tenham uma consulta prévia junto às comunidades.** (FBV, 21.17-7/I)

(SD341) À Folha, ele explicou que também **não interessa discutir a questão de qualquer benefício em relação à questão natural ou de aproveitamento de cachoeiras.** "Se a gente for realmente discutir, não queremos ser só guias de turismo. Tem o dever e a obrigação, **se a gente disse que pode entrar, vai entrar, se não, não**", frisou. (FBV, 21.17-7/I)

A discursivização dos jornais da região reitera um componente de omissão do poder público no sentido de resolver as apoderações das terras indígenas, pela não resolução dos conflitos entre os povos indígenas, madeireiros e garimpeiros, conforme os exemplos a seguir:

(SD11) A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal **condenou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União** a instalarem postos de fiscalização para impedir a extração ilegal de madeira no interior das três terras indígenas existentes na região (Alto Turiaçu, Awá-Guajá e Caru). (OEM, 21.15-3/I)

(SD286) Segundo Trindade, há muito tempo que essa terra indígena sofre com a exploração de diamantes e invasões de garimpeiros nas próprias terras. **Considerando o forte ingrediente político da questão e o pouco resultado alcançado através dos instrumentos regulares de atuação (ações judiciais, recomendações)**, o Ministério Público Federal (MPF/RO) criou, há dois anos, o Grupo Clamor (Cinta-Larga: Amigos em Movimento pelo Resgate) em parceria com a sociedade civil. (DDA, 19.20.15-C1/I)

#### 4.2.1.3PS3 – Indígenas Invadem terras

Com a *PS3 – Indígenas invadem terras* – os jornais analisados evidenciam outro motivo de conflito entre indígenas e “brancos”, a migração dos indígenas para a cidade, destacando que os hábitos e costumes, isto é, a cultura destes povos não se adequam às regras existentes na urbe, trazendo problemas aos moradores da cidade. Os sentidos engendrados nesta posição-sujeito enquadram o indígena como pessoas alheias ao modo de vida dos “brancos” (SD207) (SD208), e são colocados como agentes de complicações à rotina dos cidadãos, sendo considerados como invasores de terras.

A migração é um fenômeno que atinge todas as raças e etnias. No caso dos indígenas brasileiros, ela tem ocorrido mais fortemente a partir do ano 2000 (FUNAI,

2017). Os motivos para deixarem suas terras ancestrais são variados: invasão de suas terras, desmatamento, escassez de alimentos, guerras, o avanço das cidades sobre as matas ou mesmo a busca por melhores oportunidades. Mas – ao chegar nos novos territórios – encontram dificuldade para se assentar, passam a viver em favelas tendo sua principal renda do artesanato.

Como detalhamos no capítulo 2 desta tese, o Amazonas (AM) é um dos Estados com o maior número absoluto de indígenas, e Manaus a segunda cidade com o maior número de indígenas, ficando atrás somente do município de São Gabriel da Cachoeira. Para a Fundação Estadual do Índio, aproximadamente 20 mil indígenas das etnias sateré-mawé, apurinã, kokama, miraña, dessana, tukano, piratapuia entre outras vivem nas cidades.

Por meio das SDs referidas a seguir, notamos quais sentidos abarcam o discurso dos jornais *A Crítica*, *Diário da Amazônia* e *A Tribuna do Acre*. Neles evidencia-se a precariedade das moradias indígenas nas cidades (SD307), (SD308), SD224 e como estes povos são criminalizados ao serem considerados “invasores” de terras públicas (SD213), (SD215), (SD216), (SD219), (SD228), “clandestinos” (SD223), o que evidencia total desconhecimento dos agentes públicos sobre como os direitos dos povos indígenas migrantes devem ser respeitados sob a ótica dos Direitos Humanos<sup>70</sup>, do Direito dos Povos Indígenas e do direito das migrações.

(SD208) Neste sentido, para ter motivos para celebrar o 19 de abril, **esses Indígenas precisam entender que na cidade a vida é regida por leis comuns a todos** e essas mesmas leis podem muito bem ser usadas por eles para cobrar moradias dignas e com qualidade de vida acessível. **Não se pode é entrar em terras públicas achando que ela não tem dono. Terra pública é, como diz o nome, do público.** (JAC, 20.15-4/O)

(SD213) Acampados há cinco dias na frente da Prefeitura de Manaus, **indígenas estão prestes a ser despejados de uma invasão.** (JAC, 20.15-C1/I)

(SD215) **Invasores têm energia cortada:** tática foi usada para forçar a saída pacífica de indígenas em área no Tarumá. (JAC, 24.15-1/I)

<sup>70</sup> Carta das Nações Unidas para os Direitos Humanos, publicada em 7 de agosto de 2018, reforça o dever das nações em todo o mundo para que essas tomem medidas efetivas a fim de garantir os direitos humanos dos povos indígenas. Os especialistas disseram que é crucial que os direitos dos povos indígenas sejam realizados quando eles migram ou são deslocados de suas terras. devem reconhecer os padrões internacionais de direitos humanos e garantir que os migrantes não sejam submetidos à violência, discriminação ou outro tratamento que possa violar seus direitos. Além disso, os estados devem reconhecer os direitos dos povos indígenas à autodeterminação; terras, territórios e recursos; a uma nacionalidade, bem como aos direitos da família, educação, saúde, cultura e língua (ONU, 2018, s/p).

(SD216) Os líderes indígenas que **representam moradores da invasão batizada de Nações Indígenas**, localizada no Tarumã, Zona Oeste, foram recebidos, ontem, pelo secretário-chefe da Casa Civil da Prefeitura de Manaus, Márcio Noronha. (JAC, 24.15-1/I)

(SD219) **Invasores temem perder investimento**: Segundo o cacique Pedro dos Santos, da etnia Mura, a **tensão entre os moradores aumentou porque muitos investiram na construção de casas e agora correm o risco de ficar sem nada**. Fiz empréstimo para fazer uma boa casa e ainda não terminei de pagar", disse. (JAC, 25.15-C2/I)

(SD221) "Não que remos sair daqui. **Ocupamos esse local por necessidade e tudo o queremos é um local para morar e plantar**", completou. (JAC, 25.15-C2/I)

(SD222) Esperamos que essa questão social seja resolvida logo porque a decisão judicial está aí na porta e nós temos que cumpri-la. Estamos buscando junto a alguns órgãos da prefeitura e vamos atrás do Inbra, se for o caso, **tentar disponibilizar um local pra que vocês sejam alocados, não posso dizer se vai ser feito ou não**, mas vamos buscar junto ao Gabinete de Gestão Integrada, declarou. (JAC, 25.15-C2/I)

(SD224) O que poderia acontecer neste caso, segundo o órgão, **seria um desconto ligado à Tarifa Social de Energia dedicado a indígenas e quilombolas**, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), **porém a área é irregular em toda a sua totalidade**. Segundo Mendes, medidas punitivas não devem ser adotadas contra os indígenas. (JAC, 24.15-C1/I)

(SD223) Ao todo, quatro desligamentos foram feitos em duas redes "centrais" da comunidade. Isso porque segundo o secretário do GGL, Frederico Mendes, que acompanhou toda a movimentação, **o fornecimento elétrico realizado na área é clandestino. "Não tem nada a ver com o fato de vocês serem indígenas. Estamos cumprindo uma ordem judicial"**, respondeu ele a um comentário. (JAC, 24.15-C1/I)

(SD225) Segundo Mendes, em 2011 a comunidade requisitou da Eletrobrás Amazonas Energia uma ligação regular, porém **o motivo para o impasse na instalação seria a ausência do título de propriedade**, somado ao fato do local ser uma área verde. (JAC, 24.15-C1/I)

(SD229) **"Somos muitos guerreiros. Não vamos desistir, daqui não arreda ninguém. Nosso propósito é lutar pelo nosso espaço"**, declarou, ao lamentar a necessidade de tomar uma decisão tão difícil e ver os filhos passando privações. (JAC, 20.15-C1/I)

(SD228) "Ficamos preocupados com o povo. **A gente abriu a porta para o prefeito ir buscar votos** e agora nós esperamos que ele abra a porta. **Será que ele está nos vendo como eleitores ou invasores?** Esperamos uma proposta. Se for preciso atitude, nós teremos uma atitude", afirmou. (JAC, 20.15-C1/I)

(SD207) Não se quer aqui entrar no mérito da justiça da reivindicação que eles fazem ao prefeito de Manaus para permanecerem na área, mas sim discute-se a falta de condições para um diálogo qualificado em que **a nova condição de cidadãos não entre em choque com os direitos difusos dos demais cidadãos**. Neste sentido, **acabar com uma área verde para a construção de moradias precárias é sim passível de punição por parte da Justiça**. (JAC, 20.15-4/O)

(SD217) Desde o anúncio da reintegração de posse, concedida pela Justiça Federal, **o clima entre os moradores da comunidade Nações Indígenas é de apreensão e tristeza.** (JAC, 24.15-C1/I)

(SD309) **Dentro da área indígena existe rio que hoje um recebe esgoto de várias regiões da cidade** “nós tínhamos esse rio, a gente tomava banho e pescava, e hoje a gente não tem mais. (DDA, 19.16-C3/I)

(SD310) **A energia elétrica consumida pelos índios está fraca devido ao aumento de pessoas que habitam a aldeia,** “a nossa energia vem do Ministério da Agricultura e lá tem um transformador que abastece, **e como atendeu o número de casas está dando queda constantemente**”, frisou a liderança. (DDA, 19.16-C3/I)

Conforme expomos, ao ser inserido na vida urbana, o índio é invisibilizado a ponto de ser designada outra identidade a ele: o mendigo (SD53), (SD85) que vive nas ruas vendendo produtos e pedindo, diferente do sujeito que vive na aldeia, estereotipado em sua versão “selvagem”. Em síntese, temos a identidade do indígena cindida dentro das funções que ele exerce, mas todas elas inseridas em situação de subalternidade. Quando integrados à sociedade, com as mesmas condições dos não indígenas, não são reconhecidos e adquirem uma terceira identidade: a do não indígena.

(SD55) De acordo com a Funai, 95% da população indígena mora nas aldeias. **Sobre os que vivem na cidade como mendigos**, Maria informa que isso acontece por diversos fatores. “Um deles é que vivemos em um Estado democrático de direito, no qual a pessoa tem liberdade de ir e vir. (ATA, 19.15-6/I)

(SD87) **Sobre os que vivem na cidade, como mendigos**, isso acontece por diversos fatores. Um deles é a liberdade de ir e vir, de qualquer cidadão. Os outros motivos são conflitos na aldeia e **a ilusão de melhor vida na cidade**, no entanto **falta preparação para o mercado de trabalho.** (ATA, 19.16-9/I)

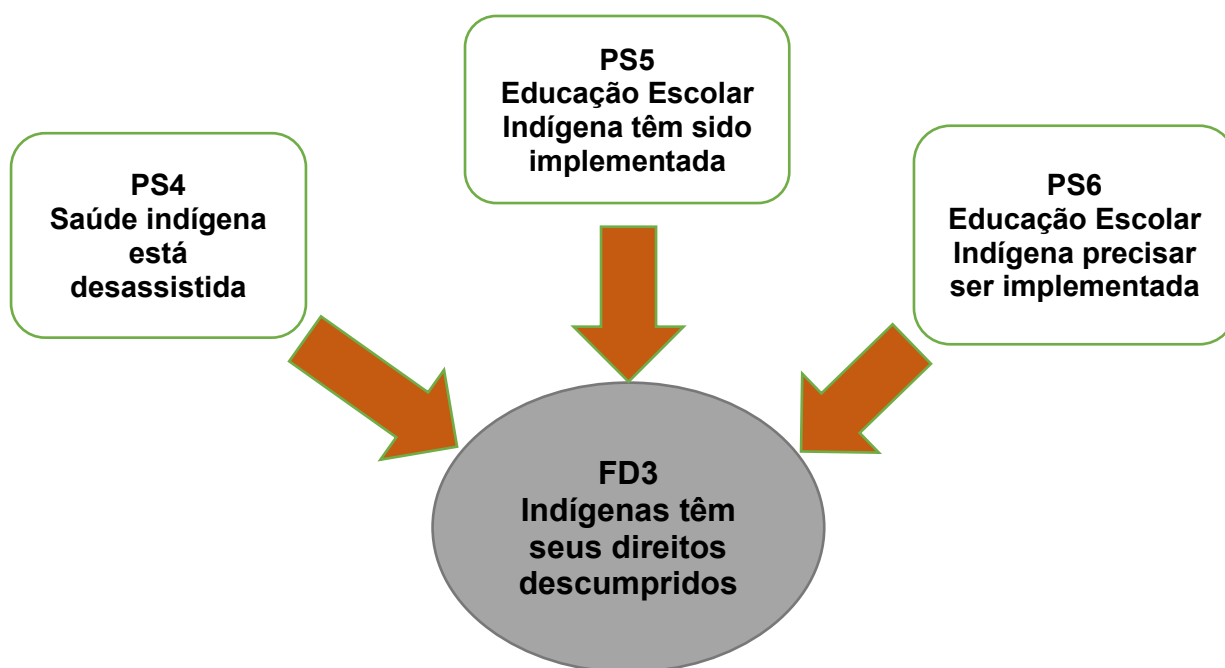
#### 4.2.2 FD2 – INDÍGENAS TÊM SEUS DIREITOS DESCUMPRIDOS

Esta Formação Discursiva é a predominante e é composta por três posições-sujeito que aparecem em 25% das sequências analisadas. Ela reúne sentidos que culpam – diretamente o Poder Público pela falta de ação, descaso com a Saúde, Educação e os indígenas; mostram – também – o quanto estas ações são rotineiras.

O enunciado-síntese *Omissão do Poder Público* reúne sequências discursivas que evidenciam diretamente que a causa das mortes, doenças, falta de infraestrutura é a incompetência do Poder Público. Mencionam os agentes governamentais em geral, tais como governos e congresso, bem como menções a irregularidades,

negligência, desvio de verbas, excesso de burocracias, promessas políticas, falhas gerenciais, atrasos de obras e falta recursos. Na figura 3, atestamos as relações das posições-sujeito com a *FD2 – Indígenas têm seus direitos descumpridos*.

**FIGURA 3. FD2 E SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES-SUJEITO**



Fonte: próprio autor

#### 4.2.2.1 PS4 – Saúde indígena está desassistida

As sequências discursivas reunidas sobre esta posição-sujeito explicam como a saúde indígena é precária pela falta de médicos, medicamentos, transporte e combustível; assistência demorada, péssima infraestrutura física e a imobilidade de governos e do congresso nacional na resolução da melhoria da saúde para os povos indígenas, faltando até mesmo o básico, água. Denunciam mortes ocorridas pela falta de tratamento básico, da gripe severa e doença pulmonar, por exemplo. Outra violência apontada nesta posição-sujeito ocorre pelo apoderamento das terras de direito indígena para atividades ilegais por garimpeiros, madeireiros, entre outros. Decorrente deste contato, doenças acometem os indígenas, como demonstram as SDs a seguir:

(SD3) Awá-guajás recém-contatados estão **gravemente doentes no MA. A índia Jakarewyj contraiu gripe severa e doença pulmonar, após o seu grupo ter sido cercado por madeireiros e contactado em dezembro de**

**2014 por uma comunidade awá assentada;** a saúde da mulher se deteriorou, ela está confusa. (OEM, 21.15-3/I)

(SD5) De acordo com os indígenas assentados, na aldeia onde Jakarewyj e Amakaria – a líder do grupo – estão resistindo, **o marido Jakarewyj e outros parentes haviam morrido na Floresta por causa de gripe.** (OEM, 21.15-3/I)

(SD12) Um dos três índios awáguajá (**tribo mais ameaçada do mundo**) recém-contatados encontra-se **prostrada** por causa de uma **doença grave** que seguiu ao primeiro contato, no noroeste do Maranhão, na área da Amazônia Legal. (OEM, 21.15-3/I)

(SD16) Índios **denunciam situação precária** de abrigo em SL. **Sujeira, falta de água e banheiros sem condições de uso são problemas da Casa da Saúde do índio.** (OEM, 19.16-2/I)

(SD17) De acordo com os relatórios elaborados à época pela Vigilância Sanitária e Departamento de Auditoria do SUS, o principal problema era a **falta de condições sanitárias adequadas ao acolhimento dos pacientes indígenas, dificuldade que persiste,** mesmo com a mudança do local da Casa, desta vez para um imóvel no bairro Olho d' Água. (OEM, 19.16-2/I)

(SD18) O Ministério Público Federal do Maranhão (MPF/MA) propôs uma ação Civil Pública, em 2014, com o pedido de liminar contra a União **devido à falta de condições do imóvel no qual funcionava a então Casa de Saúde do Índio (CASAI), em São Luís. Hoje, anos depois o processo segue em tramitação,** porque, de acordo com o órgão, as mudanças teriam sido implementadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena, não surtiram os efeitos desejados. (OEM, 19.16-2/I)

(SD21) A situação das **condições precárias de higiene** é corroborada pelos usuários da casa. Raimundo Carlos Guajajara, de Grajaú, ressaltou ontem que os **banheiros estão todos “arrebentados”.** **Falta água em alguns dias e há sujeira.** (OEM, 19.16-2/I)

(SD22) Índios denunciam **situação precária de abrigo.** (OEM, 19.16-1/I)

(SD23) A Casa de Saúde do Índio, no Olho d'Água, **tem problemas como sujeira, falta de água e banheiros sem condições de uso.** Hoje, no Dia do Índio, eles **reclamam da falta de condições de acolhimento** no local. (OEM, 19.16-1/I)

(SD59) **A saúde é um problema para os povos indígenas, devido à dificuldade de implementação dos programas nas aldeias.** No programa 'Mais Médicos' por exemplo foram ofertadas duas vagas para os distritos indígenas este, porém nenhuma foi ocupada. (ATA, 19.15-6/I)

(SD82) **Saúde é outro problema enfrentado pelos povos indígenas** do Estado. O servidor da Funai relata que o **sistema de saúde reduzindo e não atuante** tem deixado a desejar. E que a **falta de empenho dos profissionais para resolver pequenos problemas,** aliada a **má gestão** é a **causa de mortes de indígenas.** (ATA, 19.16-9/I)

(SD83) **Há muitos casos de mortes de indígenas por falta de tratamento médico** nas aldeias, segundo Antônio. No Purus, há casos de óbito de jovens índios madija sem motivos conhecidos. (ATA, 19.16-9/I)



(SD177) Elza Xerente, moradora da aldeia Traíra, localizada a 34km de Tocantínia, **reclama da situação e informa a ocorrência de um surto de diarreia entre os moradores por falta de água potável**. (JTO, 19.16-1/I)

(SD178) "**Lá na minha aldeia já está sem água há mais de três meses por falta do óleo do motor do poço artesiano. Médicos ó aparece de vez em quando e também não tem remédio**. Nós que temos que comprar e para quem não tem condição a situação só piora", informou Elza, ressaltando que quando precisam de atendimento vão para Tocantínia e **ainda assim a assistência é demorada**, além da **falta de medicamentos** para atender a todos. Outra situação relatada por Elza é a **falta de transporte** que deveria atendê-los nas emergências. (JTO, 19.16-7/I)

(SD181) "Se o Dsei<sup>71</sup> Tocantins **atendesse todas as demandas com o recurso que vem, a situação seria muito diferente**", disse. (JTO, 19.16-7/I)

(SD242) Eles **cobravam melhorias na infraestrutura**, bem como a **conclusão de obras de um posto de saúde e remédios** nas aldeias em que vivem. (AGC, 20.15-3B/I)

#### 4.2.2.2 PS5 – Educação Escolar Indígena têm sido implementada<sup>72</sup>

A quinta posição-sujeito pertencente à FD2 – *Indígenas têm seus direitos descumpridos* engloba as redes de reiteraões de sentidos referentes à afirmação de que a Educação Escolar Indígena tem sido implementada respeitando a diversidade étnico-culturais e a realidade sociocultural de cada povo da etnia indígena, previsto nos direitos constitucionais indígenas e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>73</sup>. As repetições discursivas realizadas pelos jornais impressos da Amazônia Legal levam ao entendimento que as condições necessárias para realização da Educação Escolar Indígena, como o acesso à escola, recursos humanos, materiais e financeiros estão sendo assegurados. Neste caso, a autonomia indígena também é respeitada

<sup>71</sup> "O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado –, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com o Controle Social. No Brasil, são 34 DSEIs divididos estrategicamente por critérios territoriais e não, necessariamente, por estados, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas. Além dos DSEIs, a estrutura de atendimento conta com postos de saúde, com os Polos base e as Casas de Saúde Indígena (Casais)", (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, s/p). Outras informações em: <<http://portalm.s.saude.gov.br/saude-indigena/saneamento-e-edificacoes/dseis>>.

<sup>72</sup> Em 1991, a Educação Escolar Indígena sai da instância da Funai e passa a ser coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) e das Secretarias Estaduais de Educação.

<sup>73</sup> Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena.

(SD45) Nosso levantamento, com índice e aprovação, desistência, acompanhamento de rendimento, agora **será feito especificamente para os alunos indígenas, para que assim possamos saber em que podemos ajudar esses alunos e construir mais projetos voltados a eles.** (ATA, 21,15-6/l)

(SD131) "Estabeleço nesse projeto um **ordenamento jurídico específico e diferenciado**, sob a coordenação do Ministério da Educação, voltado para a **educação indígena**, que deve ter um calendário próprio e que **beneficie a cultura e a linguagem dos povos indígenas**", frisou. (FBV, 25,26.15-4/l)

(SD132) "Tive o cuidado de apresentar a minuta desse projeto aos **professores indígenas durante a Assembleia**. Eles aprovaram a iniciativa, considerando que **a proposta vem de uma ampla discussão da Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena**", frisou (FBV, 25 26.15-4/l)

(SD140) "Para isso, a instituição desenvolve **ações que incluem** a abertura de cursos e **promoção de seletivos de ingresso específicas para os povos indígenas** de nosso Estado e outras regiões. **Graças a estas políticas**, a UFRR comemora neste 19 de abril o Dia do Índio, **a marca de 1.024 acadêmicos indígenas estudando em 36 cursos de graduação**", informou. (FBV, 19.16-8/l)

(SD142) Naquele ano, criou o Núcleo Insikiran, hoje transformado em Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, **responsável por desenvolver e articular** com professores, comunidades e organizações de Roraima a **formação profissional dos indígenas da região, de modo específico, diferenciado e intercultural**. (FBV, 19.16-8/l)

(SD203) Um esboço do projeto foi lançado em 2013, com 40 páginas e 180 exemplares, **para ser testado e aprovado pela comunidade**. 'Língua e Cultura indígena Umutina no Ensino Fundamental' é destinado a alunos das séries Iniciais das escolas de sua aldeia. (JAC, 19.15-9/l)

Os jornais da AML também mobilizam sentidos a partir de discursos de que não somente o acesso à Educação Escolar Indígena tem sido atendido, como também que os órgãos competentes têm munido as comunidades indígenas de infraestrutura necessária para o ato educacional, com na (SD134) "Lá, ela acompanhou ainda a **construção de nove escolas do ensino infantil e fundamental em vilas e comunidades indígenas**" (FBV, 25,26.15-4/l).

As reiteraões dos jornais acerca da Educação Escolar Indígena ecoam no sentido de que o cumprimento de propiciar educação aos povos indígenas já tem resultados positivos e práticos. Tanto que não somente os povos indígenas são apontados como os beneficiários do processo educacional, quando retornam para atuar em seus territórios ancestrais sejam como professores ou técnicos, como também os não indígenas.

(SD46) Vale destacar, ainda, as duas turmas de graduação em Formação Docente para Indígenas, ofertada no campus Floresta, em Cruzeiro do Sul.

**Ao final do curso foram formados 50 alunos, que hoje atuam diretamente na educação indígena ou em órgãos voltados a essa população.** (ATA, 21.15-6/l)

(SD47) É uma formação específica para indígenas. **Nós vemos os frutos: esses indígenas trabalhando, utilizando os conhecimentos a favor da melhoria de suas condições de vida, atuando nas escolas indígenas.** (ATA, 21.15-6/l)

(SD96) “Acho que o grande papel da universidade e do Insikiran em **oferecer uma Educação Superior aos povos nativos está dando uma resposta equivalente às demandas que os indígenas anteriormente tinham.** Temos observado que **muitos graduados já ocupam espaço** neste contexto, seja como **representantes, gestores ou em lideranças**”, afirmou. (FBV, 20.15-8/l)

(SD98) Jucilene explicou que agora, **com diploma em mãos**, é o momento de **elaborar projetos que contemplem o setor de infraestrutura nas comunidades indígenas.** (FBV, 20.15-8/l)

(SD95) “A princípio só havia esse curso. Ele habilita professores indígenas em três áreas: Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Comunicação e Artes” explicou a professora. Dessa forma, relatou a diretora, “a UFRR **é uma instituição federal brasileira pioneira, que formou a primeira turma exclusivamente de indígenas no País**”. (FBV, 20.15-8/l)

(SD282) Para Concita Sompré, a cerimônia será um momento histórico, mas as consequências do curso serão ainda maiores. “**A licenciatura nos permite entrar na escola e transmitir o nosso conhecimento para as novas gerações.** Com isso **a preservação cultural será inédita**”, resumiu concita. (DPA, 24.15-C7/l)

#### **4.2.2.3 PS6 – Educação Escolar Indígena precisar ser implementada**

Nesta posição-sujeito o discurso sobre a Educação Escolar Indígena é deslocado no sentido oposto à posição-sujeito *Educação Escolar Indígena têm sido implementada*. O interdiscurso faz com que percebamos as Formações Discursivas de forma relacional. Reiteramos aqui as palavras de Orlandi, são “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (1999, p. 43). As Formações Discursivas – portanto – não são homogêneas, e suas fronteiras são fluidas. Para Pêcheux, a Formação Discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois ela é constitutivamente invadida por elementos provenientes de outros lugares. Diz o autor que, “o próprio de toda FD é dissimular, na transparência do sentido que aí se forma (...) o fato de que isso ‘fala sempre’, antes, fora, ou independentemente (...)”, ou seja, são constitutivamente heterogêneas (PÊCHEUX, 1990, p.147).

A heterogeneidade apresentada por Pêcheux se materializa nos discursos das SDs apresentadas a seguir. Na posição, os sentidos são de que a educação escolar

indígena não é cumprida pelo baixo acesso dos indígenas aos cursos superiores e também pela falta de Escolas e professores nas comunidades dos autóctones. Tudo ocasionado pela burocracia dos governos.

(SD93) "Estamos com os recursos de mais de 500 mil reais na conta da Prefeitura, **mas a Funai não autoriza a construção da escola na aérea indígena**. O mais difícil é conseguir os recursos e nós já o temos, **falta só a Funai entender a importância de essa escola ser construída e aumentar a capacidade de atender os alunos da área indígena**", frisou (FBV, 20.15-5/I)

(SD97) "Recentemente, saiu na mídia que a maior parte das escolas estaduais de Roraima estava dentro de terras indígenas. Na verdade, **lá estão os 'nomes'. O prédio mesmo você não vê**. Em geral, **essas 'escolas' são construídas pela própria comunidade e funcionam embaixo de uma mangueira ou num barracão improvisado**", disse. (FBV, 20.15-8/I)

(SD121) Sobre a **falta de professor**, afirmou que Secretaria Estadual de Educação e Desportos (Seed) providenciou o **reforço no quadro profissional em todo o Estado**. Foram lotados 444 professores para o Interior, 306 para a Capital e **353 para área indígena**. Todos esses profissionais foram aprovados em processo seletivo realizado pela Seed", frisou. (FBV, 23.15-7/I)

(SD202) **Só existem duas escolas indígenas no território umutina** e, segundo ele, aprender a língua dependia do interesse individual. **Após a morte do ancião, diz, não há mais idosos que dominem completamente a língua**. E nem todos os jovens a conhecem. (JAC, 19.15-9/I)

(SD283) A partir da colação, **os índios iniciam a campanha paraense pelo reconhecimento da profissão Professor Indígena** e a criação de cursos específicos no Estado e Municípios. (DPA, 24.15-C7/I)

Outro sentido desvelado nessa posição-sujeito tem relação com o conflito pelo direito as vagas específicas para indígenas em cursos superiores nas universidades públicas. As SDs demonstram denúncias como "brancos" têm usufruído do direito dos povos indígenas para ocupar vagas em cursos disputados, como o de medicina. Também é salientada a inércia do poder público em apurar a situação pelos discursos reiterados na semana do Dia do Índio de 2015 e 2016.

(SD111) Como estamos no mês do Índio, **talvez fosse o caso de as autoridades olharem com mais atenção para o verdadeiro descalabro que está sendo a questão de cotas para indígenas na UFRR**, onde pessoas que têm **descendência distante e outros até nenhuma, que nunca moraram sequer numa comunidade**, estão ocupando vagas de **índios legítimos** que sempre moraram nas malocas e provavelmente **jamais terão acesso à universidade** porque as vagas que seriam suas por direito estão **sendo usurpadas**. (FBV, 22.15-9/O)

(SD152) E por falar nisso, na UFRR existem **várias pessoas que nunca botaram os pés numa maloca**, fizeram vestibular em vários estados e não

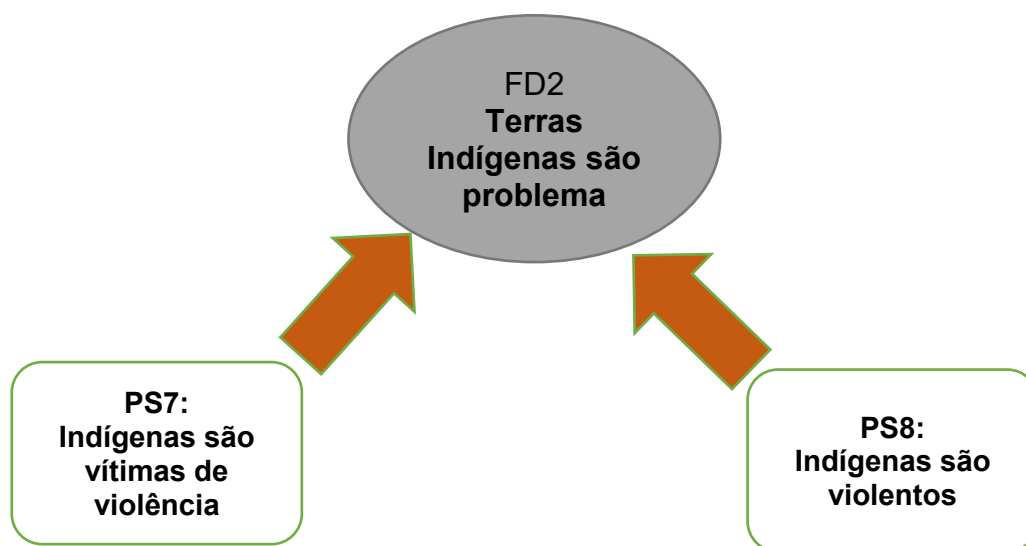
foram aprovados, daí **deram um "jeitinho brasileiro" de entrar na Universidade por meio da cota indígena**, ocupando vagas dos "parentes". (FBV, 20.16-9/O)

(SD153) No curso de medicina, por exemplo, existem pessoas que **não têm nem um pingo de sangue indígena, mas estão lá matriculadas**. Nesse curso, inclusive, há até gente com **RANI falso** (certidão indígena), estudando normalmente sem o menor constrangimento. (FBV, 20.16-9/O)

#### 4.2.3 FD3 – INDÍGENAS SOFREM VIOLÊNCIA E SÃO VIOLENTOS

Nessa segunda formação discursiva, a FD3 – *Indígenas sofrem violência e são violentos* se desdobra em duas posições-sujeito, a *PS7 Indígenas são vítimas de violência*, na qual os indígenas são vítimas de agressão e/ou omissão do poder público (FIGURA 2), e a *PS8 Indígenas são violentos*, espaço no qual alguns jornais evidenciam situações de agressividade dos índios. Nesta visada discursiva, os discursos dos jornais colocam em cena somente os aspectos de uma possível agressividade dos índios, sem abordar as causas da ação, como a defesa dos próprios direitos em vista da ausência de políticas públicas, por exemplo. Em menor escala, abordam a violência sofrida pelos autóctones.

**FIGURA 4. FD3 E SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES-SUJEITO**



Fonte: próprio autor

##### 4.2.3.1 PS7 – Indígenas são vítimas de violência

Com base no funcionamento desta PS, as publicações reiteram sentidos acerca da violência sofrida pelos autóctones na Amazônia Legal. Violência caracterizada não somente pelo meio físico, como também, pela omissão do Estado na garantia dos

direitos destes povos. Essa – evidenciada nas (SD316) e (SD317), nas quais o Amazonas e o próprio órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro, a FUNAI – omitiram-se no dever de proteção, ocasionando a morte de cinco índios dentro do presídio. A reiteração de sentidos nesta posição-sujeito também nos ajuda a verificar o preconceito ainda existente com os povos indígenas quando esses estão nas cidades (SD1), (SD312). Atentamos que os ataques/violência são direcionados também aos órgãos de proteção indigenista (SD291). As agressões ocorrem – inclusive – dentro das próprias terras indígenas, local onde supostamente somente os povos indígenas deveriam viver; entretanto, grupos que exploram clandestinamente minérios, madeiras e outros bens naturais em áreas protegidas se sentem encorajados a enfrentar, de forma violenta, os indígenas e os órgãos de fiscalização na Amazônia.

(SD1) O índio Galdino Pataxó, que foi a Brasília comemorar o Dia do Índio e **foi incendiado vivo** por cinco Jovens de classe média, **morre** em consequência das queimaduras. (OEM, 20.15-4/O)

(SD24) Um deles teve como vítima o índio Isafas Guajajara, da aldeia Juçaral, localizada na **terra indígena Arariboia, em Amarante do Maranhão**. A Polícia Civil acredita ter sido um caso de latrocínio (roubo seguido de morte). Ainda segundo informações da polícia, **o indígena foi morto a facadas** e teve a sua motocicleta, uma Pop 100, vermelha, levada por três criminosos [...]. (OEM, 20.16-5/I)

(SD169) **Ele frisou que sua disposição de lutar se renova cada vez que são divulgados números sobre a violência sofrida pelas comunidades indígenas no país**. Dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apresentados por ele, mostram que **1.591 indígenas foram vitimados pela violência em 2014**. Entre as formas de violência citadas estão **homicídios, ameaças, lesões corporais e abuso de poder**. Para o parlamentar, o relatório é só uma **amostra do que sofrem os índios no Brasil**. (FBV, 22.16-2/I)<sup>74</sup>

<sup>74</sup> Relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de 2017, relata que a realidade dos povos indígenas foi fortemente impactada pela ingerência na política indigenista oficial dos setores anti-indígenas vinculados ao agronegócio; pela interpretação restritiva dos seus direitos territoriais adotada pelo governo com base no Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral de União (AGU); pela tentativa de criminalização de suas lideranças, de antropólogos e de outros aliados, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra); pela limitação dos recursos orçamentários destinados para a Funai (um dos mais baixos dos últimos dezanos); pelo corte de aproximadamente 20% do corpo técnico deste órgão, responsável pela demarcação e proteção dos territórios indígenas. Também cresceu a força política dos setores anti-indígenas nos três Poderes do Estado, criando um ambiente no Congresso Nacional cada vez mais favorável à imposição de um retrocesso em relação aos direitos dos povos indígenas (CIMI, 2017, p. 146).

(SD293) Na região de Humaitá, no Amazonas, a Fundação Nacional do Índio (**Funai**), **ainda contabiliza os prejuízos ocasionados em decorrência do incêndio criminoso na sede da instituição**. (DDA, 21.22.15-A2/I)

(SD317) A apuração revelou ainda a **existência de forte discriminação étnica contra os indígenas por parte dos demais presos**, com o uso de expressões como “índio é para estar na mata”, “índio só sabe andar de canoa”, “índio não tem vez”, e pelo próprio sistema prisional, que desrespeita seus direitos culturais, identitários, religiosos e espirituais. (JAC, 21.17-C6/I)

(SD318) O MPF ouviu diversas testemunhas, entre ex-presos, lideranças indígenas e representantes de entidades e instituições que atuam no sistema penitenciário, **e concluiu haver entre os mortos no massacre um indígena da etnia Baré, três da etnia Miranha e um sem etnia identificada**. (JAC, 21.17-C6/I)

(SD319) O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) processou a União, o Estado do Amazonas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a empresa Umanizzare **pelas mortes violentas de cinco indígenas entre os presos assassinados durante as rebeliões ocorridas em janeiro deste ano**, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj). (JAC, 21.17-C6/I)

(SD320) Por volta das 11 horas da manhã de ontem, 20, moradores do Município de Alto Alegre **encontraram o corpo do indígena Miguel Xirixana, da etnia indígena Xirixana**. (FBV, 21.17-10/I)

A próxima posição-sujeito a ser apresentada também diz respeito à violência; no entanto, mantém um domínio discursivo no sentido oposto ao da anterior, já que enfatiza especialmente os aspectos da violência exercida pelos indígenas.

#### 4.2.3.2 PS8 – Indígenas são violentos

Como tratamos no primeiro capítulo desta tese, o índio foi sendo discursivizado na literatura, filmes e livros como preguiçoso, indolente e violento. Uma comprovação desta memória sobre como os brasileiros não-índios percebem e concebem os povos indígenas foi demonstrada na pesquisa realizada pelo IBOPE, a pedido do Instituto Socioambiental (ISA) em 2000, por ocasião das comemorações dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil” e publicada por Povos Indígenas no Brasil (ISA, 2000). Nela 89% afirmaram que os índios só são violentos com aqueles que invadem as suas terras para tomar-lhes.

Tal rede de paráfrases trabalha o índio como violento contra os “brancos” e autor de desordem, como na SD322. Retomamos aqui uma das diversas memórias discursivas sobre o indígena, o índio violento. Os jornais evidenciam um índio que é capaz de matar por motivos fúteis, conforme evidenciado na SD326, onde até a forma da violência e o entendimento da mesma apresenta o índio como primitivo (SD321).

Outro elemento que notamos nesta posição-sujeito no jornal *A Tribuna*, diz respeito a enfatizar a crueldade indígena, conforme demonstrado na (SD326) “**Como revide**, F.B.S pegou uma faca e feriu a rival no abdome”, assim como na (SD327) “Matou com uma facada **a jovem Luana Carvalho de Souza (26)**”. Nesta última sequência discursiva, a contraposição elaborada no discurso identificando a idade da indígena (46 anos) – portanto uma adulta – a qual tira a vida de uma jovem, uma pessoa que ainda não alcançou seu pleno desenvolvimento e poderia ter longa vida, potencializa o sentido de impiedade da indígena sem contextualizar as causas que levaram o conflito.

A discursivização do jornal *A Gazeta* também valida o interdiscurso “índio violento” na (SD323), “Os Xavantes **chutaram o carro dele e deram pauladas na lataria**”. Além de causar conflito, imputa o índio ao crime de impedir o direito de ir e vir das pessoas, garantidos pela Constituição não identificando no texto a causa do conflito.

Na (SD238) o jornal *A Gazeta* destaca a manifestação de interdição de trechos da BR-070 e dá ênfase à suposta ilegalidade do ato quando utiliza o termo “**até mesmo**”. Também demonstra má intenção e a disposição dos indígenas ao conflito quando destaca na (SD238) e, na (SD239), que eles possuíam armas “**munidos de arco e flecha e outras armas artesanais**”. No caso da (SD258) o advérbio de adversidade “**apesar de**” chama a atenção para o fato dos indígenas estarem armados. A tentativa de incriminar os indígenas e substanciar o caráter da violência ocorre também na (SD239) “A PF orientou os motoristas a usarem o recibo para **registrarem um boletim de ocorrência por extorsão**”, (AGC, 20.15-3B/I). A palavra extorquir tem como significado “ato de obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, **por meio de ameaça ou violência, com a intenção de obter vantagem, recompensa, lucro**”, (FERREIRA, 2010, p.224. *grifo nosso*).

Nesta posição-sujeito, o bloqueio de estradas por indígenas emerge fortemente nos discursos do jornal *A Gazeta de Cuiabá*, tanto que na semana do Dia do Índio de 2015, 2016 e 2017 o assunto era o tema destaque na cobertura sobre os povos indígenas durante todo o período, evidentemente com foco no ato ilegal do bloqueio, da cobrança de valores, e também, pelo uso da violência. As demais SD abaixo ratificam os sentidos explicitados anteriormente.



(SD254) Durante toda segunda-feira **os índios cobravam o pedágio, e o motorista que se negasse a pagar o valor exigido tinha que retornar.** De acordo com a PRF, **os que tentaram furar o bloqueio, chagaram a ser cercados pelos Nambikwaras de maneira intimidadora.** (AGC, 21,22.15-4B/I)

(SD259) Cada trecho teria pelo menos 15 índios bloqueando a passagem. **Apesar de estarem armados com arco e flecha, a PFR informou que não houve tensão.** (AGC, 19.16-1B/I)

(SD319) Quanto ao **motorista agredido**, o caso será levado ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal (PF) que têm prerrogativa para tratar de casos envolvendo indígenas. **“Ele chegou muito assustado ao posto da PRF mas não se feriu”**, comenta o delegado. (AGC, 18.17-3B/I)

(SD322) O caso remete ao episódio em Juína em dezembro de 2015, quando dois amigos **furaram o bloqueio de indígenas da etnia Enawenê-nawê e acabaram sendo mortos.** (AGC, 18.17-3B/I)

(SD326) Na manhã de segunda-feira (17), moradores do bairro São Felipe viram quando **o índio cavava um buraco no fundo do quintal de sua casa**, onde existe um córrego, **e enterrava alguma coisa.** (ATA, 19.17-7/I)

(SD323) Os Xavantes **chutaram o carro dele e deram pauladas na lataria**, de acordo com o chefe da 5ª da Delegacia da PRF, Thiago Machado. (AGC, 18.17-3B/I)

(SD324) Indígenas, da etnia Xavante, fizeram pedágio nesta segunda-feira (17), em mais de um momento do dia, na BR-070, próximo à Primavera do Leste (231 km ao sul de Cuiabá), para marcar a semana do índio. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) **registrou pelo menos um conflito.** (AGC, 18.17-3B/I)

(SD325) **Um índio se apresentou como autor do delito**, afirmando que o feto de produto de um aborto espontâneo de sua esposa. **Na minha aldeia esse tipo de procedimento é normal. Não sabia se era crime, justificou o indígena.** (ATA, 19.17-7/I)

(SD327) Em Sena Madureira, o Corpo de Bombeiros atendeu a uma estranha ocorrência na tarde de segunda-feira, quando **removeu de uma cova rasa** na margem de um córrego no fundo do quintal de uma residência do bairro São Felipe, **o feto advindo de um aborto espontâneo.** Um índio se apresentou como pai do bebê em formação, e **disse ser o responsável pelo sepultamento feito de forma ilegal.** (ATA, 19.17-7/I)

(SD328) **Como revida, F.B.S pegou uma faca e feriu a rival no abdome.** Levada para a emergência do hospital da cidade, ela morreu quando recebia assistência. **A assassina fugiu para a aldeia Camacauã, onde acabou presa horas depois.** (ATA, 19.17-7/I)

(SD329) A polícia de Boca do Acre conseguiu prender na noite desta segunda-feira (17), na Aldeia Camacauã, no Rio Purus, a indígena F.S (46), que, no domingo, quando de uma festa dançante na sede do município, **matou com uma facada a jovem Luana Carvalho de Souza (26).** (ATA, 19.17-7/I)

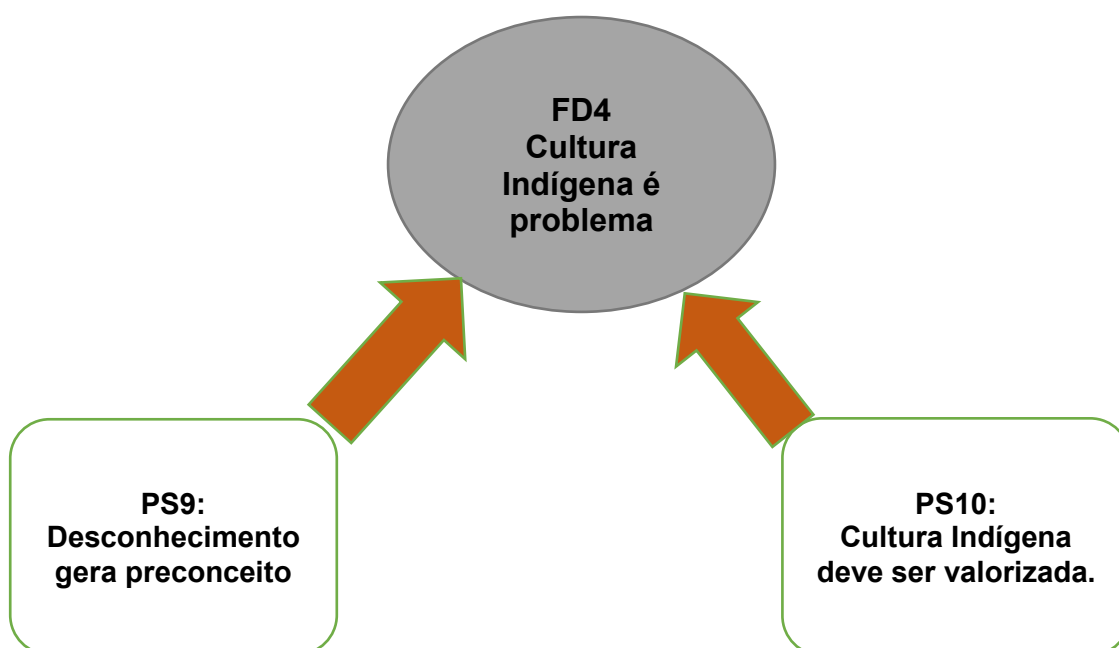
(SD351) Quem não lembra do massacre ocorrido em abril de 2004 na reserva indígena Roosevelt, em Espiã do Oeste, resultando na morte de 29 garimpeiros? **Na época, a matança colocou à tona a verdadeira falta de políticas públicas voltadas aos interesses dos índios Cinta-Larga em Rondônia.** (DDA, 20.17-A2/I)

#### 4.2.4 FD4 – CULTURA INDÍGENA É PROBLEMA

Nossa quarta e última Formação Discursiva *Cultura Indígena é problema* é constituída de duas posições-sujeito, a *PS9 – Desconhecimento gera preconceito*, na qual os jornais evidenciam a construção de sentidos em torno da ideia de que os povos indígenas brasileiros sofrem preconceito pelo desconhecimento das suas culturas; *PS10 – Cultura Indígena deve ser valorizada* na qual o redizer ressoa de efeitos de sentido de que as culturas indígenas devem ser valorizadas e divulgadas aos não indígenas. A forma-sujeito relacionada às duas posições-sujeito anteriores é: “As culturas indígenas são variadas e difíceis de serem entendidas”

No imaginário social brasileiro – também no jornalismo – ainda permanece a figura do índio fossilizado: o mesmo de 1500 no início do Brasil colônia. A imagem abaixo (figura 4) ilustra a relação dessa formação discursiva com suas três posições-sujeito. Posteriormente, analisamos o funcionamento dos discursos a partir das posições inscritas na FD4 – *Cultura Indígena é problema* a partir das sequências exemplares:

FIGURA 5. FD4 E SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES-SUJEITO



Fonte: próprio autor

#### 4.2.4.1 PS9 – Desconhecimento gera preconceito

A SD290 demonstra exemplarmente a falta de desconhecimento sobre cultura e identidade dos indígenas, pois Hall (2006, p.12) nos diz que a noção de originalidade e integralidade identitária deve ser afastada e que não há identidade unificada. Desta forma, ao opor “as flechas e acessórios de pesca indígena” à “ocupação dos espaços na faculdade” produz efeitos de sentido de que os indígenas deixaram o atraso, o primitivismo e buscaram o conhecimento, educação, o futuro. O sentido é discriminatório porque o indígena pode caçar e pescar e também ser estudante. Não são funções excludentes e demonstram tipos de conhecimentos diferentes que podem e fazem parte do paradigma identitário atual dos povos indígenas (ISA, 2018). Outras discriminações também são constatadas na SD127 e SD196:

(SD292) Nas últimas décadas, **os índios trocaram as flechas e acessórios de caça e pesca por livros e passaram a ocupar espaço nas faculdades.** Esse crescimento educacional (e tecnológico também) tem contribuído para a formação dos povos e na defesa das reivindicações perante o poder público na garantia das conquistas na era Getúlio Vargas, esquecidas hoje pela própria sociedade e gestores públicos. (DDA, 21.22.15-A2/O)

(SD48) Para a estudante de Ciências Biológicas, Alana Keline Manchineri, 24, **apesar de muitas melhorias conquistadas, ainda é preciso mais, principalmente no que diz respeito ao preconceito.** “Na graduação, sempre escutamos a pergunta: ‘**Você é índia e está na universidade?**’ **A formação do branco sobre o índio é preconceituosa**”. (ATA, 21.15-6/I)

(SD127) Segundo ele, outro ponto defendido pelas ONGs é a **preservação da cultura dos povos nativos**, pois temem que **após o contato com o mundo moderno, os indígenas esqueçam de suas tradições.** “Os povos isolados, hoje em dia, são poucos. **Os índios, hoje, são médicos, advogados e utilizam nossas tecnologias até mesmo dentro das reservas. Eles têm internet, televisão, eletricidade, máquina de lavar, entre outros**”, argumentou. (FBV, 24.15-7/I)

(SD196) Raahe lembra que, **embora a universidade a tenha acolhido de todas as formas, às vezes sentia certo preconceito** por parte dos estudantes, já que **a maioria não tinha conhecimento da cultura indígena.** “Eles, muitas vezes, **criam um estereótipo do índio. Aprenderam na escola que ser índio é andar pintado com cocares.** Com espaço nas universidades para os indígenas, os demais estudantes puderam receber outro tipo de conhecimento.” (JTO, 19.15-7/I)

Os jornais impressos da AML reforçam o estereótipo do “índio original” como sendo aqueles que “aprenderam na escola que ser índio é andar pintado com cocares” reduzindo 240 povos a uma identidade única. Da mesma forma, reafirmam a identidade do índio genérico, dado que mesmo sendo médicos, advogados entre

outras profissões, fazendo uso de tecnologias e dentro ou fora dos seus territórios ancestrais não deixam de ser indígenas.

Os mesmos sujeitos<sup>75</sup> que – em seus dizeres – reproduzem preconceitos, também os denunciam; a contradição é um elemento constitutivo a toda FD, como aponta Courtine (2016). Neste sentido, apresentamos as SDs que apontam para o reconhecimento de que os povos indígenas sofrem preconceito:

(SD232) “Eu já passei por **situações muito tristes de preconceito** e o objetivo aqui é de mostrar para essas crianças e jovens, que **eles possuem um valor cultural muito grande. Eles tinham, muitas vezes, vergonha de se expor, mas com esse trabalho, hoje, já são mais seguras em se apresentarem como indígenas**”. (JAC, 19.16-CD6/I)

(SD257) Segundo Moiro Ribeiro, indigenista especializada da Funai, **eventos como estes visam diminuir o preconceito. “Apesar da convivência desde a fundação da cidade, a relação entre não indígenas e os Xavantes é marcada por conflitos**. Conviver e conhecer o outro são formas de quebrar a barreira da intolerância e do preconceito e o momento que vivemos hoje no país nos pede **para que possamos aprender a respeitar as diferenças**”, ressalta (AGC, 18.16-1E/I)

(SD313) Vamos prestigiar os povos indígenas e sua sabedoria e ter **menos preconceito**. (FBV, 22.17-11/I)

Dentre os preconceitos discursivizados pelos sujeitos discursivos da AML, a identidade do índio exótico mostra-se presente. As duas sequências discursivas exemplificam este efeito de sentido.

(272) “Achei muito legal eles terem vindo aqui. **Nunca tinha visto um índio de perto**”, animava-se Ana Furtado, 9, que participou do circuito. (DPA, 20.15-A7-I)

(SD279) **As crianças ficaram encantadas com os índios seminus**, e ainda exibindo as pinturas típicas da etnia Kayapó. **Muitos brancos se deixaram pintar** com os desenhos Kaiapó. (DPA, 24.15-C7/I).

#### 4.2.4.2 PS10 – Cultura Indígena deve ser valorizada

Para Luciano (2006, p. 216), na História – via de regra – não aparecem contribuições ou feitos significativos dos povos indígenas à formação da nação brasileira. Isto ocorreu, porque, indígenas sempre foram considerados sem cultura, sem civilização ou qualquer tipo de progresso material. Por esta pesquisa, os jornais

<sup>75</sup> Para efeito desta pesquisa, consideramos como os sujeitos dos discursos os nove jornais impressos da Amazônia Legal.

ofertam dizeres com sentido contrário do das reiteraões interdiscursivas relacionadas aos povos indígenas, demonstradas pelas SDs a seguir:

(SD74) De acordo com Letícia Yawanawá, é importante uma comunicação voltada para os povos indígenas, e que envolva todas as etnias presentes no Acre. “Possuímos tanta coisa boa aqui no estado, e **nossa cultura indígena está inserida nisso de maneira positiva. A comunicação vai mostrar que nós também colaboramos e somos parte desse desenvolvimento, que somos respeitados e valorizados**. Queremos que o Acre e o resto do Brasil conheçam melhor nossa diversidade”, conta. (ATA, 19.16-6/I)

(SD311) A **luta pela manutenção da identidade cultural dos povos indígenas** é uma das principais bandeiras do cacique Aky Abro Kayapó. (DPA, 18.17-5/I)

(SD312) Estamos aqui representando a nossa cultura, **mostrando que estamos mantendo a nossa tradição**. A gente vive na aldeia, fazemos nossa festa com canto. (DPA, 12.17-12/I)

O gesto de leitura permitiu um entendimento sobre a discursivização dos indígenas dos jornais impressos da AML, a qual o funcionamento pode ser identificado por dez posições-sujeito, com variados sentidos sobre a temática indígena. A partir das PS e seus sentidos evidenciados, pôde-se chegar a quatro formações discursivas que representam perspectivas e entendimentos diferentes sobre os povos indígenas naquela região, as quais são: FD1 – *Terras indígenas são problema*; FD2 – *Indígenas sofrem violência e são violentos*; FD3 – *Indígenas têm os seus direitos descumpridos* e FD4 – *Cultura indígena é problema*. Os conteúdos publicados pelos nove jornais da Amazônia Legal possibilitaram o entendimento dos dizeres e seus sentidos sobre os indígenas.

A região possui a maior população e extensão de terras indígenas do país. Além disso, o recorte de tempo pesquisado nos sugeria evidência do tema e a possibilidade de entender o que se diz sobre o indígena na Amazônia Legal, região com características especiais.

A pesquisa se movimenta por um ambiente ainda pouco estudado, ou seja, as conexões entre a Amazônia Legal – espaço territorial ao qual povos indígenas e sua cultura estão intrinsecamente ligados – e sua abordagem jornalística. Em grande medida, a construção do cenário é feita a partir de uma mídia hegemônica, especificamente jornais impressos de cada estado. Trata-se, portanto, de um ambiente desafiador a qualquer discurso, pois apresenta uma diversidade enorme de povos e línguas, isso instala uma disputa de sentidos. Pesquisar o tema também

requer enfrentar outros desafios, pois muitas informações sobre jornais e jornalismo são de difícil acesso ou não estão sistematizadas – há empresas de comunicação com poucos recursos tecnológicos para disponibilizar conteúdos

Além disso, no circuito midiático, o jornalismo ocupa grande importância ao participar de processos sociais distintos e falar sobre eles; por isso, a relevância em investigar quais efeitos de sentido são produzidos e/ou ofertados pelo discurso jornalístico (SCHWAAB, 2007, p. 21). Nessa esteira, Berger e Luckmann (1997) nos dizem que a construção simbólica do mundo ocorre por meio da linguagem, isto é, discursivamente, à medida que as instâncias sociais (como o jornalismo) se institucionalizam ao possuírem a capacidade de produzir discursos.

Os discursos ligados a regularização fundiária, sobretudo os reflexos da colonização, estão presentes com destaque nos jornais dos estados Roraima e Amazonas, pelo motivo em que os conflitos em torno das terras indígenas são recorrentes pela falta de respeito dos não-indígenas ao usufruto dos territórios de direito ancestral pelos nativos, algo que podemos ler nos textos jornalísticos. A memória discursiva sobre o conflito de terras na Raposa Serra do Sol, o qual ganhou a reverberação na mídia nacional julgada no Supremo Tribunal Federal em desfavor a Roraima em 2010.

Pelos efeitos de sentidos mobilizados pelo discurso jornalístico local, entendemos que exista forte empenho do executivo e legislativo federal para que não ocorram mais demarcações de terras de povos indígenas e até mesmo a revisão das já demarcadas. Tanto que os indígenas que têm suas reservas em Roraima e/ou Amazonas foram identificados como não cidadãos destes estados e emblemados como “ladrões” de terras destas unidades da federação. Como nos diz Oliveira Filho (1999, p. 200. p.157), “em regiões com conflitos fundiários, entre brancos e índios, a sociedade local discrimina fortemente estes últimos”.

A questão da terra é fator motivador robusto dos discursos sobre a violência, tanto sofrida como “provocada” pelos indígenas. Quanto às invasões de terras ancestrais, os jornais impressos analisados nos possibilitam efeitos de sentido de que elas são cada vez mais frequentes pela omissão dos estados e governos. Esta questão também está ligada aos discursos sobre a e saúde indígena. O contato interétnico<sup>76</sup> entre indígenas e madeireiros, garimpeiros, grileiros, decorrente das

---

<sup>76</sup> Que se produz entre etnias. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/inter%C3%A9tnico>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

invasões, levam comunidades indígenas inteiras, até mesmo isoladas, a adoecerem. As SD nos possibilitaram identificar efeito cascata decorrente da omissão do poder público e governos: por não fiscalizarem a invasão das terras indígenas se instala conflitos entre indígenas e não-indígenas pela defesa do território gerando violência e até a morte de ambos os lados; além das mortes e violências, ocorrem doenças por causa do contato com os brancos e, após estarem doentes, faltam-lhes tratamento e estrutura de saúde adequados.

Outra posição-sujeito de destaque emerge também discursos já-ditos desde o momento da colonização, o índio violento. Essa memória discursiva se apresentou em maior evidência no jornal *A Gazeta de Cuiabá* (Mato Grosso), sobretudo da intervenção dos indígenas nas estradas no Mato Grosso. Os bloqueios de veículos em estradas no Mato Grosso realizado pelos povos indígenas para reivindicação de melhorias nos acessos as terras de direito ancestral foram destaque na efeméride estudada nos três anos da análise. *A Gazeta de Cuiabá* nos três anos os discursivizou como “agentes de extorsão”, destacou a posse de armas como arco e flecha entre outros armamentos nos momentos das intervenções; contudo, a elucidação sobre motivação para ação de interromper o tráfico nas estradas foi relegada. Comprovamos – também – que a convivência urbana entre indígenas e não indígenas em Mato Grosso tem sido difícil para os indígenas. Lixo despejados em rios dentro de terras indígenas e falta de infraestrutura adequada como água potável, rede de esgoto e iluminação foram enunciados.

Os discursos enunciam efeitos de sentido de que os autóctones residentes na cidade causam incômodo, problemas para os não-brancos pelos seus modos de vida, reforçam o estereótipo do Índio verdadeiro, bárbaro, selvagem: aquele que vive na floresta isolado, com traços de primitividade e que supostamente não deve ter contato com as novas tecnologias, como na SD exemplar:

(SD171) Uma professora recém contratada para atuar numa aldeia indígena da área Waiápi ficou **surpresa com o nível de "modernização" dos nossos primeiros habitantes do Brasil. "Eles tem tablet, celular e tênis de marca, e são muito bem informados"**, diz a educadora. **Boa sorte por lá!** (DAP, 19.16-4/O)

Os problemas da convivência entre indígenas e brancos estiveram – fortemente – presentes nos periódicos *A Crítica* (Amazonas) e *A Tribuna* (Acre). No Amazonas os povos indígenas ressignificados como invasores de terras públicas e no Acre

passaram a ter a condição de mendigos. No *A Crítica*, os efeitos de sentido enunciados foram de que – caso o indígena queira viver na cidade – deve entender e seguir as regras do homem branco: “esses Indígenas precisam entender que na cidade a vida é regida por leis comuns a todos [...]” e “Não se pode é entrar em terras públicas achando que ela não tem dono.” SD210. A difusão de significados que desvalorizam o papel social dos indígenas termina por colocá-los como culturalmente inferiores. A formação do imaginário sobre os povos indígenas perpassa diversos sentidos transmitidos – negativamente – desde a chegada do europeu, através de vários canais de discurso.

Um dos achados da pesquisa que nos chamou a atenção foi a não discursivização dos povos indígenas no jornal *Diário do Amapá* (Amapá) e *O Estado do Maranhão* (Maranhão) em 2017. Nesses periódicos, não localizamos nem mesmo notícias de ações oficiais – por exemplo – tais como o Ministério Público Federal<sup>77</sup>. Cabe ressaltar que em 2016 no jornal *Diário do Amapá* encontramos somente duas notas opinativas sobre os povos indígenas. A constatação nos diz muito, dado que o silêncio também significa (ORLANDI, 1995). Isto permite ao analista do discurso a compreensão de que resposta alguma também é uma resposta; assim sendo, é composta de relações de possibilidades significantes. O silêncio também nos possibilitou entender como a publicação *Diário do Amapá* e *O Estado do Maranhão* discursivizou os povos indígenas no estado; nesta relação dos jornais com a subalternidade, o último não teve voz: foi falado a partir das posições dos jornais hegemônicos e neste caso, o dizer veio pelo silêncio.

Sabemos que os sujeitos discursivos estudados não têm como público-alvo os povos indígenas no Brasil, porque são jornais hegemônicos e seu contrato de leitura<sup>78</sup> não está estabelecido com a minoria étnica em estudo. Em outras palavras, os jornais não falam para os indígenas, mas para o branco, não reconhecem os índios como seu interlocutor. Portanto, não existem alinhamento financeiro, político e ideológico com eles. É comum que os jornais impressos tenham as características anteriores com seu público; sobretudo, no jornal impresso, pelo alto custo de produção diária.

<sup>77</sup>Um dos órgãos públicos nacionais que lutam pelos direitos indígenas regidos pela Constituição Federal.

<sup>78</sup> Segundo Verón (2004, p.218), “todo suporte de imprensa contém seu dispositivo de enunciação: este último pode ser coerente ou incoerente, estável ou instável, adaptado a seus leitores ou mais ou menos inadaptado. No caso da imprensa escrita, denominaremos esse dispositivo de enunciação o contrato de leitura”. Entendemos o conceito “leitura” no sentido de interpretação, de produção de sentidos, da leitura que cada um faz de determinado dispositivo (jornal, revista, programa de TV entre outros).



Nesta perspectiva, a observação de Traquina se faz importante:

O jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas, com exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja, a comparação entre custos e receitas. O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico (TRAQUINA, 2005, p.158).

Em contrapartida, as condições de produção as quais as publicações estão inseridas, em um cenário com a maioria da população e terras indígenas do Brasil pertencentes à região Amazônia Legal, certamente os povos indígenas não deixariam de ser discursivizados. Tanto que as redes parafrásticas identificadas são fundamentadas nas principais temáticas de reivindicação destes povos: a regularização fundiária de terras de direito ancestral, Educação Escolar, Saúde e respeito às culturas destes povos. No entanto, os periódicos o fazem com base em uma perspectiva hegemônica ancorada no interdiscurso do momento da colonização<sup>79</sup> pelos europeus tendo os povos indígenas como etnias fossilizadas. Esses já-ditos emergem em todos os jornais da Amazônia Legal. No caso da questão indígena, o interdiscurso sobre eles está relacionado à noção do indígena enquanto ser primitivo com uma forte carga de preconceito. O reforço desta identidade primitiva e estigmatizada carrega influência de outros meios: como os livros didáticos utilizados na formação escolar que abordam superficialmente temáticas como o “descobrimento do Brasil”, as “invasões estrangeiras”, os “Bandeirantes”; na arte e a literatura brasileira, como exemplo os livros de José de Alencar, que trazem a figura do índio protetor da floresta (indefeso, inocente, frágil); as noções repassadas no ambiente familiar com anulação da participação indígena na formação da identidade brasileira e também as políticas públicas as quais devem atender tanto o cumprimento da legislação vigente como também os órgãos indigenistas (OLIVEIRA FILHO, 1999).

Chama a atenção o conjunto de textos jornalísticos sobre a realização do primeiro júri popular indígena realizado na área indígena Raposa Serra do Sol, no município Uiramutã, ao Norte de Roraima. Pela primeira vez na historicidade brasileira, uma justiça estadual realizou um júri popular composto somente por indígenas para julgar de acordo com suas crenças, costumes e culturas uma tentativa de homicídio envolvendo três índios. O acontecimento ganhou espaço na pauta

<sup>79</sup> Movimento de representação e luta dos povos indígenas desconsideram a palavra *colonização* e consideram *invasão* o termo mais adequado.

jornalística de três publicações, *O Estado do Maranhão* (Maranhão), *Jornal A Crítica* (Amazonas) e *Folha de Boa Vista* (Roraima) e, em nenhuma das publicações, indígenas foram entrevistados. No material analisado, apenas um texto jornalístico trazia a opinião de uma especialista no assunto, uma antropóloga. As universidades e os órgãos indigenistas destes estados têm profissionais capacitados – inclusive indígenas – para opinar sobre os problemas que afligem esta população; no entanto, estes foram raramente procurados para emitir suas opiniões. A constatação de que estudiosos, indigenistas e os próprios povos autóctones carecerem de espaço nos textos jornalísticos reforça a hipótese de que as filiações ideológicas nos sujeitos discursivos operam um dizer que reforça a inexistência de um contrato de leitura entre estes sujeitos do discurso e os povos indígenas.

O discurso jornalístico só existe porque é produto de vários discursos que o estruturam e o elaboram, pois é um discurso de mediação de campos sociais (BERGER, 1998). É a partir desta característica que o Jornalismo produz o seu discurso, com formas enunciativas próprias que lhe confere estatuto de neutralidade e imparcialidade

No esforço de apreender o funcionamento do discurso dos nove jornais impressos da Amazônia Legal, o tom das muitas notas, do pouco destaque nas capas e também da distribuição das notícias nas páginas, entendemos quais lugares são ocupados pelos indígenas. E os discursos sobre os indígenas no período pesquisado nos permitiram entender que cobertura jornalística foi “orientada para o acontecimento” e não “orientada para a problemática” (TRAQUINA, 2012, p. 131). Fala-se da ocupação das terras pelos indígenas, da violência, do não cumprimento dos direitos à Educação Escolar e Saúde, dos bloqueios, das invasões pelos garimpeiros, madeireiros, dentre outros, mas o processo de perda da terra e suas consequências, das mortes ocasionadas pela omissão do poder público, e as transformações sociais que os fatos implicaram aos povos indígenas foram abordados de forma pouco aprofundada, tímida, em sua maioria por meio de notas. Da maneira como os periódicos apresentaram estas temáticas, extingue-se a possibilidade de que o assunto possa adquirir outro significado para o público.

Em nosso estudo, a construção de sentido sobre os povos indígenas da AML se deu pela cena discursiva que conduz o leitor a continuar significando os povos indígenas a uma memória do passado, negativa, pois a enunciação, isto é, a maneira de contar a história, a forma de dizer dos jornais impressos, retomam a interpretações

preconceituosas e estigmatizantes, mesmo para o que é dito na atualidade. Em outras palavras, os periódicos estudados constroem um registro histórico atual com a memória e interdiscurso já-ditos, retroalimentado sentidos negativos sobre os povos indígenas.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESFECHO DE UMA TRAVESSIA**

*Pedimos que nossos espíritos se elevem ao mais sagrado da sabedoria humana e receba a irradiação do amor, da paz e do conhecimento à todas as nossas cabeças indígenas e de outras etnias e povos, transformando todo pensamento discordante, conflituoso em pensamento de paz, que construa a unidade entre todos os seres do planeta Terra.*

**Eliane Potiguara**

Os povos indígenas e suas culturas são diversos, múltiplos em seus rituais, nas formas de contar histórias, de educar, na relação com a família e filhos, nas formas de organizar trabalhos e dividir bens, em suas línguas, crenças e na relação com o meio ambiente. Como demonstramos no capítulo dois, trata-se de uma população com mais de 896 mil pessoas, com aproximadamente 274 línguas pertencentes a diversos troncos linguísticos em todo Brasil. Ao consideramos a região em estudo – a Amazônia Legal – referimo-nos ao território com a maior e mais diversa população indígena do país, são 457 mil nativos de aproximadamente 209 etnias, representando 65,2% dos índios brasileiros com suas próprias línguas.

A partir da perspectiva da AML, os números também impressionam. Considerando sua extensão territorial (5.217.423 km<sup>2</sup>), seria o sétimo maior país do mundo. Ocupa 59% do território nacional distribuído por 775 municípios, 98% das terras indígenas (TI) estão dentro deste território e 86% das etnias indígenas existentes no Brasil vivem na região.

Optamos pela trajetória discursiva para dar conta de nosso objetivo empírico e procuramos – assim – entendê-lo no bojo do discurso jornalístico. O Jornalismo ocupa grande importância dentro dos processos sociais o que é confirmado por Navarro (2003) ao dizer que o lugar de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim o da mídia. História contada pela língua do colonizador, pois foi a palavra escrita, europeia, branca e seus registros visuais que traduziram o “novo mundo” e seus habitantes às sociedades ocidentais. Gregolin (2003) – ao se referir aos meios de comunicação de massa – afirma que elas desempenham papel de mediação entre seus leitores e a realidade, dado que os fatos parecem lógicos e com sentidos únicos, recurso discursivo evidente na mídia de massa. Por esses motivos, investigar os sentidos produzidos pelos discursos jornalísticos é importante.

No desenho teórico-metodológico da investigação, as noções de Formação Discursiva e de Posição-Sujeito surgiram como operadores que permitem ler mais de perto as diferentes situações que envolvem o dizer jornalístico. É partir da FD que

identificamos a manifestação de uma formação ideológica, e é por ela que conseguimos chegar a mais camadas do dizer para além do que a superfície possa sugerir. Dentro de uma FD, identificamos as diferentes Posições-Sujeito estabelecidas, tanto em relações de aliança como de conflito. É por meio delas que conhecemos os lugares ocupados pelos sujeitos (os jornais) no processo discursivo, conforme descrito. Investigamos como o jornalismo impresso da Amazônia Legal construiu discursivamente os povos indígenas. O recorte de tempo foi interessante por termos a possibilidade de entender o que se disse sobre o indígena, em uma região com características especiais, exatamente em um período em que ele estaria em evidência.

A primeira proposição do que seria esta tese, apresentada para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM-UFSM), pretendia investigar as contribuições da Educomunicação no Instituto Insikiran de Educação Superior Indígena<sup>80</sup>, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), para a construção de noções de civismo e participação cidadã entre os indígenas de Boa Vista, a capital de Roraima. Posteriormente, com a entrada no POSCOM, tivemos a oportunidade de aprofundar nos Estudos Culturais, com o recorte da temática indígena, “debruçando-nos” sobre os jornais impressos da AL. Outras proposições também foram igualmente interessantes, como pesquisar como o jornalismo impresso da Amazônia Legal constrói, discursivamente, a Educação Escolar Indígena. A partir de experimentos metodológicos, constatamos que o material informativo para a constituição da amostra da pesquisa seria insuficiente; neste entendimento, ampliamos o foco para os povos indígenas na Amazônia Legal, ainda pelo viés discursivo.

Desde a constituição da república, os indígenas sofrem retrocessos na garantia dos seus direitos constitucionais. A partir de 2014, as regularizações fundiárias quase pararam, e as que ainda acontecem se efetuam muito lentamente; o número de indígenas participantes na Educação Escolar e escolas indígenas diminuíram; o cômputo de mortos por falta de tratamentos de saúde adequados e também pelo aumento da violência a estes povos aumentaram. Além desses fatores, também nos

---

<sup>80</sup>O significado de Insikiran é originário da mitologia dos povos indígenas que habitam o Monte Roraima, sendo para os índios Macuxi, um dos filhos guerreiros de Makunaimî, irmão de Anikê, integrando toda a cosmologia de criação dos indígenas dessa região, segundo a tradição e a cultura desses índios (FREITAS, 2011, p. 605).

chamou especial atenção o movimento dos poderes Executivo e Legislativo federais e estaduais contra os povos indígenas, seja pela falta de prioridade e destinação de verbas em ações para estas pessoas, como também, alterando a legislação vigente para favorecer movimentos contrários aos indígenas, como a bancada ruralista, por exemplo. Os dados são do Instituto Socioambiental (2006, s.p). Esta também foi uma das constatações motivadoras para a escolha da temática e do período para a tese.

Dentro deste cenário que este trabalho se constituiu, situando-se em um ambiente ainda pouco estudado no âmbito do Jornalismo, como é o caso da Amazônia Legal, onde os povos indígenas e sua cultura são intrínsecos ao território. A construção do cenário foi feita a partir do jornalismo hegemônico, especificamente, jornais impressos de cada estado que compõe a região. Trata-se de um ambiente desafiador, pois se apresenta uma diversidade enorme de povos e línguas. Além disso, grande parte dos dados sobre jornalismo ainda não se encontra sistematizada, pois muitas empresas de comunicação ainda não utilizam de forma plena os recursos digitais para dispor seus conteúdos e acervos.

Diante do tamanho e da representatividade destes povos e da Amazônia Legal, nossa hipótese inicial era de que os jornais impressos desta localidade proporcionariam maior espaço discursivo aos povos indígenas e que estes discursos propiciariam o empoderamento, a afirmação, a importância histórica e o conhecimento da diversidade cultural destes povos. Afinal, é a região do país com maior presença dos povos indígenas, seja pela sua cultura seja por seus hábitos e costumes. Possui a cidade brasileira com o maior número de indígenas, São Gabriel da Cachoeira (29.017), guarda também o estado com o maior número de indígenas (17%) proporcional à população total de Roraima (450 mil habitantes). O maior número de etnias está presente nessa região. Os primeiros cursos de educação superior específicos para os povos indígenas foram implementados na AML: o Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima, por exemplo. Pelos números e por serem sociedades de fronteira<sup>81</sup>, estão em constante negociação cultural com os não indígenas estabelecendo novas dinâmicas para os povos envolvidos. Por causa do contato cultural, simbólico, acreditávamos na hipótese desta tese; os resultados, no entanto, levaram-nos a lado oposto.

---

<sup>81</sup> Entendemos fronteiras como espaços de divisão entre pessoas, terras indígenas, estados, países, porque os povos indígenas não reconhecem delimitações geográficas ou políticas, apenas as terras deles. Seja nas cidades ou em áreas rurais muitas etnias vivem juntas nos territórios indígenas.

Os fios puxados para tecer uma rede explicativa sobre como os indígenas foram discursivizados nos jornais impressos foi complexo e diverso, assim como o próprio objeto estudado; por isso não podemos falar em sentido completo, fechado, mas em efeitos de sentido. Pelas posições-sujeito em funcionamento no discurso estudado, compreendemos que as publicações deram visibilidade ao conjunto de direitos conhecido como *a questão indígena*; contudo, isso aconteceu ancorado na atualização de uma memória que ainda evidencia uma visão preconceituosa, estereotipada do indígena, colocando esses povos em lugares de subalternidade, como sujeitos à margem da sociedade, dos direitos civis e até criminosos.

As identidades dos indígenas determinadas pelos colonizadores portugueses ainda estão presentes nos discursos atuais, enquanto as hibridizações identitárias – decorrentes da transformação natural de todo complexo humano e de todas etnias, considerando o contato interétnico – são significadas como falsas. Isso foi demonstrado pelos enunciados que dizem do estranhamento dos brancos ao se depararem com povos indígenas que fazem uso de celulares, tablets, rádios, entre outras tecnologias; quando os indígenas buscam inserção na Educação Escolar, principalmente no Ensino Superior; quando deixam suas terras de direito ancestral para buscar saúde de qualidade nos hospitais e centros de saúde, ou fugindo das suas terras de usufruto exclusivo quando estas são invadidas por garimpeiros, madeireiros e passam a morar em áreas abandonadas nas urbes. Estas ações são traduzidas como perda identitária. A partir disto, surge toda a memória discursiva, todo o interdiscurso estereotipados desde a colonização portuguesa: a do índio fossilizado, a do índio genérico, do índio indolente, do índio violento, do índio verdadeiro, do índio bárbaro, do índio selvagem além de outras tantas.

Os indígenas estiveram presentes em parte do período analisado na pauta dos jornais locais, fato devido às condições de produção discursiva (Dia do Índio; Amazônia Legal). Sua presença nos textos que deram origem ao corpus analisado, porém, foi marcada pelo silêncio, também por poucos espaços concedidos às entidades oficialmente representantes dos indígenas. Em 2017, em dois jornais estudados, nenhum texto jornalístico sobre estes povos foi publicado, mesmo em se tratando da semana em que se comemora nacionalmente o Dia do Índio.

Os povos indígenas não são o público-alvo como leitores para os nove jornais impressos analisados. A presença dos indígenas nessas publicações é apontada somente quando é conflituosa, negativa, estereotipada, quando as etnias indígenas



trazem instabilidade para a ordem urbana. A presença deles nas publicações não se dá pela requisição do repórter, quando é apresentado como fonte, pois eles não se constituem como fonte jornalística usual, mesmo sendo assunto nas publicações, e – concluímos – também não fazem parte do “contrato de leitura” dos jornais.

A terra foi a temática mais abordada pelos jornais analisados. A constatação veio tanto pelo número de SDs do *corpus* discursivo como pela abrangência da temática que perpassa todas as outras formações discursivas. Ao analisarmos os enunciados dos sujeitos discursivos, percebemos que um dos fatos motivadores para os indígenas migrarem para a cidade é a falta de segurança em suas terras; a violência atribuída a estas etnias tem relação com a melhoria e acesso ao seu território; a busca por saúde na urbe está relacionada à falta de um sistema de saúde indígena que possa atendê-los de forma satisfatória em suas comunidades.

Houve predominância do *PS1–Demarcação de terras indígenas é imprescindível*, o que denota que o direito indígena à terra continua sendo uma questão de disputa entre os povos indígenas e não indígenas, uma problemática que remete aos tempos coloniais. Os jornais enfatizaram que a demarcação de novas terras indígenas não está sendo realizada, mas abarcam uma posição-sujeito conflitante ao discursivizar que as homologações/demarcações trarão atraso para as atividades econômicas, que estas terras – em mãos indígenas – são improdutivas e que a garantia deste direito não é eficaz.

Identificamos nos discursos dos jornais um forte movimento de retrocesso aos direitos indígenas, principalmente no que tange a Terra, em especial na figura do Congresso Nacional, alterando a legislação brasileira para dificultar a regularização fundiária de terras de direito originário. Verificamos que o mesmo ocorre no poder Legislativo estadual de alguns estados. A bancada pró-ruralista de deputados em Roraima também se articulava para não haver mais demarcações de terras indígenas no estado, para parar e reverter processos de identificação e homologação.

Outro dos sentidos que emerge na discursivização dos povos ancestrais foi o da omissão do poder público com relação à garantia dos direitos destes povos. Omissão que ocorre em diversas frentes: pela apatia e descaso dos governos com a Saúde, Educação e os indígenas de forma ampla, o que leva muitos nativos à morte. Dentro das causas indicadas nos discursos estão: corrupção, falta de infraestrutura nas escolas e casas de saúde indígenas, de médicos e professores.

A não regularização fundiária das terras de populações ancestrais, a falta de combate à extração ilegal de matérias e à prática do garimpo também são omissões indicadas no dizer dos jornais impressos. Relativamente à violência causada pela ação do índio, a *PS8 – Índios são violentos* tem o maior número de discursos publicizados. Os dizeres nesta posição-sujeito produzem efeitos de sentido que tendem a criminalizar o indígena, trazem a memória do índio selvagem, primitivo, capaz de ferir por motivos fúteis e de ser cruel. Os discursos não se abrem a uma contextualização das causas das ações indígenas, à problemática.

Demonstramos existir um discurso de dar publicidade às ações que ofereçam visibilidade para a Cultura Indígena, como as comemorações ao Dia do Índio em terras indígenas – marcadas pela abundante presença de homens/mulheres públicas – e ao artesanato, por exemplo. A falta de conhecimento sobre os povos indígenas e suas culturas – no entanto – reforçam o preconceito, como no caso dos indígenas que sofrem intolerância nas universidades por terem conseguido acesso ao Ensino Superior, principalmente aqueles que o conseguiram por meio de políticas de ações afirmativas.

Uma das características do discurso jornalístico é sua permeabilidade, porque possibilita que outros discursos possam ser ditos por ele e vice-versa. No período de análise, as reivindicações indígenas estiveram presentes no discurso jornalístico; apesar disso, os jornais fizeram-no de forma preconceituosa reproduzindo arquétipos e estereótipos. Muitas vezes houve a redução de 240 povos a somente uma identidade, como se ser índio fosse somente andar pintado e portando cocares, por exemplo.

Os sujeitos dos discursos na AML também falham pelo pouco aprofundamento na temática, pela falta da diversidade de fontes e por não ouvirem o próprio indígena. Pelo nosso gesto de aproximação do objeto, do total de notícias analisadas, 50% tinham somente uma fonte de informação; 41,6% continham duas fontes; matérias com três fontes de informação alcançaram 5,5% do total; e notícias com mais de três fontes de informação alcançaram apenas 2,77%. Destas 61% foram classificadas como fontes oficiais; 25% são como fontes primárias; 8,3% são fontes independentes e 5,5%, fontes documentais. Observamos um paradoxo: as matérias sobre temáticas indígenas possuem poucos deles como fontes.

Já nos movimentos de leitura inicial da amostra para recorte do corpus discursivo, identificamos textos jornalísticos assinados por assessorias de imprensa,

e outros tendo como fonte apenas uma carta, por exemplo. Metade dos textos analisados no gesto interpretativo primeiro, referido ao início do trabalho, continham somente uma fonte de informação. O número maior de fontes por si só não garante pluralidade, mas neste estudo percebemos que os jornais carecem de número e diversidade. A constatação foi reforçada no gesto de Análise do Discurso, quando identificamos as posições-sujeito articuladas no interior das Formações Discursivas.

Apresentamos igualmente uma cobertura de pouco aprofundamento nas temáticas. Ao tensionarmos os textos publicados, a maior parte deles advém de pequenas notas e em páginas de pouco destaque. Baixo número de textos ganhou posição na capa dos cadernos e menor ainda foi destaque na capa do jornal, local mais valorizado das publicações. Não fosse o desacerto de ter somente uma fonte nos textos publicados, os sujeitos discursivos operaram na maior parte com fontes oficiais.

Tais elementos são reafirmados aqui, pois o Jornalismo participa da construção da realidade social, ofertando pautas e temáticas que fazem parte da vivência cotidiana das sociedades, ingressam na experiência partilhada. Eles produzem efeitos de sentido, símbolos e imagens da cultura, além de gerarem, ao leitor, sentimento de pertencimento à determinada coletividade. Trata-se de um sistema de produção cultural, mas também de um exercício de poder simbólico por meio da própria linguagem e da força de representação da realidade.

O jornal também é espaço privilegiado de materialização da relação interdiscursiva, porque abarca diversas outras identidades discursivas dentro dele, pela sua característica dialógica. Portanto, tem relação direta com os discursos com os quais dialoga, pelos quais interfere e é interferido, inclusive para garantir sua própria identidade como verdadeiro, credível.

Na deontologia do Jornalismo, são valores históricos a isenção e objetividade da informação, além da verdade, o que traz ao campo uma identidade/imagem confiável, mobilizadora de vozes na democracia, do diálogo. Entretanto, pelo prisma discursivo e da linguagem, o ideal de isenção e objetividade pertencentes ao Jornalismo é impossível, porque o sujeito é sempre interpelado pela ideologia. Não obstante, também compreendemos o campo como – ao mesmo tempo – efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas específicas. Por isso, além da inscrição ideológica dos sujeitos na língua, as condições de produção do discurso jornalístico só emergem depois de uma análise da prática jornalística, das

suas relações comerciais e institucionais, o que demonstra a fragilidade da pluralidade prometida no contrato com os leitores.

O campo jornalístico também é entendido como um dos grandes produtores dos temas que abastecem a esfera do debate público e propicia a formação de uma opinião pública qualificada, o que – em uma sociedade civil – são as duas instituições basilares para a construção e o estabelecimento de políticas sociais adequadas. O fato acontece à medida que as pessoas munidas com informação de qualidade passam a pressionar as instâncias – legislativa e executiva – para que tais políticas aconteçam e propiciem que agendas socialmente importantes, como a dos direitos dos indígenas. Este é papel ideal do Jornalismo.

De fato, as pessoas com uma informação de maior qualidade poderiam questionar e contribuir para um debate público sobre uma agenda dos direitos indígenas e o jornalismo – por óbvio – seria um lugar para se contribuir nesse sentido. Contudo, em nossa análise, constatamos que os jornais realizaram uma operação discursiva de encenar um ideal de pluralidade, de preocupação em relação às questões sociais, de reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos que têm direitos, contribuindo para o conhecimento de suas culturas e dando visibilidade as suas reivindicações. Isso não se efetivou quando analisamos o dizer destes jornais, pois esta abordagem não esteve arraigada dentro de nenhuma formação discursiva. Pelas posições-sujeitos encontradas no interior das FDs, percebemos que as causas dos povos indígenas até recebem espaço na publicação; entretendo, encontramos evidências que constata o contrário do encenado ideal.

A falta de conhecimento da sociedade civil sobre os povos indígenas – costumes, tradições e direitos – ocasionada pela pouca e baixa qualidade informacional dos jornais impressos, propicia opinião e debates de baixa qualidade e tem, como consequência mais grave, a inércia política e a desmobilização da sociedade civil.

Verificamos que o discurso jornalístico sobre os povos indígenas na Amazônia Legal contribui pouco para um diálogo mais amplo e diverso sobre as populações indígenas em uma região onde suas culturas, costumes, lendas, hábitos e tradições estão presentes na vida das populações regionais. Esse discurso evita iniciativas de possíveis intervenções sociais pelo desconhecimento/silenciamento da questão e também pouco contribui para o conhecimento das culturas dos povos indígenas; sobretudo em uma região com o maior número de pessoas e terras destes povos. Ou

seja, deve enfrentar muitos desafios para dar conta de um jornalismo plural e qualificado.

Temos – portanto – a resposta para o questionamento inerente deste trabalho: como os povos indígenas foram discursivizados nos jornais impressos da Amazônia Legal? Ao mesmo tempo, acreditamos que o objetivo geral de investigar como o jornalismo impresso da Amazônia Legal constrói – discursivamente – os povos indígenas, articulados aos objetivos específicos, que são: (a) Mapear os efeitos de sentidos que circulam no jornalismo impresso da Amazônia Legal sobre a temática indígena; (b) Compreender como são construídas, discursivamente, as identidades indígenas pelos jornais da Amazônia Legal; (c) Contribuir academicamente para o debate sobre Jornalismo e minorias, sobretudo, os povos indígenas, foram atendidos de modo que os textos – enquanto expressões discursivas – foram decompostos de forma contextual e estrutural.

A pretensão deste trabalho foi contribuir tanto para o campo da Comunicação – em especial o Jornalismo – como para o diálogo acerca dos Direitos Indígenas, que visam ao direito à terra, educação diferenciada e em suas línguas, saúde e ao respeito aos seus costumes, às crenças e tradições.

A menção a fatos cotidianos e a opção de linguagem simples foram propositais para facilitar a compreensão de um espectro maior de leitor que –esperamos – vá além da apreciação acadêmica, atingindo os profissionais jornalistas, professores que contribuíram com a pesquisa e os povos indígenas brasileiros, sobretudo, os da Amazônia Legal.

Assim, pausamos as reflexões conclusivas por causa do tempo da pesquisa e das obrigações que demandam os quatro anos de Doutorado. Pausamos a pesquisa, mas jamais a temática, que é muito maior. Ou seja, a construção e a reflexão acerca da cultura indígena, bem como a situação dos povos indígenas e outras minorias continuam por intermédio de diferentes diálogos e novos elementos histórico-cultural-jornalístico que surgem diariamente. Como todo gesto de leitura, esta tese é marcada pela característica da incompletude, como disse Pêcheux (1995). As análises referem-se às condições sociais, históricas, culturais e jornalísticas da semana do Dia do Índio de 2015, 2016 e 2017; portanto, é provisória, pois os discursos dos jornais impressos continuam a produzir sentidos. De toda forma, esta é a minha leitura sobre o objeto e assumo a responsabilidade por ela. Abrimos espaço para derivações e acreditamos que a produção de sentidos continuará nos leitores, dado que o discurso,

principalmente o Jornalístico, é extremamente poroso, permeável e sem fronteiras estanques. Como destinatários deste meu gesto de leitura, deixem-se ir na direção que ele próprio produz, orienta e dirige. Envolvam-se com ele, sejam alvos dos seus sentidos e respondam às suas interpelações. A pausa interpretativa demarca o respiro do pesquisador e a contribuição na travessia para uma sociedade mais democrática e um Jornalismo mais plural.

## SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Quando se trata de uma análise dos discursos jornalísticos sobre os povos indígenas e os efeitos de sentido produzidos, não podemos encerrar a temática, mas – como afirmamos – apenas abrir possibilidade para novos sentidos, pois os discursos têm muitas facetas e formas. Os discursos e os meios de comunicação de massa, sobretudo, o Jornalismo, estão intimamente ligados, dado que o discurso é o resultado final do seu funcionamento, o principal produto (RODRIGUES, 2015).

A relação entre os povos indígenas brasileiros e o Jornalismo – de fato – serve para estabelecer novos debates, mesmo que, *a priori*, em ambiente acadêmico. O trabalho realizado analisou como os povos indígenas foram discursivizados nos jornais impressos da Amazônia Legal sob um recorte jornalístico na semana em que se comemora o Dia do Índio, de 2015, 2016, 2017. Abrem-se, assim, possibilidades de outras modalidades de pesquisa voltadas – por exemplo – à inserção das notícias de um jornal em cada estado brasileiro e no Distrito Federal. Desta forma se obtêm análises dos discursos jornalísticos sobre os povos indígenas no contexto nacional.

Outra possibilidade seria incluir jornais e/ou meios informativos não hegemônicos em contraponto aos textos jornalísticos publicados pelos jornais hegemônicos. Poderia se optar também por aumentar o período de dias analisados com o mesmo recorte temático desta pesquisa. Nesta perspectiva, poderíamos verificar se os indígenas estariam presentes – discursivamente – nos nove jornais analisados fora da semana em que se comemora o Dia do Índio.

Pesquisas nessa perspectiva, além de manterem sob holofotes científicos a causa dos povos indígenas, dentre outras minorias, poderão revelar com detalhes e aprofundamento como o Jornalismo tem manifestado seus dizeres em relação às minorias sociais, principalmente os indígenas.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Heterogeneidade(s) enunciativas”. In: **O discurso e suas análises**. Cadernos de Estudos Linguísticos, 1990. Campinas, nº. 19, jul./dez. 1990, p.25-42.
- ALTHUSSER, L. Observação sobre uma categoria: “Processo sem sujeito nem fim(s)”. In: **Posições** –1. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Almedina, s.d.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Editions Galilée, 1981.
- BENETTI, M. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, C. P. de; LOPES, M. I. V. de. (Orgs). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**: Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 236-256.
- \_\_\_\_\_. Análise do discurso em jornalismo. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**. v. 1, n. 14, p. 1-11, 2006.
- \_\_\_\_\_. O Jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**. v. 0, n. 15, p. 13-28, 29 maio 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492/964>>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. 1.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1974.
- BERELSON, B. **Contentanalysis in communication research**. GlencoeIll: Free Press, 1952.
- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BERTRAND, C. J. **Deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2a ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://bit.ly/2J4JRrl>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2018,

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://bit.ly/2QrJGeu>>. Acesso em: 20 out. 2018,

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição – PEC 215, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/2RXJikN>>. Acesso em: 13 out. 2018,

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Estatuto do Índio**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRUM, Ceres Karam; JESUS, Suzana Cavalheiro de. “Mito, diversidade cultural e educação: notas sobre a invisibilidade guarani no Rio Grande do Sul e algumas estratégias nativas de superação”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n.44, p. 201-227, 2013.

BRUM, Eliana. “No fim do mundo de Alice Juruna tem PeppaPig”. **El País**, Espanha, 3 abr. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2weOVoe>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**, Brasil, 1500. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2018.

CÂNDIDO, F.; EMMANUEL, X.; SALVADOR, C. **A terra e o semeador**. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução KlaussBrandiniGerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. V. DE. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CASTRO, A. Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: desenvolvimento internacional e impasses brasileiros. **BOCC**. p. 1-19, 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/castro-alexandre-2013-teorias-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.



CHAUÍ, M. **Simulacro e poder**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar– um estudo sobre a experiência portuguesa na América**: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

**COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE - CPI-ACRE**. Povos e Terras Indígenas do Acre. Disponível em: <<http://cpiacre.org.br/povos-e-terras-indigenas/>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

COURTINE, J. J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias** - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som. vol. 1, n.1, p.14-35.

COURTINE, J. J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006. 160p.

COURTINE, J. J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse de discours, à propos de discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**. v. 15, n. 62, p. 9-128, 1981. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726x\\_1981\\_num\\_15\\_62\\_1873](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1981_num_15_62_1873)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2018. 2222 p.

FERREIRA, M. C. L. (Coord). **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre: EDUEFRGS, Instituto de Letras, 2001.

FIGUEIREDO, V. DE S. **Hegemonia e contra-hegemonia nas ordens discursivas sobre a questão indígena no Brasil**: silenciamento e ativismo. 326 p. 2014. BRASÍLIA: Universidade de Brasília, 2014.

FONSECA, R. O. Condições de produção do discurso e formações discursivas: uma proposta de abordagem da práxis discursiva. **Icarahy**. n. 4, p. 1-14, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 551p. (Estudos, 61)

FRANCISCATO, C. E. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 240.

FREITAS, M. A. B. DE. O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, p. 599-615, 2011.

FUNAI. **Cresce número de indígenas que vive em cidades brasileiras**. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2CM3lci>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FUNAI. **Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/docb/registro-administrativo-de-nascimento-de-indigena-rani>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

GADINI, S. L. A produção da cultura no jornalismo contemporâneo: considerações sobre o discurso da informação na construção da identidade. **XXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**, 1999.

GALTUNG, J.; RUGE, M. H. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do congo, Cuba e Chipre em jornais estrangeiros. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2a ed. Lisboa: Veja, 1999.

GANS, H. J. **Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time**. Evanston: Northwestern University Press, 1980. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=bWpFtVJIAD0C&pgis=1>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis Vozes, 2012.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, W. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J. (Orgs). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998. 186 p.

GRANJEIRO, C. R. P. Foucault, Pêcheux e a Formação Discursiva. In: BARONAS, O. R. L. **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva**. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 33-46.

GREGOLIN, M. do R. Formação discursiva, mídia e identidades. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

\_\_\_\_\_. O Acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do Tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95-110.

\_\_\_\_\_. **A Análise do Discurso**: conceitos e aplicações. Alfa. n. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: (ORG.) FREDA INDURSKY; FERREIRA, L.; CRISTINA, M. **A Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007. p. 123-134.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**; com prefácio à edição de 1990. [S.l.]: UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Público 30 anos depois**. p. 1-23, 1990. Disponível em: <<https://goo.gl/zT4QGw>>. Acesso: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lutas pelo reconhecimento no Estado democrático constitucional, In: APPIAH, K. Anthony et al. **Multiculturalismo**. Lisboa, Instituto Paiget, 1998, p.125-164.

HALL, Stuart; CLARKE, John; HALL, JEFFERSON, Tony; ROBERTS, Brian. Subculturas, culturas y clase. In: STUART; JEFFERSON, Tony; et al. **Resistencia a través de rituales** – subculturas juveniles en la Gran Bretaña de la posguerra. Buenos Aires: Observatório de Jóvenes, Comunicación y Medios (Faculdade de Periodismo y Comunicación), 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e história. Lisboa: Veja, 1993

HANGAI, L. A. A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos Estudos em Comunicação. Ação Midiática – **Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. v. 0, n. 3, 28 out. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/28658>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et lacoupuresaussurienne: langue, langage, discours. In: **Langages**, 1971, 6(73):93-106.

HELLER, B.; ALECRIM, W. A Folha de Boa Vista e a desintrusão na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. **Revista FAMECOS**. v. 20, n. 1, 211 p., 23 mai. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12007>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

HENRY, P.; MOSCOVICI, S. Problèmes de l'analyse de contenu. **Langages**. v. 3, n. 11, p. 36-60, 1968. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726x\\_1968\\_num\\_3\\_11\\_2900](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1968_num_3_11_2900)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

**IBGE**. Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf)>. Acesso em: 11 mai. 2017.

**INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL - ISA**. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

**IPEA**. O que é? Amazônia Legal. Disponível em: <<http://goo.gl/XbGDhp>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

JACKS, N. A.; TOALDO, M. M. **Brasil em números**: dados para pesquisas de comunicação e cultura em contextos regionais. Florianópolis: Insular, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2GaZNZa>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 9a ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUCIANO, G. J. DOS S. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, A. R. (Org). **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. **As mudanças nas políticas indigenistas no Brasil**. 6a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARIANI, B. **Colonização Linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas-SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O PCB e a Imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEDEIROS, C. S. de. As condições de produção e o discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n.20, pp.48-55.

MEDITSCH, E. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. **Tempo social** [online]. 1999, vol.11, n.1, pp.197-208.

MIQUELETTI, E. A. **Processos identitários indígenas em dourados**: leitura dos discursos midiáticos e escolares em uma perspectiva semiótica. 2015. 343 p. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

MORETTI, Sérgio L. Amaral. A escola e o desafio da modernidade. **Revista ESPM**. São Paulo, v.6, jan./fev. 1999.

MUNARO, L. F. **Rio de palavras**: a imprensa nas periferias da Amazônia. Porto Alegre: FI, 2017.

**MUSEU RONDON**. Indígenas se mobilizam contra novelas da Globo. Disponível em: <<http://bit.ly/2wtUM9k>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

NAVARRO, P. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. (Orgs). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. O papel da imagem da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 111-124.

**O ESTADO DE SÃO PAULO**. Apresentadora ataca índios durante programa: 'Vão ter que morrer de malária, de tétano, do parto', 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2K9vxuO>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

ONU. **States must actnow to protectin digenous peoples during migration**. Disponível

em:<<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23429&LangID=E>>Acesso em: 15 out 2018.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2ª ed Campinas-SP, Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista – discurso do confronto**: velho e novo mundo. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2008.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. 6.ed.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico.** v. 1, n. 1, p. 73-81, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 3. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1995.

PAIVA, R.; BARBALHO, A. **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 5a ed. Campinas: UNICAMP, 2014.

\_\_\_\_\_. M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995. 317 p.

\_\_\_\_\_. Apresentação da AAD. In: GADET, F., HAK, H. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: UNICAMP, 1995.

PEREIRA, I. M. **Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira.** 2011. 238 p. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49272/000828649.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PEUCER, T. Os Relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 1, n. 2, p. 13-29, 2004.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2.** v. 14, p. 277-294, 2000. Disponível em: <[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS\\_vol2\\_mpinto\\_p277-294.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PRADO, José Luiz Aidar. A construção da realidade em Veja. In: \_\_\_\_\_.  
**Biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2013.

**PRIBERAM**. Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em:  
 <[www.priberam.pt/DLPO/](http://www.priberam.pt/DLPO/)>. Acesso em 20 abr. 2018.

RINGOOT, Roselyne. Porque e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre Jornalismo? **Comunicação e Espaço público**, ano IX, n. 1 e 2, p. 133-139, 2006.

RODRIGUES, A. D. Delimitação, natureza e funções do discurso mediático. PEIXINHO, A. T.; CAMPONEZ, C.; VARGUES, I.; *et all* (Orgs). **20 anos de Jornalismo contra a indiferença**. Lisboa-PT: Editora UC, 2015.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: Senac, 2000.

SCHWAAB, R. T.; ZAMIN, A. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes & Diálogo**. v. 1, n. 13, p. 49-62, 2014.

\_\_\_\_\_, R. T. **Uma ecologia do Jornalismo**: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril. 2011. 1-214 p. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

\_\_\_\_\_, R. T. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em questão**. Porto Alegre: v. 13, n. 1, p. 11–23, 2007.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**. v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em:  
 <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>>. Acesso em: 20 ago. 2017

SILVA, L. M. DA. Jornalismo público: o social como valor-notícia. **Compós**. 2002. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1200.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1200.pdf)>. Acesso: 20 ago. 2017.

SILVA, M. P. DA. **A construção cultural da narrativa noticiosa**: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana. 2013. 243 p. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

SILVA, T. T. da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO (Orgs.) **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 11-14

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, J. P. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 2, n. 1, p. 73-92, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2090>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Elementos do jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

\_\_\_\_\_. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 2, p. 31-47, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. 3a ed. Florianópolis: Insular, 2012. Disponível em: <[http://www.insular.com.br/loja3/product\\_info.php/products\\_id/730](http://www.insular.com.br/loja3/product_info.php/products_id/730)>. Acesso em: 4 jul. 2017.

TRAQUINA, N. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2012.

URQUIZA, M. G. Identidades indígenas na mídia: um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação. 2013. 82 p. ABPEducom, São Paulo, 2013. Disponível em: <[https://issuu.com/abpeducom/docs/ebook\\_-\\_educucomunicacao\\_e\\_diversidad](https://issuu.com/abpeducom/docs/ebook_-_educucomunicacao_e_diversidad)>. Acesso: 20 ago. 2017.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Identidade indígena no Brasil hoje**. Disponível em: <<https://goo.gl/ajBNma>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004



## ANEXO I – SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS RECORTADAS PARA ANÁLISE

### O ESTADO DO MARANHÃO

1. O índio Galdino Pataxó, que foi a Brasília comemorar o Dia do Índio e **foi incendiado vivo** por cinco Jovens de classe média, **morre** em consequência das queimaduras. (OEM, 20.15-4/O)
2. Ontem foi comemorado o Dia do Índio e o Dia do Exército. O primeiro **costuma** ser lembrado nas escolas e o segundo, pelas Forças Armadas. (OEM, 20.15-11/O)
3. Awá-guajás recém-contatados estão **gravemente doentes** no MA. A índia Jakarewyj **contraiu gripe severa** e doença pulmonar, após o seu grupo ter sido **cercado por madeireiros** e contatado em dezembro de 2014 por uma comunidade awá assentada; a **saúde** da mulher **se deteriorou**, ela está confusa (OEM, 21.15-3/I)
4. A Floresta dos Awá foi **invadida por madeireiros, fazendeiros e colonos na década de 1980**, (OEM, 21.15-3/I).
5. De acordo com outros indígenas assentados, na aldeia onde Jakarewyj e Amakaria – a líder do grupo – **estão residindo**, o marido de Jakarewyj e outros parentes haviam **morrido** na floresta **por causa de gripe**. (OEM, 21.15-3/I)
6. Após uma campanha de dois anos da Survival International, o movimento global pelo direito dos povos indígenas e autoridades brasileiras **removeram invasores ilegais** de um dos territórios da **última tribo nômade e sem agricultura do Brasil**, em janeiro de 2014. (OEM, 21.15-3/I)
7. Carlos Travassos, coordenador geral de **Índios Isolados**, da Fundação Nacional do Índio (Funai) destacou na TV Globo: "... o povo awá-guajá estaria no **grau de alta vulnerabilidade**, ou seja, **ameaçado** realmente de um **crime de genocídio**, que está sendo perpetrado por essas **atividades ilícitas**, de exploração de madeira". (OEM, 21.15-3/I)
8. O Estado brasileiro reconhece as terras indígenas awá-guajás há décadas. Mesmo assim, a **extração ilegal** de madeira continua e é objeto **constante das denúncias** de organizações ambientalistas e indigenistas e pelo Ministério Público (MP). (OEM, 21.15-3/I)
9. "Todas as tribos isoladas enfrentam **catástrofe** e a história de Amakaria é prova de que os awá isolados estão **vivendo no fio da navalha**" Stephen Corry, diretor da Survival. (OEM, 21.15-3/I)
10. Das três reservas indígenas, a Caru é a mais **desprotegida**. Em razão disso, **é a que mais tem atraído madeireiros**. (OEM, 21.15-3/I)
11. A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal **condenou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais**

- Renováveis (Ibama)**, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União a instalarem postos de fiscalização para **impedir a extração ilegal de madeira** no interior das três terras indígenas existentes na região (Alto Turiaçu, Awá-Guajá e Caru). (OEM, 21.15-3/I)
12. Um dos três índios awáguajá (**tribo mais ameaçada do mundo**) recém-contatados encontra-se **prostrada** por causa de uma **doença grave** que seguiu ao primeiro contato, no noroeste do Maranhão, na área da Amazônia Legal. (OEM, 21.15-3/I)
13. Foi assim. Na quinta-feira (16/4), a índia **Eliane Guajajára cobrou no Senado: "Dona Dilma, torne-se uma mulher de palavra e cumpra com o que prometeu para os povos indígenas"**. No sábado (18/4), o Planalto anunciou que, na segunda-feira, seriam homologadas três terras indígenas (no AM e no PA). E assim foi feito. (OEM, 22.15-2/I)
14. No século XVII, a população indígena no Maranhão, era composta por aproximadamente 250.000 pessoas, agrupados em cerca de 30 etnias. Hoje, **são apenas 25 mil**, divididos em poucos grupos étnicos. As causas para a diminuição da população são as mais diversas. Vão desde **escravização no período colonial**, as **doenças importadas**, a **miscigenação forçada**, a **imposição de modelos culturais**, até **ausência de políticas públicas** de educação e **preservação** desses povos. (OEM, 23.15-4/I)
15. Debaixo das 18 mil palhas de buriti do Malocão da Homologação, no interior da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o **primeiro júri popular indígenado Brasil absolveu um réu acusado de tentativa de homicídio e condenou o outro réu do processo por lesão corporal leve**. (OEM, 25.15-5/I)
16. Índios **denunciam situação precária** de abrigo em SL. **Sujeira, falta de água e banheiros sem condições de uso são problemas da Casa da Saúde do índio**. (OEM, 19.16-2/I)
17. De acordo com os relatórios elaborados à época pela Vigilância Sanitária e Departamento de Auditoria do SUS, o principal problema era a **falta de condições sanitárias adequadas ao acolhimento dos pacientes indígenas, dificuldade que persiste**, mesmo com a mudança do local da Casa, desta vez para um imóvel no bairro Olho d' Água. (OEM, 19.16-2/I)
18. O Ministério Público Federal do Maranhão (MPF/MA) **propôs uma Ação Civil Pública**, em 2014, com o pedido de liminar contra a União devido **à falta de condições do imóvel no qual funcionava a então Casa de Saúde do Índio (Casai)**, em São Luís. Hoje, **dois anos depois, o processo segue em tramitação**, porque, de acordo com o órgão, as mudanças que teriam sido implementadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), **não surtiram os efeitos desejados**. (OEM, 19.16-2/I)
19. O Estado **denuncia o descaso** com o espaço que abriga os índios na capital

(OEM, 19.16-2/I)

20. No processo, proposto pelo MPF, também foram citadas as **péssimas condições de atendimento** relatadas pelos indígenas, alimentação e estrutura do local. (OEM, 19.16-2/I)
21. A situação das **condições precárias de higiene** é corroborada pelos usuários da casa. Raimundo Carlos Guajajara, de Grajaú, ressaltou ontem que os **banheiros estão todos “arrebentados”**. **Falta água em alguns dias e há sujeira**. (OEM, 19.16-2/I)
22. **Índios denunciam situação precária** de abrigo (OEM, 19.16-1/I)
23. A Casa de Saúde do Índio, no Olho d'Água, **tem problemas como sujeira, falta de água e banheiros sem condições de uso**. Hoje, no Dia do Índio, eles **reclamam da falta de condições de acolhimento** no local. (OEM, 19.16-1/I)
24. Um deles teve como **vítima** o índio Isaías Guajajara, da aldeia Juçaral, localizada na terra indígena Arariboia, em Amarante do Maranhão. A Polícia Civil acredita ter sido um caso de latrocínio (roubo seguido de morte). Ainda segundo informações da polícia, **o indígena foi morto a facadas** e teve a sua motocicleta, uma Pop I 00, vermelha, levada por três criminosos quando transitava pelo bairro industrial, naquela cidade. (OEM, 20.16-5/I)
25. O índio ainda foi levado para o hospital da cidade, mas **chegou sem vida**. (OEM, 20.16-5/I)

## A TRIBUNA DO ACRÉ

26. O maior convênio será com o Ayopene, a cooperativa dos índios Ashaninkas e o dinheiro, R\$ 920 mil, servirá para **ampliar o projeto de multiplicação e manejo de sementes** de espécies florestais, um **trabalho espetacular** realizado na região (ATA, 15.16-2/O)
27. Para o colega senador do PT do Tocantins, Jorge Viana promoveu um **grande avanço ao reconhecer os direitos dos povos indígenas**, das comunidades tradicionais, quilombolas e agricultura familiar (ATA, 24.15-2/O)
28. A PEC **condenada pelo deputado** do PSB transfere para o Congresso Nacional a incumbência da demarcação das terras indígenas no país que atualmente pertence à União. Para Messias, se aprovada, a PEC 215 poderá representar uma **séria ameaça** aos povos indígenas (ATA, 21.15-2/O)
29. Em sua página no Facebook, o senador fez um **balanço da realidade indígena** do Acre. Segundo ele, existem no Estado 36 terras indígenas, 186 aldeias e

mais de 16,5 mil índios, que representam 2% da população do Acre e 6% da população rural do Estado. **(ATA, 21.15-2/O)**

30. Além disso são 15 povos conhecidos e três isolados. “Lamentavelmente, a **pressão por exploração de madeira e petróleo**, no lado peruano, **põe em risco** esses índios não contactados, porque **eles não reconhecem fronteiras, eles não sabem onde começa o Brasil** e onde terminam os países Bolívia e Peru” assinalou. **(ATA, 21.15-2/O)**
31. No Dia do Índio comemorado no Domingo, 19, **a mais ampla manifestação** na bancada federal do Acre partiu do deputado federal César Messias (PSB), que **condenou de forma veemente** a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. **(ATA, 21.15-2/O)**
32. A PEC condenada pelo deputado do PSB transfere para o Congresso Nacional a incumbência de demarcação das terras indígenas no país que atualmente pertence à união. Para Messias, se aprovada, a PEC 215 poderá representar uma **séria ameaça** aos povos indígenas. **(ATA, 21.15-2/O)**
33. Durante solenidades de entrega de equipamentos agrícola para as comunidades indígenas em Feijó, César Messias declarou que **votará contra a PEC**, assim como a bancada de seu partido, que se organiza na Câmara e no Senado **para barrar a medida, evitando sua aprovação**. **(ATA, 21.15-2/O)**
34. O Senador Jorge Viana (PT-AC), por sua vez, homenageou o Dia do Índio ao fazer referência especial aos Índios Isolados, que **vivem na Floresta, longe de tudo isso que conhecemos da vida moderna**. “**Vivem somente daquilo que a Floresta lhes proporciona**”, assinalou o senador. **(ATA, 21.15-2/O)**
35. Em sua página no Facebook, o senador fez um balanço da realidade indígena do Acre. Segundo ele, existem no Estado 36 terras indígenas, 186 aldeias e mais de 16,5 mil índios, que representam 2% da população do Acre e 6% da população rural do Estado. **(ATA, 21.15-2/O)**
36. Além disso, são 15 povos conhecidos e três povos isolados. **Lamentavelmente, a pressão por exploração de madeira e petróleo**, no lado peruano, **põe em risco esses índios não conectados**, porque eles não conhecem fronteiras, eles não sabem onde começa o Brasil e onde terminam os países da Bolívia e Peru, assinalou. **(ATA, 21.15-2/O)**
37. A ação faz parte do cronograma de disciplina da escola Senac com o objetivo de proporcionar aos 26 alunos a prática da disciplina bem como **atender a população indígena em alusão ao dia do Índio comemorado neste 19 de Abril**. **(ATA, 21.15-6/I)**
38. Cerca de 150 indígenas de várias etnias receberam **cortes de cabelos ao estilo peculiar de cada um, não deixando de preservar a cultura e seu modo tradicional**. **(ATA, 21.15-6/I)**

39. Júlio Kaxinawá, morador da aldeia Parowá, localizada as margens do rio Envira no município de Feijó, está de passagem na instituição e foi um dos que recebeu atendimento. “Eu e meus parentes gostamos muito desse atendimento que recebemos porque **eles respeitaram como a gente gosta do jeito do nosso cabelo respeitando nossa tradição, nossa cultura**. Quero agradecer a direção da CASAI e ao Senac”, destaca.  
(ATA, 21.15-6/I)
40. Dia do Índio, comemorado nesse domingo, 19 de abril, a Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEX), da Universidade Federal do Acre (UFAC), **reafirma seu compromisso com a luta dos povos indígenas pela promoção da igualdade de direitos**. (ATA, 21.15-6/I)
41. Na Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária (DACIC), da Proex, é desenvolvido um trabalho de palestras e oficinas **focado nos direitos humanos das mulheres**, que inclui a **questão das mulheres indígenas. Nas oficinas são tratadas todas as formas de violência de gênero, o machismo e a necessidade de eliminá-los**. (ATA, 21.15-6/I)
42. Sabemos que **as mulheres são sempre as primeiras vítimas de todas as mazelas de nossa sociedade**, historicamente **oprimidas dentro de nossa sociedade patriarcal**. (ATA, 21.15-6/I)
43. Porém, **as mulheres negras e indígenas sofrem ainda mais preconceito e violência**, por isso essa temática tem um destaque especial em nossas palestras.” (ATA, 21.15-6/I)
44. Além disso, na agenda cultura da Dacic, para os próximos meses, **visa-se a um maior enfoque na cultura indígena**, com exposições da sua arte e apresentações culturais. É importante **que os indígenas tomem posse do espaço da UFAC, que sua cultura, que é raiz de todo Acre, seja valorizada**. (ATA, 21.15-6/I)
45. Nosso levantamento, com índice de aprovação, desistência, acompanhamento de rendimento, agora **será feito especificamente para os alunos indígenas**, para que assim **possamos saber em que podemos ajudar esses alunos e construir mais projetos voltados a eles**.  
(ATA, 21.15-6/I)
46. Vale destacar, ainda, as duas turmas de graduação em Formação Docente para Indígenas, ofertada no campus Floresta, em Cruzeiro do Sul. Ao final do curso foram formados 50 alunos, **que hoje atuam diretamente na educação indígena ou em órgãos voltados a essa população**.  
(ATA, 21.15-6/I)

47. É uma formação específica para indígenas. **Nós vemos os frutos: esses indígenas trabalhando, utilizando os conhecimentos a favor da melhoria de suas condições de vida**, atuando nas escolas indígenas. (ATA, 21.15-6/I)
48. Para a estudante de Ciências Biológicas, Alana Keline Manchineri, 24, **apesar de muitas melhorias conquistadas, ainda é preciso mais, principalmente no que diz respeito ao preconceito**. “Na graduação, sempre escutamos a pergunta: ‘Você é índia e está na universidade?’ **A formação do branco sobre o índio é preconceituosa**”. (ATA, 21.15-6/I)
49. Hoje é o Dia do Índio e pelo menos **no Acre eles têm muito a comemorar**, já que se tornam, a cada dia, **protagonistas de sua própria história e de suas conquistas**. Mas o Estado e o país ainda têm uma dívida muito grande com as comunidades indígenas. (ATA, 19.15-2/O)
50. Por isso o **governo do Estado investe nas comunidades indígenas, oferecendo implementos agrícolas, apoio à produção e assistência técnica**. Esse é o caminho. (ATA, 19.15-2/O)
51. **Sem a inocência de antigamente e tomado pelas cifras de reais e dólares**, o Dia do Índio continua sendo celebrado ao longo desta semana. **O glamour dos pequeninos estudantes com cocar de cartolina na cabeça passou – já era**. (ATA, 19.15-2/O)
52. Com o feriado de terça, os deputados farão apenas duas sessões esta semana. Na verdade, uma, porque na quinta, a pedido do deputado estadual Jenilson Leite (PCdoB), **a sessão será solene, em homenagem aos índios**. (ATA, 19.15-2/O)
53. No dia do Índio, comemorado neste domingo, 19, **o que os povos indígenas tem a comemorar é a resistência**. (ATA, 19.15-6/I)
54. **Temos que comemorar a resistência de existir em um país que não aceita, que renega a existência da diversidade dos povos indígenas**, e apesar de tudo isso continuamos existindo. (ATA, 19.15-6/I)
55. De acordo com a Funai, 95% da população indígena mora nas aldeias. **Sobre os que vivem na cidade como mendigos**, Maria informa que isso acontece por diversos fatores. “Um deles é que vivemos em um Estado democrático de direito, no qual a pessoa tem liberdade de ir e vir. (ATA, 19.15-6/I)
56. Os outros motivos segundo a coordenadora são conflitos na aldeia e **a ilusão de melhor vida na cidade**. Os indígenas são iludidos pelo que a cidade

oferece, mas vêm sem preparação para o mercado de trabalho. A maioria dessas pessoas são aposentadas que já viveram muito tempo na aldeia, que não têm vitalidade e saúde para viverem na aldeia e outra coisa é a curiosidade. (ATA, 19.15-6/I)

**57. A regularização fundiária é o maior problema enfrentado pelos indígenas no Brasil. A demarcação das terras indígenas é um grande problema, porque sem terra, o indígena fica em situação de insegurança cultural, material e alimentar. Para os povos indígenas a vida está totalmente relacionada ao território. (ATA, 19.15-6/I)**

**58. No Acre, há pequenas invasões nos territórios indígenas, de pessoas que entram para caçar, pescar e retirar madeiras. Mas, no Estado o problema não é tão grande quando em outras regiões. (ATA, 19.15-6/I)**

**59. A saúde é um problema para os povos indígenas, devido à dificuldade de implementação dos programas nas aldeias. No programa 'Mais Médicos' por exemplo, foram ofertadas duas vagas para os distritos indígenas este ano, porém nenhuma foi ocupada. (ATA, 19.15-6/I)**

**60. Não é qualquer profissional que quer ir trabalhar nos Distritos Indígenas. Os motivos são as peculiaridades, de se trabalhar na saúde indígena e o fato de se deslocar até a aldeia. (ATA, 19.15-6/I)**

**61. A Assembleia Legislativa mostrou que está em sintonia com os valores do Estado e realizou ontem cerimônia de homenagem à população indígena do Acre, às etnias. Uma iniciativa louvável, justa e necessária. (ATA, 20.16-2/O)**

**62. Ney Amorim saudou as lideranças e destacou a importância da data para os povos indígenas. (ATA, 20.16-4/I)**

**63. "É uma honra para nós recebermos várias entidades representativas dos povos indígenas. Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo. Gostaria de dar um testemunho que o governador Tião Viana é o governador que mais apoiou os povos indígenas. O sentimento desta Casa é sempre de acolhê-los e recebê-los. Que possamos estar pensando cada vez mais na inclusão e melhoramento da vida dos povos indígenas", pontua o parlamentar. (ATA, 20.16-4/I).**

**64. O Parlamentar colocou o mandato à disposição e sugeriu a realização de uma audiência pública para debater os assuntos da causa indígena.**

**65. O assessor especial de assuntos indígenas do governo do Acre, Zezinho Kaxinawá, ressaltou a data afirmando que o governo do Acre tem se empenhado para apoiar os povos indígenas. "Neste momento estamos tendo várias comemorações em Feijó, Tarauacá e Jordão, isso demonstra o fortalecimento do governo do Estado no apoio às causas indígenas", discorreu. (ATA, 20.16-4/I).**

66. Já o representante dos povos Apurinã, **Antonio Apurinã**, pediu o **cumprimento da legislação indígena que vem sendo desrespeitada na maioria das terras indígenas com a invasão de madeireiros e mineradores, além do avanço a pecuária sobre essas comunidades de todo o país. (ATA, 20.16-4/I).**
67. “Temos um número considerável de leis que garantem os nossos direitos, mas parece que a ambição é maior e aí não se valoriza o que está previsto na Constituição. **Nos últimos tempos muitos recursos foram terceirizados aos povos indígenas ficando pedindo esmolas**”, lembra. **(ATA, 20.16-4/I)**
68. A Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) **recebeu**, nesta terça-feira (19), diversas **lideranças indígenas para discutir políticas públicas** voltadas para os **povos da floresta na data em que se comemora** o Dia Nacional do Índio. **(ATA, 20.16-4/I).**
69. O **pedido para receber os indígenas** partiu do deputado Jenilson Leite (PCdoB) e foi acatado pelo presidente do parlamento acreano, deputado Ney Amorim (PT)
70. “**Não há porque comemorar nessa situação**”, diz o servidor da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Antonio Apurinã, sobre o Dia do Índio que é celebrado hoje, 19. De acordo com ele, em entrevista na manhã de segunda-feira, 18, **tudo que se tem feito pelos indígenas é pouco**, e considera que o poder público pode **fazer muito mais para ajudá-los. (ATA, 19.16-1/I)**
71. **Mulheres** da representação **indígena** se reuniram com a Secretaria de Estado de Comunicação (Secom), a fim de **abrir diálogo para desenvolver e promover projetos voltados à área para os povos indígenas.**
72. A reunião contou com a presença da **primeira mulher indígena do conselho curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, Letícia Yawanawa, e das representantes da Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (Sitoakore), Priscina HuniKuín e Waldemira Kaxinawá.
73. Na ocasião, o órgão gestor propôs a **realização de uma Oficina de Comunicação e Radiodifusão para a comunidade indígena**, que deve ser realizada ainda no primeiro semestre de 2016. O curso deve **reunir cerca de 20 indígenas de todo o estado. (ATA, 19.16-6/I)**
74. De acordo com Letícia Yawanawá, é importante uma comunicação voltada para os povos indígenas, e que envolva todas as etnias presentes no Acre. “Possuímos tanta **coisa boa** aqui no estado, e nossa **cultura indígena** está inserida nisso de **maneira positiva. A comunicação vai mostrar que nós também colaboramos e somos parte desse desenvolvimento, que somos respeitados e valorizados.** Queremos que o Acre e o resto do Brasil conheçam melhor nossa **diversidade**”, conta. **(ATA, 19.16-6/I)**



75. O governo do Estado **desenvolve diversas ações que beneficiam os povos indígenas**. Na produção rural, por exemplo, o Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica (Proser) irá fornecer assistência técnica e financeira para **melhorar a produtividade agroflorestal e as condições dos modos de vida dessas comunidades do Acre**.  
(ATA, 19.16-6/I)
76. Os Yawanawá, da Aldeia Nova Esperança, por exemplo, **foram contemplados com 100 mil pés de açaí prontos para serem plantados, o que torna a aldeia dona do maior plantio da fruta de que se tem conhecimento**. (ATA, 19.16-6/I)
77. Outra ação do governo é o **fomento aos tradicionais eventos** realizados anualmente, como os festivais Yawa e Mariri, que **fortalecem a cultura desse povo**, além de **aquecerem o turismo local**.
78. **Conflitos de terra e a saúde são os maiores problemas** enfrentados pelos povos indígenas, segundo Apurinã. A demarcação das terras indígenas é um grande problema, porque **sem terra indígena fica em situação de insegurança cultural, material e alimentar**. (ATA, 19.16-9/I)
79. No Acre, há pequenas **invasões nos territórios indígenas**, de pessoas que entram para caçar, pescar e retirar madeiras, conforme a Funai. Mas, no Estado **o problema não é tão grande** quanto em outras regiões. (ATA, 19.16-9/I)
80. Ainda assim, Apurinã diz que a **falta da regularização latifundiária** está causando muitos problemas nos últimos anos, para os indígenas no Estado do Acre. A defasagem no número de servidores da Funai e também de recursos financeiros, contribui para que o órgão não realize estudos das **terras em conflito** para buscar **soluções para os impasses**.  
(ATA, 19.16-9/I)
81. **Terras indígenas** em Sena Madureira, Feijó e Cruzeiro do Sul **precisam com urgência de regularização**. “Quanto maior a demora desta solução, mais conflitos de terra vão ocorrer”, afirma Apurinã. Assim, **cresce a violência dentro do campo** e coloca vidas em risco. O que ocorre por **demora dos órgãos do Governo Federal em regularizar estas áreas**.  
(ATA, 19.16-9/I)
82. **Saúde é outro problema enfrentado pelos povos indígenas** do Estado. O servidor da Funai relata que o **sistema de saúde reduzindo e não atuante** tem deixado a desejar. E que a **falta de empenho dos profissionais para resolver pequenos problemas**, aliada a **má gestão é a causa de mortes de indígenas**. (ATA, 19.16-9/I)

83. Há muitos casos de mortes de indígenas por falta de tratamento médico nas aldeias, segundo Antônio. No Purus, há casos de óbito de jovens índios madija sem motivos conhecidos. (ATA, 19.16-9/I)
84. Segundo Apurinã, os **problemas** apresentados acima serão apresentados aos parlamentares, para que **fiquem cientes da situação dos povos indígenas no Acre e tome alguma atitude.** (ATA, 19.16-9/I)
85. Para celebrar a data, em Rio Branco, a casa de apoio à Saúde Indígena (CASAI) distribuirá lanches e almoço diferenciado durante o dia, além de picolés e outros aperitivos aos indígenas presentes no local. (ATA, 19.16-9/I)
86. O local também será ornamentado, para a realização gincana para as crianças e de **apresentações culturais dos povos indígenas, como músicas e danças.** (ATA, 19.16-9/I)
87. Sobre os que **vivem na cidade, como mendigos**, isso acontece por diversos fatores. Um deles é a liberdade de ir e vir, de qualquer cidadão. Os outros motivos são conflitos na aldeia e a **ilusão de melhor vida na cidade**, no entanto **falta preparação para o mercado de trabalho.** (ATA, 19.16-9/I)

#### JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

88. Para o coordenador do CIR, Mário Nicacio, que é da etnia Wapichana, o **reconhecimento** acerca das **batalhas travadas pelos povos indígenas em Roraima** é tão importante quanto à data. "A gente considera que todo dia é dia do índio. Então, para nós, é um significado muito importante ter o nosso dia. Vemos que algumas escolas e universidades não indígenas estudam mais sobre os índios, **reconhecendo as batalhas políticas, econômicas e sociais que enfrentamos aqui em Roraima**", disse. (FBV, 18,19.15-7/I)
89. Ele citou a **conquista dos direitos dos povos indígenas**, lembrado desde quinta-feira passada, com o festejo do 10º ano de **homologação da comunidade Tabá Lascada**, localizada no Município do Cantá, Centro Leste do Estado. "**Estamos travando várias batalhas para conquistar os direitos do nosso povo**, e contamos com a sociedade como um todo nessa **luta**", destacou (FBV, 18,19.15-7/I)
90. Cerca de 10 milhões de hectares são ocupados por povos indígenas, **46% das terras do Estado. Os índios são grandes produtores.** Os povos WaiWai, por exemplo são os **maiores produtores de castanha do Brasil.** Os índios também são os **maiores produtores de melancia** e os **primeiros produtores organizados no campo da pecuária**, com **65 mil cabeças distribuídas nas regiões de serras e lavrados.** (FBV, 18,19.15-7/I)
91. As pessoas que participaram do encontro em Campo Alegre puderam constatar o que há de **mais inusitado e agradável** em termos de **comidas típicas** e de

- produtos artesanais**, além de produtos agrícolas produzidos na comunidade. Lá, meninos e meninas trabalham na confecção de redes, as **mulheres são exímias tecedoras de cestas e de outros produtos em palha de buriti**. (FBV, 18,19.15-7/I)
92. "As **crianças representam o futuro da comunidade**, mas esse futuro só existirá se tiver suas raízes protegidas hoje, e foi o que acabamos de ver aqui", disse Lima. Para ele, a prefeita Teresa Surita, ao **prestar apoio às comunidades indígenas**, trabalha com a perspectiva de concretizar esse futuro. (FBV, 18,19.15-7/I)
93. "Estamos com os recursos de mais de 500 mil reais na conta da Prefeitura, **mas a Funai não autoriza a construção da escola na aérea indígena**. O mais difícil é conseguir os recursos e nós já o temos, **falta só a Funai entender a importância de essa escola ser construída e aumentar a capacidade de atender os alunos da área indígena**", frisou (FBV, 20.15-5/I)
94. A diretora do Instituto, Ise de Goreth Silva, explicou que o Insikiran **oferece cursos diferenciados para a Educação Superior indígena**. "Ele é importante, **pois atende à demanda dos povos para uma política de acesso e permanência no ensino superior**. A UFRR, através do Insikiran, **contempla a educação que é de direito de todos**, inclusive destes povos", disse. (FBV, 20.15-8/I)
95. "A princípio só havia esse curso. Ele habilita professores indígenas em três áreas: Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Comunicação e Artes" explicou a professora. Dessa forma, relatou a diretora, "a UFRR **é uma instituição federal brasileira pioneira, que formou a primeira turma exclusivamente de indígenas no País**". (FBV, 20.15-8/I)
96. "Acho que o **grande papel da universidade e do Insikiran em oferecer uma Educação Superior aos povos nativos está dando uma resposta equivalente às demandas que os indígenas anteriormente tinham**. Temos observado que **muitos graduados já ocupam espaço** neste contexto, seja **como representantes, gestores ou em lideranças**", afirmou. (FBV, 20.15-8/I)
97. "Recentemente, saiu na mídia que a maior parte das escolas estaduais de Roraima estava dentro de terras indígenas. Na verdade, **lá estão os 'nomes'**. **O prédio mesmo você não vê**. Em geral, **essas 'escolas' são construídas pela própria comunidade e funcionam embaixo de uma mangueira ou num barracão improvisado**", disse. (FBV, 20.15-8/I)
98. Jucilene explicou que **agora, com diploma em mãos**, é o momento de **elaborar projetos** que contemplem o setor de infraestrutura **nas comunidades indígenas**. (FBV, 20.15-8/I)
99. O acadêmico explicou que **apesar de alguns problemas pessoais no início do curso, conseguiu completá-lo** de forma tranquila. Questionado sobre as

raízes na comunidade, revelou não ter tido dificuldades por estar em Boa Vista, um pouco mais afastado dos costumes. "**Onde eu estiver, sou índio**", disse, bem-humorado. (FBV, 20.15-8/I)

100. Os indígenas moradores da região decidiram **bloquear a rodovia**, das 11h às 16h, para **cobrar sinalização e a instalação de redutores de velocidade** para evitar que as mortes no trânsito continuem ocorrendo naquele trecho. Eles **ameaçam fazer novo protesto** hoje. (FBV, 21.15-1/I)

101. O senador Telmário Mota (PDT-RR) vai colher assinaturas para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a **investigar denúncias de assassinatos de índios** em Roraima. (FBV, 21.15-4/I)

102. **A liderança indígena responsabilizou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) pelas mortes.** "A Secretaria Especial de Saúde Indígena, através do Distrito Sanitário Especial de Saúde Yanomami e Yekuana, **não dá assistência para o meu povo, assim como para todos os povos indígenas do Brasil. Merecemos respeito. Queremos respeito, porque somos povos originários desta terra chamada Brasil**", denunciou Anselmo. (FBV, 21.15-4/I)

103. **Indígenas bloqueiam trecho norte da BR-174** em protesto à morte de criança. Manifestação **começou às 11 horas e só terminou por volta das 16h**, mas **há rumores** de que novo bloqueio pode ser feito hoje. (FBV, 21.15-11/I)

104. **Indígenas** da comunidade Nova Esperança, na Terra Indígena São Marcos, no Município de Pacaraima, Norte do Estado, **fecharam a BR-174 por volta das 11 h de ontem.** (FBV, 21.15-11/I)

105. Segundo dados repassados pela PM, **100 pessoas participaram das manifestações de forma pacífica**, deixando passar apenas ambulâncias e carros da polícia, Corpo de Bombeiros e quem estavam transportando idosos. (FBV, 21.15-11/I)

Segundo **informações repassadas pelos indígenas** que residem na comunidade de Nova Esperança, **é possível que nesta terça-feira os protestos sejam retomados**, até a visita de representantes da unidade estadual do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), para que **anunciem melhorias na estrada** com a colocação de redutores de velocidade, já que **é comum a ocorrência de acidentes naquele trecho da rodovia.** (FBV, 21.15-1B/I)

106. Na comunidade de Campo Alegre, Roraima, região norte da Amazônia brasileira, os nativos **revelam a paixão da etnia Macuxi pela música indígena que há tempos é fonte de inspiração aos mitos e costumes da**

**região** e encontra na natureza uma forma para criar uma arte que reflete na voz das crianças e jovens a **sua mais sublime expressão**.

(FBV, 21.15-1B/I)

107. De acordo com o relatório, em 2014, foram **mortos** no Brasil 29 ativistas. Deste total, **quatro são indígenas**. A maioria dos assassinatos estaria relacionada a **conflito por posse de terra**. A Colômbia aparece como o segundo país com maior número de mortes de ativistas (**25 assassinatos**), **sendo mais da metade indígenas**. Em seguida estão Filipinas (15), Honduras (12) e Peru (9). (FBV, 21.15-1N/I)
108. Desses casos, 142 envolvem a **luta pelo direito à terra**, **111 os direitos dos povos indígenas** e 50 a luta pela defesa do meio ambiente. (FBV, 21.15-1N/I)
109. A presidente da Fuer, Elaine Morellato, disse que o evento deste ano será menor em relação aos anteriores e explicou os motivos. "Este ano quase não conseguimos realizar o evento, por **falta de interesse dos próprios atletas**, que estão **dispersando de suas modalidades tradicionais**. Por isso, o evento este ano vai ser menor que os anteriores. Mas a ideia continua a mesma, que é **resgatar a cultura indígena**, por meio do esporte", declarou. (FBV, 22.15-10/I)
110. Desta forma, os Jogos Universitários Indígenas de Roraima continua sendo o **único evento esportivo do Brasil destinado exclusivamente para universitários indígenas**. (FBV, 22.15-10/I)
111. Como estamos no mês do Índio, **talvez fosse o caso de as autoridades olharem com mais atenção para o verdadeiro descabro que está sendo a questão de cotas para indígenas na UFRR**, onde pessoas que têm **descendência distante e outros até nenhuma, que nunca moraram sequer numa comunidade**, estão ocupando vagas de **índios legítimos** que sempre moraram nas malocas e provavelmente **jamais terão acesso à universidade** porque as vagas que seriam suas por direito estão **sendo usurpadas**. (FBV, 22.15-9/O)
112. "Estamos felizes com a expressividade da data para o Estado em virtude da **população indígena estar cada vez mais inserida na sociedade, deixando de ser apenas uma referência histórica e cultural**. Com essa exposição, **queremos valorizar e reconhecer o trabalho valioso desses profissionais**, bem como oportunizar aos visitantes da Casa o acesso a essas obras", disse. (FBV, 22.15-7/O)
113. **Primeiro júri popular indígena** será realizado hoje na Raposa Serra do Sol. Pela **primeira vez** a Justiça Estadual vai realizar um **júri em terra indígena** com os jurados sendo **todos indígenas**. (FBV, 23.15-11/I)
114. O **primeiro Júri Popular Indígena do Brasil** será realizado hoje, às 9h, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município do Uiramutã, ao Norte de Roraima, oportunidade em que um **corpo de sete jurados, todos indígenas**

das etnias Macuxi, Ingaricó, Patamona e Taurepang, terão a **missão de decidir** sobre este caso que, **segundo os costumes indígenas**, teria ligações com o espírito do Canaimé. (FBV, 23.15-11/I)

115. Em entrevista à Folha, **o juiz dá como certo o fato de os indígenas utilizarem como defesa a convicção cultural** de que a vítima estaria controlada por um Canaimé, um espírito do mal da **crendice indígena**. (FBV, 23.15-11/I)
116. As lideranças indígenas lidam com a **experiência inovadora** como uma forma de **unir as comunidades da região**. "**Temos compromissos com a região e suas lideranças**. Vamos **cumprir o que está escrito**, com o acordo tomado por nós, em uma assembleia, e com isso esperamos alcançar nossos objetivos", relatou o coordenador da Região das Serras, Zedoeli Alexandre. (FBV, 23.15-11/I)
117. Esse julgamento **envolve a questão cultural por causa da alegação de que haveria uma motivação do crime por causa do Canaimé, uma entidade do mal** que faz **parte da crença dos índios** de Roraima, Guiana e Venezuela. O tema já suscitou debate acadêmico e estudo científico. (FBV, 23.15-11/I)
118. **Conforme o estudo**, a partir da leitura de depoimentos de outros casos, o **mito do Canaimé** é um elemento presente e recorrente na cultura dos povos que vivem na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. "**Tal elemento, muito mais do que influenciador é determinante dos fatos** do caso em análise, **servindo de excludente da ilicitude do crime**", diz o estudo. (FBV, 23.15-11/I)
119. Geralmente esses **confrontos** ocorrem **entre índios de comunidades diferentes**, onde o Canaimé é uma **construção mitológica intensa** "e que assusta, amedronta, causa pânico e, por fim, suscita sentimentos violentos e instintivos", **afirma o estudo**. "**A tradição oral que resiste ao contato com os não índios** e sua tecnologia persiste na **tradição** e como manifestação cultural ensinada até nas escolas pelos professores indígenas". (FBV, 23.15-11/I)
120. Mas, a partir de segunda-feira, **retomaremos a distribuição de água para as comunidades indígenas de Normandia**, por uma solicitação da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena]", destacou.(FBV, 23.15-8/I)
121. Sobre a **falta de professor**, afirmou que Secretaria Estadual de Educação e Desportos (Seed) providenciou o **reforço no quadro profissional** em todo o Estado. Foram lotados 444 professores para o Interior, 306 para a Capital e **353 para área indígena**. Todos esses profissionais foram aprovados em processo seletivo realizado pela Seed", frisou. (FBV, 23.15-7/I)
122. Os olhares do mundo jurídico estarão voltados, hoje, para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Uiramutã, a Nordeste do Estado, onde o Judiciário roraimense irá realizar o **primeiro júri popular composto apenas por indígenas** para julgar um caso de uma tentativa de

homicídio envolvendo três índios. A sessão será realizada em Maturuca, a **mais importante e influente comunidade naquela terra indígena** que foi alvo do **maior embate jurídico** pela **demarcação**, o qual **foi parar na mais alta Corte brasileira**. (FBV, 23.15-4/O)

123. Levar todo o aparelho do Judiciário estadual para uma terra indígena com a finalidade de **julgar os índios respeitando suas tradições, crenças e costumes indígenas, é algo inédito no Brasil**. Apesar de se saber que **dali não sairá uma decisão 100% indígena**, isso mostra a vontade da Justiça em se **aproximar da realidade indígena**. Esse fato poderá representar mais um passo do Poder Judiciário estadual em se **aproximar** das várias realidades que compõem um Estado como o nosso, onde a **cultura indígena é muito forte**. (FBV, 23.15-4/O)
124. O jornalista destacou que a **ideologia das ONGs já está arraigada em instituições públicas**, como a Fundação Nacional do Índio (Funai). "Esse pensamento de que o **desenvolvimento irá destruir a Amazônia já está enraizada na mente das pessoas que comandam estes órgãos**. Eles são **contra** todo tipo de ação que proporcione **crescimento econômico à região**", declarou. (FBV, 24.15-7/I)
125. Carrasco lembrou que o **maior empecilho para a interligação de Roraima ao sistema nacional é a reserva indígena Waimiri-Atroari**, pois recentemente foi descoberto um povo isolado na altura do Município de Rorainópolis, Sul do Estado, os Pirititi. "Eles **sempre irão encontrar algo que impeça a conclusão desta obra**, pois uma vez interligado ao sistema, Roraima tem grandes chances de **desenvolver-se**", frisou. (FBV, 24.15-7/I)
126. "Para se **infiltrar no poder público e fazer a cabeça dos povos indígenas, elas precisam de recursos**. Muitos países da Europa e da América do Norte **querem que a Amazônia permaneça intocável**, e para isso eles **não medem esforços para patrocinar estas organizações**", enfatizou. (FBV, 24.15-7/I)
127. Segundo ele, outro ponto defendido pelas ONGs é a **preservação da cultura dos povos nativos**, pois temem que **após o contato com o mundo moderno, os indígenas esqueçam de suas tradições**. "Os povos isolados, hoje em dia, são poucos. **Os índios, hoje, são médicos, advogados e utilizam nossas tecnologias até mesmo dentro das reservas. Eles têm internet, televisão, eletricidade, máquina de lavar, entre outros**", argumentou. (FBV, 24.15-7/I)
128. O jornalista acredita que a **ideia de preservar as origens dos índios é equivocada**. "Se o objetivo das ONGs é **manter os índios isolados em seus locais de origem, eles teriam que voltar para o lado oriental do planeta, pois foi lá onde eles surgiram**. Apesar de povoarem a América há milhares de anos, eles nem sempre estiveram aqui", disse. (FBV, 24.15-7/I)

129. Afirmou ainda que **manter os índios isolados é ir contra o povo brasileiro**. "Nós somos uma mistura de raças. A miscigenação entre o branco, o negro e o índio deu origem ao povo brasileiro. **Defender esse isolamento é até ofensivo**", complementou. (FBV, 24.15-7/I)
130. **Precisamos de estradas, abrir caminhos, e as reservas indígenas impedem isso**. Se continuarmos nesta situação, o crescimento demográfico ficaria por conta apenas das pessoas que aqui nascem". (FBV, 24.15-7/I)
131. "Estabeleço nesse projeto um **ordenamento jurídico específico e diferenciado**, sob a coordenação do Ministério da Educação, voltado para a **educação indígena**, que deve ter um calendário próprio e que **beneficie a cultura e a linguagem dos povos indígenas**", frisou. (FBV, 25,26.15-4/I)
132. "Tive o cuidado de **apresentar a minuta desse projeto aos professores indígenas** durante a Assembleia. Eles **aprovaram a iniciativa**, considerando que a proposta vem de uma **ampla discussão** da Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena", frisou. (FBV, 25,26.15-4/I)
133. A senadora disse ter conhecido um projeto de **inclusão digital na comunidade indígena** de Sucuba, no Município de Alto Alegre, a Centro-Oeste do Estado. (FBV, 25,26.15-4/I)
134. Lá, ela acompanhou ainda a construção de nove **escolas** do ensino infantil e fundamental em **vilas e comunidades indígenas**. (FBV, 25,26.15-4/I)
135. Para o Conselho Indígena de Roraima (CIR), **data é lembrada com conquistas e desafios** a serem enfrentados pelos povos indígenas no Estado (FBV, 19.16-1/I)
136. O coordenador do CIR, Mário Nicácio, que é da etnia Wapichana, destacou que **o reconhecimento acerca das batalhas travadas pelos povos indígenas em Roraima é tão importante quanto a data**. "Agente considera que todo dia é dia do índio. Então, para nós, **é um significado muito importante ter o nosso dia**. Vemos que algumas escolas e universidades não indígenas estudam mais sobre os índios, reconhecendo as **batalhas políticas, econômicas e sociais** que **enfrentamos aqui em Roraima**", disse. (FBV, 19.16-8/I)
137. Segundo ele, **apesar dos avanços e conquistas**, os povos indígenas **ainda possuem muitos desafios a serem enfrentados**. "Nós temos a conquista da terra, o reconhecimento e a valorização cultural dos índios. Os **nossos desafios são a implementação de políticas públicas**, assim como as **melhorias na educação do nosso povo**", destacou. (FBV, 19.16-8/I)
138. Para Nicácio, a **intervenção dos não índios nas terras indígenas** é outro ponto que precisa ser visto com mais atenção. "É necessário que **seja**



- feita a retirada dos invasores**, que acaba atingindo diretamente os indígenas. Temos como exemplo os Yanomami, que **estão contaminados por mercúrio por conta da invasão de garimpeiros**", explicou. (FBV, 19.16-8/I)
139. O coordenador ressaltou o papel do Conselho Indígena como **referência para os indígenas** no Estado. "O nosso Conselho e outros **são referências**, pois **dão auxílios às aldeias e ajudam na relação com os órgãos indígenas**. Nós fazemos a divulgação dos trabalhos feitos nas comunidades e até dos **acordos indígenas** de Roraima", frisou (L. G. C). (FBV, 19.16-8/I)
140. "Para isso, a instituição desenvolve **ações que incluem** a abertura de cursos e **promoção de seletivos de ingresso específicas para os povos indígenas** de nosso Estado e outras regiões. **Graças a estas políticas**, a UFRR comemora neste 19 de abril o Dia do Índio, **a marca de 1.024 acadêmicos indígenas estudando em 36 cursos de graduação**", informou (FBV, 19.16-8/I)
141. Em 2001, a UFRR foi a primeira instituição federal de ensino superior a **implantar cursos específicos de graduação para a formação de indígenas**. (FBV, 19.16-8/I)
142. Naquele ano, criou o Núcleo Insikiran, hoje transformado em Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, **responsável por desenvolver e articular** com professores, comunidades e organizações de Roraima a **formação profissional dos indígenas da região, de modo específico, diferenciado e intercultural**. (FBV, 19.16-8/I)
143. Aprovada com nota 10 pela banca, será a **primeira indígena ingressante pelo PSEI a concluir o curso de Jornalismo**. (FBV, 19.16-8/I)
144. "Vejo a minha formatura como uma **conquista coletiva dos povos indígenas do Brasil**. E isso se consolida também pelo momento em que a **própria Universidade passa em ter o primeiro reitor indígena do Brasil**. Vivemos um momento histórico, **mas não esquecemos que temos muito que avançar e conquistar ainda**, já que **constantemente estamos sujeitos à discriminação, preconceito e até riscos da perda dos direitos conquistados**", afirmou Mayra. (FBV, 19.16-8/I)
145. "É necessário que **mais indígenas consigam concluir a sua formação** e que outros também busquem a formação nessa área que é tão importante, assim como as demais áreas que tratam da nossa relação social, política e cultural". (FBV, 19.16-8/I)
146. Nesta terça-feira, 19 de abril, Dia do Índio, o Ministério Público Federal em Roraima realiza, às 10h, em seu auditório, **cerimônia de entrega da terceira remessa de amostras de sangue de indígenas Yanomami**

**coletadas sem autorização por pesquisadores dos Estados Unidos na década de 60. (FBV, 19.16-9/O)**

147. Segundo ela, "é um momento de valorização e interação do indígena com o não indígena, e de buscar melhorias para os povos do nosso Estado". (FBV, 19.16-9/O)
148. "Nesta terça-feira, data em que se comemora o Dia do Índio, não existem motivos para comemorações, pois estão faltando políticas públicas eficientes que possam suprir as comunidades indígenas para que possam ser autossuficientes na produção agrícola e pecuária. É necessário exterminar este estigma de que o índio é preguiçoso e não produz nada. Este foi um mito que já foi vencido com o trabalho e o esforço das comunidades indígenas", comentou o leitor Manoel Egídio Lopes. (FBV, 19.16-3/O)
149. Segundo ele, a **exposição possui mais de 10 anos e mostra de perto como os índios possuem uma maneira própria de organizar a vida.** (FBV, 19.16-1B/I)
150. São imagens onde os **índios demonstram sua relação e comunhão com a natureza.** Tanto a coleção quanto os quadros buscam apresentar (FBV, 19.16-1B/I)
151. "Fui até **lugares inóspitos** e conheci índios que tinham zero contato com o homem branco. Fiquei lá em uma **situação de emergência**, onde o **helicóptero que nos levou precisou levar um índio até o posto de saúde mais próximo.** Para **ganhar a confiança** deles, usei a minha câmera. As crianças eram as mais curiosas, enquanto os adultos me olhavam de longe, **desconfiados**", disse. (FBV, 19.16-1B/I)
152. E por falar nisso, na UFRR existem **várias pessoas que nunca botaram os pés numa maloca**, fizeram vestibular em vários estados e não foram aprovados, daí **deram um "jeitinho brasileiro" de entrar na Universidade por meio da cota indígena**, ocupando vagas dos "parentes". (FBV, 20.16-9/O)
153. No Curso de Medicina, por exemplo, existem pessoas que **não têm nem um pingo de sangue indígena, mas estão lá matriculadas.** Nesse curso, inclusive, há até gente com **RANI falso** (Certidão Indígena), estudando normalmente sem o menor constrangimento. (FBV, 20.16-9/O)
154. Aproveitando o ensejo do "Abril Indígena", fazemos **um apelo aos órgãos competentes**, como o Ministério Público Federal e a própria UFRR, para que **seja instituído um mecanismo capaz de beneficiar àqueles que realmente têm direito às cotas.** "Uma sugestão seria a criação de uma **Comissão de Investigação Social** no Insikiran (como a que existe no Programa "Minha Casa, Minha Vida") para avaliar cada caso e **detectar os fraudadores que usurpam o direito dos verdadeiros indígenas.** (FBV, 20.16-9/O)

155. Para **homenagear as etnias indígenas de Roraima** pelo Dia do Índio, os deputados receberam, durante a sessão de ontem, um grupo de indígenas Wapichana, que fez uma **apresentação de músicas e danças típicas** no plenário da Assembleia Legislativa de Roraima.  
(FBV, 20.16-9/O)
156. O procurador Fábio Sanches explicou que a repatriação das amostras de sangue trata-se de um trabalho que vem sendo feito **há muitos anos** e de uma **luta do povo Yanomami**. (FBV, 20.16-8/I)
157. **Mas ainda existe uma remessa para ser devolvida** pela Universidade da Pensilvânia, também nos Estados Unidos, e **estamos trabalhando para que o acordo com essa instituição seja finalizado** e que essa última remessa possa ser entregue ainda este ano", frisou  
(FBV, 20.16-8/I)
158. Davi Kopenawa lembrou que o **material foi coletado** nos anos 60 e 70 **sem o consentimento dos índios** e do governo brasileiro. "Eu era pequeno, tinha 11 anos quando **levaram o meu sangue e o do meu povo** para os Estados Unidos **sem o consentimento nosso e do governo do Brasil**. Mas hoje **estamos comemorando a volta desse sangue**, que, para cultura Yanomami, é prioridade e **pertence a nós**. Vamos levar de volta para os parentes que estão esperando e vamos **enterrar esse sangue onde nascemos**", disse.  
(FBV, 20.16-8/I)
159. "Foi uma **grande conquista** para o nosso povo nesse Dia do Índio, **mas foi muito difícil**. Muita gente ajudou, e o governo brasileiro conversou com os americanos que levaram nosso sangue **sem permissão do nosso povo e da Funai** [Fundação Nacional do Índio]. **Foi uma falta de respeito**", disse.  
(FBV, 20.16-8/I)
160. É no mínimo **polêmico o número de indígenas existentes no Estado** revelado ontem aqui, na Folha, pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). A prevalecer essa contagem, os índios representariam 18% da população roraimense, **contrariando os números anteriores que davam essa participação em torno de 11 % a 12%**. É claro, o **Governo Federal tem política previdenciária que estimula as indígenas a terem filha**, enquanto as outras mulheres têm cada vez mais filhos. **De qualquer forma, isso não seria capaz de produzir os números divulgados pelo CIR**.  
(FBV, 20.16-4/I)
161. Agora, as autoridades guianenses estão **fazendo parceria com os índios** daquele país, que **utilizam Drones** - aqueles aparelhos que voam sozinhos - para **localizar a garimpagem ilegal em suas terras**.  
(FBV, 20.16-4/O)
162. O Presidente da Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal de Roraima (UFRR) publicou o edital de abertura de inscrições para a

realização de **Processo Seletivo destinado ao ingresso de indígenas em cursos de graduação**  
(FBV, 20.16-11B/I)

163. O programa Agulha Oficial, da Superintendência Federal de Agricultura (SFA), vai **vacinar**, até o final de abril, aproximadamente **50 mil cabeças de gado de áreas indígenas**. (FBV, 20.16-6/I)
164. A informação foi divulgada depois de denúncias de famílias de agricultores que foram assentadas no PA Nova Amazônia por conta da **desintrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sole que ainda não receberam os títulos definitivos da propriedade**. (FBV, 21.16-5/I)
165. **Pois não é que os agentes do ambientalismo/indigenismo arranjaram um jeito de travar, mais uma vez, a transferência das terras**. Agora, o que os órgãos federais na Câmara de Destinação de Terras Públicas na Amazônia exigem, para dar continuidade no processo de transferência das terras para o Estado, é uma declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai) atestando que a autarquia **não tem interesse em expandir as terras indígenas em Roraima. Evidentemente, não será fácil conseguir isto. É o fim da picada**. (FBV, 21.16-4/O)
166. O senador Telmário Mota (PDTR) informou que, nesta semana, apresentou o projeto que **institui o Estatuto dos Povos Indígenas**. Segundo ele, uma **proposta semelhante**, que trata do Estatuto das Sociedades Indígenas, **tramita na Câmara dos Deputados desde 1991**. (FBV, 22.16-2/I)
167. Mota ressaltou que o **Dia do Índio**, comemorado neste 19 de abril, **não é uma data de comemoração, mas de luta por direitos**. Por isso, o senador também informou que pretende apresentar um projeto que trata da **reserva de cotas para povos indígenas no Legislativo**. (FBV, 22.16-2/I)
168. **"O País, que tem uma grande população indígena**, deveria observar no seu quadro político ou adotar a mesma metodologia que hoje é adotada, por exemplo, por um país como a Venezuela ou a Bolívia e outros: as **cotas para o parlamento**. Estamos entrando com um projeto nesta Casa para que a gente possa **dar a oportunidade aos povos indígenas de ter aqui os seus legítimos representantes**", justificou. (FBV, 22.16-2/I)
169. **Ele frisou que sua disposição de lutar se renova cada vez que são divulgados números sobre a violência sofrida pelas comunidades indígenas no país**. Dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apresentados por ele, mostram que **1.591 indígenas foram vitimados pela violência em 2014**. Entre as formas de violência citadas estão **homicídios, ameaças, lesões corporais e abuso de poder**. Para o parlamentar, o relatório é só urna amostra do que sofrem os índios no Brasil. (FBV, 22.16-2/I)

170. **E por falar nisso**, o ritual indígena realizado no plenário da Assembleia Legislativa de Roraima no Dia do Índio, 19 de abril, será **divulgado ao mundo pela TV Senado**. (FBV, 22.16-9/O)

#### Diário do Amapá

171. Uma professora recém contratada para atuar numa aldeia indígena da área Waiápi ficou **surpresa com o nível de "modernização"** dos **nossos primeiros habitantes do Brasil**. "Eles tem tablet, celular e tênis de marca, e são muito bem informados", diz a educadora. **Boa sorte por lá!** (DAP, 19.16-4/O)
172. A gente se acostumou a **usar as palavras indígenas metendo sempre um "r" no meio para corrompê-la na sua origem**. E assim chamamos tracuá (para taraqá, espécie de formiga), traíra (taraíra, peixe de água doce). Os portugueses colocaram um "L" no meio da palavra caboclo, que ficou meio feinha, mesmo assim ela não perdeu o significado original. (DAP, 24,25.16-5/O)

#### JORNAL DO TOCANTINS

173. "A consequência da colonização foi a **extinção de muitos povos indígenas**, a diminuição no número de pessoas, a **perda de suas terras e a desvalorização de suas culturas**", afirma Verônica. (JTO, 19-15-AL5/I)
174. Hoje é comemorado o Dia do Índio em todo o Brasil, mas **as condições de muitos deles não são dignas de nenhum tipo de comemoração**. (JTO, 19-15-7/I)
175. Falta de saneamento básico e estrutura para uma saúde de qualidade são um dos principais **problemas enfrentados nas aldeias indígenas do Tocantins**. (JTO, 19-15-7/I)
176. No Dia do Índio, **os indígenas tocantinenses não têm muito o que comemorar**, pois a **falta de saneamento básico e de assistência à saúde** nas aldeias tocantinenses são **problemas recorrentes**. **A dificuldade no transporte na hora de uma emergência também é preocupante**. (JTO, 19.16-1/I)
177. Elza Xerente, moradora da aldeia Traíra, localizada a 34km de Tocantínia, **reclama da situação e informa a ocorrência de um surto de diarreia entre os moradores por falta de água potável**. (JTO, 19.16-1/I)
178. "Lá na minha aldeia já está sem água há mais de três meses por **falta do óleo do motor do poço artesiano**. Médico só aparece de **vez em quando** e também **não tem remédio**. Nós que temos que comprar e para quem não tem condição a situação **só piora**", informou Elza, ressaltando que quando precisam de atendimento vão para Tocantínia e **ainda assim a assistência é demorada**, além da **falta de medicamentos** para atender a todos. Outra

situação relatada por Elza é a **falta de transporte** que deveria atendê-los nas emergências. (JTO, 19.16-7/I)

179. Para Sara Sánchez, membro da coordenação regional do Conselho Indígena Missionário (Cimi), **o recurso para a saúde indígena é grande, mas o que chega às aldeias é pouco**, diante da situação precária encontrada e relatada por moradores. (JTO, 19.16-7/I)
180. Os poços artesianos ficam **sem manutenção** e os indígenas usam **água de córrego, que não são aptas para o consumo, ocasionando as doenças**", explicou, ressaltando que os **maiores afetados são as crianças e os idosos**. (JTO, 19.16-7/I)
181. "Se o Dsei Tocantins **atendesse todas as demandas com o recurso que vem, a situação seria muito diferente**", disse. (JTO, 19.16-7/I)
182. Sara acredita que para a **situação do índio**, não só no Tocantins, mas em todo o Brasil **se resolver**, é preciso que seja **vista em conjunto com as políticas de direitos indígenas**. (JTO, 19.16-7/I)
183. "**Não se pode falar de índio sem falar da terra, da cultura, de seus ritos que fazem parte de suas vidas. Se os povos indígenas não tiverem a terra demarcada e a garantia de proteção dos seus territórios, não vai ter saúde indígena nem outras políticas públicas que os povos têm direito**. O Dia do Índio deveria ser uma data para se comemorar e a maior homenagem que poderiam fazer a eles e **devolver as terras que estão nas mãos de terceiros**. Um índio com saúde e um índio com terra.", afirmou. (JTO, 19.16-7/I)
184. Estão expostas 11 fotografias em preto e branco, marcadas por uma identidade visual na dualidade entre luz e sombra, reflexos e **contrastos** dos indígenas que moram na urbanidade. (JTO, 21.16-9/I)
185. A exposição dialoga com esse encontro de **culturas que mescla a ancestralidade com a contemporaneidade**. (JTO, 21.16-9/I)
186. A coordenadora do Cimi no Estado, Eliane Franco, explica que, além da **paralisação dos processos demarcatórios**, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere do poder Executivo para o legislativo a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas e quilombolas, **dificulta a resolução para os problemas fundiários**. Com a aprovação da PEC, as **terras já demarcadas poderão ser revistas**. (JTO, 21.16-9/I)
187. Numa **luta que começou em 1970**, o povo Krahô-Kanela ainda espera a **demarcação de suas terras** localizadas no município de Lagoa da Confusão. Em 2007, sete mil hectares foram regularizados como terra indígena, **mas o povo ainda espera a demarcação de outros 24 mil hectares na região**. (JTO, 19.16-7/I)

188. Eles se distribuem em mais de 82 aldeias, localizadas em todas as regiões do Estado, mas cerca de 25 ainda lutam pela propriedade de suas terras. (JTO, 19.16-7/I)
189. Para o Cimi, o avanço do agronegócio, os projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico, como a hidrovía no rio Tocantins, a interligação do pátio multimodal da Ferrovia Norte-Sul e a construção de barragens são ameaças para os territórios indígenas. "Além das enormes extensões de terra desmatadas, a poluição dos rios com o altíssimo uso de agrotóxicos, a retirada de água para os projetos de irrigação e a transposição das águas dos rios Formoso e Javaé estão trazendo consequências, como a diminuição e desaparecimento de animais silvestres e a seca de rios e lagos importantes do Cerrado, provocando impactos para os Karajá, Javaê, Krahô-Kanela e Avá-Canoeiro", destaca Eliane. (JTO, 19.16-7/I)
190. Mesmo com todas as dificuldades, o povo ainda consegue sobreviver aos problemas e lutar para que as terras sejam finalmente demarcadas. (JTO, 19.16-7/I)
191. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), estão nessa situação 3.473 índios, dos povos Krahô-Kanela, Apinajê, Kaneja do Tocantins e Avá-Canoeiro, num cenário em que 80% do território indígena no Tocantins estão demarcados. (JTO, 19.16-7/I)
192. A situação dos Avá-Canoeiro é mais preocupante. Em 2012, a Justiça Federal acatou parcialmente pedido de antecipação de tutela do Ministério Público Federal (MPFJ) e determinou pagamento de um quinto de salário mínimo aos índios, que são vítimas de violência e descaso. O pagamento é feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai) com recursos da União. No Tocantins, foram identificados 20 integrantes do povo que ainda aguardam definitivamente a recolocação em suas terras tradicionais. (JTO, 19.16-7/I)
193. Segundo Marcos Vinicius Aniszewski, do núcleo de promoção Social da Funai no Tocantins, discriminação, uso de álcool e drogas, questões territoriais e a falta de políticas para o desenvolvimento econômico são os principais desafios enfrentados pelos indígenas do Estado. "O artesanato indígena é lindíssimo, mas eles não têm um mercado que possam comercializar. Não há proposta por parte das instituições para alavancar isso" exemplifica Marcos Vinicius. (JTO, 19.16-7/I)
194. A história desse povo remete ao início do século 18, quando viviam às margens do rio Tocantins e resistiram à colonização, motivo pelo qual se dispersaram, com alguns se deslocando para as margens do Rio Araguaia, nas proximidades de terras dos Karajá e Javaé, onde desenvolveram inimizade histórica com esses últimos. Foram caçados e dizimados e passaram ocupar

as matas da Ilha do Formoso, entre os rios Javaês e Formoso do Araguaia. (JTO, 19.16-7/I)

195. Ela lembra que **quando ingressou na universidade teve dificuldades** tanto para acompanhar o ritmo da turma quanto para se familiarizar com o ambiente. "**As escolas nas aldeias são muito precárias e o ensino não é de qualidade. Demorei quase um ano para me adaptar**", destaca. (JTO, 19.15-7/I)
196. Raahe lembra que, **embora a universidade a tenha acolhido de todas as formas, às vezes sentia certo preconceito** por parte dos estudantes, já que **a maioria não tinha conhecimento da cultura indígena**. "Eles, muitas vezes, **criam um estereótipo do índio. Aprenderam na escola que ser índio é andar pintado com cocares**. Com espaço nas universidades para os indígenas, os demais estudantes puderam receber outro tipo de conhecimento." (JTO, 19.15-7/I)
197. Sobre a discriminação racial, Karajá revela que quando ingressou na universidade, em 2008, a política de cotas estava no auge da discussão. "**Por utilizar o sistema de cotas, às vezes, era visto como incapaz. Quem não tinha conhecimento nos discriminava**". (JTO, 19.15-7/I)
198. Para o acadêmico de Engenharia Ambiental da UFT Avanilsonljojaru Dias Aires Karajá, **a língua e as questões financeiras para a permanência na universidade são as primeiras barreiras que os indígenas encontram. Os índios não tem cultura de acumular riqueza**. Então, **questões como moradia, transporte e alimentação são um problema**. Quando ele vem para a cidade estudar, se depara com uma **realidade totalmente diferente da que ele tinha na aldeia**", diz. (JTO, 19.15-7/I)

## JORNAL A CRÍTICA

199. Uma aldeia indígena no extremo Norte de Roraima sediará, na próxima quinta-feira, **um júri popular integrado apenas por indígenas**, o primeiro do Brasil. No banco dos réus, dois índios macuxis, acusados de tentativa de homicídio. (JAC, 19.15-8/I)
200. A novidade é elogiada pelo Judiciário, mas antropólogos afirmam que os índios estão apreensivos com o resultado, que dará sentença sobre um caso que **envolveu um tabu das comunidades: a entidade maligna Canaimé. A tentativa de homicídio ocorreu justamente porque os dois acusados desconfiaram que a vítima havia assassinado outros dois índios de forma brutal, crime atribuído ao Canaimé, e tentaram cortar seu pescoço**. O crime ocorreu em um bar da cidade de Uiramutã e eles foram presos em flagrante. "**Quando você mata um Canaimé, você não vai a julgamento, porque está livrando a comunidade de um mal**", explica a antropóloga Lêda Martins. (JAC, 19.15-8/I)



201. A cada dia, o estudante Luciano AriaboQuezo, 25, **percebia que a língua portuguesa ocupava mais espaço na aldeia indígena** onde nasceu e **'engolia' sua língua materna**, o umutina-balatiponé. **Preocupado com a situação**, especialmente **após a morte ele um ancião**- um dos poucos que só falava o idioma nativo -, ele resolveu escrever um livro bilíngue para tentar **evitar o desaparecimento da língua de sua família**. (JAC, 19.15-9/I)
202. **Só existem duas escolas indígenas no território umutina** e, segundo ele, aprender a língua dependia do interesse individual. **Após a morte do ancião, diz, não há mais idosos que dominem completamente a língua**. E nem todos os jovens a conhecem. (JAC, 19.15-9/I)
203. Um esboço do projeto foi lançado em 2013, com 40 páginas e 180 exemplares, **para ser testado e aprovado pela comunidade**. 'Língua e Cultura Indígena Umutina no Ensino Fundamental' é destinado a alunos das séries Iniciais das escolas de sua aldeia. (JAC, 19.15-9/I)
204. **A luta dos indígenas brasileiros pela manutenção das ancestrais terras** deles é digna de respeito e a polo, **mas fenômenos recentes comprometem a justeza dessa luta em face de outros direitos** que são igualmente dignos de respeito por parte da sociedade. JAC, 20.15-4/O)
205. Um desses fenômenos é a crescente urbanização dos Indígenas, que **cansados da falta de atendimento e condições digna de vida nas aldeias**, paulatinamente **vieram migrando para as cidades**. O caso começou pelas cidades pequenas, próximas das aldeias em que esses novos cidadãos viviam, mas hoje essa migração acontece diretamente para as cidades grande. (JAC, 20.15-4/O)
206. Na cidade grande, essas populações **têm de aprender a viver sob códigos novos e velocidades imensamente superiores a que estavam acostumados**. Resultado é que, **sem o controle e acompanhamento** por órgão devido do serviço público, no caso a Fundação Nacional do Índio (Funai), **a convivência com os demais acaba em conflito** e sem o devido atendimento das demandas dos indígenas. (JAC, 20.15-4/O)
207. Não se quer aqui entrar no mérito da justiça da reivindicação que eles fazem ao prefeito de Manaus para permanecerem na área, mas sim discute-se a falta de condições para um diálogo qualificado em que **a nova condição de cidadãos não entre em choque com os direitos difusos dos demais cidadãos**. Neste sentido, **acabar com uma área verde para a construção de moradias precárias é sim passível de punição por parte da Justiça**. (JAC, 20.15-4/O)
208. Neste sentido, para ter motivos para celebrar o 19 de abril, **esses Indígenas precisam entender que na cidade a vida é regida por leis comuns a todos** e essas mesmas leis podem muito bem ser usadas por eles para cobrar moradias dignas e com qualidade de vida acessível. **Não se pode**

- é entrar em terras públicas achando que ela não tem dono. Terra pública é, como diz o nome, do público. (JAC, 20.15-4/O)**
209. **A posse simbólica de três índios no governo do Distrito Federal** marcou ontem, Dia do Índio, a abertura da Campanha Abril Indígena em Brasília. (JAC, 20.15-6/I)
210. "A responsabilidade é enorme. Em Brasília, estamos colocando o primeiro tijolo para fazer uma grande embaixada dos povos do Brasil. **Todo mundo tem embaixada, menos nós**", disse Tukano. (JAC, 20.15-6/I)
211. Para a secretária Marise Nogueira, **o ato é um reconhecimento da importância de a comunidade indígena estar presente nas instituições brasileiras.** (JAC, 20.15-6/I)
212. "É um **compromisso que não tem que ser só de uma autoridade, mas sim do nosso país com o povo fundador** e os primeiros ocupantes da nossa terra", afirmou a secretária. (JAC, 20.15-6/I)
213. Acampados há cinco dias na frente da Prefeitura de Manaus, **indígenas estão prestes a ser despejados de uma invasão.** (JAC, 20.15-9/I)
214. Dezenas de índios fecharam a avenida Brasil, **Compensa, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades.** (JAC, 20.15-9/I)
215. **Invasores têm energia cortada: tática** foi usada para **forçar saída pacífica de indígenas** em área no Tarumã. (JAC, 24.15-1/I)
216. Os líderes indígenas que **representam moradores da invasão batizada de Nações Indígenas**, localizada no Tarumã, Zona Oeste, foram recebidos, ontem, pelo secretário-chefe da Casa Civil da Prefeitura de Manaus, Márcio Noronha. (JAC, 24.15-1/I)
217. Desde o anúncio da reintegração de posse, concedida pela Justiça Federal, **o clima entre os moradores da comunidade Nações Indígenas é de apreensão e tristeza.** (JAC, 24.15-C1/I)
218. Os índios estão acampados há uma semana em frente à sede da prefeitura, na avenida Brasil, Compensa, Zona Oeste, em protesto contra **a decisão da Justiça Federal, que exige a desocupação da área invadida no Tarumã no ano de 2011.** (JAC, 25.15-C2/I)
219. **Invasores temem perder investimento:** Segundo o cacique Pedro dos Santos, da etnia Mura, a **tensão entre os moradores aumentou** porque muitos investiram na construção de casas e agora **correm o risco de ficar sem nada.** Fiz empréstimo para fazer uma boa casa e ainda não terminei de pagar", disse. (JAC, 25.15-C2/I)

220. **De acordo como líder da invasão**, as famílias ocuparam a área há quatro anos e o espaço **nunca tinha sido reivindicado por nenhum dono**. (JAC, 25.15-C2/I)
221. "Não que remos sair daqui. **Ocupamos esse local por necessidade e tudo o queremos é um local para morar e plantar**", completou. (JAC, 25.15-C2/I)
222. "Esperamos que essa questão social seja resolvida logo porque a decisão judicial está aí na porta e nós temos que cumpri-la. Estamos buscando junto a alguns órgãos da prefeitura e vamos atrás do Incra, se for o caso, **tentar disponibilizar um local pra que vocês sejam alocados, não posso dizer se vai ser feito ou não**, mas vamos buscar junto ao Gabinete de Gestão Integrada, declarou. (JAC, 25.15-C2/I)
223. Ao todo, quatro desligamentos foram feitos em duas redes "centrais" da comunidade. Isso porque segundo o secretário do GGI, Frederico Mendes, que acompanhou toda a movimentação, **o fornecimento elétrico realizado na área é clandestino. "Não tem nada a ver com o fato de vocês serem indígenas**. Estamos cumprindo uma ordem judicial", respondeu ele a um comunitário. (JAC, 24.15-C1/I)
224. O que poderia acontecer neste caso, segundo o órgão, **seria um desconto ligado à Tarifa Social de Energia dedicado a indígenas e quilombolas**, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), **porém a área é irregular em toda a sua totalidade**. Segundo Mendes, medidas punitivas não devem ser adotadas contra os indígenas. (JAC, 24.15-C1/I)
225. Segundo Mendes, em 2011 a comunidade requisitou da Eletrobrás Amazonas Energia uma ligação regular, porém **o motivo para o impasse na Instalação seria a ausência do título de propriedade**, somado ao fato do local ser uma área verde (JAC, 24.15-C1/I)
226. De acordo com o outro líder da comunidade, cacique SabáKokama, **a mobilização é pacífica e o objetivo é evitar qualquer tipo de violência**. (JAC, 20.15-C1/I)
227. Um dos primeiros moradores do Nações Indígenas, Manuel dos Santos afirmou que, **diferentemente do que diz o documento apresentado pelo MPF**, pedindo a reintegração de posse, o local não era uma área verde. "Isso aqui era um lixão. **Até saco com cadáveres encontramos. Era um lugar de desova dos criminosos, que matavam e jogavam aqui**. Entregamos os ossos para um médico, mas não sabemos o que ele fez. Desde que chegamos, não deixamos pessoas más intencionadas fazer mais isso", enfatizou. (JAC, 20.15-C1/I)
228. "Ficamos preocupados com o povo. **A gente abriu a porta para o prefeito ir buscar votos** e agora nós esperamos que ele abra a porta. **Será**

que ele está nos vendo como eleitores ou Invasores? Esperamos uma proposta. Se for preciso atitude, nós teremos uma atitude", afirmou. (JAC, 20.15-C1/I)

229. "Somos muitos guerreiros. Não vamos desistir, daqui não arreda ninguém. Nosso propósito é lutar pelo nosso espaço", declarou, ao lamentar a necessidade de tomar uma decisão tão difícil e ver os filhos passando privações. (JAC, 20.15-C1/I)

230. Esperamos que até quarta, essa **reintegração seja cancelada e nós possamos festejar o Dia do Índio**", disse um dos líderes, cacique Jair Miranha. (JAC, 20.15-C1/I)

231. **Preservar a cultura e a identidade dos povos Indígenas, valorizar os costumes, realizar o ensino bilíngue e combater o preconceito** são os trabalhos desenvolvidos em quatro escolas indígenas municipais e 18 espaços culturais, pela Gerência de Educação Escolar Indígena (Geei), da rede municipal de ensino. (JAC, 19.16-CD6/I)

232. "Eu já passei por **situações muito tristes de preconceito** e o objetivo aqui é de mostrar para essas crianças e jovens, que **eles possuem um valor cultural muito grande. Eles tinham, muitas vezes, vergonha de se expor, mas com esse trabalho, hoje, já são mais seguras em se apresentarem como indígenas**". (JAC, 19.16-CD6/I)

233. "É complicado mostrar às crianças que uma criança indígena não é **como nos filmes americanos**. Esse livro me deu oportunidade de mostrar como é um índio brasileiro, que pode estar ao lado dela", declarou. "Tem comunidades indígenas em várias partes do País. **Na minha infância, era difícil imaginar que tinha também no Rio de Janeiro**. Dou a informação sem perder o lúdico das histórias", ressaltou (JAC, 19.16-BV8/I)

234. O Dia do Índio, ontem, foi marcado por uma constatação que já vem de outros anos anteriores: **há mais lamentos e súplicas do que conquistas** por parte dos "primeiros donos da *terra brasilis*". (JAC, 20.16-C1/I)

235. **As dificuldades não poupam nem o alto escalão das próprias lideranças indígenas** da Região Norte, como o tucano Maximiliano Correa Menezes, presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Colab). Após fixar residência em Manaus por 2 anos, **ele se viu obrigado a voltar para a sua terra natal, o Município de São Gabriel da Cachoeira (a 852 quilômetros de Manaus) porque não suportou ter que tirar dinheiro do próprio bolso para custear despesas do órgão**. (JAC, 20.16-C1/I)

236. O Ministério Público Federal no Amazonas realizará na próxima terça-feira um evento em alusão ao Dia do Índio **com focos em temas seríssimos – o resgate de direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal e por serviços públicos básicos.**  
(JAC, 17.16-BV9/O)

#### A Gazeta de Cuiabá

237. A edificação, assinada pelo arquiteto José Afonso BoturaPortocarreroe **inspirada na arquitetura indígena, faz um resgate da cultura de nossos ancestrais**, lembrados hoje, Dia do Índio. O arquiteto JucimarIpaikirê, **único índio com esta formação no Brasil**, participou do projeto construindo a maquete do CSS. (AGC, 19.15-8E/I)
238. De acordo com informações repassadas pela Política Rodoviária de Mato Grosso (PRF-MT), **munidos de arco e flecha e outras armas artesanais**, os indígenas interditaram sete trechos, na BR-070, nos quilômetros Km 204, Km 211, Km 221, Km 223, Km 232, Km 239, Km 249. Nos bloqueios feito na BR 174, **os indígenas estariam entregando até mesmo recibo aos motoristas que pagavam o pedágio.**  
(AGC, 20.15-3B/I)
239. A PRF orientou os motoristas a usarem o recibo para **registrarem um boletim de ocorrência por extorsão.** (AGC, 20.15-3B/I)
240. Em um dos recibos obtidos pela PRF está impressa a informação de que **o ato dos indígenas é em prol do cascalhamento das estradas de acesso às aldeias da região. À PRF, eles argumentaram que estão fechando as pistas para marcação a data comemorativa e também porque o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não compareceu a uma reunião pré-agendada.** As pautas dos manifestantes são também nacionais, entre elas está a garantia do território indígena. (AGC, 20.15-3B/I)
241. No Estado **tornou-se comum o fechamento de rodovias pelos indígenas**, que veem o bloqueio como **solução para chamar a atenção do Governo Federal e do Incra para suas reivindicações.**  
(AGC, 20.15-3B/I)
242. Eles **cobravam melhorias de infraestrutura**, bem como a **conclusão das obras de um posto de saúde e remédios nas aldeias** em que vivem.  
(AGC, 20.15-3B/I)
243. Os índios seriam da etnia Xavantes e Nambiquaras e **cobravam de R\$ 25 a R\$ 50 para liberarem a passagem.** (AGC, 20.15-3B/I)
244. Durante toda semana índios e diferentes regiões do país **protestaram em Brasília pedindo imediata demarcação de suas terras e o arquivamento da proposta dando poder ao Congresso Nacional de decidir pelas demarcações.** (AGC, 20.15-2A/O)

245. Durante toda semana índios e diferentes regiões do país **protestaram em Brasília pedindo imediata demarcação de sus terras e o arquivamento da proposta dando poder ao Congresso Nacional de decidir pelas demarcações.** (AGC, 20.15-2A/O)
246. **Fica claro que os indígenas não confiam nos políticos e temem pelo futuro de sus etnias.** Ontem, dia 19, foi comemorado o Dia do Índio, **sem muita coisa, aliás, sem nada para comemorar.** (AGC, 20.15-2A/O)
247. **Demarcações das terras indígenas** e reconhecimento dos brasileiros sobre a importância dos índios para o país **ainda continuam sendo os desafios** principais do Dia do Índio, **isso é evidente.** (AGC, 20.15-2A/O)
248. O Cacique Piracuman, da etnia Yawalapati, mora no Parque Indígena do Xingu, no norte de Mato Grosso, é direto ao afirmar que **embora branco comemore da data no dia 19 de abril, para os índios as comemorações ocorrem diariamente, a cada trabalho de plantio, pescaria ou outra atividade, como construção de uma oca (habitação indígena brasileira).** (AGC, 20.15-2A/O)
249. Na realidade **os índio está preocupado pois apontam que o Congresso não está olhando para índio. Só está olhando para o progresso,** só para desmatamento, plantação, construção de hidrelétrica nos rios. **E os índios, que já sofrem há muito tempo aqui, estão sendo ameaçados.** (AGC, 20.15-2A/O)
250. **Mudanças do clima já estão afetando as próprias terras indígenas,** como a chegada da chuva fora de época, a devastação de áreas próximas a rios. **Em 2014 um tornado atingiu a região do Xingu pela primeira vez, danificando casas e derrubando árvores.**(AGC, 20.15-2A/O)
251. A demarcação é importante não só para os índios, como para todos os setores. Os índios conhecem a floresta muito bem. **Ela é uma espécie de filtro, tem oxigênio, muitas ervas medicinais.** Hoje, **os produtores não estão mais respeitando a nascente.** O desmatamento chega até lá. **Quando seca, começa a faltar água.** Os próprios índios, em Brasília, pedem que produtores façam reflorestamento no lugar que houve desmatamento. (AGC, 20.15-2A/O)
252. **As terras indígenas, ou de toda a Amazônia, é que produzem evaporação, que distribuem água por todo Brasil e a América do Sul. Por isso é importante demarcar, homologar,** combater a violência que tanto afeta o povo indígena, como acontece em Mato Grosso do Sul por exemplo. (AGC, 20.15-2A/O)
253. Os índios esperam pelas demarcações, **querem morar e cultivar suas terras.** Os produtores rurais querem expandir suas lavouras e suas pastagens. **Essa disputa, infelizmente ainda vai longe.** (AGC, 20.15-2A/O)

254. Durante toda segunda-feira os índios cobravam o pedágio e o motorista que se negasse a pagar o valor exigido tinha que retornar. De acordo com a PRF, os que tentaram furar o bloqueio, chagaram a ser cercados pelos Nambikwaras de maneira intimidadora. (AGC, 21,22.15-4B/I)
255. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), no referido trecho os indígenas estavam munidos de arcos, flechas e outras armas artesanais cobrando pedágios que variavam entre R\$ 25 e R\$ 50 para carros de passeios e caminhões, respectivamente. (AGC, 21,22.15-4B/I)
256. Para mostrar que estavam organizados, os nambikwaras distribuíram recibos de pagamento aos motoristas que pagavam o pedágio. No comprovante havia um alerta que, em caso de perda do comprovante, a cobrança seria realizada novamente no retorno pela mesma rodovia federal (AGC, 21,22.15-4B/I)
257. Segundo Moiro Ribeiro, indigenista especializada da Funai, eventos como estes visam diminuir o preconceito. “Apesar da convivência desde a fundação da cidade, a relação entre não indígenas e os Xavantes é marcada por conflitos. Conviver e conhecer o outro são formas de quebrar a barreira da intolerância e do preconceito e o momento que vivemos hoje no país nos pede para que possamos aprender a respeitar as diferenças”, ressalta (AGC, 18.16-1E/I)
258. Conforme a assessoria de imprensa da PRF durante os bloqueios só passam motoristas que efetuam o pagamento do valor cobrado pelos indígenas (AGC, 19.16-1B/I)
259. Cada trecho teria pelo menos 15 índios bloqueando a passagem. Apesar de estarem armados com arco e flecha, a PRF informou que não houve tensão. AGC, 19.16-1B/I)
260. Os índios alegam que o dinheiro arrecadado no bloqueio vai proporcionar melhorias para a aldeia. (AGC, 19.16-1B/I)
261. Antes no distrito do paredão fui parado por uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, e por lá já estavam parados alguns veículos que vinha no sentido contrário, portanto tinham passado pelas barreiras, os relatos eram diversos, de que eles estavam agressivos, que vistoriavam os carros, que exigiam pagamento de até R\$ 50,00 (cinquenta reais, e que tomavam tudo que estava à vista. (AGC, 20.16-1B/O)

262. A outra barreira estava a menos de 50 metros, **a mesma abordagem, a mesma humildade, a mesma sinceridade e a mesma expressão de sofrimento e pobreza, de homens mulheres, idosos, jovens e crianças e assim foram as próximas 13 barreiras pelas quais passamos, fiquei com um sentimento de tristeza em ver a situação de penúria dos povos indígenas (lá estavam várias etnias)**, os relatos não eram verdadeiros, ou se eram, deve ser porque afrontaram aqueles indivíduos, aliás presenciei uma afronta de um veículo que depois de aberto a passagem acelerou o veículo para cima das pessoas. **(AGC, 20.16-1B/O)**
263. Precisa de investimentos para a **manutenção do bem estar indígena**, na infraestrutura, no transporte, na saúde e de um **futuro para os seus descendentes e tranquilidade e paz para os ascendentes**. **(AGC, 20.16-1B/O)**
264. **Precisa do entendimento e compreensão e o reconhecimento da importância da grande nação indígena para nós, os chamados brancos**, e que na grande maioria tem sangue indígena correndo nas veias, não de contribuir com esmolas em pedágios, mas de cobrar políticas públicas eficientes e sem roubalheiras. **(AGC, 20.16-1B/O)**
265. **O líder indígena Dodoway**, da etnia Enawenê-nawê, **teve mandado de prisão cumprido** pela Polícia Federal de Vilhena (RO), que está a procura de outros **dois índios acusados de envolvimento nas mortes** de Genes Moreira dos Santos Júnior. 24, e Marciano Cardosos Mendes, 25. **(AGC, 23.16-3B/I)**
266. Os **homicídios foram praticados na região de Juína** (735 Km a noroeste de Cuiabá), em 9 de dezembro de 2015, quando as **duas vítimas tentaram furar um bloqueio montado pelos índios na BR-174 para cobrança do pedágio** **(AGC, 23.16-3B/I)**
267. A violência das mortes também foi lembrada por Irene, que **destacou o sofrimento do irmão, que levou cinco tiros (sendo um na testa e quatro no tórax), flechadas, pauladas pedradas, tijoladas e teve o corpo queimado, quando ainda estava vivo**. **(AGC, 23.16-3B/I)**  
**DIÁRIO DO PARÁ**
268. “Essa programação de educação ambiental mostra também que **o Índio não é só aquele personagem que a gente 'conhece' na escola**. Há diferentes tribos, costumes, crenças e línguas”, diz Marla Frazão, pedagoga e uma das organizadoras das atividades. **(DPA, 20.15-A7-I)**
269. “Tento passar noções sobre a importância da natureza para meus filhos. As crianças estão muito voltas para desenhos e **esse folclore, esse mundo de fantasias das lendas do saci-pererê, curupira, tem perdido força. A gente tenta resgatar, porque mostram que não se pode maltratar os animais e é preciso cuidar do ambiente**. Isso ajuda na formação cultural e de caráter deles”, disse o militar Clécio Marys, 42, pai de Álvaro, 4, e de Samira, 12. **(DPA, 20.15-A7-I)**



270. O repositador Alan Max, 20, aprovou a arte corporal feita pelos Xikrin: desenhada no corpo, ela dura em média oito dias para sair. "Gosto muito de tatuagem e resolvi fazer. **Achei muito interessante. A arte deles é excelente, bem diferenciada, inteligente e criativa**", elogiava.  
(DPA, 20.15-A7-I)
271. Com atrações gratuitas a programação contou ainda com a exibição do Cine Bosque - onde **lendas da cultura indígena, transformadas em desenho, como as histórias da Curupira e fara, prenderam a atenção do público.** (DPA, 20.15-A7-I)
272. "Achei muito legal eles terem vindo aqui. **Nunca tinha visto um índio de perto**", animava-se Ana Furtado, 9, que participou do circuito.  
(DPA, 20.15-A7-I)
273. Esses **decretos de homologação são importantes para garantir a territorialidade das comunidades diretamente interessadas** e demonstram que o governo federal está empenhado na efetivação dos direitos dos povos indígenas. **Nesse sentido, outras áreas poderão ser declaradas e homologadas ainda este ano.** A realização de concurso, por sua vez, contribuirá significativamente para o fortalecimento da Funai no exercício de sua missão", disse o presidente da instituição, Fábio Chiarelli.  
(DPA, 21.15-A6/I)
274. Ocupando territórios dos municípios de Borba e Novo Aripuarã (AM), a homologação da Terra Indígena Setemãatende **reinvidicação de índios mura.** (DPA, 21.15-A6/I)
275. "Temos de valorizar e incentivar **essa cultura que está muito escassa em nosso país.** Estou contente por estar aqui e ver como **os Xikrin ainda mantém a sua tradição,** pois uma das coisas que observei é que **nas escolas têm professores brancos, mas têm também os professores nativos**".  
(DPA, 22.15-C2/I)
276. Os indígenas demonstram satisfação pela presença dos visitantes. "**O prefeito não pode vir, mas a comunidade está muito contente** por estar realizando essa representação para mostrar para os enviados do prefeito que eles são bem-vindos; **para a comunidade é muito importante receber os representantes do prefeito**", declarou Katop-Ti Xikrin, da Aldeia Kateté.  
(DPA, 22.15-C2/I)
277. Segundo o prefeito João Cleber as festividades são realizadas nas próprias aldeias indígenas do território de São Felix do Xingu, em sua maioria caiapó com o objetivo de se preservar a cultura indígena e **fazer com que o branco conheça os costumes e o meio que vivem os índios da região.**  
(DPA, 24.15-C6/I)
278. O artista plástico Waldison Braga **quis retratar a situação dos povos indígenas pela questão de eles serem esquecidos** e citou o exemplo de que,

os negros, por exemplo, já tem um relativo espaço conquistado. **“Você encontra atores negros mas você não encontra índio atuando como ator”**, destacou. **“Cada vez mais a cultura indígena tem sido apagada e nós não encontramos os índios atuando como algo importante na sociedade”**, esclareceu ele. (DPA, 24.15-C8/I)

279. **As crianças ficaram encantadas com os índios seminus**, e ainda exibindo as pinturas típicas da etnia Kayapó. **Muitos brancos de deixaram pintar** com os desenhos Kaiapó. (DPA, 24.15-C7/I)

280. O evento terá o cerimonial formatado especialmente para a ocasião, seguindo a proposta do curso e unindo as tradições acadêmicas e indígenas (DPA, 24.15-C7/I)

281. O rito da formatura data da idade média, portanto também é uma tradição. Mas, nesse caso, **buscamos uma fusão entre as tradições, respeitando as culturas de cada um dos povos**”, adiantou Lima. Durante a reunião, nenhum pormenor foi ignorado. Desde a entrada e posicionamento de cada formando e seu paraninfo, até os líderes das etnias que integrarão a mesa. (DPA, 24.15-C7/I)

282. Para concita Sompré, a cerimonia será um momento histórico, mas as consequências do curso serão ainda maiores. **“A licenciatura nos permite entrar na escola e transmitir o nosso conhecimento para as novas gerações. Com isso a preservação cultural será inédita”**, resumiu Concita. (DPA, 24.15-C7/I)

283. A partir da colação, **os índios iniciam a campanha paraense pelo reconhecimento da profissão Professor Indígena** e a criação de cursos específicos no Estado e Municípios. (DPA, 24.15-C7/I)

## DIÁRIO DA AMAZÔNIA (RONDÔNIA)

284. **“O Dia do Índio foi criado para fazer de conta que estão lembrando suas raízes. Isto fica apenas marcado em uma folha de papel**, pois a realidade é que o Brasil esqueceu que nada seria sem índio”. É assim que o acadêmico de fonoaudiologia, Cleimarques Abadias Cassupá, analisa o dia de hoje – 19 de abril – que faz parte da agenda oficial de comemorações em todo o país. (DDA, 19.20.15-C1/I)

285. O procurador do Ministério Público Federal (MPF/RO), Reginaldo Trindade, concorda com a afirmação do índio Cassupá e acrescenta que **gostaria que houvesse motivos concretos para celebrar esta data**. “Mas, infelizmente, acontece o oposto. **Temos muitos motivos para não comemorar**”, reconhece (DDA, 19.20.15-C1/I)

286. Segundo Trindade, **há muito tempo que essa não indígena sofre com a exploração de diamantes e invasões de garimpeiros nas próprias terras**. Considerando o forte ingrediente político da questão e o pouco resultado alcançado através dos instrumentos regulares de atuação (ações judiciais,

recomendações), o Ministério Público Federal (MPF/RO) criou, há dois anos, o Grupo Clamor (Cinta-Larga: Amigos em Movimento pelo Resgate) em parceria com a sociedade civil. (DDA, 19.20.15-C1/I)

- 287. Após acordo e recomendação expedidos pelo Ministério Público Federal, 21 indígenas passaram a estudar na Universidade e Faculdade São Lucas. (DDA, 19.20.15-C1/I)**
- 288. Segundo Trindade, há muito tempo que essa nação indígena sofre com a exploração de diamantes e invasões de garimpeiros nas próprias terras. Considerando o forte ingrediente político da questão e o pouco resultado alcançado através dos instrumentos regulares de atuação (ações judiciais, recomendações), o Ministério Público Federal (MPF/RO) criou, há dois anos, o Grupo Clamor (Cinta-Larga: Amigos em Movimento pelo Resgate) em parceria com a sociedade civil. (DDA, 19.20.15-C1/I)**
- 289. "Ações foram pensadas, mas as soluções não foram encontradas, nem mesmo a Funai tem conseguido ajuda suficiente para resolver os conflitos que ainda estão acontecendo e afligindo aquele povo, por causa da exploração que ainda existe e está mais acentuada, nos dias de hoje", alega (DDA, 19.20.15-C1/I)**
- 290. "Romper com a história de omissão e indignidade contra aquele povo indígena e sensibilizar o Governo Federal quanto à gravidade dessa situação, neste momento", diz o procurador Reginaldo Trindade. (DDA, 19.20.15-C1/I)**
- 291. No decorrer dos anos o feriado do Dia 21 de Abril vai perdendo sua força e importância no Brasil. O decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas tem ficado cada vez mais em segundo plano e se distanciado das necessidades da população indígena no País. (DDA, 19.20.15-A2/O)**
- 292. Nas últimas décadas os índios trocaram as flechas e acessórios de caça e pesca por livros e passaram a ocupar espaço nas faculdades. Esse crescimento educacional (e tecnológico também) tem contribuído para a formação dos povos e na defesa das reivindicações perante o poder público na garantia das conquistas na era Getúlio Vargas, esquecidas hoje pela própria sociedade e gestores públicos. (DDA, 21.22.15-A2/O)**
- 293. Na região de Humaitá, no Amazonas, a Fundação Nacional do Índio (Funai), ainda contabiliza os prejuízos ocasionados em decorrência do incêndio criminoso na sede da instituição. (DDA, 21.22.15-A2/I)**
- 294. "Esse encontro é importante porque ele marca o início de um projeto de interação cultural que pretendemos dar continuidade nos próximos anos, pois, queremos que tanto índio quanto branco passe a conhecer um pouco mais da cultura um do outro, e nada melhor que separarmos um dia o ano**

para esse fim”, esclareceu o articulador do projeto Pacto das água em Rondônia, Sávio Gomes (DDA, 24.15-B1/I)

295. Durante todo o dia as crianças do projeto e os índios brincaram de futebol, vôlei, de pular corda e **outras brincadeiras de branco. Mas também teve brincadeiras da cultura indígena.** As crianças aprenderam a usar o arco e flecha e como se faz as pinturas, os anéis, colares e também aprenderam a dançar como os índios. (DDA, 24.15-B1/I)
296. **"Todos os outros anos essas datas passaram batidas, nada foi feito,** mas a partir de agora iremos dar continuidade e também aprimorar o projeto implementando novos meios para haver uma interação melhor, quem sabe, até possamos levar, no ano que vem nossas crianças até a aldeia dos índios", ponderou a diretora do projeto Sonho Meu, Angelita Barbosa. (DDA, 24.15-B1/I)
297. O procurador da República Reginaldo Trindade **lamentou que, 12 anos atrás, a invasão da terra Uru-euau-au [por madeireiros e agricultores] "era grave e exigia solução urgente, e assim continua".** (DDA, 20.16-A5/I)
298. Para o procurador a aprovação de lei estadual de amparo aos povos indígenas **"pode não resolver plenamente os problemas graves que tendem a existir [invasões, desmatamento, roubo de madeira, atenta dos culturais, entre outros],** mas é o pontapé inicial". (DDA, 20.16-A5/I)
299. O etnozoneamento inclui debates a respeito de terras invadidas e das dificuldades e facilidades na produção de castanha. (DDA, 20.16-A5/I)
300. "Eu sei que essas políticas públicas requerem determinado tempo de execução, e **isso atropela um pouco a expectativa de vocês,** mas reafirmo o **compromisso do governo com gestões ambientais, e elas serão cumpridas à risca, podem confiar"**, Sales. (DDA, 20.16-A5/I)
301. Além disso, há uma tentativa de explicar como estes povos se encaixam no atual cenário da sociedade e como a ligação **com suas raízes, costumes e tradições estão se extinguindo com o passar dos tempos.** (DDA, 19.16-C1/I)
302. Revelando, por outro lado, a dura realidade vivida nas aldeias. **Os Cinta-Larga também passam por privações e dificuldades para sobre viver, necessitando com urgência da ajuda e atenção do poder público.** (DDA, 19.16-C1/I)
303. **A extração de diamantes ocasionou muitas mortes e confrontos gerando na comunidade** a incapacidade de autossuficiência, para manter serviços básicos como saúde, alimentação, e educação. (DDA, 19.16-C2/I)
304. "A gente tem trabalhado para **tirar os índios da situação que se encontram, abandonados à própria sorte, e reféns de toda espécie de**

**peças ruins** que querem roubar diamantes e madeira, roubar o território deles", afirmou Reginaldo Trindade, procurador da república.  
(DDA, 19.16-C2/I)

305. Em visita às terras dos Cinta-Larga, **foi possível verificar uma clareira de mais de 55 quilômetros quadrados de área, onde é a região do garimpo** "mais ou menos 11 quilômetros por cinco de largura, área razoavelmente grande", anunciou. (DDA, 19.16-C2/I)
306. O MPF mudou a estratégia de ações junto ao povo Cinta-Larga para obter resultados eficazes, porém a longo prazo "pensamos em dois projetos para tirar índios da dependência extrema ou do governo do crime organizado. Primeiro lugar um plano de educação [...] **o outro é a regulamentação da mineração da exploração dos diamantes nas terras**", conclui. (DDA, 19.16-C2/I)
307. A forma de vida hoje dentro da aldeia é muito diferente de anos anteriores, "o povo não é igual há 25 anos, **desde que temos acompanhado os não-índigenas, precisamos das coisas que eles usam**", disse o Cinta-Larga. (DDA, 19.16-C2/I)
308. Desde 2013 está para ser implantada uma escola na aldeia, que **proporcionará a retomada da língua e de costumes dos povos**. (DDA, 19.16-C3/I)
309. **Dentro da área indígena existe rio que hoje um recebe o esgoto de várias regiões da cidade** "nós tínhamos esse rio, a gente tomava banho e pescava, e hoje a gente não tem mais. (DDA, 19.16-C3/I)
310. A energia elétrica consumida pelos índios está fraca devido ao aumento de pessoas que habitam a aldeia, "a nossa energia vem do Ministério da Agricultura e lá tem um transformador que abastece, e como aumentou o número de casas **está dando queda constantemente**", frisou a liderança. (DDA, 19.16-C3/I)
311. **A luta pela manutenção da identidade cultural dos povos indígenas** é uma das principais bandeiras do cacique Aky Abro Kayapó. (DPA, 18.17-5/I)
312. Estamos aqui representando a nossa cultura, **mostrando que estamos mantendo a nossa tradição**. A gente vive na aldeia, fazemos nossa festa com canto. (DPA, 12.17-12/I)
313. **Vamos prestigiar os povos indígenas e sua sabedoria** e ter menos preconceitos. (FBV, 22.17-11/I)
314. Eles podem ser individuais ou coletivos e ter uso cotidiano ou ritualístico. Em diversos formatos e tamanhos, **os bancos indígenas começam a ser reconhecidos como uma preciosa contribuição dos povos originários para o design brasileiro**. (JAC, 16.17-03/I)

315. Muitos ingredientes, utensílios e modos de cozinhar da cultura alimentar dos povos indígenas **estão sendo apresentados para o mundo.** (Folha BV, 22.17-11/I)
316. Para Mayawari, as peças são uma demonstração de que a **criatividade dos artistas indígenas vem encontrando seu público fora das comunidades.** (JAC, 16.17-3/I)
317. A apuração revelou ainda a **existência de forte discriminação étnica contra os indígenas por parte dos demais presos**, com o uso de expressões como “**índio é para estar na mata**”, “**índio só sabe andar de canoa**”, “**índio não tem vez**”, e pelo próprio sistema prisional, que desrespeita seus direitos culturais, identitários, religiosos e espirituais. (JAC, 21.17-C6/I)
318. O MPF ouviu diversas testemunhas, entre ex-presos, lideranças indígenas e representantes de entidades e instituições que atuam no sistema penitenciário, e **concluiu haver entre os mortos no massacre um indígena da etnia Baré, três da etnia Miranha e um sem etnia identificada.** (JAC, 21.17-C6/I)
319. O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) processou a União, o Estado do Amazonas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a empresa Umanizzare **pelos mortos violentas de cinco indígenas entre os presos assassinados durante as rebeliões ocorridas em janeiro deste ano**, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj). (JAC, 21.17-C6/I)
320. Por volta das 11 horas da manhã de ontem, 20, moradores do Município de Alto Alegre **encontraram o corpo do indígena Miguel Xirixana, da etnia indígena Xirixana.** (FBV, 21.17-10/I)
321. Quanto ao **motorista agredido**, o caso será levado ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal (PF) que têm prerrogativa para tratar de casos envolvendo indígenas. “**Ele chegou muito assustado ao posto da PRF mas não se feriu**”, comenta o delegado. (AGC, 18.17-3B/I)
322. O caso remete ao episódio em Juína em dezembro de 2015, quando dois amigos **furaram o bloqueio de indígenas da etnia Enawenê-nawê e acabaram sendo mortos.** (AGC, 18.17-3B/I)
323. **Os Xavantes chutaram o carro dele e deram pauladas na lataria, de acordo com o chefe** da 5ª da Delegacia da PRF, Thiago Machado. (AGC, 18.17-3B/I)
324. Indígenas, da etnia Xavante, fizeram pedágio nesta segunda-feira (17), em mais de um momento do dia, na BR-070, próximo à Primavera do Leste (231 km ao sul de Cuiabá), para marcar a semana do índio. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) **registrou pelo menos um conflito.**

(AGC, 18.17-3B/I)

325. **Um índio se apresentou como autor do delito**, afirmando que o feto de produto de um aborto espontâneo de sua esposa. **Na minha aldeia esse tipo de procedimento é normal. Não sabia se era crime, justificou o indígena. (ATA, 19.17-7/I)**
326. Na manhã de segunda-feira (17), moradores do bairro São Felipe viram quando o **índio cavava um buraco no fundo do quintal de sua casa**, onde existe um córrego, e enterrava alguma coisa. **(ATA, 19.17-7/I)**
327. Em Sena Madureira, o Corpo de Bombeiros atendeu a uma estranha ocorrência na tarde de segunda-feira, quando **removeu de uma cova rasa** na margem de um córrego no fundo do quintal de uma residência do bairro São Felipe, o **feto advindo de um aborto espontâneo**. Um índio se apresentou como pai do bebê em formação, e **disse ser o responsável pelo sepultamento feito de forma ilegal. (ATA, 19.17-7/I)**
328. **Como revide, F.B.S** pegou uma faca e feriu a rival no abdome. Levada para a emergência do hospital da cidade, ela morreu quando recebia assistência. **A assassina fugiu para a aldeia Camacauã, onde acabou presa horas depois. (ATA, 19.17-7/I)**
329. A polícia de Boca do Acre conseguiu prender na noite desta segunda-feira (17), na Aldeia Camacauã, no Rio Purus, a indígena F.S (46), que, no domingo, quando de uma festa dançante na sede do município, **matou com uma facada a jovem Luana Carvalho de Souza (26). (ATA, 19.17-7/I)**
330. Temos observado que **os processos de demarcações de terra estão estagnados**, e a gente como Funai tem sido cobrado. **(ATA, 19.17-9/I).**
331. No Acre, **há pequenas invasões nos territórios indígenas**, de pessoas que entram para caçar, pescar e retirar madeiras, conforme a Funai. **(ATA, 19.17-9/I)**
332. A regularização fundiária é o **maior problema enfrentado pelos indígenas no Brasil. A demarcação das terras indígenas é um grande problema**, porque, sem terra, o indígena fica em uma situação de insegurança cultural, material e alimentar. **(ATA, 19.17-9/I)**
333. O próximo passo é uma audiência pública para desenvolver políticas embasadas nas necessidades dos índios. **“Dar terra não resolve, tem que vir acompanhada de serviços”.** **(JAC, 20.17-A3/I)**
334. Do nada, apareceram esses **índios vindos da cidade, que são professores, enfermeiros, têm carros** e vinham passar o fim de semana, dizendo que **são donos da terra. (FBV, 20.17-2/I)**

335. Nunca pensamos que isto viesse a ocorrer, **pois pensávamos que a situação das terras indígenas estivesse encerrada**. Todo mundo tem terra suficiente para produzir. (FBV, 20.17-2/I)
336. Somos pioneiros na região. Em todo esse período, nunca tivemos questionamentos quanto as **nossas terras virarem áreas indígenas**. (FBV, 20.17-2/I)
337. Eles afirmam que mais de três mil famílias – que moram ali há mais de cem anos, que têm títulos e documentos da área – **poderão ser prejudicadas se a demarcação da Terra Indígena for concretizada**. (FBV, 20.17-2/I)
338. O Governo de Roraima informou à Folha que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) vai ingressar no processo, analisar o caso e **contestar a criação e novas terras indígenas em Roraima**. (FBV, 19.17-2/I)
339. Chagas finalizou seu discurso citando que existe uma recomendação do Supremo Tribunal Federal (STF), para que **não sejam mais realizadas demarcações em Roraima. Na minha análise, existe um equívoco muito grande por parte da decisão da Justiça Federal**. (FBV, 19.17-2/I)
340. O líder do Governo na Assembleia, deputado Brito Bezerra (PP), manifestou indignação com a atual situação. Já conversei com o procurador geral e o **Estado vai intervir nesta situação, pois trata-se de um novo atentado para tirar terras do povo de Roraima**. (FBV, 19.17-2/I)
341. Nós já temos 33 reservas demarcadas, se somarmos a isso a questão ambiental, **eleva de 49% da área territorial para 88%. Teríamos uma sobra de 12% das terras, para serem distribuídas ao setor produtivo e centros urbanos, e ainda temos que preservar em torno de 80% dentro deste percentual que sobra, ou seja, restaria pouco mais de 3% para produzir e gerar renda ao Estado**. (FBV, 19.17-2/I)
342. À Folha, ele explicou que também **não interessa discutir a questão de qualquer benefício em relação à questão natural ou de aproveitamento de cachoeiras**. "Se a gente for realmente discutir, não queremos ser só guias de turismo. Tem o dever e a obrigação, se a gente disse que pode entrar, vai entrar, se não, não", frisou. (FBV, 21.17-7/I)
343. O vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Edinho Batista, afirmou ser contra qualquer tipo de envolvimento de interesse pessoal de empresas que não tenham uma consulta prévia junto às comunidades. (FBV, 21.17-7/I)
344. Ele destacou as pessoas que **se dirigem aos pontos turísticos que fazem parte de terras indígenas por conta própria e degradam o local. Levam bebidas e outros pertences e largam pelas serras e cachoeiras. Tem motoqueiro que entra de qualquer jeito e arrebenta as terras para curtir**. (FBV, 21.17-7/I)



345. Diante do caso, o líder indígena Dilson Ingaricó ressaltou que a adequação das agências é uma forma de organizar o turismo, tendo em vista que **algumas empresas decidem os pacotes por conta própria, sem qualquer participação das comunidades.** (FBV, 21.17-7/I)
346. Conforme o órgão, a visitação com finalidade turística em terras indígenas deve ser de base comunitária, nos segmentos de Enoturismo e Ecoturismo. De acordo com a norma, **as atividades devem ser propostas pelos próprios indígenas, suas comunidades ou suas organizações. Em razão disso, a realização de atividades de exploração turística ou pesca esportiva em terras indígenas, que não são propostas pelas comunidades indígenas, é ilegal.** (FBV, 16.17-8/I)
347. Para que **as atividades sejam realizadas legalmente**, é preciso que as comunidades elaborem um Plano de Visitação, **informando, entre outras coisas, a delimitação do roteiro, objeto das atividades de visitação, descrição das atividades propostas aos visitantes, tempo de duração da visita, parceiros envolvidos e responsabilidades e as atribuições de cada um.** (FBV, 16.17-8/I)
348. A proibição, feita pela Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Estado, **ocorreu em razão de diversas reclamações de indígenas.** Para entrar na região, **as agências precisam se adequar à Instrução Normativa 3/2015.** (FBV, 16.17-8/I)
349. As agências de turismo de Roraima **estão proibidas de realizar passeios nas cachoeiras que ficam dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**, no município de Uiramutã, a cerca de 300 quilômetros de Boa Vista, região Nordeste do Estado. (FBV, 16.17-8/I)
350. **Apesar de a situação aparentar ser crítica**, o Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) informou que os indígenas recebem acompanhamento e que o **órgão tem supervisionado a situação dos indígenas que transitam pela Capital.** (FBV, 21.17-7/I)
351. Quem não lembra do massacre ocorrido em abril de 2004 na reserva indígena Roosevelt, em Espião do Oeste, resultando na morte de 29 garimpeiros? **Na época, a matança colocou à tona a verdadeira falta de políticas públicas voltadas aos interesses dos índios Cinta-Larga em Rondônia.** (DDA, 20.17-A2/I)
352. **A falta de políticas públicas voltadas aos índios de Rondônia** serve de atrativo para os oportunistas de plantão se aproveitarem do momento e investirem na clandestinidade do garimpo. (DDA, 20.17-A2/I)
353. No município de Espigão do Oeste, por exemplo, é comum **encontrar índios circulando pela cidade em busca de auxílio.** Em aldeias da região, **muitos estavam passando fome. Não se sabe se de fato esses povos**

**indígenas estão recebendo ajuda do Governo Federal. (DDA, 20.17-A2/I)**

- 354.** Quem não se lembra do massacre ocorrido em abril de 2004 na reserva indígena Roosevelt, em Espigão do Oeste, resultando na morte de 29 garimpeiros? Na época, **a matança colou à tona a verdadeira falta de políticas públicas voltadas aos interesses dos índios Cinta-Larga em Rondônia. (DDA, 20.17-A2/I)**
- 355.** A presença constante de índios no centro comercial de Porto Velho pedindo esmola **revela a falta de compromisso dos gestores públicos com os povos indígenas no Brasil. (DDA, 20.17-A2/I)**
- 356.** Hoje, 19 de abril, Dia Nacional do Índio, **é considerada uma data de resistência para os povos indígenas. (AGC, 19.17-2B/I)**
- 357.** O Abril no Acre Indígena, iniciativa que acontece anualmente durante o mês de abril, com **o objetivo de promover as lutas e reivindicações indígenas no contexto atual**, e de valorizar a produção e conhecimento dos autores e pensadores indígenas no Acre. **(ATA, 20.17-8/I)**
- 358.** Nas comemorações do Dia do Índio, ontem (19) **dezenas de manifestações passeatas e protestos ocorreram em todo o país. (JAC, 20.17-A3/I)**
- 359.** Um dos representantes dos povos indígenas do Acre, **Sabá Manchinery, aproveitou a data para reclamar da falta de representatividade política dos índios no país. (ATA, 19.17-9/I)**